
HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

E. K. Hunt & Howard J. Sherman

*Tradução de
Jaime Larry Benchimol*

5ª Edição



Petrópolis
1986

30.4
1939eP
ed.

2690851

Copyright © 1972, 1975 by Harper & Row, Publishers, Inc.
Título do original inglês: **ECONOMICS: An introduction to traditional
and radical views**

© 1977 da tradução brasileira
Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689 Petrópolis, RJ
Brasil

DEDALUS - Acervo - FFLCH



SUMÁRIO

CAPÍTULO I

A IDEOLOGIA DA EUROPA PRÉ-CAPITALISTA, 9

A escravidão em Roma e na Grécia antiga, 11 / O Feudalismo, 12 / A Ética Paternalista Cristã, 14 / O Caráter Anticapitalista da Ideologia Feudal, 18 / Resumo, 21.

CAPÍTULO II

A TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO E A ELABORAÇÃO DO PENSAMENTO MERCANTILISTA, 23

Mudanças Tecnológicas, 23 / O Desenvolvimento do Comércio de Longa Distância, 25 / O Sistema Manufatureiro Doméstico e o Nascimento da Indústria Capitalista, 27 / O Declínio do Sistema Senhorial, 30 / Outras Forças Participantes da Transição para o Capitalismo, 32 / Mercantilismo: Paternalismo Feudal nos Primórdios do Capitalismo, 36 / Resumo, 39.

CAPÍTULO III

O CONFLITO LATENTE NO PENSAMENTO MERCANTILISTA, 41

As Origens Medievais das Políticas Mercantilistas, 42 / A Secularização das Funções da Igreja, 43 / O Surgimento do Individualismo, 46 / O Protestantismo e a Ética Individualista, 48 / As Políticas Econômicas de Caráter Individualista, 50 / Resumo, 52.

CAPÍTULO IV

O LIBERALISMO CLÁSSICO E O TRIUNFO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL, 53

A Revolução Industrial, 53 / A Consagração do Liberalismo Clássico, 56 / O Credo Psicológico, 57 / O Credo Econômico, 60 / A Teoria da População, 63 / O Credo Político, 65 / O Liberalismo Clássico e a Industrialização, 68 / Resumo, 69.

CAPÍTULO V

AS DOCTRINAS SOCIALISTAS E A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, 71

Os Custos Sociais da Revolução Industrial, 71 / A Legislação Social Liberal, 76 / O Paternalismo dos Conservadores Radicais (Tóris), 77 / A Versão Socialista da Ética Paternalista Cristã, 79 / Os Principais Socialistas Pré-Marxistas, 81 / Resumo, 88.

CAPÍTULO VI

AS DOCTRINAS SOCIALISTAS: A TEORIA ECONÔMICA DE MARX, 91

Materialismo Histórico, 91 / A Crítica Moral de Marx ao Capitalismo, 94 / A Teoria do Valor-Trabalho e da Mais-Valia, 97 / A Acumulação de Capital, 98 / Desequilíbrios Setoriais e Crises Econômicas, 100 / A Concentração Econômica, 102 / A Miséria Crescente do Proletariado, 102 / O Estado Capitalista, 104 / A Revolução Socialista, 105 / Resumo, 106.

CAPÍTULO VII

A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO CORPORATIVO E A DEFESA DO LAISSEZ-FAIRE, 107

A Concentração do Poder Corporativo, 108 / O Caso da Inglaterra, 109 / O Caso da Alemanha, 109 / O Caso dos Estados Unidos, 110 / A Concentração de Rendas, 112 / Revigoração da Ideologia Liberal Clássica, 113 / A Teoria Neoclássica da Utilidade e do Consumo, 114 / A Teoria Neoclássica da Produção, 115 / *Laissez-faire*, 116 / Modificações Subseqüentes da Teoria Neoclássica, 117 / O *Laissez-faire* e os Darwinistas Sociais, 119 / O *Laissez-faire* e a Ideologia dos Homens de Negócio, 120 / Resumo, 121.

CAPÍTULO VIII

A CONSOLIDAÇÃO DO PODER MONOPOLISTA E A NOVA ÉTICA PATERNALISTA CRISTÃ, 123

A Concorrência e a Guerra Industrial, 123 / Conluio Empresarial e Regulação Governamental, 125 / Uma Nova Ética Paternalista Cristã, 128 / A Versão Alemã, 130 / A Versão Norte-americana, 130 / Simon Patten e os Fundamentos Econômicos da Nova Ética, 131 / O Novo Paternalismo e o "New Deal", 133 / Resumo, 136.

CAPÍTULO IX

A PROSPERIDADE ECONÔMICA E O SOCIALISMO EVOLUCIONÁRIO, 137

As Conquistas Econômicas e Políticas da Classe Operária, 137 / Os Socialistas Fabianos, 139 / Os Revisionistas Alemães, 143 / O Destino do Socialismo Evolucionário, 145 / Resumo, 146.

CAPÍTULO X

IMPERIALISMO E SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO, 149

O Imperialismo Europeu, 149 / O Imperialismo na África, 151 / O Imperialismo na Ásia, 153 / O Imperialismo Norte-americano, 154 / O Imperialismo e o Socialismo Evolucionário, 155 / O Imperialismo Segundo Rosa Luxemburg, 157 / O Imperialismo Segundo Lenin, 160 / Resumo, 162.

CAPÍTULO XI

A TEORIA ECONÔMICA KEYNESIANA E A GRANDE DEPRESSÃO, 163

A Grande Depressão, 164 / A Doutrina Econômica de Keynes, 166 / A Teoria Econômica e a Ideologia Keynesiana, 171 / A Eficácia das Políticas Econômicas Keynesianas, 173 / A Economia de Guerra, 174 / Resumo, 176.

CAPÍTULO XII

O CAPITALISMO AMERICANO CONTEMPORÂNEO E SEUS DEFENSORES, 179

Ideologia Liberal-clássica Contemporânea, 182 / A Ideologia Liberal-clássica e suas Variantes Contemporâneas, 184 / A Ética Corporativa Contemporânea e a Ideologia Capitalista, 187 / Críticas às Ideologias do Capitalismo Contemporâneo, 190 / Críticas à Ideologia Neoclássica, 191 / Críticas à Ideologia Gerencial, 192 / Resumo, 195.

CAPÍTULO XIII

O CAPITALISMO AMERICANO CONTEMPORÂNEO E SEUS CRÍTICOS RADICAIS, 197

O Movimento pelos Direitos Civis, 197 / A Guerra do Vietnã, 199 / O Movimento de Libertação das Mulheres, 203 / Críticas Contemporâneas ao Capitalismo Americano, 206 / O Imperialismo Norte-americano, 206 / Racismo e Sexismo, 210 / Alienação, 212 / Destruição Ambiental, 215 / Críticas ao Capitalismo: Liberais contra Radicais, 217 / Resumo, 217.

CAPÍTULO I

A Ideologia da Europa pré-capitalista

Os seres humanos, para sobreviver, precisam organizar-se em sociedade. Ao contrário de algumas espécies animais que, em isolamento relativo, são capazes de viver de maneira razoavelmente adequada, os seres humanos não foram dotados pela natureza com a aptidão física necessária para obter, por si mesmos, as condições materiais de vida. Os seres humanos sobrevivem e progridem porque, vivendo sempre em grupos, aprenderam a subdividir tarefas e a utilizar instrumentos de trabalho. A divisão de trabalho e a acumulação de instrumentos de trabalho (ou capital), em quantidade cada vez maior e de qualidade cada vez melhor, possibilitaram ao homem ampliar extraordinariamente seu poder sobre a natureza, bem como desenvolver seu potencial para produzir e satisfazer as necessidades materiais de vida.

A distribuição do trabalho, motivada pela necessidade, resultou também numa diferenciação dos papéis desempenhados pelos membros de uma sociedade. Nos primeiros tempos, provavelmente, essa diferenciação tinha um caráter exclusivamente funcional: quando a produtividade ainda era baixa, todos os membros da sociedade viviam próximos ao nível de subsistência, inexistindo classes sociais ou diferenciações hierárquicas. Contudo, a distribuição sempre mais aperfeiçoada das tarefas, combinadas com instrumentos de trabalho mais sofisticados, propiciaram maior produtividade que possibilitou, ao menos para uma pequena parte da sociedade, livrar-se do fardo do trabalho cotidiano.

Assim, graças ao crescimento da produtividade *per capita*, uma classe ociosa, numericamente reduzida, passou a viver à custa do

trabalho dos demais membros da sociedade. Agora, o trabalho de um número mais restrito de pessoas rendia o suficiente para sustentar a sociedade em seu conjunto, mantendo o nível habitual de vida da coletividade ou até mesmo níveis mais elevados. Desse momento em diante, as sociedades começaram a sofrer um processo de diferenciação interna que deu origem às classes sociais. A diferenciação hierárquica de seus membros em classes obedecia a razões econômicas: os que trabalhavam pertenciam geralmente às classes mais baixas; os que se livravam do fardo do trabalho comum pertenciam à classe mais alta. Embora estivessem desligados do processo de produção, os membros da classe mais alta organizavam os ritos, regiam os cultos ou executavam funções congêneres, algumas das quais trazendo, sem dúvida, benefícios para a sociedade.

Um sistema com essas características não poderia sobreviver durante muito tempo se a maioria de seus membros não compartilhasse as mesmas opiniões sobre a maneira apropriada de conduzir as questões econômicas e sociais. Tais concepções e valores comuns que, em geral, provinham de uma mesma visão do mundo ou de sistema metafísico, a um só tempo legitimavam a divisão das tarefas produtivas e a diferenciação de classes no interior da sociedade.

Empregamos o termo *ideologia* neste livro com referência às idéias e crenças que tendem a justificar moralmente as relações sociais e econômicas que caracterizam determinada sociedade. A maioria dos membros de uma sociedade internaliza a ideologia e passa, dessa forma, a acreditar na validade moral da distribuição de papéis funcionais e na justeza do modo pelo qual a sociedade reparte seu produto. Essa crença comum assegura a coesão e a viabilidade da sociedade. Quando ela se desfaz, surgem as agitações e os conflitos, culminando em revoluções se as divergências forem suficientemente profundas.

Este livro preocupa-se sobretudo em analisar nosso sistema econômico atual, o capitalismo. Traçamos, em linhas gerais, a sua evolução. Focalizamos os seus conflitos e antagonismos sociais, bem como as ideologias com que o sistema capitalista tentou aplacar as suas convulsões intestinas e assegurar a coesão social. Como pano de fundo, começaremos analisando os sistemas econômicos e as ideologias da Europa pré-capitalista.

A Escravidão em Roma e na Grécia Antiga

Em Roma e na Grécia antiga, cerca de 80% da população computavam-se de escravos. Esses escravos executavam todo o trabalho manual e, inclusive, grande parte do trabalho clerical, burocrático e artístico dessas sociedades. Em troca, recebiam apenas a alimentação e o vestuário suficientes para sobreviverem. Os senhores de escravos apropriavam-se e desfrutavam de todo o excedente produzido por seus escravos. A economia era predominantemente agrícola, excetuando-se umas poucas cidades onde se localizava o governo central. Na grande propriedade agrícola, o senhor de escravos vivia como rei, cercado de luxo. Muitos possuíam também mansões em Atenas ou em Roma. Além da esposa, tratada como objeto valioso de sua propriedade, explorava sexualmente as mulheres escravas.

Que espécie de ideologia econômica vigorava nessa época? Sabe-se da existência de alguns tratados, sobretudo no período romano, sobre a melhor maneira de plantar, os implementos agrícolas mais eficientes, a forma adequada de vigiar, controlar e punir os escravos. Além destes, foram escritos outros tratados visando a justificar o regime de escravidão. Filósofos brilhantes, como Platão e Aristóteles, afirmavam que a escravidão era um fenômeno "natural", o único sistema possível e que sua existência seria eterna. Segundo esses filósofos, certos homens e mulheres nasciam para ser escravos: eram intrinsecamente inferiores. Outros, dotados de qualidades superiores desde o berço, nasciam para se tornar proprietários de escravos. Platão e Aristóteles não faziam apologias meramente verbais: esta era a ideologia dominante que eles simplesmente aceitavam como um fato.

A despeito de suas limitações, a escravidão permitiu a construção de inúmeras obras públicas grandiosas e propiciou o avanço da ciência e da cultura. Uma de suas limitações consistia na impossibilidade de se usar escravos para acionar instrumentos de trabalho complexos ou delicados. Quando não os destruíam, utilizavam-nos como armas em suas freqüentes revoltas. Além disso, a organização da agricultura tinha que ser simples. Fazia-se apenas uma colheita e cultivava-se o solo com instrumentos rudes. Em consequência dessas limitações, grandes extensões de terras foram totalmente arruinadas e o produto agrícola, drasticamente reduzido. A escravidão deu origem também à noção de que todo trabalho era indigno. Essa noção desestimulou a atividade inventiva e, no período romano, limitou o progresso tecnológico, contribuindo, assim, para a estagnação da economia.

A debilidade econômica e, conseqüentemente, política e social do Império Romano tornou-o vulnerável às investidas das tribos primitivas germânicas e eslavas. O Império entrou em colapso no ocidente. Do caos que se instaurou, surgiria um novo sistema: o feudalismo. Os reis dos estados feudais eram, em sua maioria, antigos chefes das tribos primitivas que invadiram a Europa.

O Feudalismo

O declínio da parte ocidental do antigo Império Romano privou a Europa das leis e garantias que o Império lhe proporcionara e criou no lugar delas uma hierarquia feudal, na qual o servo, isto é, o camponês, recebia proteção do senhor do feudo que, por sua vez, devia lealdade e era protegido por outro senhor mais poderoso, e assim por diante, culminando no rei, a figura máxima da hierarquia. Os fortes protegiam os fracos, mas a um preço elevado. Os senhores concediam a seus vassalos o feudo — direito hereditário de usar a terra — em troca de pagamentos em dinheiro, alimentos, trabalho ou lealdade militar. Na base da hierarquia estava o servo, o camponês que cultivava a terra. A grande maioria da população plantava para se alimentar e vestir, ou criava carneiros e com a lã fabricava suas próprias roupas.¹

Nos costumes e tradições reside a chave para compreendermos as relações medievais. Em lugar das leis, como as conhecemos hoje, vigorava o *costume do feudo*. Inexistia, na Idade Média, uma autoridade central forte em condições de impor um sistema de leis. Toda a organização medieval baseava-se num sistema de obrigações e serviços mútuos, permeando a hierarquia de cima a baixo. A posse ou uso da terra implicava a prestação de determinados serviços costumeiros ou pagamentos em troca de proteção. Assim como o servo tinha a obrigação de entregar parte de sua colheita ou executar trabalhos variados para o senhor, o senhor tinha como obrigação proteger o servo.

Evidentemente, nem sempre os costumes eram respeitados. Nenhum sistema funciona sempre, na prática, como está previsto na teoria. Isso não significa que se deva subestimar o poder dos costumes e tradições na determinação do modo de viver e de pensar das populações medievais. As dissensões entre os servos eram resolvidas na corte do senhor, de acordo com as características particulares e especiais a cada caso e com os costumes aplicáveis à situação. É claro que as controvér-

1. Para uma análise mais completa do sistema econômico e social medieval, ver J. H. Clapham e Eileen E. Power, editores, *The Agrarian Life of the Middle Ages*, 2.ª ed. The Cambridge Economic History of Europe, vol. I (Londres, Cambridge University Press, 1966).

sias entre um servo e seu senhor eram decididas, quase sempre, pelo senhor, em seu próprio favor. No entanto, mesmo nessas circunstâncias, especialmente na Inglaterra, um senhor podia impor sanções a outro que, como vassalo seu, houvesse violado repetidamente os costumes no tratamento dispensado aos servos. Esta ordem, baseada nos costumes do feudo, difere radicalmente do sistema legal e judiciário que rege o capitalismo. O capitalismo sustenta-se na imposição de contratos e leis de caráter universal e obrigatório, raramente amenizadas por circunstâncias atenuantes ou por força de costumes, dois fatores que geralmente influenciavam o julgamento do senhor nos tempos medievais.

As prerrogativas dos senhores e a extensão de seus “direitos” variaram muito no tempo e no espaço. A consolidação das obrigações impostas pelos nobres a seus vassalos, através de uma longa hierarquia, abrangendo uma vasta área geográfica, viria contribuir para o surgimento dos estados-nações modernos, já durante o período de transição do feudalismo para o capitalismo. Contudo, durante a maior parte da Idade Média, muitos desses direitos permaneceram inexpressivos devido à fragmentação do poder político.

No feudo, instituição básica da vida rural medieval, coexistiam duas classes distintas: os nobres, ou senhores feudais e os servos (da palavra latina *servus*, “escravo”). Na realidade, os servos nada tinham em comum com os escravos. O escravo era uma propriedade como qualquer outra, passível de ser comprada e vendida à revelia de sua vontade. O servo, ao contrário, não podia ser separado de sua família ou da terra que lavrava. Quando o senhor transferia a posse do feudo para outro nobre, o servo simplesmente adquiria outro senhor. Estava, no entanto, submetido em graus variáveis a obrigações por vezes extremamente pesadas, das quais raramente se livrava. Estava longe, portanto, de ser “livre”.

O senhor vivia à custa do trabalho dos servos que cultivavam seus campos e pagavam tributos em espécie ou em dinheiro, conforme o costume do feudo. Em contrapartida, o senhor os protegia, supervisionava o seu trabalho e administrava a justiça, também de acordo com os costumes do feudo. A despeito dessas obrigações recíprocas, é preciso acrescentar que a concentração do poder econômico e político nas mãos do senhor feudal engendrou um sistema no qual, sob todos os pontos de vista, o servo era explorado ao máximo.

A Igreja Católica foi, sem dúvida, a maior proprietária de terras durante a Idade Média. Embora os bispos e abades estivessem no mesmo plano que os condes e duques na hierarquia feudal, havia uma diferença significativa entre os senhores eclesiásticos e os seculares: os duques e

condes podiam transferir sua lealdade de um senhor para outro, dependendo das circunstâncias e da correlação de forças. Já os bispos e abades deviam lealdade permanente (em princípio, pelo menos) antes de tudo à Igreja em Roma. Nessa época, o ensino religioso ministrado pela Igreja também exerceu uma influência considerável, extremamente persuasiva, sobre toda a Europa Ocidental. Por estas razões, a Igreja pôde organizar-se em moldes muito semelhantes a um governo central forte.

Havia, portanto, duas espécies de feudos: os seculares e os eclesiásticos (não raro, senhores seculares tornavam-se vassallos de senhores eclesiásticos, e vice-versa). Contudo, esta diferença praticamente não alterava as relações fundamentais entre senhor e servo. Não há muitas provas de que o tratamento dispensado aos servos pelos senhores eclesiásticos fosse menos rigoroso que o dos senhores seculares. Os senhores eclesiásticos e a nobreza secular constituíam as duas vertentes da classe dominante. Apropriavam-se do trabalho do servo, também sob a forma de produtos e dinheiro, e, em troca, a nobreza lhes proporcionava proteção militar e a Igreja, ajuda espiritual.

Além dos feudos, havia uma grande quantidade de cidades dispersas pela Europa medieval, muitas das quais se destacavam como importantes centros manufatureiros. Os bens manufaturados eram vendidos aos feudos e, por vezes, transacionados no comércio distante. As instituições econômicas dominantes nas cidades eram as guildas, corporações de artesãos, comerciantes e outros ofícios, cuja origem remontava ao Império Romano. Se alguma pessoa quisesse produzir ou vender determinado bem ou serviço, tinha que estar filiado a uma guilda.

Além de regulamentarem as atividades econômicas, intervinham nas questões sociais e religiosas. Estabeleciam regras de conduta para os seus membros com relação às suas atividades pessoais, sociais, religiosas e econômicas. Embora regulamentassem minuciosamente a produção e a venda de mercadorias, as guildas se preocupavam menos com a obtenção de lucros do que com a salvação das almas de seus associados, zelando para que levassem uma vida ordeira, baseada nos ensinamentos e costumes da Igreja. Assim, exerciam uma poderosa influência no sentido de manter o *status quo* nas cidades medievais.

A Ética Paternalista Cristã

Os senhores feudais seculares e eclesiásticos necessitavam de uma ideologia que refletisse e legitimasse o *status quo* feudal. A ideologia

que proporcionou o cimento moral capaz de manter coesa a Europa feudal e proteger seus governantes foi a versão medieval da tradição judeu-cristã, de onde se originou um código moral denominado, por vezes, ética de corporação cristã, o que se deve ao fato de que a sociedade era encarada como uma única entidade ou corporação. Visando a enfatizar outro aspecto deste código moral judeu-cristão, conforme era interpretado no período medieval, nós o chamaremos neste livro de ética paternalista cristã. Efetivamente, torna-se mais fácil entendê-la comparando-se a sociedade a uma família. Os homens que ocupam posições de poder e detêm a riqueza assemelham-se ao pai ou ao protetor da família. Tinham obrigações paternalistas para com os homens comuns, isto é, os pobres ou, prosseguindo com a nossa analogia, os filhos. Do homem comum, por sua vez, esperava-se que aceitasse seu lugar na sociedade e se submetesse, de bom grado, à liderança dos ricos e poderosos, da mesma maneira que um filho aceita a autoridade do pai.

Os judeus do Antigo Testamento² consideravam-se, literalmente, filhos de um único Deus e, portanto, irmãos. A lei mosaica pretendia justamente manter este sentimento de pertinência a uma única e grande família. Era uma fraternidade de crianças adultas, conscientes de suas obrigações mútuas, ainda que não compartilhassem mais os seus bens.

A característica mais marcante do confuso acervo de deveres e regulamentos que regiam a vida dos judeus antigos era o grande número de prescrições destinadas a prevenir e aliviar a pobreza. Também surpreendente era o tratamento humano que dispensavam aos devedores. Cada judeu era responsável pela manutenção de seu irmão. Entre as suas obrigações, incluía-se a de cuidar dos animais do vizinho sempre que estes cruzassem o seu caminho³. Entretanto, o mais importante de todos os deveres, sobretudo para os ricos, era cuidar dos pobres: "Abrirás a mão para o teu irmão, para o necessitado, para o pobre, na tua terra."⁴ Dado significativo deste código paternalista era a proibição de que, para saldar a sua dívida, as ferramentas de trabalho do devedor lhe fossem tomadas: "Ninguém tomará em penhor as duas mãos, nem a mó de cima, porque toma em penhor a vida mesma⁵". Em outro trecho, o Antigo Testamento reafirma a mesma proibição: "O pão dos indigentes é a vida dos pobres; aquele que lho tira é homicida"⁶.

2. Estas observações baseiam-se em Alexander Gray, *The Socialist Tradition* (Londres, Longmans, 1963), cap. II.

3. Dt 22, 1-4.

4. Dt 15, 7-11.

5. Dt 24, 6.

6. Eclo 34, 25.

Nem todos os judeus, é claro, pautavam sua conduta por estes sublimes preceitos. Havia extremos em matéria de riqueza e pobreza que não ocorreriam se as leis mosaicas fossem cumpridas rigorosamente. Os profetas, em sua maioria defensores ardorosos dos pobres, denunciavam com eloquência os ricos, acusando-os de abusarem de suas riquezas, de se entregarem à luxúria, à iniquidade, à indolência e à injustiça. Pouco importa, no caso, em que medida o código moral desta pequena tribo foi respeitado, mas sim a profunda repercussão que teve na história subsequente.

Os ensinamentos de Cristo contidos no Novo Testamento perpetuam, em parte, as tradições mosaicas, sobretudo no que concerne à ideologia econômica. Cristo ensinou que os homens deviam preocupar-se com o bem-estar de seus irmãos, mostrou a importância da caridade e da esmola, condenou a ganância, a avareza e o egoísmo. O Novo Testamento atribui às responsabilidades e obrigações especiais que incidiam sobre os ricos importância ainda maior que os escritos dos judeus primitivos. A leitura do Evangelho de São Lucas nos dá, inclusive, a impressão de que Cristo condenava os ricos simplesmente por serem ricos, e louvava os pobres simplesmente por serem pobres: "Ai de vós que sois ricos! Ai de vós que estais saciados!... Haveis de passar fome. Ai de vós que rides agora! Haveis de chorar e de vos lastimar."⁷ Contudo, depois de ler os outros Evangelhos, chegamos à conclusão de que tais expressões são próprias de Lucas, não de Cristo. Lucas deve ser encarado como o "nivelador radical dos apóstolos".⁸

Os outros Evangelhos advertem que a riqueza pode constituir um empecilho para os que almejam a eterna bem-aventurança, mas não condenam explicitamente a riqueza enquanto tal. Sobre essa questão, as passagens mais significativas referem-se a um homem jovem e rico que pergunta a Cristo o que deve fazer para possuir a vida eterna⁹. Cristo limita-se, de início, a relembrar os dez mandamentos. Instado a prosseguir, vai além das exigências morais e universais, e o aconselha: "Se queres ser perfeito..."¹⁰ — e prossegue recomendando ao homem que reparta todos os seus bens entre os pobres.

A ética paternalista cristã e as obrigações que impunha aos abastados com relação aos pobres foram desenvolvidas, de forma mais específica e elaborada, por muitos padres da Igreja posteriores. Os escritos de Clemente de Alexandria encerram uma reflexão razoavelmente importante sobre as atitudes tradicionais da Igreja primitiva. Enfatiza os

7. Citado em Gray, *op. cit.*, p. 41.

8. *Ibid.*, p. 42.

9. Mt 19, 16-26; Mc 10, 17-27; Lc 18.

10. Mt 19.

perigos decorrentes da ganância, do amor às coisas materiais e da aquisição de riquezas. Os homens ricos, segundo ele, tinham uma obrigação especial: deviam encarar as suas riquezas como dádivas de Deus, e utilizá-las com discernimento, em proveito do bem-estar de seus semelhantes.

A obra de Clemente, *A Salvação do Homem Rico*, foi escrita com a finalidade de libertar os ricos do "desespero infundado" a que teriam sido levados pela leitura de determinadas passagens dos Evangelhos, como o de Lucas. Clemente afirma inicialmente que, ao contrário do que sugere o Evangelho de São Lucas, "não é nenhuma virtude invejável ou grandiosa viver simplesmente sem riquezas". O simples fato de alguém ser pobre não lhe assegura as bênçãos de Deus. Para conquistar a salvação, o homem rico não precisa renunciar à sua fortuna, apenas "banir da alma suas opiniões sobre a riqueza, não se sujeitar a ela, livrar-se do desejo excessivo e da excitação mórbida que ela inspira, dos cuidados ansiosos, enfim, dos tormentos de nossa existência terrena que sufocam a semente da verdadeira vida"¹¹.

O importante, para Clemente, não era a posse de riquezas, e sim o uso que se fazia delas. Atribuía aos homens ricos a responsabilidade de administrarem suas fortunas no interesse de Deus, procurando aliviar o sofrimento dos necessitados e promover o bem-estar de seus irmãos. Ao proclamar que os famintos deveriam ser alimentados e os nus, vestidos, Deus certamente não tinha em vista uma situação em que, por carência de condições materiais, ninguém pudesse cumprir tais mandamentos. Clemente chegava, assim, à conclusão de que era vontade de Deus que alguns homens desfrutassem de riquezas e zelassem, paternalisticamente pelo bem-estar de toda a sociedade.

Desenvolvendo uma argumentação semelhante, Ambrósio escreveu que, desde que usadas corretamente, "as riquezas em si não são condenáveis". Usar corretamente as riquezas significava, para ele, que "devemos nos auxiliar mutuamente, nos rivalizar uns com os outros no afã de prestar serviços, colocar as nossas vantagens... ao dispor de todos e... socorrer o próximo"¹².

A lista dos padres da Igreja que escreveram em defesa das mesmas idéias poderia ser ampliada com uma infinidade de outros nomes. O importante é deixar claro que, no início do período feudal, a ética paternalista cristã estava profundamente encravada na cultura européia ocidental. A ganância, a avareza, o egoísmo, a ânsia de acumular riquezas, enfim, todas as motivações materialistas e individualistas eram severamente condenadas. O homem ganancioso e individualista

11. Citado em Gray, *op. cit.*, p. 48.

12. *Ibid.*, p. 49.

era considerado a própria antítese do homem bom, preocupado com o bem-estar de todos os seus irmãos. Os homens prósperos tinham ao seu alcance a possibilidade de, com a riqueza e o poder de que dispunham, realizar um grande bem ou um grande mal: o pior dos males consistia em usar a riqueza exclusivamente para a sua autogratificação, ou como meio para acumular continuamente, em seu próprio proveito, maior quantidade de riquezas. Os homens ricos honrados eram os que tinham consciência de que a sua fortuna e o seu poder constituíam uma dádiva de Deus. Assim, sentiam-se moralmente obrigados a agir de modo paternalista, administrando seus negócios temporais com a finalidade de promover o bem-estar de seus semelhantes.

O Caráter Anticapitalista da Ideologia Feudal

Os pressupostos filosóficos e religiosos que norteavam a conduta do homem medieval derivavam da ética paternalista cristã. A ética recebeu, tanto no sentido quanto no conteúdo, vários acréscimos profundamente conservadores. As mais importantes modificações, quer para conservá-la quer para dar continuidade a ela, encontram-se nas obras de Santo Tomás de Aquino, preeminente porta-voz da Idade Média.

E este manteve-se fiel à tradição ao insistir em que a propriedade privada só era moralmente justificável enquanto condição necessária para assistência aos pobres. Os ricos, afirmava ele, devem estar sempre "prontos a repartir... e dispostos a abrir a mão"¹³. Tomás de Aquino, como os padres da Igreja primitiva, acreditava que "o homem rico que não dá esmolas é um ladrão"¹⁴. O homem rico goza de riquezas e poder para render homenagem a Deus e prestar serviços a toda a sociedade. Deve administrar sua fortuna no interesse de Deus e do bem comum de todo o gênero humano. Caso contrário, a riqueza deixa de ser moral e religiosamente justificável, e o seu dono fica reduzido à condição de ladrão comum.

A contribuição profundamente conservadora à ética paternalista cristã, reafirmada por Santo Tomás e quase todos os padres da Igreja medieval, era a idéia de que as relações econômicas e sociais que caracterizavam o sistema senhorial refletiam uma ordenação natural e eterna, ou seja, de que estas relações emanavam de Deus. Sublinhavam a importância da distribuição do trabalho e dos esforços, da atribuição de tarefas distintas segundo as diferentes classes, e sustentavam que as

13. *Ibid.*, p. 57.

14. *Ibid.*, p. 57.

distinções econômicas e sociais entre os homens eram indispensáveis para acomodar tal especialização.

Segundo esse raciocínio, os senhores, tanto os seculares quanto os eclesiásticos, precisavam dispor de abundante riqueza material para cumprirem a missão que lhes havia sido destinada pela Providência. Já o servo podia se contentar com o pouco que tinha para executar as funções que lhe eram próprias. Todos os homens tinham o dever de realizar, sem discutir, as tarefas designadas pela Providência, aceitar a posição social para a qual haviam nascido e não contestar os direitos, privilégios e regalias dos que ocupavam posição superior na hierarquia social. Vê-se, portanto, que a ética paternalista cristã poderia ser usada, e o foi efetivamente, para justificar, como naturais e justas, as profundas desigualdades e a intensa exploração decorrentes da concentração das riquezas e do poder em mãos da nobreza e da Igreja.

Uma avaliação do pensamento econômico e social da Idade Média deve ainda levar em conta o desprezo com que as populações encaravam a atividade e o espírito comercial. O modo de vida medieval baseava-se nos costumes e nas tradições. Sua viabilidade dependia da aceitação desses costumes por parte dos membros da sociedade e, conseqüentemente, do lugar que cabia a cada um no seio dessa sociedade. Onde prevalece a ética comercial capitalista, a avareza, o egoísmo, a cobiça e a ambição material ou social são consideradas pela maioria dos homens como qualidades inatas. Contudo, na Idade Média, tais motivações eram rechaçadas e denunciadas como indignas. Os servos (e, por vezes, a pequena nobreza) tendiam a se rebelar contra as tradições e costumes de seu tempo, ameaçando, desse modo, a estabilidade do sistema feudal. Não causa surpresa, portanto, a difusão de sanções morais com a finalidade de mitigar ou reprimir os efeitos dessa rebeldia.

Uma das sanções mais importantes, reafirmada exaustivamente ao longo deste período, insistia em que os mercadores e comerciantes tinham a obrigação moral de vender as suas mercadorias pelo chamado *justo preço*. Essa noção ilustra o papel desempenhado, na era feudal, pelos mecanismos de controle social de caráter paternalista. O *justo preço* fundamentava-se na idéia de que o comerciante devia vender sua mercadoria por um preço que compensasse os esforços feitos no transporte do produto e na busca de um comprador, e que fosse suficiente apenas para reproduzir sua condição *tradicional e costumeira* de vida. Vender a mercadoria a um preço superior ao justo preço redundaria, evidentemente, na obtenção de lucros e na acumulação de riquezas materiais.

A ética paternalista cristã condenava com severidade a cobiça e a acumulação de riquezas. A doutrina do justo preço servia como freio a

esta atitude gananciosa e socialmente perigosa. Como nos dias de hoje, naqueles tempos, a acumulação de riquezas materiais implicava a acumulação de poder e facilitava a mobilidade social ascendente que teria, por fim, efeitos profundamente destrutivos para o sistema medieval, na medida em que acabaria dissolvendo as relações de *status* que formavam a espinha dorsal da sociedade feudal.

Outra sanção importante, visando também a inibir a acumulação de riquezas, era a proibição da usura, isto é, do empréstimo de dinheiro a juros. Uma "lei contra a usura", promulgada na Inglaterra, refletia a atitude da maioria dos homens desta época com relação ao problema. Eis um trecho da lei:

Sendo a usura pela palavra de Deus estritamente proibida, como vício dos mais odiosos e detestáveis... proibição esta que nenhum ensinamento ou persuasão pode fazer penetrar no coração de pessoas ambiciosas, sem caridade e avarentas deste Reino... fica determinado, sob pena de prisão... que nenhuma pessoa ou pessoas de qualquer classe, estado, qualidade ou condição, por qualquer meio corrupto, artificioso ou disfarçado, ou outro, emprestem, dêem, entreguem ou passem qualquer soma ou somas de dinheiro... para qualquer forma de usura, aumento, lucro, ganho ou juro a ser tido, recebido ou esperado, acima da soma ou somas dessa forma emprestadas... como também recebidas ou esperadas da usura...¹⁵.

A Igreja considerava a usura como uma infração das mais condenáveis, pois a maior parte dos empréstimos a juro era concedida a agricultores ou camponeses pobres, vítimas de má colheita ou de alguma outra tragédia. O juro constituía, portanto, uma forma de ganho realizada à custa do semelhante, aproveitando-se do momento em que este necessitava de ajuda e caridade. A ética cristã era inflexível com essa forma extorsiva de exploração.

Vários historiadores comprovam que as sanções eram, freqüente e flagrantemente, desrespeitadas tanto por bispos e abades quanto por duques, condes e reis. Concediam empréstimos a juros e, ao mesmo tempo, pelo mesmo motivo, puniam com rigor outros homens. O que nos interessa, porém, são os valores e as normas estabelecidas neste período, e não propriamente os pecados e infrações a esses valores. Os valores subjacentes ao sistema feudal opunham-se radicalmente aos valores que, mais tarde, prevaleceriam no sistema capitalista. O desejo de maximizar os ganhos monetários, acumular riquezas materiais, progredir social e economicamente através de um comportamento aquisitivo haveria de se tornar a força motriz dominante no sistema capitalista.

Os pecados severamente censurados à luz da ética paternalista cristã se converteriam, posteriormente, em ideais de comportamento em

15. Citado por Leo Huberman em *Man's Wordly Goods* (Nova Iorque, Monthly Review Press, 1961) p. 39. (*História da Riqueza do Homem*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972, p. 46).

que se basearia a economia capitalista de mercado. É óbvio que essa mudança radical de valores tornaria a ética cristã, ao menos em sua versão medieval, inadequada enquanto base para a justificação moral do novo sistema. A ética teria de sofrer modificações profundas ou ser totalmente rejeitada para que os valores que legitimariam o sistema capitalista fossem elaborados. Analisaremos nos próximos capítulos as iniciativas dirigidas para este objetivo.

Resumo

Os sistemas econômicos organizam o esforço humano para transformar os recursos dados pela natureza em artigos úteis, em bens econômicos. As ideologias constituem sistemas de idéias e crenças destinadas a justificar moralmente as relações econômicas e sociais que caracterizam determinado sistema econômico.

A ética paternalista cristã proporcionou os elementos para a legitimação moral da economia feudal e, conseqüentemente, de suas relações sociais e econômicas. Os valores em que se apoiava esta ideologia são a antítese daqueles que regem o funcionamento de um sistema capitalista de mercado. Nos capítulos subseqüentes, examinaremos as formas através das quais os homens procuraram substituir, por novas ideologias, a velha ética paternalista cristã, ou modificá-la, para que dela pudessem extrair a justificação moral do sistema econômico capitalista de mercado.

CAPÍTULO II

A Transição para o Capitalismo e a Elaboração do Pensamento Mercantilista

A sociedade medieval era essencialmente agrária. A hierarquia social baseava-se nos vínculos que os indivíduos mantinham com a terra; as atividades agrícolas sustentavam todo o sistema social. Paradoxalmente, contudo, o crescimento da produtividade agrícola desencadeou uma série de mudanças profundas que se prolongaram por vários séculos, culminando na dissolução do feudalismo medieval e no surgimento do capitalismo.

Mudanças Tecnológicas

A substituição do sistema de rodízio de cultura em dois campos pelo sistema de rodízio em três campos foi o avanço tecnológico mais importante ocorrido na Idade Média. Em verdade, embora ainda no século VIII este sistema já tivesse sido introduzido na Europa, somente por volta do século XI sua utilização se difundiu.

O sistema primitivo consistia em cultivar a mesma terra durante todo o ano, o que acarretava o rápido esgotamento do solo e, passado algum tempo, a sua inutilização para a agricultura. Já no sistema de rodízio em dois campos, metade da terra, depois de ter sido cultivada no ano anterior, permanecia em pousio para recuperar sua fertilidade.

Com a introdução do sistema de rodízio em três campos, a terra arável passou a ser dividida em três áreas com as mesmas dimensões. No outono, plantava-se centeio ou trigo no primeiro campo, e na primavera ou no verão, realizava-se a colheita. No segundo campo,

plantava-se aveia, ou feijão ou ervilha na primavera. O terceiro ficava em pousio. A cada ano, processava-se um rodízio na utilização dos três campos. Em cada campo, alternavam-se as três fases: no primeiro ano, uma cultura de outono, no ano seguinte uma cultura de primavera, no terceiro ano, repouso.

Esta modificação técnica aparentemente simples resultou num aumento extraordinário da produtividade agrícola. O sistema de rodízio em três campos propiciou o aumento em cerca de 50% do rendimento das culturas praticadas em qualquer período do ano, na mesma extensão de terra arável¹.

Essa não foi a única consequência importante da introdução do novo sistema de rodízio. O crescimento da produção de aveia e de outras forragens, semeadas na primavera, permitiu aos camponeses alimentar uma quantidade maior de cavalos, que começaram a substituir os bois como fonte principal de energia nos trabalhos agrícolas. Os cavalos, muito mais rápidos que os bois, contribuíram para a ampliação das áreas cultivadas que, por sua vez, possibilitou ao campo abastecer centros de maior densidade populacional. O emprego de cavalos, além de tornar o transporte de homens, mercadorias e equipamentos muito mais eficientes, beneficiou também a aragem da terra: a utilização de um arado movido por uma junta de bois exigia o esforço combinado de homens; para operar um arado atrelado a um cavalo, bastava um homem. No século XIII, o custo do transporte de produtos agrícolas sofreu redução considerável com a adoção, em lugar da carreta de duas rodas, da carroça de quatro rodas, com eixo dianteiro provido de pivô.

→ O aperfeiçoamento da tecnologia agrícola e dos meios de transporte ocasionou duas mudanças de grande alcance e importância. Inicialmente, favoreceu a aceleração do crescimento populacional. As estimativas históricas mais seguras demonstram que a população européia duplicou entre os anos 1000 e 1300.² A segunda mudança importante, intimamente relacionada com a expansão populacional, foi o rápido crescimento da concentração urbana. Até o ano 1000, excetuando-se alguns poucos centros comerciais mediterrâneos, a população européia aglutinava-se basicamente nos feudos, nas aldeias. As cidades eram, em sua maioria, inexpressivas. Em 1300, inúmeras cidades floresciam por toda a Europa e não eram poucos os centros urbanos densamente povoados.

O crescimento dos centros urbanos trouxe consigo uma especialização cada vez maior entre a cidade e o campo. Com a ampliação do

1. Lynn White, Jr., *Medieval Technology and Social Change* (Oxford: Clarendon, 1962), p. 71-72.

2. Harry A. Miskimin, *The Economy of Early Renaissance Europe, 1300-1460* (Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1969), p. 20.

contingente de trabalhadores que emigravam para as cidades e rompiam seus vínculos com a terra, a produção de bens manufaturados cresceu consideravelmente. O desenvolvimento da produção manufatureira, da especialização econômica e da produtividade do trabalho contribuiu para o desenvolvimento do comércio inter-regional e de longa distância.

O Desenvolvimento do Comércio de Longa Distância

Vários historiadores tomam o desenvolvimento do comércio como a principal causa da desintegração da sociedade medieval, particularmente do seu regime de trocas e de seus costumes. A importância do comércio não pode ser colocada em dúvida. No entanto, convém lembrar que a expansão comercial não ocorreu por acidente nem se deveu a fatores externos da economia européia, como, por exemplo, a intensificação dos contatos com os árabes. Pelo contrário, como já vimos anteriormente, as condições para o desenvolvimento do comércio foram criadas pelas transformações econômicas ocorridas no interior da Europa. O crescimento da produtividade agrícola proporcionou um excedente de alimentos e de mão-de-obra para os mercados locais e internacionais. A utilização mais racional da energia e dos transportes tornou possível e lucrativa a concentração da indústria nas cidades, a produção em larga escala e a venda dos produtos em mercados mais amplos e mais distantes. As modificações ocorridas na agricultura e na indústria constituíram os requisitos necessários para a expansão das trocas e do comércio. Essa expansão, por sua vez, revigorou o desenvolvimento da indústria e das cidades.

Várias cidades comerciais e industriais foram fundadas em decorrência da expansão do comércio, sobretudo o comércio de longa distância. O crescimento dos centros urbanos, submetidos à dominação dos mercadores capitalistas, provocou uma série de mudanças importantes tanto na indústria quanto na agricultura. Tais mudanças, sobretudo as que afetaram a agricultura, resultaram no enfraquecimento e, finalmente, na dissolução completa dos vínculos tradicionais que mantinham a coesão da estrutura social e econômica da sociedade feudal.

Desde o início da Idade Média, muitas regiões da Europa mantiveram um comércio de longa distância. Este comércio adquiriu uma importância considerável no sul da Europa, nos mares Mediterrâneo e Adriático, e no norte da Europa, no mar do Norte e no mar Báltico.

Nos territórios compreendidos entre esses dois centros de irradiação, o sistema feudal senhorial permaneceu até uma fase avançada da Idade Média, relativamente imune às trocas e ao comércio.

A partir do século XI, as Cruzadas cristãs deram um impulso vigoroso à expansão do comércio. Entretanto, não se pode encará-las como fator acidental ou externo ao desenvolvimento europeu. Na realidade, as Cruzadas não foram empreendidas por razões exclusivamente religiosas, tampouco se deveram às perseguições movidas pelos turcos contra os peregrinos cristãos, pois os turcos mantiveram a política de tolerância adotada pelos muçulmanos. Os reveses sofridos pelos muçulmanos efetivamente deixaram Bizâncio exposta às incursões inimigas, o que, por si só, teria apenas justificado o envio de uma ajuda simbólica por parte do Ocidente, cujas relações com Bizâncio não eram harmoniosas. As razões fundamentais das Cruzadas devem ser procuradas no desenvolvimento interno da França, onde este movimento encontrou o seu maior respaldo. A França havia adquirido grande ascendência no contexto europeu, mantinha relações comerciais e interesses importantes no Oriente; além disso, precisava de uma válvula de escape para dar vazão ao descontentamento social que grassava no interior de suas fronteiras. As Cruzadas receberam apoio também da oligarquia de Veneza, interessada em expandir o seu comércio e consolidar a influência que exercia no Oriente.

O desenvolvimento do comércio com os árabes — e com os vikings no mar do Norte — estimulou a produção de mercadorias para a exportação e a criação de grandes feiras que floresceram do século XII até o final do século XIV. Organizadas todos os anos nas principais cidades comerciais européias, as feiras funcionavam geralmente durante uma ou várias semanas. Os mercadores do norte da Europa trocavam cereais, peixes, lã, roupas, madeira, pez, alcatrão, sal e ferro por especiarias, seda, brocados, vinhos, frutas, ouro e prata, entre outras mercadorias provenientes do sul da Europa³.

No século XV, os locais onde se reuniam as feiras começavam a se transformar em prósperas cidades comerciais, cujos mercados funcionavam durante todo o ano. A atividade comercial desenvolvida por essas cidades era incompatível com as restrições impostas pelos costumes e tradições feudais. A maior parte das cidades conseguiu, após intensas lutas, libertar-se da tutela dos senhores feudais e da Igreja. Nos centros comerciais realizavam-se operações financeiras: de câmbio, de liquidação de dívidas e de crédito. Tornou-se corrente o uso das letras de

3. Para uma discussão mais profunda sobre o nascimento do comércio, ver Dudley Dillard, *Economic Development of the North Atlantic Community* (Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1967), p. 3-178.

câmbio e de outros instrumentos financeiros modernos. Uma nova legislação comercial foi elaborada pelos comerciantes dessas cidades. Ao contrário do direito consuetudinário e paternalista que vigorava nos feudos, a legislação comercial foi definida por um código preciso. Lançaram-se assim as bases da lei de contratos, dos papéis negociáveis, das representações comerciais, das vendas em leilão, enfim, de uma série de procedimentos característicos do capitalismo moderno.

Na indústria artesanal feudal, o mestre artesão era, ao mesmo tempo, o produtor e o vendedor da sua mercadoria. Nas indústrias que se desenvolveram nas novas cidades, voltadas primeiramente para a exportação, o produtor distanciou-se do comprador final. Agora, os artesãos vendiam, por atacado, seus produtos aos mercadores que, por sua vez, transportavam-nos e revendiam-nos a outros mercadores. Outra diferença importante consistia em que os artesãos dos feudos eram, geralmente, também agricultores. Ao emigrarem para as cidades, contudo, os artesãos renunciaram ao cultivo da terra para se dedicarem exclusivamente ao seu ofício, com o qual obtinham renda suficiente para atenderem as suas necessidades.

O Sistema Manufatureiro Doméstico e o Nascimento da Indústria Capitalista

A necessidade de ampliar a produção e regularizar o abastecimento de bens manufaturados, imposta pela expansão do comércio, levou os mercadores-capitalistas a assumirem um controle cada vez maior sobre o processo produtivo. A indústria de tipo artesanal, onde o artesão era, a um só tempo, o proprietário da oficina, dos instrumentos de trabalho e das matérias-primas, atuando como pequeno empresário independente, fora substituída em grande parte, no século XVI, pelo sistema manufatureiro doméstico (*putting-out system*) nos ramos industriais voltados para a exportação. Inicialmente o mercador-capitalista limitava-se a fornecer ao artesão independente a matéria-prima, remunerando-o para que a transformasse em produtos acabados. Desse modo, o capitalista tornava-se o proprietário do produto ao longo de todas as etapas da produção, ainda que o trabalho continuasse sendo realizado em oficinas independentes. Numa fase posterior do sistema manufatureiro doméstico, o mercador-capitalista passou a ter a propriedade das máquinas e instrumentos de trabalho e, freqüentemente, do prédio no interior do qual a produção se realizava. Contratava os trabalhadores

para acionarem os instrumentos de trabalho, fornecia-lhes as matérias-primas e apropriava-se dos produtos acabados.

Ao invés de vender o produto acabado ao mercador, como acontecia antes, o trabalhador passou a vender apenas a sua força de trabalho. Um dos primeiros ramos industriais onde o sistema manufatureiro se desenvolveu foi o das indústrias têxteis. Os tecelões, os fiandeiros, os pisoeiros e os tintureiros acharam-se numa situação de dependência com relação ao mercador-capitalista, pois dele dependia a oferta de empregos e, conseqüentemente, a possibilidade de sustentarem a si mesmos e as suas famílias. Cabia ao mercador-capitalista vender os bens produzidos pelos trabalhadores a um preço tal que lhe permitisse pagar os salários, os demais custos de produção, obtendo ainda algum lucro para si.

Simultaneamente à incorporação do processo produtivo ao controle capitalista, criava-se uma força de trabalho total ou parcialmente despojada do capital, que conservava apenas a possibilidade de vender a sua força de trabalho. Estas são as duas vertentes do processo de formação do sistema econômico capitalista. Alguns autores e historiadores subordinam a existência do capitalismo à expansão do comércio, à difusão do espírito comercial na Europa. No entanto, as trocas e o comércio nunca deixaram de existir durante a era feudal. É verdade que, enquanto as tradições feudais funcionaram como o princípio organizador da produção, as trocas e o comércio permaneceram à margem do sistema econômico e social. Em lugar dos costumes e tradições, o mercado e a busca de lucros monetários passaram a determinar como seriam divididas e executadas as tarefas produtivas bem como as oportunidades de trabalho proporcionadas. Quando isso ocorreu, o sistema capitalista estava criado⁴.

O capitalismo tornou-se o sistema dominante quando as relações existentes entre os capitalistas e os trabalhadores nas indústrias de exportação do século XVI invadiram as demais linhas de produção. A expansão do sistema exigia a eliminação da auto-suficiência econômica do feudo bem como a dos costumes e tradições senhoriais. Foi necessário converter a agricultura numa empresa capitalista em que os trabalhadores fossem obrigados a vender sua força de trabalho para os capitalistas, e esses a comprá-la, quando pudessem obter lucros do processo.

Existia no século XIII, uma indústria têxtil capitalista em Flandres. Quando, por diferentes razões, que não cabe analisar aqui, a sua

prosperidade entrou em declínio, o antagonismo que se gerou entre a riqueza e a pobreza por ela criadas deu origem, em cerca de 1280, a prolongadas e violentas lutas de classe que destruíram quase por completo a indústria da região. No século XIV, floresceu uma indústria têxtil capitalista em Florença. Como em Flandres, as condições econômicas adversas despertaram tensões entre a classe operária, reduzida à mais negra miséria, e os opulentos empregadores capitalistas, culminando em violentas rebeliões, em 1379 e 1382. O agravamento desses antagonismos de classe precipitou o declínio da indústria têxtil florentina, tal como acontecera anteriormente em Flandres.

A Inglaterra conquistou, no século XV, a hegemonia do mercado mundial de produtos têxteis. A solução encontrada pela burguesia inglesa para resolver o problema dos conflitos de classe foi ruralizar a indústria têxtil capitalista. Em Flandres e em Florença, as indústrias têxteis estavam centralizadas em cidades densamente povoadas, onde os trabalhadores eram arrebanhados, o que facilitava a eclosão de movimentos de resistência organizadas. Na Inglaterra, as fábricas de pisoamento se dispersaram pelo campo, criando pequenos aglomerados de trabalhadores, isolados uns dos outros, dificultando, assim, a preparação de movimentos de resistência organizados.

Reunindo, de um lado, opulentos proprietários de capital e de outro artesãos despojados de suas propriedades e transformados em trabalhadores assalariados, o sistema manufatureiro foi um fenômeno muito mais urbano que rural. Desde o início, as empresas capitalistas procuraram assegurar posições monopolistas a partir das quais pudessem explorar, com exclusividade, o mercado para seus produtos. À medida que se fortaleciam as guildas de privilegiados — associações de mercadores capitalistas que empregavam trabalho assalariado — multiplicavam-se as barreiras protecionistas destinadas a assegurar o seu monopólio. A diferenciação dos regimes de aprendizagem, a instituição de privilégios e isenções especiais para os filhos dos proprietários mais abastados, a cobrança de taxas excessivamente elevadas para a admissão de novos membros foram algumas das barreiras que visavam a impedir que os artesãos ambiciosos, porém pobres, competissem ou tivessem acesso às fileiras da nova classe capitalista. A imposição dessas barreiras apressou, de um modo geral, a transformação dos artesãos mais pobres e de seus filhos em uma classe operária urbana constrangida a sobreviver exclusivamente às custas da venda de sua força de trabalho.

4. Ver Maurice H. Dobb, *Studies in the Development of Capitalism* (Londres: Routledge & Kegan Paul, 1946). (*A Evolução do Capitalismo*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965), particularmente o capítulo IV.

O Declínio do Sistema Senhorial

Antes que o sistema capitalista adquirisse sua forma acabada, as relações capitalistas de mercado tiveram que invadir o feudo, bastião do feudalismo. O fato que possibilitou essa conquista foi o enorme crescimento da população das novas cidades comerciais. As cidades, cada vez mais densamente povoadas, dependiam das zonas rurais para a obtenção de alimentos e de grande parte das matérias-primas utilizadas pelas indústrias de exportação. Estabeleceu-se uma especialização rural-urbana que se fez acompanhar de um vasto intercâmbio de mercadorias entre os feudos e as cidades. Os senhores feudais passaram a depender das cidades para a aquisição de bens manufaturados, como os produtos de luxo, cujo consumo tornou-se indispensável e que só os mercadores poderiam lhes fornecer.

Os camponeses que cultivavam as terras do feudo perceberam também que podiam trocar o excedente por dinheiro nos mercados locais de grãos. Com esse dinheiro, podiam obter do senhor a comutação de suas obrigações em trabalho.⁵ A comutação possibilitou a muitos camponeses alcançarem uma condição muito próxima à de pequenos empresários independentes. Arrendavam terras do senhor e, com a venda do produto, pagavam a renda da terra e ainda conservavam parte do excedente. Este sistema proporcionou aos camponeses um estímulo maior para produzirem, ampliando o excedente comercializável, o que os levava a obter novas comutações que, por sua vez, redundavam em mais excedentes e renda monetária, e assim por diante. O efeito cumulativo deste processo solapou, pouco a pouco, os vínculos tradicionais do feudo, instaurando, em seu lugar, as relações de mercado e a busca de lucros como princípios organizadores da produção. Em meados do século XIV, em muitas partes da Europa, as rendas em dinheiro excediam o valor das prestações de trabalho.

Outro fator que contribuiu para a introdução das relações de mercado no campo, estreitamente relacionada com a comutação das obrigações em serviço, foi a progressiva alienação das terras senhoriais. A necessidade de dinheiro para a aquisição de bens manufaturados e produtos de luxo levou os senhores a optarem pelo arrendamento de suas terras a camponeses arrendatários, ao invés de cultivá-las diretamente utilizando os serviços que o servo era obrigado a prestar ao senhor. Este processo acabou por converter o senhor feudal num simples *landlord*, no sentido moderno do termo, isto é, num simples

5. A comutação implicava a substituição das prestações de trabalho exigidas do servo por rendas em dinheiro.

proprietário de terras que vivia exclusivamente de rendas. Muitos senhores feudais se transformaram em proprietários absenteístas, uns porque preferiram se mudar para as cidades, outros porque viviam distantes de suas terras travando batalhas.

O colapso do sistema senhorial foi precipitado por uma série de catástrofes que convulsionaram a Europa no final do século XIV e durante o século XV. A Guerra dos Cem Anos entre França e Inglaterra (1337-1453) produziu uma situação de desordem e descontentamento generalizado nestes países. Os efeitos da Peste Negra foram ainda mais devastadores. Às vésperas da Peste (1348-1349) a população da Inglaterra alcançava cerca de 4 milhões de habitantes. No princípio do século XV, as guerras e a peste haviam reduzido a população do país a 2,5 milhões de habitantes. O mesmo ocorreu, com maior ou menor intensidade, nos outros países europeus. O declínio da população provocou uma escassez desesperada de mão-de-obra; os salários para todas as categorias de trabalho elevaram-se abruptamente. As terras, relativamente mais abundantes, tornaram-se menos rentáveis.

Pressionada por essas circunstâncias, a nobreza feudal tentou revogar as comutações que havia concedido e restaurar as obrigações em forma de trabalho que pesavam sobre os servos e camponeses (os camponeses eram antigos servos que haviam alcançado um certo grau de independência, libertando-se em parte das restrições feudais). No entanto, aprenderiam na prática que era impossível fazer retroceder o relógio da história. As relações de mercado já se haviam implantado nas zonas rurais, proporcionando maior liberdade, independência e prosperidade para os camponeses. Estes opuseram uma resistência vigorosa, por vezes sangrenta, às tentativas de reintroduzir as antigas obrigações feudais.

Esse choque de interesses produziu as famosas revoltas camponesas que eclodiram, por toda a Europa, do final do século XIV até o princípio do século XVI. Um escritor francês da época descreveu uma cena que ilustra o caráter cruento e brutal que tais revoluções tiveram: "Um bando de camponeses matou um fidalgo, suspendeu-o em um espeto e assou-o sobre o fogo diante de sua mulher e dos filhos. Dez ou doze homens violentaram a mulher e, em seguida, forçaram-na a comer da carne do marido. Depois mataram a mulher e os filhos. Esses brutos por onde quer que passassem, destruíam as casas da gente honesta e sólidos castelos".⁶ Camponeses rebelados eram massacrados pela nobreza com tanta ou mais crueldade e ferocidade.

6. N. S.B. Gras, *A History of Agriculture in Europe and America* (Nova Iorque: Appleton, 1940), p. 108.

A Inglaterra foi palco de várias revoltas semelhantes no fim do século XIV e no século XV. As mais sangrentas, contudo, ocorreram na Alemanha, no princípio do século XVI. A revolta dos camponeses de 1524-1525 foi esmagada pelas tropas imperiais do Sacro Império Romano (Germânico). Dezenas de milhares de camponeses foram massacrados. Calculava-se que, somente na Alemanha, cerca de 100.000 pessoas foram mortas.

Tais revoltas foram aqui mencionadas para ilustrar o fato de que, na maioria das vezes as mudanças fundamentais na estrutura política e econômica de um sistema social se efetivam somente após a eclosão de conflitos sociais violentos e traumáticos. Todo sistema econômico gera uma ou mais classes cujos privilégios dependem da manutenção do sistema. É compreensível que essas classes não tenham escrúpulos quando se trata de resistir às mudanças que colocam em risco seus privilégios. A nobreza feudal lutou, na retaguarda, com toda a energia de que dispunha contra o nascente sistema de mercado capitalista. Mas as forças que naquele momento encarnavam o progresso conseguiram, finalmente, afastá-la do caminho. Embora as mudanças fundamentais tenham sido promovidas por ambiciosos mercadores e elementos oriundos da pequena nobreza, as grandes vítimas desse processo foram os camponeses, sobretudo os que tomaram nas sublevações sociais que caracterizaram esse período. A ironia da história, no caso, reside no fato de que geralmente lutavam para proteger o *status quo*.

Outras Forças Participantes da Transição para o Capitalismo

Os primeiros anos do século XVI apresentaram-se como um divisor de águas na história européia. Assinalam-se vagamente a linha que separa, de um lado, a velha e decadente ordem feudal e, de outro, o sistema capitalista emergente. Após 1500, ocorreram mudanças sociais e econômicas importantes, com freqüência cada vez maior, cuja interação e efeito cumulativo preparam o caminho para a consolidação do sistema capitalista. A população da Europa Ocidental, que permanecera relativamente estagnada durante um século e meio, cresceu cerca de um terço no século XVI, alcançando, em 1600, a casa dos 70 milhões de habitantes.

O crescimento populacional foi concomitante ao regime de *enclosure* (de cercamento dos campos), cujas origens, na Inglaterra, remontam ao século XIII. A nobreza feudal, sempre e cada vez mais carente de dinheiro, passou a cercar ou fechar as terras utilizadas até

então como pastagens comunais, destinando-as à criação de ovelhas, para atender a demanda de lã das indústrias têxteis inglesas, cujo crescimento atingia proporções sem precedentes. Havia duas vantagens na criação de ovelhas: os preços elevados que a lã alcançava no mercado e a quantidade mínima de mão-de-obra que a manutenção dos rebanhos requeria.

O regime de *enclosure* dos campos atingiu o auge no final do século XV e no século XVI. Em algumas áreas, três quartos a nove décimos dos arrendatários foram expulsos do campo e obrigados a emigrar para as cidades, em busca de meios de sobrevivência. O cercamento dos campos, aliado ao crescimento populacional, acelerou a dissolução dos laços feudais remanescentes, e deu origem a uma vasta força de trabalho com características novas: inúmeras pessoas viam-se privadas de terras, despojadas das ferramentas e instrumentos de produção, em condições apenas de vender a sua força de trabalho. O movimento migratório para as cidades proporcionou novos contingentes de trabalhadores para as indústrias capitalistas, mais homens para os exércitos e para as forças navais, mais voluntários para colonizar terras distantes e muitos consumidores em potencial para os produtos industriais.

Outro fator de mudança importante foi o renascimento intelectual ocorrido no século XVI, responsável pelos progressos científicos de utilidade prática imediata, sobretudo para a navegação. O telescópio e a bússola possibilitaram aos marinheiros navegar com maior precisão e, assim, percorrer distâncias mais longas. Sem essas invenções, teria sido impossível a "era das grandes navegações". Num curto período de tempo, os europeus puderam projetar em mapas as rotas marítimas para a Índia, a África e as Américas. As terras descobertas nesta época tiveram uma dupla importância. Primeiro, resultaram num rápido e intenso fluxo de metais preciosos com destino à Europa; em segundo lugar, inauguraram o chamado período colonial.

A produção européia de ouro e prata permaneceu estagnada de 1300 a 1500. A rápida expansão do comércio capitalista e a difusão do sistema de mercado nos centros urbanos e nas zonas rurais provocou uma escassez aguda de dinheiro, uma vez que o dinheiro consistia basicamente em moedas de ouro e prata. A carência destes metais tornou-se, assim, crítica. A situação foi parcialmente mitigada quando, por volta de 1450, os portugueses começaram a extrair metais preciosos da Costa do Ouro, na África. No entanto, esse problema só foi definitivamente solucionado em meados do século XVI. A partir desta época, a situação se inverteu: o fluxo de ouro e prata, proveniente das

Américas, foi tão grande, que a Europa sofreu a inflação mais galopante e duradoura de sua história.

No decorrer do século XVI, os preços na Europa, subiram entre 150 e 400% variando de país para país e de região para região. Os preços dos produtos manufaturados elevaram-se bem mais rapidamente do que as rendas e os salários. A disparidade entre preços e salários persistiu até o final do século XVII. Em consequência disso, tanto a classe dos *landlords* — proprietários que viviam da renda da terra (a nobreza feudal) — quanto a classe trabalhadora, foram prejudicadas, já que o seu poder aquisitivo cresceu menos que as suas despesas. Os grandes beneficiários da revolução dos preços foram os capitalistas. Seus lucros se multiplicavam e, enquanto isso, o valor real dos salários que pagavam declinava continuamente. Os materiais que adquiriam eram estocados e desta forma se valorizaram.

Os lucros eram acumulados sob a forma de capital. *Capital* designa os materiais necessários para a produção e o comércio de mercadorias. As ferramentas, os equipamentos, as instalações das fábricas, as matérias-primas e os bens que participam do processo produtivo, assim como os meios de transporte dos bens e o dinheiro — tudo isso é capital. A essência do sistema capitalista consiste na existência de uma classe de capitalistas que detém a propriedade do estoque de capital. É a propriedade do capital que faculta aos capitalistas a obtenção de lucros. Quando não são retirados do processo produtivo, os lucros convertem-se em estoque suplementar de capital. Essa acumulação de capital redundava em mais lucros que, por sua vez, conduzem a uma nova acumulação ainda maior, e assim por diante, numa espiral ascendente.

O termo *capitalismo* designa, com muita propriedade, este sistema cujos pilares são a busca de lucros e a acumulação de capital. O capital é a fonte dos lucros e, portanto, a fonte de acumulações de capital ulteriores. Esse processo, contrariamente à charada do ovo e da galinha, teve um início. A acumulação inicial ou *acumulação primitiva* de capital, ocorreu no período ora analisado. As quatro principais fontes de acumulação inicial de capital foram: (1) o rápido crescimento do volume do intercâmbio e do comércio de mercadorias; (2) o sistema de produção manufatureiro; (3) o regime de *enclosure* dos campos, e (4) a grande inflação de preços. Houve várias outras fontes de acumulação inicial, algumas das quais nem sempre respeitáveis, e por isso mesmo freqüentemente esquecidas, como, por exemplo, a pilhagem colonial, o tráfico de escravos e a pirataria.

Durante os séculos XVI e XVII, o sistema manufatureiro (*putting-out system*) difundiu-se consideravelmente, penetrando em quase todos os ramos industriais. Embora ainda não se pudesse falar em produção

fabril do tipo moderno, o grau de especialização atingido pelo sistema traduziu-se em elevações significativas da produtividade. Além disso, as inovações técnicas introduzidas nos campos da construção naval e da navegação possibilitaram a redução dos custos de transporte. Esse foi, portanto, um período em que a produção e o comércio expandiram-se rapidamente. Pouco a pouco, a nova classe capitalista (ou classe média ou, ainda burguesia) substituiu a nobreza como a classe econômica e socialmente dominante.

A formação dos Estados absolutos assinalou o início da transição para a supremacia de uma nova classe. Os novos monarcas, freqüentemente, buscavam o apoio da burguesia para derrotar os senhores feudais rivais e para unificar o Estado, transformando-o em um poder centralizado. A unificação libertou os mercadores da teia de normas, regulamentos, leis, pesos, medidas e padrões monetários de caráter feudal a que estavam submetidos. Graças ao apoio do Estado, os mercadores puderam também consolidar mercados importantes e contar com proteção militar para os seus empreendimentos comerciais. O monarca, por sua vez, dependia dos capitalistas para a obtenção dos recursos necessários para financiar a centralização do poder.

Embora a Inglaterra tenha sido formalmente unificada bem antes, a unificação de fato só ocorreu quando Henrique VII (1485-1509) instalou, no poder, a dinastia dos Tudor. Henrique VIII (1509-1547) e Isabel I (1558-1603) concluíram a unificação da nação inglesa ao apoio do Parlamento, que representava as classes médias dos condados e burgos. As revoluções de 1648 e 1688 consolidaram, definitivamente, a supremacia do Parlamento ou das classes médias burguesas.

Durante este período, constituíram-se outros importantes estados-nações capitalistas. Luís XI (1461-1483) foi o primeiro monarca que, desde os tempos de Carlos Magno, unificou efetivamente a França. Dois acontecimentos assinalaram a unificação da Espanha: o casamento de Fernando de Aragão e Isabel de Castela, em 1469 e, em seguida, a derrota dos árabes. O quarto estado-nação mais importante, a República Holandesa, só alcançou a sua independência em 1648 quando, finalmente, as forças espanholas de ocupação foram derrotadas.

No final do século XVI e no princípio do século XVII, as grandes cidades da Inglaterra, França, Espanha e Países Baixos (Bélgica e Holanda), haviam se transformado com raras exceções, em florescentes centros econômicos dominados pelos mercadores-capitalistas, que controlavam não apenas o comércio como também boa parte das manufaturas. Nos modernos estados-nações as coalizões formadas por monarcas e capitalistas haviam arrancado das mãos da nobreza feudal o poder que esta exercia em muitas áreas importantes, sobretudo na

área da produção e do comércio. O termo *mercantilismo* é empregado, geralmente, para designar essa fase inicial do capitalismo.

Mercantilismo: Paternalismo Feudal nos Primórdios do Capitalismo

A primeira fase do mercantilismo, denominada usualmente bulionismo, refere-se ao período (discutido anteriormente) durante o qual a Europa se ressentiu da escassez de ouro e prata em lingotes. Essa escassez tornava insuficiente a quantidade de dinheiro em circulação para atender o volume do intercâmbio de mercadorias que se encontrava em rápida expansão. As políticas bulionistas foram projetadas com a finalidade de atrair para os países que as colocaram em prática um fluxo constante de ouro e prata e, ao mesmo tempo, de preservar o estoque de metais preciosos mediante a proibição de sua exportação. Tais restrições perduraram do final da Idade Média até os séculos XVI e XVII.

A Espanha, para onde fluía a maior parte do ouro proveniente das Américas, foi o país que aplicou as restrições bulionistas durante o maior período de tempo, e que impôs a penalidade mais severa, a morte, para evitar que o ouro e a prata fossem exportados. Entretanto, as necessidades do comércio eram tão prementes, e as perspectivas de lucro para os que se dedicavam à importação de mercadorias estrangeiras, tão promissoras que, até mesmo na Espanha, os mercadores-capitalistas acabaram conseguindo subornar burocratas corruptos e contrabandear grandes quantidades de lingotes para fora do país. Os metais preciosos acumulados pela Espanha, em pouco tempo, espalharam-se por toda a Europa e foram amplamente responsáveis pelo longo período inflacionário descrito anteriormente. A Espanha só legalizou a exportação de ouro e prata muito tempo depois da abolição das restrições bulionistas na Inglaterra e na Holanda, em meados do século XVI.

Superada a fase bulionista, a política mercantilista adotada pelos governos europeus passou a privilegiar a manutenção de uma balança comercial favorável. Sua finalidade continuava sendo a de maximizar as reservas de ouro e prata existentes no país. Para manter uma *balança comercial favorável*, os pagamentos em dinheiro recebidos pelo país deveriam superar o fluxo de dinheiro que abandonava o país. Portanto, interessava aos governos, por um lado, favorecer a exportação de mercadorias e a prestação de certos serviços, como a navegação marítima e os seguros, desde que fossem prestados por compatriotas e pagos por estrangeiros. Por outro lado, interessava desencorajar a importação

de mercadorias e a contratação desses mesmos serviços pagos a estrangeiros. Manter uma balança comercial favorável significava enriquecer o tesouro do país. Ainda que neste processo fossem inevitáveis certos pagamentos em ouro e prata, para o exterior, o ingresso de metais preciosos fatalmente superaria a saída desses metais.

Uma das políticas mais importantes, que visava à ampliação do valor das exportações e a redução das importações, foi a criação dos monopólios comerciais. A Inglaterra, por exemplo, poderia adquirir mercadorias (suponhamos de uma região atrasada), a um preço mais vantajoso, se apenas um mercador inglês barganhasse com os estrangeiros envolvidos no negócio, ao invés de vários mercadores ingleses competindo entre si para assegurar a transação, forçando, deste modo, a elevação dos preços. De forma análoga, os mercadores ingleses poderiam vender seus produtos para os estrangeiros, a preços bem mais elevados, se houvesse apenas um negociante oferecendo o produto, ao invés de vários ofertantes forçando a queda dos preços para atrair os compradores.

Nada impedia que o governo inglês proibisse comerciantes do país de concorrerem entre si, em áreas que estivessem sujeitas a monopólio. No entanto, era muito mais difícil afastar a concorrência dos comerciantes franceses, holandeses ou espanhóis. Vários governos tentaram excluir a concorrência dos mercadores estrangeiros organizando impérios coloniais controlados pela metrópole e submetidos ao monopólio comercial. Assim, as possessões coloniais poderiam fornecer matérias-primas baratas para a metrópole e adquirir dela, a preços elevados, produtos manufaturados.

Além da criação dos monopólios, todos os países da Europa ocidental (exceto a Holanda) promulgaram extensa legislação regulamentando as atividades de exportação e importação. Na Inglaterra, os exportadores que enfrentavam dificuldades para competir com os comerciantes estrangeiros obtinham a restituição de impostos ou ainda, se isso não bastasse, recebiam subsídios para a exportação. Uma política aduaneira seletiva gravava uma longa lista de matérias-primas com o objetivo de dificultar a sua exportação, minimizando, deste modo, o preço que os mercadores-fabricantes ingleses pagavam por elas. Em determinadas ocasiões, quando esses produtos escasseavam no mercado interno prejudicando as manufaturas do país, o Estado intervinha, proibindo rigorosamente a sua exportação. A indústria têxtil britânica foi uma das beneficiárias desse tipo de proteção. No princípio do século XVIII, os produtos têxteis eram responsáveis por cerca de metade das exportações inglesas. O governo da Inglaterra proibiu a exportação de grande parte das matérias-primas e produtos semi-acabados, indis-

pensáveis à indústria têxtil, tais como ovelhas, lã, fios e tecidos de lã penteada.

Foram adotadas também medidas visando a desestimular as importações. A importação de determinadas mercadorias foi proibida e sobre outras, recaíam taxas alfandegárias tão elevadas que essas mercadorias praticamente desapareceram da pauta de importações. Especialmente importantes foram as medidas destinadas a proteger as principais indústrias inglesas de exportação contra a concorrência movida pelos fabricantes estrangeiros, que se esforçavam por penetrar nos mercados domésticos controlados por essas indústrias.

Evidentemente, embora as restrições colocadas em prática nesse período beneficiassem a alguns capitalistas, prejudicavam a outros. Como seria de se esperar, os grupos de interesse, organizados em coalizões, pressionavam, por diversos meios, os centros de decisão quer para manter as restrições, quer para estendê-las a outras esferas. Os Atos de Navegação, por exemplo, promulgados pela Inglaterra em 1651 e 1660, tinham por finalidade promover a utilização dos navios ingleses (fabricados no país e tripulados por súditos da Inglaterra) no comércio de importação e exportação. Todas as leis que regulamentavam o comércio exterior e a navegação visavam, em última análise, a ampliar o fluxo monetário que ingressava no país e reduzir o fluxo que escoava para fora. Evidentemente, os rumos que as políticas protecionistas da época tomaram, em grande parte, foram determinados pelas pressões exercidas pelos diversos grupos de interesse.

Além de disciplinar o comércio exterior, o Estado procurou intervir na esfera da produção doméstica, controlando-a através de uma multiplicidade de restrições e regulamentações. Afora as isenções fiscais, subsídios e outras concessões destinadas a estimular a produção das indústrias voltadas para a exportação, o Estado promulgou leis regulamentando, minuciosamente, os métodos de produção e a qualidade dos produtos. Na França, Luís XIV codificou, centralizou e estendeu as antigas restrições aplicadas, até então, de forma descentralizada, pelas guildas. Técnicas específicas de produção tornaram-se obrigatórias: amplas medidas de controle de qualidade adquiriram força de lei; foram, inclusive nomeados, em Paris, fiscais com a missão de zelar pelo cumprimento, a nível local, destas determinações. Jean Baptiste Colbert, ministro e conselheiro econômico de Luís XIV, foi o responsável pela aprovação dessa vasta e minuciosa legislação. Na indústria têxtil, por exemplo, especificavam-se rigidamente as dimensões e o número de fios que as peças de tecido deveriam ter.

Na Inglaterra, o Estatuto dos Artífices (1563) transferiu, definitivamente, para o Estado, as funções desempenhadas pelas antigas

guildas artesanais. O poder central assumiu o controle da aprendizagem dos trabalhadores industriais, das condições de emprego e da alocação da força de trabalho nos diversos tipos de ocupação. O Estado promulgou, também, leis que regulamentavam os salários, a qualidade de vários produtos e outros detalhes concernentes à produção doméstica.

O que significava o amplo controle, exercido pelo Estado, sobre o comércio e a produção doméstica de mercadorias? À primeira vista, a questão parece simples: o Estado utilizava-se de seus poderes para promover os interesses específicos dos capitalistas. Esta visão é reforçada pelo fato de que a maior parte dos escritores, voltados para assuntos econômicos que se destacaram nesse período, eram comerciantes ou funcionários de comerciantes. É inegável que muitos dos estatutos e das medidas protecionistas foram respaldados por grupos de interesse que se beneficiavam com eles.

Entretanto, os mercadores e industriais, ou seja, a classe média capitalista emergente, muitas vezes encontrou nessa teia intrincada de regulamentos, um obstáculo ao desenvolvimento de suas atividades e à obtenção de lucros. Isso explica por que os capitalistas e seus porta-vozes levantaram argumentos, insistentemente, ao longo desse período, em favor da liberalização dos controles impostos pelo Estado. Os regulamentos econômicos acabaram se transformando em uma maldição para os capitalistas e seus porta-vozes. Efetivamente, a característica mais marcante do período mercantilista foi o conflito que se estabeleceu entre uma ideologia econômica ultrapassada, a versão medieval da ética corporativa cristã, e uma nova ordem econômica e social com a qual essa ideologia tornou-se incompatível. O capítulo III discute justamente as conseqüências deste conflito.

Resumo

Uma série de mudanças profundas provocou o declínio do feudalismo e a emergência de uma nova economia orientada para o mercado. As mais importantes dessas mudanças foram os progressos ocorridos na tecnologia agrícola entre o século XI e o final do século XIII. Os aperfeiçoamentos introduzidos na tecnologia agrícola desencadearam, nos séculos subseqüentes, uma sucessão de acontecimentos que culminaram na consolidação do capitalismo.

O rápido crescimento da população e da concentração urbana favoreceram o ressurgimento do comércio de longa distância. O sistema manufatureiro estruturado nas cidades (*putting-out system*) produzia as mercadorias que eram intercambiadas no comércio de longa distância.

Configurou-se uma especialização urbano-rural que pressupunha a monetarização das funções econômicas e das atividades produtivas. A transformação das relações sociais feudais em relações monetárias de mercado destruiu a base social do feudalismo. As tentativas de preservar o sistema feudal culminaram na repressão sangrenta das revoltas camponesas.

Outros processos que contribuíram decisivamente para a instauração do sistema capitalista de mercado foram o regime de *enclosure* (cercamento) dos campos, o renascimento intelectual, a exploração colonial, a descoberta de grandes quantidades de metais preciosos, a inflação de preços ocorrida nos séculos XVI e XVII e a criação dos novos estados-nações.

As políticas mercantilistas aplicadas nos estágios iniciais do capitalismo ocasionaram ampla intervenção governamental nos processos de mercado, sobretudo nos processos relacionados com o comércio internacional. Tais políticas tinham por objetivo, de um modo geral, assegurar elevados lucros para as grandes companhias de comércio, ampliar as fontes de renda dos governos nacionais e, numa perspectiva mais ampla, atrair o máximo de metais preciosos para o país.

CAPÍTULO III

O Conflito Latente no Pensamento Mercantilista

A ética paternalista cristã, quando condenava a aquisição dos bens materiais, entrava em conflito com os interesses dos comerciantes medievais. Esse conflito agravava-se à medida que crescia a importância do comércio de mercadorias. O mercantilismo inglês permaneceu fiel, em seu desenvolvimento, a dois princípios fundamentais¹. “O primeiro referia-se às prescrições bíblicas para a promoção do bem-estar geral e do bem comum das criaturas que habitavam o mundo corporativo de Deus. O segundo princípio era a tendência a definir, como patrimônio de Deus, a sociedade civil na qual os cristãos residiam²”. Nesse período, o Estado começou a tomar o lugar da Igreja, assumindo a função de interpretar e de zelar pelo cumprimento da ética paternalista cristã. A questão essencial, que preocupava os responsáveis pelas primeiras políticas mercantilistas, consistia em saber se deveriam permitir que a florescente classe dos mercadores se dedicasse à aquisição de lucros, com toda a liberdade, sem considerar as conseqüências econômicas e sociais desse tipo de comportamento. A ética cristã exigia que as atividades dos comerciantes fossem supervisionadas e controladas, no interesse do bem-estar de toda a comunidade.

1. Neste capítulo, focalizaremos basicamente o mercantilismo inglês, por duas razões: em primeiro lugar, porque o capitalismo industrial desenvolveu-se, antes que em qualquer outro país, na Inglaterra; em segundo lugar, porque a maior parte das idéias que formam a ideologia capitalista, analisadas, mais adiante, no capítulo IV, foram elaboradas na Inglaterra.

2. William Appleman Williams, *The Contours of American History* (Nova Iorque: Quadrangle, 1966), p. 33.

As Origens Medievais das Políticas Mercantilistas

Os primeiros indícios de uma política econômica de tipo mercantilista remontam ao reinado de Eduardo I (1272-1307). Esse monarca decretou a expulsão de várias empresas estrangeiras da Inglaterra, estabeleceu o comércio inglês de lã na Antuérpia e, por diversos meios, tentou regulamentar o comércio que se realizava no interior do país. Eduardo III, que subiu ao trono pouco tempo depois, ampliou consideravelmente o alcance das políticas colocadas em prática por seu antecessor. A prolongada guerra com a França (1333-1360) desencadeou uma inflação cujas conseqüências, para os trabalhadores, foram desastrosas. Eduardo III procurou mitigar os efeitos da inflação fixando preços e salários numa proporção favorável para os trabalhadores. Em troca, exigiu que todos os homens se dedicassem a toda a espécie de trabalho e serviços disponíveis. "Como sugere este *quiproquó*, o mercantilismo fundamentava-se na idéia da responsabilidade mútua, de caráter corporativo. O caminho que conduzia a Deus baseava-se no respeito mútuo e em obrigações recíprocas. Jerusalém era o exemplo a ser seguido"³.

Ricardo II (1377-1399) ampliou e sistematizou as políticas colocadas em prática por seus predecessores. Os principais problemas que enfrentou durante o seu reinado foram os conflitos econômicos e sociais, que culminaram na Rebelião Camponesa de 1381 (ver capítulo II), e a ameaça representada pela concorrência estrangeira. A necessidade de reagir com mais vigor à concorrência estrangeira levou-o a promulgar, em 1391, o Ato de Navegação, cuja finalidade era favorecer a frota e os comerciantes ingleses, e atrair ouro e prata para o país. O acúmulo de metais preciosos era indispensável para a concretização de seu programa: converter a Inglaterra num "reino próspero e bem governado" em que todos desfrutassem de maior segurança econômica, atenuando-se as tensões sociais existentes.

Henrique II (1485-1509) deu prosseguimento a essa política. Arrou numerosas expedições marítimas, comandadas por exploradores e aventureiros, e procurou, de várias formas, assegurar a legislação e negociar tratados vantajosos para os comerciantes ingleses. Ao mesmo tempo, submeteu-os a uma série de controles e regulamentos, pois acreditava que a busca de lucros, quando egoísta e ilimitada, era prejudicial aos interesses do país e à harmonia social.

3. Williams, *op. cit.*, p. 34. As questões apresentadas nas páginas seguintes baseiam-se no livro de Williams, por sinal um excelente livro.

Na verdade, Henrique II procurou manter uma política de equilíbrio entre os interesses feudais e os interesses capitalistas. Nem os senhores feudais nem os capitalistas dispunham de suficiente ascendência para fazer pender a balança em seu favor. O rápido crescimento da mineração e da criação de ovelhas durante o seu reinado relegou a um segundo plano a produção de alimentos, o que trouxe conseqüências desastrosas. Por outro lado, os excessos cometidos pelos comerciantes despertaram a hostilidade tanto dos camponeses quanto da aristocracia agrária. Percebendo, talvez, as implicações que isso poderia trazer e em retribuição às medidas adotadas pela Coroa, destinadas a amparar os empreendimentos que realizavam no exterior, os comerciantes submetem-se, voluntariamente, às leis que regulamentavam a atividade manufatureira e comercial no interior do país.

A Secularização das Funções da Igreja

Durante o reinado de Henrique VIII, a Inglaterra rompeu com o catolicismo romano. Esse rompimento foi bastante significativo porque assinalou o final do processo de secularização (ao menos na Inglaterra) das funções desempenhadas, até então, pela Igreja medieval. Sob o reinado de Henrique VIII, "o Estado, convertido em monarquia divina, assumiu o papel e as funções da antiga Igreja universal. O que Henrique fez, à sua maneira brusca, foi santificar os processos deste mundo"⁴. Seu reinado, assim como o de Isabel I, Jaime I e Carlos I (1558-1649), foi marcado por intenso descontentamento social, motivado pela determinação, em conseqüência do desemprego, das condições de vida da população.

O regime de cercamento dos campos (discutido no capítulo II) foi responsável em grande parte, pela onda de desemprego que se espalhou pelo país. Outro fator foi o declínio, na segunda metade do século XVI, das exportações dos produtos de lã, que obrigou a mais importante indústria manufatureira inglesa a dispensar grande quantidade de mão-de-obra. Esse período foi convulsionado por freqüentes crises comerciais bastante semelhantes, exceto quanto à regularidade, às fases depressivas dos ciclos econômicos modernos. Além desses fatores, havia ainda o desemprego sazonal que deixava muitos trabalhadores sem emprego durante quatro meses.

4. *Ibid.*, p. 36.

A população já não podia contar com o auxílio da Igreja para atenuar os efeitos do desemprego e da miséria generalizada. A destruição do poder da Igreja resultara no desmantelamento do sistema de assistência social organizado e mantido por ele. O Estado procurou, então, assumir a responsabilidade pela preservação do bem-estar geral da população. Nesse sentido, "os líderes da Inglaterra desenvolveram um amplo e coordenado programa com a finalidade de reorganizar e racionalizar... a indústria, estabelecendo especificações relativas aos padrões de produção e comercialização"⁵. Tais medidas visavam a estimular o comércio do país, aliviando, deste modo, o problema do desemprego.

E com raras exceções, as políticas propugnadas pelos escritores mercantilistas enfatizavam um ponto comum: a perspectiva de alcançar o pleno emprego. Os mercantilistas davam maior importância às medidas destinadas a estimular o comércio exterior, relegando o comércio interno a um segundo plano, "pois acreditavam que sua contribuição para o emprego, a riqueza e o poderio da nação era mais significativa. As obras escritas após 1600 enfatizavam os efeitos inflacionários do excesso de exportações sobre as importações e a conseqüente ampliação do emprego provocada pela inflação"⁶.

Entre as medidas adotadas nesse período com o objetivo de fomentar a indústria, destaca-se a concessão de patentes de monopólio. A primeira patente importante foi conferida em 1561, sob o reinado de Isabel I. A concessão de direitos de monopólio visava a estimular as invenções e promover o estabelecimento de novas indústrias. Como era de se esperar, em nome desses direitos, cometiam-se graves abusos. Os escritores mercantilistas, como os reformadores norte-americanos ante os abusos cometidos no país no final do século XIX, exasperavam-se diante do complexo sistema de privilégios e clientelas, bem como da infinidade de outros males originados pela concessão de monopólios. Promulgado em 1624, com a intenção de coibir esses males, o Estatuto dos Monopólios declarou ilegais todos os monopólios, excetuando-se aqueles que envolvessem invenções genuínas ou que efetivamente contribuissem para promover um balanço de pagamentos favorável. No entanto, o Estado deixou brechas suficientemente largas para que os abusos persistissem impunemente.

O Estatuto dos Artífices (1563) estabelecia normas regulamentando as condições de trabalho, o tempo de duração do aprendizado, o teto máximo dos salários pagos aos operários, bem como a periodicidade

5. *Ibid.*, p. 40.

6. William D. Gramoc, *Economic Liberalism*, vol. 1 (Nova Iorque: Rondon House, 1965), p. 59.

dos reajustes salariais. O estatuto é importante porque ilustra o fato de que a ética paternalista em que se inspiravam os atos da Coroa, jamais conduziu a medidas destinadas a elevar a condição de vida das classes trabalhadoras. Embora os monarcas dessa época se sentissem obrigados a protegê-las, tal como seus antecessores medievais, julgavam que estas classes deveriam ser mantidas em seu devido lugar. A fixação de taxas máximas de reajuste salarial beneficiava exclusivamente aos capitalistas. Os magistrados que estabeleciam esses limites e zelavam pelo cumprimento do estatuto pertenciam à classe dos empregadores. Provavelmente, os limites fixados pelo Estatuto provocaram a redução dos salários reais dos trabalhadores, uma vez que os preços quase sempre subiam mais rápido que os salários.

Para combater o problema do desemprego, da pobreza e da mendicância, que haviam adquirido proporções alarmantes na Inglaterra, o Estado promulgou, em 1531 e em 1536, a lei dos pobres. A primeira lei estabelecia uma distinção entre os "merecedores" e os "não merecedores". Somente os pobres "merecedores" tinham direito a mendigar. A segunda lei transferia para cada paróquia da Inglaterra a responsabilidade pela manutenção de seus pobres, autorizando-a a reunir, através de contribuições voluntárias, um fundo destinado ao sustento dos pobres. Ambas as medidas redundaram num fracasso total. Enquanto isso, o "problema dos indigentes" tornava-se cada vez mais grave.

Finalmente, em 1572, o Estado admitiu o princípio de que os pobres teriam que ser sustentados por meio de fundos fiscais. Decretou, então, um "imposto para os pobres", de caráter compulsório. Em 1576, foi autorizada a criação de "casas de correção", onde seriam internados os "indigentes incorrigíveis". As paróquias receberam instruções para abastecer essas casas de matérias-primas das quais se ocupariam os indigentes e vagabundos mais dóceis. Muitas outras leis para os pobres foram promulgadas no período compreendido entre meados e o final do século XVI.

A Lei dos Pobres, promulgada pelos Tudor em 1601, representou uma tentativa de integrar toda a legislação concernente ao problema, em um único arcabouço legal. Dentre as suas principais disposições, incluía-se o reconhecimento do direito de os pobres receberem assistência, a cobrança de impostos compulsórios para os pobres a nível das paróquias e a diferenciação de tratamento para cada uma das várias categorias de pobres. Os velhos e os doentes poderiam receber auxílio em suas casas; as crianças desamparadas, excessivamente novas para se engajarem como aprendizes em algum comércio, seriam internadas; os pobres merecedores e os desempregados tinham direito a receber traba-

lho, conforme o disposto na lei de 1576; já os vagabundos incorrigíveis seriam enviados para casas de correção ou prisões⁷.

Do que foi analisado até aqui, conclui-se que o mercantilismo inglês, à luz da ética paternalista cristã, elevou à condição de princípio a idéia de que "o Estado tinha a obrigação de servir a sociedade, assumindo a responsabilidade de zelar pelo bem-estar geral da população⁸." As diversas leis promulgadas nesse período "fundamentavam-se na noção de que a pobreza, ao invés de ser encarada como um pecado pessoal, constituía uma função do sistema econômico⁹". Admitia-se que as vítimas das deficiências do sistema econômico deveriam ser socorridas pelos beneficiários desse sistema.

O Surgimento do Individualismo

Após a guerra civil, que se prolongou de 1648 a 1660, e a Revolução Gloriosa, em 1688, o governo da Inglaterra foi submetido ao controle da pequena nobreza (*gentry*) e da classe média dos capitalistas. A visão do mundo medieval, subjacente à ética paternalista cristã, foi eclipsada. Nos cem anos subseqüentes, ocorreriam mudanças fundamentais nas formas e na filosofia de atuação do Estado na sociedade. Em 1776, com a publicação da obra de Adam Smith, a *Riqueza das Nações*, uma nova filosofia individualista — o liberalismo clássico¹⁰ — conquistou definitivamente a ascendência na Inglaterra. Enquanto vigorou o mercantilismo, a filosofia individualista travou uma luta surda contra a supremacia da antiga visão paternalista do mundo. O liberalismo clássico sairia vitorioso dessa luta porque — ao contrário da velha visão medieval do mundo — ele refletia as necessidades da nova ordem capitalista.

Ao condenar a avareza, o comportamento aquisitivo e o desejo de acumular riquezas, a ética paternalista cristã medieval rejeitava o que haveria de se tornar a motivação dominante do sistema capitalista. No final do século XVIII, quase todas as fases de produção haviam sido incorporadas à esfera da economia capitalista de mercado que, para funcionar com êxito, dependia do desejo de se acumular riquezas em proveito próprio. Nesse contexto, começaram a surgir novas teorias sobre o comportamento humano, segundo as quais as motivações

7. Para um aprofundamento dessa discussão sobre a lei dos pobres, ver Arthur Birnie, *An Economic History of the British Isles* (Londres: Methuen, 1936), caps. XII e XVIII.

8. Williams, *op. cit.*, p. 41.

9. *Ibid.*, p. 44.

10. Empregamos o adjetivo *clássico* para diferenciar a visão do mundo liberal tradicional daquilo que foi chamado liberalismo no século XX. Essa distinção será explicitada melhor no capítulo IV.

egoístas e interesseiras constituíam a razão de ser básica, senão única, das ações realizadas pelos homens.

Essa concepção do comportamento humano foi sustentada por muitos dos escritores eminentes do período. Muitos filósofos e teóricos sociais partiam do princípio de que todo ato humano estava relacionado com a autopreservação e, portanto, era, em sua essência, um ato egoísta. O nobre inglês Sir Robert Filmer espantou-se com a quantidade de pessoas que falavam "da liberdade natural do gênero humano; uma opinião nova, perigosa e plausível" com implicações anarquistas.¹¹ Em sua obra *Leviatã*, publicada em 1651, Thomas Hobbes desenvolveu, em estilo vigoroso, uma opinião amplamente difundida: todas as motivações humanas originavam-se do desejo por tudo o que promovesse o "impulso vital" do organismo (homem). Segundo Hobbes, todas as motivações humanas, inclusive a compaixão, não passavam de manifestações dissimuladas de egoísmo: "A tristeza que um indivíduo sente ante a calamidade que se abateu sobre o próximo é *piedade*, sentimento que procede da suposição de que calamidade semelhante pode se abater sobre ele próprio; e assim este sentimento é chamado de... *compaixão*, e... *solidariedade*..."¹².

Excetuando-se os pequenos grupos de interesse que se beneficiavam com as restrições e regulamentações impostas, nesse período, ao comércio e à manufatura, os capitalistas sentiam-se de um modo geral, coagidos e tolhidos pela intervenção estatal, o que os levou a abraçar entusiasticamente as novas doutrinas individualistas. A filosofia individualista acabou por conquistar o pensamento econômico, inclusive os próprios mercantilistas. Um historiador, conhecido por suas opiniões cautelosas, afirmou que "a maioria das políticas... mercantilistas partiam do princípio de que o interesse próprio governa a conduta individual..."¹³.

Os escritores mercantilistas eram, com raras exceções, capitalistas ou funcionários das grandes companhias comerciais capitalistas. Era natural, portanto, que encarassem as motivações da conduta dos capitalistas como motivações universais. Das idéias que os capitalistas tinham a respeito da natureza do homem, da necessidade de se libertarem das restrições econômicas que tolhiam a realização de seus negócios cotidianos originou-se a filosofia do individualismo, que lançou as bases do liberalismo clássico. Contestando as ordenadas concep-

11. Lee Cameron McDonald, *Western Political Theory: The Modern Age* (Nova Iorque: Harcourt Brace Jovanovich, 1962), p. 29.

12. Citado por Harry K. Girvetz, *The Evolution of Liberalism* (Nova Iorque: Colliers, 1963), p. 28-29.

13. Grampp, *op. cit.*, p. 69.

ções paternalistas, que a Europa herdara da sociedade feudal, os filósofos individualistas proclamavam "o princípio de que o ser humano tinha direito à independência, à autodeterminação, à autonomia, à liberdade, enfim, que o ser humano deveria ser um indivíduo, uma unidade destacada e não submersa da massa social¹⁴".

O Protestantismo e a Ética Individualista

Uma das manifestações mais importantes da filosofia individualista foi a teologia protestante, fruto da Reforma Protestante. A nova classe média capitalista desejava libertar-se não apenas das restrições econômicas, que obstruíam o desenvolvimento da manufatura e do comércio, como também do opróbrio moral que a Igreja católica lançara sobre as suas motivações e atividades. O protestantismo, além de libertá-los da condenação religiosa, converteu em virtudes, as motivações interesseiras e egoístas, estigmatizadas pela Igreja medieval¹⁵.

Os iniciadores do movimento protestante mantiveram-se muito próximos das posições sustentadas pela Igreja católica com relação a questões sociais. Durante a revolta camponesa deflagrada na Alemanha, em 1524, Lutero escreveu um panfleto virulento intitulado *Contra as Hordas Assassinas dos Camponeses*, no qual afirmava que os príncipes deviam "punir, estrangular ou apunhalar... tempos extraordinários em que é digno do paraíso o príncipe que não teme derramamento de sangue, e não aquele que se entrega a orações". Suas exortações contribuíram para criar o clima que levou a nobreza, imbuída do sentimento de que cumpria uma grande missão religiosa, a massacrar cerca de cem mil camponeses.

Contudo, a despeito do conservadorismo dos fundadores do protestantismo, a nova concepção religiosa ampliou a influência da filosofia individualista. O princípio básico do protestantismo, o fundamento das concepções religiosas, que viriam a santificar as práticas econômicas da classe média, era a doutrina de que os homens se justificam não mais pelas obras e sim pela fé. (Segundo a Igreja católica) os homens justificam-se pelas obras, o que geralmente significava pelas cerimônias e rituais. Nenhum homem se justifica por seus próprios méritos. "A justificação pelas obras... significava que o indivíduo jamais alcançaria

a salvação por si mesmo, mas somente através da Igreja. Daí provinha o poderio do clero. A confissão compulsória, a imposição de penitências a toda população... bem como a prerrogativa de conceder a absolvição conferia aos clérigos um poder assustador¹⁶". O poder que o clero concentrou em suas mãos dificultou o abandono das doutrinas medievais da Igreja católica, que mantinha o indivíduo subordinado à sociedade.

Segundo a doutrina protestante da justificação pela fé, as motivações eram mais importantes que quaisquer atos ou rituais. A fé era "nada mais nada menos que a verdade do coração"¹⁷. Todo homem deveria escutar o que lhe dizia o coração para saber se seus atos eram motivados por intenções puras e pela fé em Deus. O homem era o juiz de si próprio. A confiança que esta doutrina individualista depositava na consciência pessoal de cada indivíduo despertou profundo interesse na nova classe média dos artesãos e pequenos comerciantes. "O negociante do século XVI e XVII, de Gênova, Amsterdam ou Londres, consultando seu coração, descobriu que Deus havia plantado ali um profundo respeito pelo princípio da propriedade privada... Tais homens sentiam, com honestidade e fervor, que suas práticas econômicas, ainda que estivessem em conflito com a lei tradicional da Igreja, não constituíam ofensa a Deus. Pelo contrário: glorificavam-no"¹⁸.

Influenciados pela noção insistentemente reafirmada de que o próprio indivíduo interpretava a vontade de Deus, os "puritanos" quiseram espiritualizar (os novos) processos econômicos, chegando inclusive a crer que "Deus havia instituído o mercado e o câmbio"¹⁹. Foi apenas uma questão de tempo para que os protestantes expusessem o dogma que esperavam fosse aceito por todos. Segundo o novo dogma, radicalmente diferente das doutrinas medievais, a melhor forma de o indivíduo satisfazer a Deus era exercer com zelo sua missão na terra. A diligência e a dedicação ao trabalho passaram a ser consideradas como grandes virtudes.

A velha desconfiança com que o cristianismo encarava os ricos foi "traduzida" para uma condenação à extravagância e à dissipação desnecessária de riquezas. A ética protestante atribuía grande importância ao ascetismo, à temperança e à frugalidade. Um teólogo que se dedicou ao estudo das relações entre a religião e o capitalismo colocou a questão nos seguintes termos: "A valorização religiosa do trabalho

14. McDonald, *op. cit.*, p. 16.

15. Há dois estudos clássicos sobre a relação existente entre o protestantismo e o capitalismo: o primeiro é o de Max Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* (Nova Iorque: Scribner, 1958) e o segundo é o de Richard H. Tawney, *Religion and the Rise of Capitalism* (Nova Iorque: Mentor Books, 1954).

16. Christopher Hill, "Protestantism and the Rise of Capitalism", em D. S. Landes, editor, *The Rise of Capitalism* (Nova Iorque: Macmillan, 1966), p. 43.

17. *Ibid.*

18. *Ibid.*, p. 46-47.

19. *Ibid.*, p. 49.

eficiente, sistemático e constante como a forma mais fácil de assegurar a salvação e de glorificar a Deus tornou-se um dos agentes mais poderosos da expansão econômica. As rígidas limitações de consumo, por um lado, e a intensificação metódica da produção, por outro, não poderiam deixar de favorecer a acumulação de capital²⁰." Assim, embora nem Calvino nem Lutero possam ser considerados porta-vozes da nova classe média capitalista, os capitalistas encontraram no contexto do novo individualismo religioso a religião que lhes convinha. Com o passar do tempo "os lucros... (vieram a ser) encarados como a expressão da vontade de Deus, como evidência de sua generosidade e prova de sucesso na vocação escolhida por cada um²¹."

As Políticas Econômicas de Caráter Individualista

Ao longo do período mercantilista, as concepções individualistas inspiraram protestos contra a subordinação das questões econômicas às decisões do Estado. A partir de meados do século XVII, quase todos os escritores mercantilistas condenavam os monopólios concedidos pelo Estado, bem como outras formas de protecionismo e favoritismo, que imperavam na economia interna (por oposição ao comércio exterior). Segundo esses críticos, em um mercado competitivo que colocasse em oposição compradores com compradores, vendedores com vendedores e compradores com vendedores, seria altamente proveitoso para a sociedade, deixar que os preços flutuassem livremente e encontrassem no mercado seu próprio nível de equilíbrio. John Hales, um dos primeiros escritores mercantilistas de renome, sustentou a tese de que a produtividade agrícola poderia ser ampliada consideravelmente se fosse concedido aos agricultores:

o direito de obterem mais lucros e liberdade para venderem seu produto em qualquer época e em qualquer lugar, a mesma liberdade de que os homens desfrutavam em seus outros afazeres. Mas então, sem dúvida, o preço do milho subiria muito mais no primeiro momento do que em toda a extensão do processo; em compensação, a elevação de preço incitaria os homens a pôr mãos à obra, a arar a terra, a lavrar terras incultas, a transformar as terras cercadas para pastagem em terras de cultivo; pois todo homem trabalharia com mais satisfação na atividade que promete ser de maiores lucros e ganhos, o que resultará forçosamente cereal em fartura e grande riqueza para este reino, além de outros víveres em maior abundância.²²

20. Kemper Fullerton, "Calvinism and Capitalism; an Explanation of the Weber Thesis", em Robert W. Green, editor, *Protestantism and Capitalism: The Weber Thesis and Its Critics* (Lexington, Mass.: Heath, 1959), p. 19.

21. *Ibid.*, p. 18.

22. Citado por Grampp, *op. cit.*, p. 78.

Esse modo de pensar — as restrições impostas à produção e ao comércio, no âmbito de uma nação, são nocivas ao interesse da coletividade — difundiu-se amplamente, no final do século XVII e princípio do século XVIII, sendo reafirmado em obras de vários autores renomados como Malynes Pettry, North, Law e Child²³. Sir Dudley North (1641-1691) foi, sem dúvida, o primeiro a discutir em termos claros a ética individualista, que haveria de proporcionar as bases do liberalismo clássico. Segundo North, os homens eram motivados, antes de tudo, pelo interesse próprio. Julgava indispensável para a maximização do bem público deixar os homens entregues a si mesmos, competindo num mercado livre. North sustentava que os mercadores e capitalistas, que reivindicam leis especiais para regulamentar a produção ou o comércio, "tendem geralmente a considerar seu interesse imediato como a Medida do Bem e do Mal, extensiva a todos. Muitos se preocupam unicamente em aumentar o lucro que retiram de seu Comércio, pouco se importando com o sofrimento dos outros. Todo homem se esforça para que os demais sejam obrigados, na condução dos negócios, a agir subservientemente em proveito do seu Lucro, desde que acobertados pelo Público".²⁴ A melhor maneira de promover o bem comum, afirmava North, era suprimir a maioria das leis restritivas que conferiam privilégios especiais.

Em 1714, Bernard Mandelville publicou "A Fábula das Abelhas: ou Vícios Privados, Benefícios Públicos" (*The Fable of the Bees: or Private Vices, Publick Benefits*), onde faz afirmações aparentemente paradoxais: se todos praticassem os vícios considerados mais degradantes pelo velho código moral, o bem comum sairia lucrando. Sustentava que o egoísmo, a avareza e o desejo de adquirir riquezas tornavam os homens mais industriais e faziam prosperar a economia. A lógica do paradoxo era evidente: aquilo que os moralistas medievais consideravam como vícios constituíam as forças motrizes que impulsionavam o novo sistema capitalista. A filosofia econômica, moral e religiosa favorável ao capitalismo não mais encarava tais motivações como vícios.

Durante todo o período mercantilista, os capitalistas lutaram contra as restrições que dificultavam a obtenção de lucros. Essas restrições impostas por leis paternalistas eram os vestígios da versão medieval da ética paternalista cristã. Tornou-se impossível conciliá-la com as necessidades do novo sistema econômico, cujo funcionamento se baseava não mais em vínculos tradicionais, mas em obrigações estritamente contratuais entre pessoas. Os mercadores e capitalistas, que investiam vultosas

23. *Ibid.*, p. 77-81.

24. Citado por Robert Lekachman, editor, *The Varieties of Economics*, vol. I (Nova Iorque: Meridian, 1962), p. 185.

somas em empreendimentos comerciais, já não podiam contar com a força dos costumes para proteger seus investimentos.

O princípio do lucro só seria viável em uma sociedade que protegesse os direitos de propriedade e zelasse pelo cumprimento dos compromissos contratuais, de caráter impessoal, estabelecidos entre indivíduos. A nova ideologia que se firmou no final do século XVII e no século XVIII justificava as motivações e as relações estabelecidas entre os indivíduos. No capítulo IV, analisaremos os fundamentos dessa nova filosofia individualista do liberalismo clássico.

Resumo

Há uma relação de continuidade entre o pensamento social medieval e o mercantilista. A intervenção do Estado nos processos econômicos foi inicialmente justificada à luz da noção medieval cristã, segundo a qual aqueles a quem Deus concedera poder tinham a obrigação de usá-lo em proveito do bem-estar de toda a sociedade. No início do processo de transição para o capitalismo, o Estado assumiu parte das funções antes desempenhadas pela Igreja.

A ética paternalista cristã condenava severamente o desejo de acumular riquezas que haveria de se tornar a força propulsora do sistema capitalista. Foi necessário, portanto, elaborar novas concepções filosóficas e ideológicas que justificassem moralmente o individualismo, a ganância e a busca de lucros.

O protestantismo e as filosofias individualistas lançaram os fundamentos para uma nova ideologia. Nas obras econômicas dos mercantilistas, percebe-se a influência das noções individualistas, que insistiam na necessidade de conceder maior liberdade para os capitalistas e de reduzir a intervenção governamental no mercado. O conflito intelectual entre os dois pontos de vista fundamentalmente diferentes, refletidos nas obras mercantilistas, só se resolveu quando a filosofia e a economia liberal clássica extirparam os últimos vestígios da ética paternalista cristã medieval.

CAPÍTULO IV

O Liberalismo Clássico e o Triunfo do Capitalismo Industrial

Há um tema comum a todas as obras dos escritores mercantilistas (analisadas na parte final do capítulo III) que os distingue dos escritores liberais clássicos posteriores. Os mercantilistas defendiam a limitação das restrições e regulamentações internas, mas eram favoráveis a uma política governamental ativa, destinada a ampliar a participação comercial da Inglaterra nos mercados internacionais. Já os liberais clássicos propugnavam pela liberdade de comércio tanto na esfera internacional quanto na esfera doméstica. Nesse capítulo, examinamos como as mudanças ocorridas na posição comercial da Inglaterra levaram seus economistas a favorecerem o livre comércio.

A Revolução Industrial

Entre 1700 e 1770, os mercados estrangeiros disponíveis para os produtos fabricados na Inglaterra cresceram muito mais rapidamente que os mercados domésticos. No período compreendido entre 1700 e 1750, a produção das indústrias que atendiam o mercado doméstico cresceu 7% e a das indústrias de exportação, 76%. No período 1750-1770, esses índices foram de 7% e 80%, respectivamente. O rápido crescimento das exportações de produtos manufaturados ingleses foi a causa mais importante de uma transformação decisiva na história do homem: a Revolução Industrial.

No século XVIII, a Inglaterra já dispunha de um mercado bem desenvolvido. Os preconceitos, atitudes, e ideologias tradicionais, hostis

ao capitalismo, haviam sido em grande parte superados. A produção de bens manufaturados em quantidades cada vez maiores e a redução dos custos de produção possibilitaram a obtenção de lucros consideráveis. O interesse em ampliar a margem de lucros combinado com o crescimento da exportação de produtos manufaturados provocou uma verdadeira explosão de inovações tecnológicas no final do século XVIII e no princípio do século XIX, inovações essas que transformaram radicalmente a face da Inglaterra e, posteriormente, de grande parte do mundo.

A indústria têxtil foi o setor mais dinâmico na primeira fase da Revolução Industrial. Em 1700, os fabricantes de tecidos de lã persuadiram o governo a proibir a importação de calicós (variedade de tecido de algodão) produzidos na Índia, assegurando desse modo o mercado interno exclusivamente para as indústrias domésticas. Por outro lado, como já foi dito, o crescimento da demanda externa estimulou a mecanização da indústria.

Em termos mais específicos, o desequilíbrio estabelecido entre processos de fiação e de tecelagem conduziu a várias inovações. A produtividade da roca de fiar era inferior à do tear manual, diferença que se tornou, após 1730, ainda maior, com a invenção da lançadeira voadora que acelerou consideravelmente o processo de tecelagem. Três invenções revolucionaram a indústria têxtil: a máquina de fiar (*spinning jenny*) desenvolvida na década de 1760, permitia uma só pessoa fiar vários fios simultaneamente; a máquina de fiar movida a água (*water frame*), inventada em 1768, aprimorou as operações de fiação ao incorporar ao processo os cilindros e os fusos; e finalmente, a fiadeira automática, criada na década de 1780, reunia as características das duas máquinas de fiar anteriores, com a vantagem de permitir o emprego de energia a vapor. Essas invenções tornavam-se mais econômicas quando colocadas em uso em fábricas localizadas nas proximidades de fontes de energia hidráulica substituída posteriormente pela energia a vapor. Richard Arkwright, a quem se atribui a invenção da máquina de fiar movida a água (*water frame*), levantou suficiente capital para colocar em operação uma grande quantidade de fábricas, cada uma delas empregando de 150 a 600 pessoas. Outros seguiram o seu exemplo, e assim a manufatura têxtil na Inglaterra abandonou as cabanas em que habitavam e trabalhavam os tecelões, convertendo-se numa indústria fabril.

A indústria siderúrgica desempenhou também um papel extremamente importante no desenvolvimento da produção fabril mecanizada. No início do século XVIII, a indústria siderúrgica inglesa era inexpressiva. Utilizava-se para a fundição um material pré-histórico, o carvão

vegetal. Contudo, as florestas que antes circundavam as minas de ferro haviam sido quase totalmente devastadas. A Inglaterra foi obrigada a importar ferro fundido de suas colônias, da Suécia, da Alemanha e da Espanha. Em 1709, Abraham Darby desenvolveu um processo que permitia extrair do carvão mineral o coque, material que passou a ser utilizado no processo de fundição, em lugar do carvão vegetal.

Apesar da relativa abundância de carvão mineral nas proximidades das minas de ferro, somente no final do século XVIII (com a grande expansão da produção de armas e munições para fins militares), a indústria siderúrgica começou a empregar o coque em larga escala. O crescimento da demanda favoreceu o desenvolvimento do processo de pudlagem, o qual eliminou o excesso de carbono deixado pelo coque. A introdução desse novo processo deu origem a uma série de inovações, entre as quais a laminação, o alto-forno, o martelo a vapor e os tornos mecânicos para metais. O conjunto destas invenções acelerou a expansão das indústrias siderúrgicas e da mineração do carvão, o que possibilitou a difusão de máquinas fabricadas com ferro por vários ramos industriais.

Em muitos outros setores industriais, os empresários perceberam que, aumentando a produtividade e, ao mesmo tempo, reduzindo os custos de produção, era possível ampliar a sua margem de lucros. Esse período caracterizou-se por uma "verdadeira explosão de atividades inventivas":

Durante a segunda metade do século XVIII, o interesse pelas inovações técnicas adquiriu proporções extraordinárias. Nos cem anos que precederam 1760, houve uma década excepcional em que foram registradas 102 patentes. O número de patentes registradas em cada década oscilou entre o mínimo de 22 (1700-1709) e o máximo de 92 (1750-1759). Em compensação, nos trinta anos subsequentes, a média de patentes registradas, que foi de 205 na década de 1760, subiu para 294 na década de 1770, e para 477 na década de 1780¹.

Das inovações introduzidas neste período, a mais importante foi, sem dúvida, o desenvolvimento da máquina a vapor. As primeiras máquinas a vapor começaram a ser utilizadas industrialmente na década de 1700. Contudo, eram tantas as dificuldades mecânicas que seu uso ficou restrito ao bombeamento de águas nas minas. Em 1769, James Watt projetou uma máquina com especificações extremamente precisas, em que o impulso retilíneo de um pistão podia ser convertido em um movimento rotativo. Um fabricante de Birmingham chamado Boulton interessou-se pelo projeto e associou-se a Watt. Com os recur-

1. Reinhard Bendix, *Work and Authority in Industry* (Nova Iorque: Harper & Row, Torchbooks, 1963), p. 27.

Os financeiros de Boulton, lançaram-se à produção em larga escala de máquinas a vapor. Nos últimos anos do século, a água cedia rapidamente lugar ao vapor como principal fonte de energia na produção manufatureira. A difusão da energia a vapor acarretou profundas mudanças sociais e econômicas.

Este grande acontecimento — a invenção da máquina a vapor — inaugurou a última fase mais decisiva da revolução industrial. Libertando-a de suas últimas cadeias, o vapor possibilitou o desenvolvimento acelerado e gigantesco da produção industrial em larga escala. Ao contrário da energia hidráulica, que requeria a proximidade de cursos de água, a energia a vapor livrou a indústria das imposições geográficas e permitiu que ela se distanciasse dos recursos locais. Onde fosse possível adquirir carvão mineral a um preço razoável, instalava-se uma máquina a vapor. A Inglaterra possuía carvão mineral em abundância, cujo emprego, no final do século XVIII destinava-se aos mais variados fins. Por outro lado, a construção de uma vasta rede de canais reduziu consideravelmente os custos de transporte do carvão, tornando-o mais barato: a Inglaterra transformou-se, assim, num país privilegiado, com condições únicas para o crescimento da indústria. As fábricas já não precisavam ficar confinadas nos vales, à margem de rios caudalosos, onde haviam ensaiado seus primeiros passos. Tornou-se possível trazê-las para as proximidades dos mercados de onde provinham as matérias-primas e nos quais vendiam seus produtos, ou para as proximidades dos centros populacionais onde recrutavam mão-de-obra. A aglomeração das indústrias, erigidas uma ao lado da outra, deu origem às gigantescas cidades industriais, de aspecto enegrecido, com as máquinas a vapor despejando ininterruptamente densas nuvens de fumaça.²

As principais cidades manufatureiras experimentaram um crescimento realmente espetacular. A população de Manchester, por exemplo, estimada em 17.000 habitantes em 1760, subiu para 237.000 habitantes em 1831 e 400.000 em 1851. A produção de bens manufaturados praticamente dobrou na segunda metade do século XVIII, e cresceu a um ritmo ainda mais intenso no princípio do século XIX. Por volta de 1801, cerca de 30% da força de trabalho existente na Inglaterra estava empregada nas atividades manufatureiras e mineradoras; em 1831, esta cifra ascendeu para cerca de 40%. Os imensos centros urbanos manufatureiros que surgiram em consequência da Revolução Industrial, e nos quais predominava o sistema fabril, modificaram profundamente a fisionomia da Inglaterra. O rápido crescimento da produtividade que acompanhou essas transformações elevou a Inglaterra à condição de potência hegemônica, no plano político e econômico, do século XIX. O capítulo V abordará as consequências da Revolução Industrial para a vida da população inglesa.

A Consagração do Liberalismo Clássico

No decorrer do processo de industrialização, a visão de mundo individualista subjacente ao liberalismo clássico tornou-se a ideologia

2. Paul Mantoux, *The Industrial Revolution in the Eighteenth Century* (Nova Iorque: Harcourt Brace Jovanovich, 1927), p. 344-345.

dominante do capitalismo³. Muitas das idéias do liberalismo clássico haviam deitado raízes e mesmo conquistado ampla aceitação no período mercantilista, mas foi somente no final do século XVIII e no século XIX que o liberalismo clássico dominou definitivamente o pensamento político, econômico e social na Inglaterra. A ética paternalista cristã continuou sendo defendida por muitos autores da nobreza ou a ela aliados, bem como por muitos socialistas, mas agora enquanto perspectiva de uma minoria dissidente.

O Credo Psicológico

O credo psicológico dos ideólogos do liberalismo clássico baseava-se em quatro pressupostos sobre a natureza humana. Todo homem, diziam eles, é egoísta, frio e calculista, essencialmente inerte e atomista. (Sobre a discussão da teoria de que a natureza humana é intrinsecamente egoísta, ver capítulo III). A tese sobre o egoísmo defendida por Hobbes forneceu as bases desta concepção. Os filósofos posteriores, sobretudo Jeremy Bentham, matizaram-na com as cores do hedonismo psicológico, sustentando que todas as ações são motivadas pelo desejo de obter prazer e evitar a dor.

“A natureza, escreveu Bentham, submeteu o gênero humano ao domínio de duas autoridades soberanas: a dor e o prazer... Somos por elas governados em tudo o que fazemos, em tudo o que dizemos, em tudo o que pensamos”. Os prazeres diferem apenas quanto à intensidade, não há diferenças de qualidade: “Sendo idêntica a quantidade de prazer, tanto faz jogar boliche como fazer poesia”. A teoria de que as motivações humanas são essencialmente egoístas foi endossada por muitos pensadores eminentes desse período, entre os quais John Locke, Bernard Mandeville, David Hartley, Abraham Tucker e Adam Smith. As idéias de Smith serão examinadas com detalhes mais adiante neste capítulo.

Os ideólogos do liberalismo clássico atribuíam ao intelecto humano um papel extremamente significativo. Embora todas as motivações tenham origem no prazer e na dor, as decisões que os indivíduos tomam quanto a que prazeres ou dores buscar ou evitar baseiam-se numa avaliação fria, desapassionada, racional, das situações. É a razão quem dita a necessidade de avaliar todas as alternativas que determinada situação coloca para que a escolha recaia sobre a que oferece o máximo

3. A análise do liberalismo clássico desenvolvida a seguir baseia-se, em grande parte, na obra de Harry K. Girvetz, *The Evolution of Liberalism* (Nova Iorque: Collier, 1963), p. 1-149.

4. Jeremy Bentham, “An Introduction to the Principles of Morals and Legislation”, em A. I. Melden, editor, *Ethical Theories* (Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1955), p. 341.

de prazer e o mínimo de dor. Aí está a vertente calculista e intelectual da teoria psicológica do liberalismo clássico: a ênfase que confere à avaliação racional dos prazeres e dores e, em contrapartida, o menos-prezo pelo capricho, o instinto, o hábito, o costume e as convenções.

A visão de que os indivíduos são essencialmente inertes decorre da noção de que a busca do prazer e a rejeição da dor constituem as únicas motivações do homem. Se os homens não encontrassem atividades que lhes proporcionassem prazeres, ou se não temessem a dor, ficariam reduzidos à inércia, à imobilidade ou, em outras palavras, ficariam entregues à indolência. Todo tipo de esforço ou de trabalho era encarado como doloroso e, portanto, ninguém se dedicaria a ele se não interviesse a promessa de maior prazer ou de menos dor. “A aversão, afirmou Bentham, é a emoção — a única emoção — que o trabalho, tomado isoladamente, é capaz de suscitar; o objeto de emoções como o amor ou o desejo é o ócio, o ócio que equivale à negação ou à ausência de trabalho”.

(A consequência prática dessa doutrina) (ou talvez a sua razão de ser) foi a crença, amplamente difundida na época, de que os trabalhadores eram incuravelmente preguiçosos. Portanto, somente uma grande recompensa, ou o pavor da fome e de outras privações poderia obrigá-los a trabalhar. O Reverendo Joseph Townsend formulou esta idéia em termos bem sucintos: “A fome não apenas exerce uma pressão, mansa, silenciosa e incessante, como também, enquanto motivação das mais naturais para a indústria e o trabalho, obriga aos mais intensos esforços”. Segundo Townsend, somente o aguilhão da fome tangeria os trabalhadores para o trabalho.

Tal concepção diferia radicalmente da velha ética paternalista que inspirara a promulgação da Lei de Assistência aos Pobres por Isabel em 1601. A preocupação de cunho paternalista pelos pobres perdurou dois séculos, culminando, em 1795, no *sistema Speenhamland*, que garantia a todos, fossem sãos ou inválidos, trabalhadores ou desempregados, a subsistência mínima paga por meio de impostos públicos. Contra esse sistema rebelaram-se os ideólogos do liberalismo clássico. Em 1834, conseguiram assegurar a aprovação de uma nova Lei dos Pobres, cujo objetivo, segundo Dicey, “era na realidade salvar da destruição a propriedade dos homens diligentes, pondo um fim ao monstruoso sistema à sombra do qual proliferavam os vadios, que se recusavam a

5. Citado por Girvetz, *op. cit.*, p. 38.

6. Bendix, *op. cit.*, p. 74.

trabalhar pela própria sobrevivência, preferindo viver às custas de seus industriais vizinhos...”

Os liberais clássicos estavam, no entanto, persuadidos de que os homens de “posição superior” eram motivados pela ambição. Essa diferenciação dos homens em categorias diversas traía um elitismo, implícito em suas doutrinas individualistas. Para assegurar a colaboração, isto é, a dedicação e o esforço da “elite” os liberais clássicos julgavam que o Estado deveria conceder absoluta prioridade à proteção da propriedade privada. Embora o argumento se apresentasse invariavelmente como “um argumento destinado a garantir para o trabalhador os frutos de seu trabalho, tornou-se uma das principais apologias da instituição da propriedade privada, de um modo geral”.

Quanto ao último dos quatro pressupostos, o atomismo, dizia-se que o indivíduo constituía uma realidade mais fundamental que o grupo ou a sociedade. “A prioridade... (era)... atribuída aos derradeiros componentes de que se compunha o agregado ou o todo; tais componentes constituíam a realidade fundamental”. Ao adotarem esta noção, os liberais clássicos rejeitavam o conceito implícito na ética paternalista cristã, segundo o qual a sociedade era uma espécie de família em que o todo e as relações que o compunham tinham mais importância que os indivíduos. As convicções individualistas dos liberais eram incompatíveis com o valor que a ética paternalista cristã atribuía aos vínculos humanos e pessoais. O grupo era nada mais nada menos que a soma dos indivíduos que o compunham. As restrições impostas pela sociedade aos indivíduos eram, por princípio, um mal, e só deviam ser toleradas quando um mal maior pudesse resultar de sua ausência.

A essa psicologia atomista pode-se opor outra psicologia de cunho mais social, segundo a qual a maior parte das características, hábitos, modos de perceber e pensar os processos relacionados à vida, bem como os traços gerais de personalidade dos indivíduos são influenciados, em grau significativo, quando não determinados, pelas instituições e relações sociais das quais os indivíduos fazem parte. Já a psicologia atomista encara a formação do indivíduo como um processo exterior e independente, e por extensão, considera as instituições sociais ao mesmo tempo como instrumentos e criação dos indivíduos. Segundo esta visão, a sociedade existe apenas porque é útil, pois, não fosse por sua utilidade, os indivíduos seguiriam seus próprios caminhos, descar-

7. Albert V. Dicey, *Law and Public Opinion in England*, 2.^a ed. (Londres: Macmillan, 1926), p. 203.

8. Girvetz, *op. cit.*, p. 50.

9. *Ibid.*, p. 41.

tando-se da sociedade assim como se desfariam de uma ferramenta de cujos serviços não precisassem mais.

O Credo Econômico

Algumas explicações são indispensáveis para que se possa compreender por que os liberais clássicos consideravam a sociedade tão útil. Falavam, por exemplo, do “espírito gregário do homem”, da necessidade de segurança coletiva e das vantagens econômicas da distribuição do trabalho. Nada disso seria possível se os homens não estivessem organizados em sociedade. A questão da divisão do trabalho constituía o alicerce fundamental da doutrina econômica do liberalismo clássico, cuja importância era crucial na medida em que o pensamento liberal clássico apoiava-se em duas suposições aparentemente conflitantes.

Por um lado, a suposição de que o egoísmo é inato no homem levou Hobbes a afirmar que, na ausência de mecanismos coercitivos, as motivações egoístas do homem conduziriam a um “estado natural” de guerra, em que os homens viveriam se digladiando entre si. No estado de natureza, segundo Hobbes, a vida do homem era “solitária, pobre, torpe, bestial e curta”. A única forma de escapar ao combate permanente, selvagem e brutal teria sido a instauração de alguma fonte de poder absoluto — um governo central — ao qual todo homem se submeteria em troca de proteção contra a ameaça representada pelos outros homens¹⁰.

Por outro lado, um dos princípios fundamentais do liberalismo clássico era que os homens (sobretudo os homens de negócio) deveriam dispor de liberdade para dar vazão a seus impulsos egoístas, o que implicava a supressão dos mecanismos de controle e coerção impostos pela sociedade, exceto os dispensáveis. Esta contradição aparente foi resolvida pela doutrina econômica liberal. Sem negar a existência da competição e da rivalidade motivadas pelo egoísmo irrestrito dos homens em uma economia de mercado, os economistas liberais afirmavam que essas relações de competição eram benéficas tanto para os indivíduos quanto para a sociedade como um todo. Esta visão foi enunciada na maior e mais profunda realização intelectual do liberalismo clássico: a obra de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, publicada em 1776.

Smith acreditava que “todo indivíduo... esforça-se continuamente para encontrar o emprego mais vantajoso para o capital, seja ele qual for, que estiver sob seu comando¹¹.” Os indivíduos desprovidos de

10. Hobbes, *Leviathan*, reimpresso em Melden, *op. cit.*, p. 192-205.

11. Adam Smith, *The Wealth of Nations* (Nova Iorque: Modern Library, 1937), p. 421.

capital estão sempre procurando o emprego que lhes ofereça o maior retorno monetário possível pelo seu trabalho. Se ambos, capitalistas e trabalhadores, ficassem entregues à própria sorte, o interesse próprio os levaria a empregar seu capital ou seu trabalho onde este fosse mais produtivo. O interesse pelo lucro faria com que a escolha recaísse naturalmente sobre a produção de um bem que corresponderia à necessidade das pessoas e que elas estariam dispostas a adquirir. Assim, Smith e, de um modo geral, todos os liberais clássicos se opunham a que uma autoridade ou lei determinasse o que deveria ser produzido. “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro, do padeiro que esperamos nosso jantar, mas de sua preocupação com o seu próprio interesse¹²”, escreveu Smith. Os produtores dos mais variados bens devem concorrer no mercado e disputar os dólares dos consumidores. O produtor que oferecer o produto de melhor qualidade, atrairá mais consumidores. O interesse próprio o levará a aprimorar constantemente a qualidade de seu produto. O produtor poderia também aumentar seus lucros reduzindo ao máximo os custos de produção.

Desse modo, em um *mercado livre*, no qual os produtores, movidos pelo desejo egoísta de obter mais lucros, concorreriam entre si para atrair o dinheiro dos consumidores, o capital e o trabalho seriam obrigatoriamente, por força do próprio mercado, investidos da forma mais produtiva, assegurando a produção dos gêneros necessários e desejados pelos consumidores (o que se traduziria nas possibilidades e na disposição manifestada pelos consumidores de comprá-los). Além disso, o mercado levaria os produtores a aprimorar constantemente a qualidade de seus produtos e a organizar a produção da forma mais eficiente e menos dispendiosa possível. Todas essas ações benéficas seriam a decorrência direta da concorrência entre homens egoístas, cada qual agindo em seu próprio interesse.

Isso nada tem em comum com o mundo “solitário, pobre, torpe e bestial” imaginado por Hobbes, e que ele atribuía à concorrência entre os homens. A milagrosa instituição social que tornaria possível o quadro concebido acima era um mercado livre de toda e qualquer restrição, o livre jogo das forças da oferta e da procura. O mercado agiria, segundo Adam Smith, como uma “mão invisível”, canalizando as motivações egoístas e interesseiras dos homens para atividades mutuamente complementares que promoveriam de forma harmoniosa o bem-estar de toda a sociedade. O funcionamento desses mecanismos implicava a supressão das regras, orientações e restrições de cunho paternalista, e nisso residia o seu maior encanto. Em uma economia

12. *Ibid.*, p. 14.

capitalista de mercado, a ausência de coerção era compatível com a regularidade natural dos processos econômicos, da qual resultaria a maximização do bem-estar individual e do bem-estar de toda a sociedade (entendida, convém lembrar, como o simples agregado dos indivíduos que a compunham). Nas palavras de Adam Smith, cada produtor:

tem em vista exclusivamente sua própria segurança; ao dirigir a indústria de modo a que os bens produzidos alcancem o maior valor possível, está preocupado unicamente com o próprio ganho, e nesse caso, como em muitos outros, é levado por uma mão invisível a promover um fim que não figurava em suas intenções. Nem sempre é pior para a sociedade que esse fim não figure em suas intenções. Ao perseguir o seu próprio interesse, freqüentemente promove o interesse da sociedade de forma mais eficaz do que quando é realmente sua intenção promovê-lo. Eu nunca soube de grandes ações praticadas por aqueles que se dedicam ao comércio em nome do bem comum. Em verdade, esse é um sentimento raro entre os mercadores, e bastariam poucas palavras para dissuadi-los de abraçar causa tão nobre¹³.

Essa colocação demonstra que a filosofia de Adam Smith era a antítese da ética paternalista cristã. A noção cristã de que aos ricos cabia promover a segurança e o bem-estar dos pobres, através de medidas paternalistas e atos de caridade, opõe-se diametralmente à imagem que nos dá Adam Smith do capitalista preocupado exclusivamente com "seu próprio interesse, e não com o da sociedade... Mas, ao agir em seu próprio interesse, ele é naturalmente, ou melhor, necessariamente, levado a preferir os investimentos mais vantajosos para a sociedade¹⁴."

Um mercado livre e sem entraves, além de assegurar a utilização mais valiosa das energias e dos recursos produtivos, possibilitaria também um progresso econômico contínuo. Para Adam Smith, a prosperidade econômica dependia da capacidade produtiva da economia. A capacidade produtiva, por sua vez, dependia da acumulação de capital e da divisão do trabalho. Se um homem produzisse tudo o que ele e sua família necessitavam, a produtividade permaneceria extremamente baixa. No entanto, se os homens dividissem entre si tarefas, e cada um se dedicasse unicamente à produção da mercadoria para a qual estivesse melhor capacitado, a produtividade naturalmente aumentaria. A divisão de tarefas pressupunha a existência de um mercado onde os diversos produtos pudessem ser trocados. Cada indivíduo compareceria ao mercado para adquirir os bens de que necessitava mas que não produzia.

O crescimento da produtividade seria ainda maior se o processo de produção das mercadorias fosse segmentado em várias etapas ou estágios. Cada pessoa trabalharia em apenas um estágio do processo de

13. *Ibid.*, p. 423.

14. *Ibid.*, p. 421.

produção de determinada mercadoria. Para que a divisão do trabalho fosse levada a esse nível, seria necessário que os trabalhadores dispusessem de ferramentas e equipamentos especializados, e que todos os estágios do processo de produção das mercadorias fossem reunidos em um mesmo local e submetidos a um controle, como acontece, por exemplo, numa fábrica. Conseqüentemente, uma divisão de trabalho cada vez mais complexa requeria acumulação de capital sob a forma de ferramentas, equipamentos, fábricas e dinheiro. O capital proporcionaria também os salários para a manutenção dos trabalhadores durante o período de produção, antes de o produto de seus esforços coordenados chegar à fase de realização, isto é, ser vendido no mercado.

A fonte da acumulação de capital eram, evidentemente, os lucros detidos com a produção. Enquanto a procura se mantivesse suficientemente elevada para absorver quantidades de produtos superiores às quantidades produzidas, os capitalistas continuariam investindo seus lucros com a finalidade de expandir seu capital, o que resultaria numa divisão de trabalho cada vez mais complexa. O aprofundamento da divisão de trabalho, por sua vez, possibilitaria índices mais elevados de produtividade, maiores salários, maiores lucros, maior acumulação de capital e assim por diante, numa espiral ascendente e interminável de progresso social. O processo só seria interrompido caso a procura se tornasse insuficiente para absorver a quantidade de produtos oferecida, paralisando assim o processo de acumulação de capital e do aprofundamento da divisão do trabalho. A regulamentação governamental da economia, a imposição de quaisquer restrições que tolhessem a liberdade do mercado teria apenas o efeito de provocar a retração da procura e de interromper o processo de acumulação de capital antes do tempo devido. Definitivamente, não havia lugar para a intromissão paternalista do governo nos assuntos econômicos.

A Teoria da População

A teoria populacional de Thomas Robert Malthus ocupa um lugar importante entre as doutrinas econômicas e sociais do liberalismo clássico. Segundo Malthus, os homens são, em sua maioria, movidos por um desejo insaciável de prazer sexual. Em conseqüência disso, a população naturalmente, isto é, quando não está submetida a controle, tende a crescer em proporção geométrica — ou seja, a cada geração, a população cresceria na proporção 1, 2, 4, 8, 16 e assim por diante. Em compensação, a produção de alimentos, na melhor das hipóteses, cresce

em proporção aritmética — ou seja, a cada geração, no proporção de 1, 2, 3, 4, 5 e assim por diante.

Obviamente, segundo este raciocínio, torna-se indispensável submeter o crescimento da população a algum mecanismo de controle. A oferta de alimentos não seria suficiente para manter uma população que estivesse crescendo em proporção geométrica. Para Malthus, havia duas maneiras de conter o crescimento populacional: os controles preventivos e os controles positivos. Os controles preventivos agiam no sentido de reduzir a taxa de natalidade, e os controles positivos, no sentido de incrementar a taxa de mortalidade.

As restrições morais, o vício e o controle da natalidade seriam os mecanismos básicos de controle preventivo. As restrições morais constituíam o meio pelo qual os homens de condição superior limitavam as dimensões de suas famílias, para evitar a dissipação de suas riquezas por um número excessivamente grande de herdeiros. O vício e o controle da natalidade eram os mecanismos de controle preventivo próprios dos homens de condição inferior. No entanto, Malthus considerava insuficiente a ação desses dois últimos mecanismos para conter os elevados índices de reprodução entre os pobres.

A fome, a miséria, as pragas e as guerras constituíam os mecanismos de controle positivo, cuja atuação era inevitável devido à ineficácia dos controles preventivos, incapazes, por si só, de limitar o crescimento populacional entre as classes inferiores. Segundo Malthus, se os controles positivos fossem de alguma forma neutralizados, a população, à medida que aumentasse, exerceria uma pressão cada vez maior sobre as reservas alimentares, até que a fome e a inanição — derradeiro e inevitável mecanismo de controle — produzissem seus efeitos e contivessem o crescimento populacional.

Antes que a fome se generalizasse, Malthus sugeria determinadas medidas destinadas a facilitar a ação dos controles positivos:

Seja qual for a taxa de crescimento dos meios de subsistência, é uma verdade evidente que estes, ao final de um certo tempo, inevitavelmente colocarão limites ao crescimento populacional pelo menos depois que os alimentos tiverem sido divididos nas frações mínimas necessárias para o sustento da vida. Desse momento em diante todas as crianças recém-nascidas que ultrapassarem o limite previsto para estabilizar a população neste nível terão necessariamente que morrer, a menos que a morte de adultos lhes ceda lugar. Portanto, se quisermos agir corretamente, devemos facilitar a ação da natureza que produz a mortalidade, ao invés de nos esforçarmos inútil e tolamente por impedi-la. E se encaramos com horror a visita por demais freqüente desse terrível espectro da fome, mais uma razão para encorajarmos com diligência as outras formas de destruição, compelindo a natureza a fazer uso delas. Ao invés de recomendarmos o asseio aos pobres, conviria estimular os hábitos contrários. Em nossas cidades, deveríamos construir as ruas mais estreitas, apinhar mais gente no interior das casas e provocar o retorno das pragas. No campo, deveríamos construir as aldeias perto de poços de água estagnada e, sobretudo, encorajar o estabelecimento de colonos em terrenos pantanosos, e insalubres. Acima de

tudo, deveríamos condenar o uso de medicamentos específicos que anulam os efeitos devastadores das moléstias, e condenar, também os homens benevolentes, mas profundamente equivocados, que julgam prestar grandes serviços à humanidade quando elaboram planos para extirpar determinadas enfermidades. Se, por esses e outros meios semelhantes, conseguíssemos dilatar a taxa de mortalidade anual, provavelmente qualquer um de nós poderia casar ainda na puberdade, e mesmo assim poucos morreriam de fome¹⁵.

Malthus acreditava que as massas eram incapazes de respeitar restrições morais, única solução para o problema populacional, o que as condenava a viver, para sempre, ao nível de subsistência. Afirmava que se, durante uma geração, as rendas e riquezas fossem redistribuídas, acabariam sendo dissipadas pelas massas, em conseqüência de sua devassidão e incapacidade de conter o crescimento populacional. Ao fim desse período voltariam a ser tão pobres e destituídos quanto eram antes.

As iniciativas paternalistas, destinadas a remediar a situação dos pobres, estavam fadadas ao fracasso. Malthus as considerava nocivas porque privavam de suas rendas e riquezas os homens de condição superior (e de moral mais elevada). Os homens de condição social superior eram responsáveis, quer por suas ações pessoais, quer pelo apoio prestado a outros, por todas as grandes realizações da sociedade. A arte, a música, a filosofia, a literatura e todas as esplêndidas criações culturais da Civilização Ocidental deviam sua existência ao bom gosto e à generosidade dos indivíduos, que compunham a nata da sociedade. Tomar o dinheiro desses homens era o mesmo que secar a fonte de onde emanavam tais realizações; utilizá-lo para aliviar as condições de vida dos pobres era para Malthus um exercício fútil e inconseqüente.

É óbvio que a teoria populacional de Malthus e as teorias econômicas liberais conduziam a uma mesma conclusão: os governos paternalistas deviam renunciar a qualquer tentativa de, em nome dos pobres, intervir na economia. Ainda hoje, muitos defendem as idéias de Malthus, insistindo em que a pobreza é culpa dos pobres, que têm filhos em quantidade excessiva, e em que nada se pode fazer para exterminá-la.

O Credo Político

As doutrinas econômicas e populacionais do liberalismo clássico desdobram-se, naturalmente, num credo político que rejeita o Estado ou o governo, considerando-o um mal tolerável apenas, quando não houver outra forma de evitar um mal maior. Essa aversão pelo Estado

15. Thomas Robert Malthus, *Essay on the Principle of Population*, vol. 2 (Nova Iorque: Dutton, 1961), p. 179-180.

advinha, em grande parte, da corrupção, dos caprichos e da tirania a que se entregaram vários monarcas europeus, e no caso específico da Inglaterra, da atitude do Parlamento, que carecia de representatividade e agia, freqüentemente, de forma despótica. Os liberais não condenavam nenhum governo em particular, mas sim os governos em geral. Thomas Paine traduziu, com muita propriedade, os sentimentos dos liberais clássicos quando escreveu: "A sociedade, seja qual for a sua grandeza, é uma bênção; já os governos, mesmo os de maior grandeza, são, quando muito, um mal necessário: os de menor grandeza, um mal intolerável¹⁶..."

Que funções deveriam exercer os governos, segundo a concepção dos liberais clássicos? Em *A Riqueza das Nações*, Adam Smith enumerou três: proteger o país contra invasores estrangeiros, proteger os cidadãos contra "injustiças" cometidas por outros cidadãos e o "dever... de erigir e manter as instituições e obras públicas que, embora altamente vantajosas para toda grande sociedade, são de natureza tal que os lucros jamais compensariam as despesas se estas estivessem a cargo de um indivíduo ou de pequeno número de indivíduos. Por essa razão, não se pode esperar que venham a ser erigidas ou mantidas por um indivíduo ou por um pequeno número de indivíduos¹⁷".

Essas três funções são por demais genéricas; e quase todas as ações de um governo poderiam ser enquadradas em uma delas. Antes de explicitar as funções específicas que os liberais atribuíam aos governos, é necessário discutir uma objeção levantada com freqüência quando se diz que as obras de Adam Smith exprimem parte de uma ideologia que justifica o capitalismo. A isso objeta-se comumente que Adam Smith não falava em nome dos capitalistas de sua época, o que se percebe em vários trechos de sua obra, em que ele manifesta uma nítida suspeita, uma visível falta de confiança nos capitalistas¹⁸. Apesar dessa observação ser, sem a menor dúvida, correta, os capitalistas não deixaram de recorrer aos argumentos levantados por Adam Smith para investirem contra os últimos óbices governamentais de caráter paternalista, que impediam plena realização do princípio do lucro. Foram as razões colocadas por Adam Smith que aliviaram suas consciências culpadas com a miséria e o generalizado sofrimento pelas quais eram responsáveis. Afinal de contas, quando se preocupavam exclusivamente com os lucros estavam apenas seguindo os seus conselhos; como dizia Adam

16. Citado em Girvetz, *op. cit.*, p. 66.

17. Smith, *op. cit.*, p. 681.

18. Para uma demonstração dessa visão, bem como uma abordagem da economia clássica de um ponto de vista que difere do adotado neste livro, ver Lionel Robbins, *The Theory of Economic Policy in English Classical Political Economy* (Londres: Macmillan, 1953).

Smith, agindo em seu próprio interesse, prestariam os melhores serviços à sociedade.

A forma como os liberais clássicos interpretaram a teoria de Smith a respeito das três funções de um governo deixou claro que não hesitavam em endossar os atos de um governo paternalista desde que estes beneficiassem os capitalistas. E assim, "a doutrina do *laissez-faire*... até então entregue aos cuidados de intelectuais como Adam Smith... passou para a custódia dos homens de negócio, das indústrias e dos porta-vozes que assalariavam¹⁹".

De início, a exigência de que o governo protegesse o país contra ameaças externas foi estendida, no final do século XIX, de modo a abarcar também a proteção, ou mesmo a ampliação dos mercados externos, através da coerção militar. Em segundo lugar, a função de proteger os cidadãos contra "injustiças" cometidas por outros cidadãos ganhou uma nova conotação: proteger a propriedade privada, garantir o cumprimento dos contratos e preservar a ordem interna. Proteger a propriedade privada, sobretudo a propriedade de fábricas e equipamentos, é, evidentemente, o mesmo que assegurar a condição *sine qua non* do capitalismo. Por serem os proprietários dos meios de produção, os capitalistas detinham o poder político e econômico. Atribuir ao governo a função de proteger as relações de propriedade significava atribuir-lhe a missão de proteger a fonte de onde emanava o poder que fazia dos capitalistas a classe política e economicamente dominante.

A função de zelar pela execução dos contratos era também essencial para o bom funcionamento do capitalismo. A complexidade da divisão do trabalho, da organização e coordenação da produção, bem como os investimentos colossais de capital em muitos empreendimentos comerciais, requeriam a existência de mecanismos que assegurassem aos capitalistas o cumprimento dos seus compromissos contratuais. A noção medieval de que os costumes e as circunstâncias particulares a cada caso definiam as obrigações dos indivíduos havia se tornado incompatível com as necessidades do capitalismo. Em vista disso a execução dos contratos, indispensável para o funcionamento do sistema capitalista transformou-se em dever de Estado, exercido por meio da coerção.

A preservação da ordem interna sempre foi considerada uma função necessária. No final do século XVIII e no princípio do século XIX, contudo, a defesa da ordem interna significou na maioria das vezes o esmagamento brutal dos movimentos sindicais ou no caso específico da Inglaterra, do movimento cartista, que eram encarados pelos capitalistas como sérias ameaças às suas lucrativas atividades.

19. Girvetz, *op. cit.*, p. 81.

Por fim, a função de “erigir e manter as instituições e obras”... de interesse público foi interpretada, de um modo geral, como a função de criar e manter instituições que fomentassem a produção e as operações comerciais. Incluía-se aí a função de garantir a circulação de uma moeda estável e uniforme, a padronização dos pesos e medidas e a criação dos meios físicos necessários à condução dos negócios como estradas, canais, portos, ferrovias, serviços postais e outros meios de comunicação. Embora a maior parte dessas empresas de serviço fosse propriedade privada, os governos capitalistas, geralmente, arcavam com os trabalhos de construção ou manutenção, quer através de subsídios financeiros a empresários privados, quer assumindo diretamente a realização desses projetos.

Do que foi dito acima, conclui-se que a filosofia liberal clássica do *laissez-faire* condenava a interferência governamental nos assuntos econômicos somente quando esta interferência prejudicava os interesses dos capitalistas. Por outro lado, acolhiam com satisfação e até mesmo reivindicavam, interferências paternalistas, nos assuntos econômicos, que estabilizassem os negócios e ampliassem as possibilidades de lucro²⁰.

O Liberalismo Clássico e a Industrialização

No final do século XVIII e no princípio do século XIX, ocorreram simultaneamente a Revolução Industrial e o triunfo do liberalismo clássico, ideologia do capitalismo. O liberalismo proporcionou as bases filosóficas do sistema capitalista industrial. As novas idéias liberais criaram na Inglaterra setecentista uma atmosfera política e intelectual extremamente propícia ao desenvolvimento do sistema fabril.

No período mercantilista a ética paternalista cristã, em sua versão medieval, dera origem a um sistema de restrições amplamente difundido, que regulamentava minuciosamente a conduta dos capitalistas. Os capitalistas e seus porta-vozes opuseram a esses óbices uma filosofia individualista, em nome da qual reivindicavam maior liberdade para se dedicarem à busca de lucros em um mercado livre de impedimentos e restrições. Parece lógico que o triunfo dessa filosofia tenha coincido com a maior realização da classe capitalista: a Revolução Industrial. A Revolução Industrial elevou-a à condição de classe política e economi-

20. Provas em quantidade confirmando essa afirmação podem ser encontradas em Warren J. Samuels, *The Classical Theory of Economic Policy* (Nova Iorque: World Publishing, 1966).

camente dominante, fato decisivo para explicar o triunfo do liberalismo clássico, ideologia da era inaugurada pelo capitalismo industrial.

Resumo

A pressão da demanda, em rápida expansão, e as perspectivas de lucros elevados produziram, no final do século XVIII e no princípio do século XIX, uma “verdadeira explosão da atividade inventiva”. Nesse período de profundas inovações — que se convencionou chamar de Revolução Industrial — a Inglaterra (e, posteriormente, a Europa ocidental e a América do Norte) transformou-se numa sociedade urbana dominada por grandes cidades manufatureiras, nas quais multidões de trabalhadores eram submetidas à disciplina desumanizadora da produção fabril.

Nesse período, a ideologia liberal clássica conquistou, definitivamente, o pensamento econômico e social. A nova ideologia caracterizava os homens como indivíduos essencialmente egoístas, frios, calculistas, indolentes e, de um modo geral, independentes da sociedade a que pertenciam. A análise de Adam Smith sobre o mercado, concebido como a “mão invisível” que canalizava as motivações egoístas dos homens para atividades de maior utilidade social, proporcionou os fundamentos da doutrina do *laissez-faire*. Segundo essa filosofia competia aos governos assumir exclusivamente as funções que respaldassem e incentivassem as atividades lucrativas.

Finalmente, a teoria populacional de Malthus condenava as medidas sociais destinadas a mitigar o sofrimento dos pobres, não apenas por serem inúteis, mas também por suas conseqüências socialmente nocivas. A aceitação dessa visão implicava renunciar definitivamente à ética paternalista cristã.

CAPÍTULO V

As Doutrinas Socialistas e a Revolução Industrial

A Revolução Industrial elevou a produtividade do trabalho a níveis sem precedentes na história do homem. A multiplicação das fábricas e a ampla utilização de máquinas constituíram a base mecânica dos ganhos de produtividade. Contudo, a canalização do potencial produtivo da economia para a criação de bens de capital exigiu que uma parte relativamente menor desse potencial fosse dedicada à produção de bens de consumo. A aquisição de bens de capital fez-se, portanto, a um custo social elevado, resultando em grandes privações para as massas.

Os Custos Sociais da Revolução Industrial

A experiência histórica demonstra que sempre que as sociedades precisaram obrigar parte de seus membros a apertar os cintos e a viver ao nível da subsistência, foram os de menor poder econômico e político que tiveram que arcar com os sacrifícios. Foi o que aconteceu na Inglaterra, à época da Revolução Industrial. Em 1750, a classe operária vivia em condições extremamente precárias, próximas ao nível de subsistência, e seu nível de vida (avaliado em termos do poder aquisitivo dos salários) deteriorou-se durante a segunda metade do século XVII. A evolução do padrão de vida da classe operária, nas primeiras décadas do século XIX, é objeto de discórdia entre os historiadores. O fato de que muitos pesquisadores de renome tenham encontrado provas concre-

tas para afirmar que o padrão de vida da classe operária não sofreu nenhuma melhoria ou, até mesmo, decaiu é motivo suficiente para concluirmos que se houve alguma melhoria durante esse período, ela foi insignificante.

Não resta dúvida de que, ao longo da Revolução Industrial, o padrão de vida dos pobres sofreu, em termos relativos, um declínio considerável.

Uma análise minuciosa desta época demonstra que, “em termos relativos, os pobres tornaram-se mais pobres, enquanto o país, as classes média e abastada enriqueceram a olhos vistos. O momento em que os pobres chegaram ao extremo da penúria... coincidiu justamente com o momento em que a classe média não sabia mais o que fazer com todo o capital acumulado, investindo-o desenfreadamente na construção de ferrovias ou na aquisição das opulentas mobílias, exibidas na Grande Exposição de 1851, ou ainda em suntuosas construções municipais... nas cidades fumacentas do norte”. Não resta dúvida quanto à classe que pagou os custos sociais, em termos de sacrifício de consumo, para o processo de industrialização.

No entanto, a redução do consumo não foi, de modo algum, o único, nem sequer o pior sacrifício imposto à classe operária pela Revolução Industrial. O sistema fabril recém-instaurado, destruiu totalmente o modo de vida tradicional dos trabalhadores, lançando-os abruptamente num pesadelo para o qual estavam completamente despreparados. Perderam o orgulho que tinham, quando artesãos, por sua arte e foram privados das relações estreitas e pessoais que vigoravam nas indústrias artesanais. Sob o novo sistema, a relação que mantinham com o empregador adquiriu um caráter impessoal: entre ambos inter pôs-se o mercado, o *vínculo monetário*. Foram privados do acesso direto aos meios de produção e reduzidos à mera condição de vendedores de força de trabalho, passando a depender, exclusivamente, para sobreviver, das condições de mercado.

O pior de todos os abalos provocados pela Revolução Industrial foi, talvez, a regularidade mecânica e monótona a que foi submetido o trabalhador sob o sistema fabril. Na Europa pré-industrial, as funções desempenhadas no processo produtivo, pelos trabalhadores, eram pouco especializadas. Havia um rodízio de tarefas e o ritmo de trabalho variava em função das estações e do clima. Os trabalhadores dispunham de uma liberdade relativa de descansar, de se divertir quando sentissem vontade ou mesmo de modificar o ritmo de sua rotina de trabalho.

1. E. J. Hobsbawn, *Industry and Empire: An Economic History of Britain Since 1750* (Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1968), p. 72. Várias idéias de Hobsbawn figuram neste capítulo.

O sistema fabril instaurou a tirania do relógio. A produção foi mecanizada. Sem uma absoluta regularidade, seria impossível coordenar a complexa interação dos processos e maximizar o uso das novas e dispendiosas máquinas. O ritmo do trabalho já não dependia do homem, e sim da máquina.

A máquina transformou-se no foco central do processo produtivo invertendo a situação que prevalecia anteriormente: deixou de ser o apêndice do homem para submetê-lo à sua fria, implacável e despótica dominação. No final do século XVIII e no princípio do século XIX, eclodiram várias revoltas espontâneas, as revoltas ludistas, contra o sistema fabril: multidões de trabalhadores arremetiam-se contra as máquinas e as instalações das fábricas, destruindo o que julgavam ser a causa de seus sofrimentos. As últimas revoltas, sufocadas em 1813, resultaram no enforcamento de muitos trabalhadores e na deportação de muitos outros.

Nas fábricas, o emprego de mulheres e de crianças tornou-se, por várias razões, muito comum. Primeiramente a divisão do trabalho simplificou e rotinizou de tal modo a maioria das operações produtivas, que as mulheres e crianças, ainda que despreparadas, estavam em condições de executá-las tão bem quanto os homens. Em segundo lugar, os salários que recebiam eram bem inferiores aos salários pagos aos homens. Além disso, muitas vezes a família era obrigada a trabalhar para sobreviver. Depois, muitos empresários preferiam aos homens as mulheres e crianças pois era mais fácil reduzi-las a um estado de obediência passiva. Para tanto, muito contribuiu a ideologia difundida na época de que as mulheres virtuosas eram mulheres submissas.

As crianças estavam ligadas às fábricas por contratos de aprendizagem, de 7 anos de duração, ou até que completassem 21 anos. Em geral, quase nada recebiam como pagamento pelas longas horas dedicadas ao trabalho sob as mais penosas condições. A Lei dos Pobres conferia às autoridades poder para entregarem sob contrato, às fábricas, os filhos dos indigentes. Tal prerrogativa deu origem a “barganhas regulares... (em que) as crianças eram negociadas como meras mercadorias... entre os fiandeiros, de um lado, e as autoridades que executavam a Lei dos Pobres, de outro. Lotes de cinquenta, oitenta ou cem crianças eram enviados, como gado, para as fábricas, onde permaneciam enclausuradas por vários anos”⁽²⁾.

As crianças estavam submetidas à mais cruel das servidões. Isoladas daqueles a quem poderiam inspirar compaixão, ficavam à mercê

2. Paul Mantoux, *The Industrial Revolution in the Eighteenth Century* (Nova Iorque: Harcourt Brace Jovanovich, 1927), pp. 410-411.

dos capitalistas e de seus empresários cuja única preocupação era vencer a concorrência movida por outras fábricas. As crianças trabalhavam de 14 a 18 horas por dia, até caírem exaustas. O pagamento dos capatazes variava em função do que as crianças produzissem, o que os incentivava a serem impiedosos e a exigirem o máximo delas. Na maior parte das fábricas, as crianças tinham direito, quando muito, a 20 minutos de descanso para a principal (e, com frequência, a única) refeição do dia. “Os acidentes eram muito comuns, sobretudo no final da longa jornada, quando as crianças completamente exaustas, muitas vezes dormiam sobre o trabalho. A história era sempre a mesma: dedos decepados e membros esmagados pelas engrenagens³”. Os métodos disciplinares eram tão selvagens e brutais que, se fossem descritos em detalhes, pareceriam absolutamente inacreditáveis para o leitor de hoje.

O tratamento dispensado às mulheres em nada ficava a dever ao que recebiam as crianças. Para elas também, o trabalho na fábrica era longo, árduo e monótono, e a disciplina extremamente severa. Muitas vezes, o preço do emprego era a submissão à cupidez dos empregadores ou dos capatazes⁴. Nas minas, as mulheres mourejavam 14 a 16 horas por dia, nuas da cintura para cima, trabalhando junto com os homens e executando as mesmas tarefas que eles. Era comum as mulheres saírem das minas para dar à luz e retornar alguns dias após o parto. Muitos relatórios da época descrevem as condições altamente cruéis e desumanas em que trabalhavam as mulheres. E, é claro, as condições de trabalho dos homens também não eram muito melhores que as das mulheres e crianças. A industrialização foi rigorosa, dura e cruel ao extremo, tanto para os homens quanto para as mulheres e crianças.

A rápida urbanização que acompanhou o processo de industrialização capitalista, exerceu também uma influência considerável sobre o padrão de vida da classe operária. Em 1750, somente em duas cidades na Inglaterra a população alcançava 50.000 habitantes. Em 1850, havia 29 cidades com a mesma população. Em meados do século XIX, aproximadamente de cada três pessoas, uma vivia numa cidade com mais de 50.000 habitantes. As condições de vida nas cidades desta época eram terríveis.

Que cidades! Sobre elas pairavam nuvens de fumaça, viviam impregnadas de sujeira e os serviços públicos básicos — o abastecimento de água, os serviços sanitários, a limpeza das ruas, parques e jardins, etc. — não conseguiam atender as levadas e levadas de homens que para elas migravam. Essa situação calamitosa era responsável, sobretudo depois de 1830, pelas epidemias de cólera, de febre tifóide e as constantes e pavorosas perdas humanas causadas pelos dois grandes agentes mortíferos que assolavam os centros urbanos do

3. *Ibid.*, p. 413.

4. *Ibid.*, p. 416.

século XIX: a poluição do ar e da água, ou as doenças intestinais e respiratórias... As populações das novas cidades... viviam apinhadas em cortiços superpovoados, cujo aspecto desolador confrangia o coração daqueles que se aventuravam a observá-los. “A civilização opera milagres”, escreveu o grande liberal francês de Tocqueville referindo-se a Manchester, “e o homem civilizado regride quase ao estado de selvageria⁵”.

Entre estes cortiços, havia um distrito de Glasgow que, segundo o relato de um comissário governamental, abrigava:

uma população flutuante que variava de 15.000 a 30.000 pessoas. Esse distrito compõe-se de várias ruas estreitas e pátios quadrados; no centro de cada pátio, há uma esterqueira. O aspecto exterior desses locais era repulsivo, mas o pior estava por vir: eu não estava preparado para a sujeira e a miséria que encontraria no interior das casas. Em alguns quartos de dormir que visitamos à noite, deparamos com multidões de gente espalhadas pelo chão. Dormiam aí de 15 a 20 homens e mulheres amontoados, uns vestidos, outros nus. Raras eram as mobílias e a única coisa que dava a estes buracos a aparência de uma moradia era o fogo ardendo na lareira. O roubo e a prostituição constituem as principais fontes de renda dessas pessoas⁶.

A violenta destruição do modo de vida tradicional dos trabalhadores, a dura disciplina implantada sob o novo sistema fabril combinada às condições deploráveis de vida nas cidades geraram muita inquietação política, econômica e social. Levantes, motins e rebeliões propagaram-se numa reação em cadeia nos anos 1811-1813, 1815-1817, 1819, 1826, 1829-1835, 1836-1842, 1843-1844 e 1846-1848. Em muitas regiões, essas sublevações tiveram um caráter puramente espontâneo e basicamente econômico. Um dos participantes dos motins de 1816, ligado aos Fens, exclamou: “Aqui estou entre o Céu e a Terra. Ajudai-me Deus. Antes perder a vida que retornar para casa assim como estou. Pão eu quero, pão terei⁷”. Em 1845, um norte-americano chamado Colman escreveu a respeito dos trabalhadores de Manchester as seguintes observações: “Infelizes, defraudados, oprimidos, natureza esmagada, cujos destroços sangrentos recobrem a face da sociedade⁸”.

Não resta dúvida que o capitalismo industrial foi erigido à custa dos sofrimentos e das privações da classe operária, cujo acesso aos frutos do desenvolvimento econômico foi negado. Para ampliar a sua margem de lucros, os capitalistas submeteram-na aos mais degradantes excessos. A razão fundamental dos grandes males que caracterizavam esse período foi “o poder absoluto e irrefreável dos capitalistas. Nessa era heróica de grandes empreendimentos, tal poder era reconhecido, admitido e mesmo proclamado com uma franqueza brutal. Ninguém devia se meter nos negócios do patrão, que se sentia livre para fazer o que bem entendesse, julgando disponível qualquer outra justificativa

5. Hobsbawn, *op. cit.*, p. 67-68.

6. Citado por F. Engels, *The Condition of the Working Class in England in 1844* (Nova Iorque: Macmillan, 1958), p. 46.

7. Citado por Hobsbawn, *op. cit.*, p. 74.

8. *Ibid.*, p. 75.

para a sua conduta. A única coisa que devia aos empregados eram os salários; e estes, uma vez pagos, nada mais tinham a reclamar dele⁹.

A Legislação Social Liberal

Desde que o sistema fabril começou a ser introduzido nas indústrias têxteis, os operários procuraram organizar-se para defenderem, coletivamente, os seus interesses. Em 1787, por exemplo, em meio a uma crise de desemprego, os fabricantes de musselina de Glasgow tentaram reduzir o preço que pagavam por peça de tecido. Os trabalhadores resistiram em conjunto, recusando-se a trabalhar por menos que o preço mínimo fixado por eles, organizaram um boicote contra os fabricantes que se negavam a aceitar o mínimo reivindicado. O confronto terminou em motim e em tiroteio. No entanto, formando um grupo forte e bem disciplinado, os trabalhadores souberam reagir à altura. Com a experiência acumulada nessa luta, criaram sindicato poderoso. Em 1792, um sindicato de tecelões obrigou a Bolton and Bury Manufacturers a aceitar um acordo coletivo.

As organizações sindicais proliferaram rapidamente na década de 1790. O fortalecimento dos sindicatos e o profundo descontentamento econômico e social que imperava na época atemorizou as classes dominantes. Ainda estavam frescas, em sua memória, as lições da Revolução Francesa. Para elas, não havia perigo maior que a força da classe operária unida. Este temor inspirou a Lei das Associações (Combination Act), promulgada em 1799, que declarava ilegal qualquer associação de trabalhadores que tivesse por finalidade a obtenção de salários mais elevados, a redução das horas de trabalho ou a introdução de regulamentos que restringissem a liberdade de ação de seus empregadores. Na defesa da lei, seus proponentes evocaram a necessidade de resguardar a livre concorrência e alertaram para os malefícios do monopólio — temas cardeais do liberalismo clássico — esquecendo, evidentemente de mencionar as associações de empregadores e as práticas monopolistas a que recorriam os capitalistas. As conseqüências dessa legislação foram sintetizadas nos seguintes termos:

As Leis das Associações foram consideradas absolutamente indispensáveis para impedir que os trabalhadores praticassem extorsões que, se não fossem coibidas a tempo, levariam à ruína as manufaturas, o comércio e a agricultura da nação... Tanto agitaram esta falsa noção que, quando trabalhadores foram processados e condenados por haverem se associado para regulamentar seus salários ou horas de trabalho, por mais pesadas que fossem as sentenças e rigorosa a sua execução, ninguém manifestou o menor

9. Mantoux, *op. cit.*, p. 417.

sentimento de compaixão por sua desventura e sofrimento. Seria ilusão esperar por justiça: raramente conseguiam obter uma audiência com um magistrado e, quando conseguiam, eram tratados com impaciência e insultos... Se houvesse um relato preciso dos processos judiciais, das audiências perante os magistrados, dos julgamentos realizados nas sessões ou no Tribunal Real (Court of King's Bench), as flagrantes injustiças, as injúrias infamantes e as terríveis punições infligidas não mereciam crédito, transcorridos alguns anos, se não estivessem apoiadas nas provas mais seguras¹⁰.

Outra causa pela qual se batiam vigorosamente os liberais clássicos era a revogação do sistema *Spenshamland* de auxílio aos pobres, criado em 1795. Esse sistema (sucessor do Estatuto Elisabetano dos Artífices) foi um produto típico da ética paternalista cristã. Assegurava aos desfavorecidos um padrão mínimo de vida, estivessem ou não empregados. O sistema trouxe realmente sérias desvantagens: em muitos casos, reduziu os salários abaixo do nível de assistência (os impostos paroquiais cobriam a diferença) e limitou drasticamente a mobilidade da força de trabalho, numa época em que esta mobilidade era indispensável.

O que importa considerar, contudo, não são as deficiências do sistema *Spenshamland* e sim a legislação que os liberais promulgaram quando conseguiram revogá-lo, em 1834. Os liberais clássicos partiam do princípio de que os trabalhadores deviam aceitar qualquer emprego que lhes fosse oferecido no mercado, independentemente do salário ou das condições de trabalho. Quem não quisesse ou não pudesse aceitar isso, merecia receber apenas o suficiente para não morrer de fome. A assistência pecuniária deveria ser bem inferior ao menor salário oferecido no mercado de trabalho, para que o indivíduo, temendo ser estigmatizado, buscasse melhores empregos.

A nova lei visava muito mais degradar e oprimir do que proporcionar auxílio material. Poucas leis foram mais desumanas que a Lei dos Pobres de 1834. Esta lei tornou a assistência material "menos desejável" que o mais baixo salário vigente no mercado. Condiçãoou a concessão da assistência ao internamento dos pobres nas temíveis *workhouse*, asilos em tudo semelhantes a prisões. Separou arbitrariamente maridos, esposas e filhos com a intenção de punir os pobres por sua penúria e de desencorajá-los da perigosa tentação de procriarem novos indigentes¹¹.

O Paternalismo dos Conservadores Radicais (Tóris)

Ao contrário do que sugerem os fatos expostos até aqui, a ética paternalista cristã não foi totalmente eclipsada durante a Revolução Industrial. Entre os abastados aristocratas ou os proprietários de terras,

10. Citado em *ibid.*, p. 449.

11. Hobsbawn *op. cit.*, p. 69-70.

havia muitos conservadores radicais que nutriam um “desdém aristocrático” pelos comerciantes e fabricantes “vulgares e avarentos” que compunham a classe média. Apegaram-se à idéia de que as “classes superiores” tinham obrigação de proteger e zelar pela sorte dos pobres. Algumas das mais vivas descrições e contundentes denúncias dos excessos cometidos pelos empresários industriais foram escritas por conservadores radicais.

As concepções dos conservadores tradicionalistas foram sintetizadas de um ponto de vista crítico por John Stuart Mill. Segundo Mill, os tradicionalistas acreditavam que:

todos os problemas que afetam coletivamente os pobres devem ser solucionados em seu nome e não por eles. Não convém encorajá-los a pensar por si mesmos, nem tampouco admitir suas reflexões e projetos para determinarem seu próprio destino. Supõem ser dever das classes superiores pensar por eles, assumir a responsabilidade pela sua sorte, assim como o comandante e os oficiais de um exército assumem a responsabilidade pela de seus comandados. Afirmam que as classes superiores devem se preparar para desempenhar conscientemente essa função e, com a sua conduta, impressionar os pobres para conquistar a sua confiança, de tal forma que, submetendo-se passiva ou ativamente às normas que lhes forem prescritas possam se entregar, sob todos os pontos de vista, a uma confiante *insouciance*, e repousar à sombra de seus protetores. Segundo esta teoria, a relação entre pobres e ricos deve ser, por um lado, parcialmente autoritária, por outro, cordial, moralizante e sentimental: afetuosa tutela, de um lado, grata e respeitosa deferência, de outro ¹².

Os tradicionalistas atribuíam às classes médias, ávidas de lucros, a responsabilidade pelos males sociais gerados pela Revolução Industrial. Afirmavam que o capitalismo só funcionaria de modo adequado quando os capitalistas deixassem de agir como avarentos e se comportassem como cavalheiros. Tais idéias foram colocadas em prática várias vezes em empreendimentos industriais pertencentes a aristocratas ou a capitalistas humanos, que partilhavam as visões tradicionalistas. Entre os últimos o mais famoso foi talvez Robert Owen.

Nascido em 1771, Owen engajou-se aos 10 anos de idade como aprendiz de um comerciante de tecidos. Aos 20, era gerente de uma grande fábrica. Graças ao seu tino comercial e à sua boa estrela, em pouco tempo acumulou uma fortuna considerável. Era o tipo ideal do autocrata benevolente. Sua fábrica em New Lanark tornou-se conhecida por toda a Europa. Nela procurou demonstrar a viabilidade de suas idéias, insistindo em proporcionar condições decentes de trabalho, salários suportáveis e educação para os filhos de seus operários. Dispensou-lhes uma “tutela afetuosa”. Julgava-se o administrador e o procurador de seus tutelados.

12. John Stuart Mill, *Principles of Political Economy* (Clifton, N. J.: Augustus M. Kelley, 1955) (publicado pela primeira vez em 1848), p. 753.

Esse comportamento paternalista não o impediu de instituir em sua fábrica uma rígida disciplina de trabalho. O próprio Owen descreveu um de seus métodos disciplinares:

constatei que a forma mais eficaz de coibir condutas inferiores era o artifício de designar um monitor silencioso para cada empregado do estabelecimento. O monitor consistia em uma peça de madeira provida de quatro lados, com cerca de quatro polegadas de comprimento e uma de largura, todos os lados coloridos — um preto, outro azul, o terceiro amarelo e o quarto branco — afilado na parte superior. Uma alça de arame servia para pendurar a peça num gancho, com qualquer um dos lados voltado para a frente. Havia um monitor suspenso em local visível, próximo a cada empregado. A cor exibida na frente simbolizava a conduta do indivíduo no dia anterior. Havia, portanto, quatro graus de avaliação. A cor preta, ou o lado n.º 4, denotava má conduta; o azul, n.º 3, indiferença; o amarelo, n.º 2, boa conduta; o branco, n.º 1, excelente conduta. Providenciamos, também, livros de caráter para cada departamento, nos quais constavam os nomes de todos os empregados em sucessivas colunas que assinalavam, pelos números, a conduta diária de cada um, por um período de dois meses. Estes livros eram substituídos seis vezes ao ano e, em seguida, arquivados. Graças a esse expediente, eu mantinha registrada a conduta de cada indivíduo, conforme os quatro graus de avaliação, referente a cada dia da semana, exceto domingos, pelos anos em que permanecesse como meu empregado.¹³

Vê-se, portanto, que como todos os capitalistas de sua época, Owen dedicou sua vida e suas obras à missão de maximizar seus lucros. Julgava estúpido e imprevidente a severidade de tratamento que seus concorrentes dispensavam aos operários. Pautou suas ações na suposição de que a ética paternalista cristã era compatível com o sistema capitalista, pelo menos no âmbito da fábrica. É o que podemos concluir quando afirma: “Da manhã à noite, ocupava meu tempo e minha mente em imaginar, orientar e executar medidas destinadas a aprimorar as condições de vida do povo e, ao mesmo tempo, fazer progredir os trabalhos e as máquinas de um estabelecimento manufatureiro¹⁴”.

A Versão Socialista da Ética Paternalista Cristã

Embora sua vida e suas ações não o diferenciasssem da maioria dos radicais do partido tóri, Owen defendeu algumas idéias originais. Considerava injusta a sociedade em que uma classe, prevalecendo-se do poder que detinha, explorava as classes inferiores. A propriedade privada dos meios de produção (fábricas, máquinas, ferramentas) possibilitava a uma classe minoritária explorar economicamente a grande massa de agricultores e operários.

13. M. Beer, editor, *Life of Robert Owen* (Nova Iorque: Knopf, 1920), p. 111.

14. *Ibid.*, p. 112.

Na sociedade ideal concebida por Owen, as relações de cooperação levariam o povo a explorar a natureza de forma mais eficiente e a obter maiores proveitos coletivos. A cooperação funcionaria como comunidades agrícolas e industriais que se autogovernariam, nas quais a propriedade privada dos meios de produção e a busca individualista de lucros seriam abolidas. Em uma sociedade como essa, dizia Owen:

Uma parcela da humanidade deixará de ser treinada, como agora, para oprimir, pela força ou pela fraude, outra parcela, para grande prejuízo de ambas; nem a primeira parcela será educada no ócio para viver no luxo às custas do esforço daqueles a quem oprimem, enquanto estes últimos são obrigados a trabalhar diariamente e a viver na miséria; tampouco haverá lugar para aqueles que são educados para introduzir falsidades na mente humana, recebendo, para tanto, somas exorbitantes, enquanto outros partidos são impedidos de ensinar a verdade, ou punidos com severidade quando tentam fazê-lo¹⁵

Os ideais que Owen defende em suas obras opõem-se radicalmente à descrição do modo pelo qual ele dirigia sua fábrica em New Lanark. Na sociedade ideal imaginada por Owen o paternalismo da ética tradicional cristã se consubstanciaria numa irmandade de iguais, coisa muito diferente do tipo de subordinação pai-filho subjacente tanto à versão medieval, quanto à versão dos radicais do partido tórici.

A versão medieval da ética paternalista cristã admitia como natural a divisão hierárquica da sociedade. Os que ocupavam o alto da pirâmide social viviam prodigamente (ao menos pelos padrões da época) à custa da exploração das camadas inferiores. Chaucer exprimiu, pela boca de um personagem seu, um pároco, essa visão medieval: "Deus ordenou que certas pessoas pertencessem a uma condição e uma categoria mais elevadas e outras pessoas a uma condição e uma categoria mais baixas e que todos fossem servidos conforme a sua condição e categoria¹⁶." Essa concepção, por ser incompatível com os interesses dos capitalistas e com as necessidades do sistema capitalista, foi gradualmente substituída pela filosofia individualista liberal-clássica.

No entanto, o liberalismo clássico era como uma faca de dois gumes. Embora fosse um produto ideológico da sociedade capitalista (ver capítulo IV) os princípios individualistas nos quais se baseavam tinham implicações extremamente radicais. Se a aristocracia feudal não era inerentemente superior à classe média, se a classe média era chamada a livrar-se das velhas restrições que tolhiam sua liberdade de ação, e se cada indivíduo era o melhor juiz de seus próprios atos, como então não atribuir os mesmos direitos e vantagens às classes explora-

15. Robert Owen, "The Book of the New Moral World", reimpresso parcialmente em Carl Cohen, editor, *Communism, Fascism and Democracy* (Nova Iorque: Rondon House, 1962), p. 47-48.

16. Citado por J.L. e Barbara Hammond, *The Rise of Modern Industry* (Nova Iorque; Harper & Row, Torchbooks, 1969), p. 215.

das? A noção de que todos os indivíduos eram, em termos abstratos, iguais e portadores dos mesmos direitos fundamentais, constituía efetivamente um postulado radical. Ainda que o individualismo implicasse igualdade no plano teórico, na prática nada disso acontecia. A rude competição por mais lucros engendrou não só a miséria social descrita anteriormente, como também uma nova divisão da sociedade em classes, de natureza tão injusta e caráter tão antagônico quanto a estrutura medieval de classes. A diferença consistia em que, no sistema capitalista, a filiação à classe dominante dependia não mais da genealogia, e sim da propriedade. Os capitalistas derivavam sua riqueza e seu poder da propriedade dos meios de produção.

Surgiram, então, em cena as doutrinas socialistas contestando as desigualdades e as injustiças sociais geradas pelo capitalismo. Na opinião dos socialistas — dos precursores aos contemporâneos — as desigualdades são o resultado inevitável da instituição da propriedade privada dos meios de produção. Conseqüentemente, lutar pela justiça social significa lutar pela abolição da propriedade privada do capital.

Do ponto de vista teórico, as doutrinas socialistas resultaram da conjunção da noção liberal da igualdade de todos os homens com a noção paternalista e cristã de que todo homem deve ser o mantenedor de seu irmão. Ao incorporar os ideais igualitários do liberalismo clássico, a ética tradicional cristã converteu-se numa ética utópica, proporcionando elementos para a crítica à sociedade existente. Despojada desses ideais igualitários, a ética cristã serviu para legitimar ideologicamente a hierarquia de classes da Idade Média e, por vezes também, a estrutura capitalista de classes, sobretudo no final do século XIX e no século XX (essa questão será retomada mais adiante).

Os Principais Socialistas Pré-marxistas

Ao conceber uma sociedade ideal, em que a propriedade privada e o princípio do lucro seriam abolidos, Owen integrou-se a uma tradição socialista que já se havia estabelecido firmemente nessa época. Uma das primeiras vozes a contestar, em nome do socialismo, as relações de propriedade capitalista foi Gerrard Winstanley (1609-1652), um comerciante de tecidos levado à falência pela depressão de 1643. Winstanley responsabilizou a "arte fraudulenta de comprar e vender" pelos seus infortúnios e os de todo o povo¹⁷. Em 1649 reuniu os seus seguidores, um grupo de estranhos personagens, e conduziu-os de Londres a Saint

17. Citado por Lee Cameron McDonald, *Western Political Theory: The Modern Age* (Nova Iorque: Harcourt Brace Jovanovich, 1962), p. 63.

George's Hill, em Surrey. Chegando lá, ocuparam terras incultas da coroa e puseram-se a cultivá-las em comum, fundando uma comunidade.

No mesmo ano, Winstanley publicou a obra *The True Levellers Standard Advanced*, na qual exprobrava "os poderes da Inglaterra" e os "poderes do mundo" por sua incapacidade de compreender que "o grande criador... fez da Terra um tesouro a ser usufruído em comum pelas bestas e pelos homens".¹⁸ Todos aqueles que derivavam suas rendas, parcial ou integralmente, da propriedade privada, afirmava ele, estavam transgredindo o mandamento de Deus "Não roubarás". "Vós, os faraós, que vestis suntuosas roupas e tendes as barrigas cheias, hoje viveis cercados de conforto. Sabei que é chegado o dia do julgamento e ele vos alcançará em breve. Os pobres que oprimis serão os salvadores da terra"¹⁹.

Não foram poucos os escritores que, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, atribuíram as iniquidades e a exploração existentes na economia capitalista ao regime de propriedade privada. Neste capítulo, mencionaremos apenas alguns dos mais conhecidos. Personagem fascinante foi o francês Gracchus Babeuf (1760-1797). Segundo Babeuf, a natureza fizera todos os homens iguais quanto a seus direitos e necessidades. As desigualdades de riqueza e poder que haviam surgido com o tempo, deviam portanto, ser corrigidas pela sociedade. Infelizmente, a maior parte das sociedades fazia o contrário: impunha mecanismos coercitivos destinados a proteger os interesses dos detentores da propriedade e das riquezas. Para Babeuf, a existência de desigualdades implicava, necessariamente, na existência de injustiças. O comércio capitalista existia, dizia ele, para sugar o suor e o sangue de quase todo mundo, e formar lagos em que uma minoria nada em ouro"²⁰. A despeito de serem os criadores das riquezas sociais, os trabalhadores ficavam sempre com o menor quinhão. As desigualdades só desapareceriam quando fosse abolida a propriedade privada.

Babeuf participou da Revolução Francesa liderando a ala da extrema-esquerda do movimento revolucionário. Após a queda de Robespierre, tramou uma conspiração com o objetivo de depor o governo francês e substituí-lo por outro que se empenhasse em promover a igualdade de todos os homens. Traída por George Grisel, a conspiração foi abortada e seus líderes presos. Babeuf e Darthe, seu lugar-tenente, foram executados em 24 de fevereiro de 1797.

18. *Ibid.*

19. *Ibid.*

20. Alexander Gray, *The Socialist Tradition* (Londres: Longmans, 1963), p. 105.

Babeuf ocupa um lugar importante na história do socialismo, porque foi o primeiro a defender a tese de que a implantação de um estado socialista igualitário requeria a derrubada do governo existente pela violência. A questão se o socialismo pode se realizar de modo pacífico ou violento cindiu o movimento socialista desde os tempos de Babeuf. Caso a conspiração fosse bem sucedida, o passo seguinte seria a instauração de uma ditadura. Segundo Babeuf, essa forma de governo era indispensável para extirpar a sobrevivência do sistema capitalista e levar a cabo a transição do capitalismo para a democracia comunista. Vê-se, portanto, que Babeuf foi, em muitos sentidos, o precursor de teses que viriam a ser defendidas pelos bolcheviques na Rússia. Já no século XX.

As idéias contidas nas obras de William Godwin (1756-1836), escritor de nacionalidade inglesa, representaram uma contribuição igualmente valiosa para o pensamento socialista. Enquanto os ideólogos do liberalismo clássico deploravam a indolência e a depravação inerentes às classes inferiores, Godwin afirmava que os defeitos da classe operária eram consequência do caráter injusto e corrupto das instituições sociais capitalistas. Segundo ele, em uma sociedade capitalista, a fraude e o roubo eram inevitáveis: "Se todo homem pudesse satisfazer sem a menor dificuldade as suas necessidades de vida... a tentação perderia a sua razão de ser".²¹ Mas nem sempre os homens conseguiam satisfazer suas necessidades devido às profundas desigualdades sociais geradas pelo regime de propriedade privada. A justiça só vigoraria quando as relações de propriedade capitalista fossem abolidas e a propriedade entregue aos necessitados:

A quem determinada propriedade, suponhamos um pão, deveria legitimamente pertencer? Àquele que o deseja com mais insistência, ou àquele para quem a posse desse pão trará maiores benefícios? Suponhamos que aqui estejam seis homens famintos, e que o pão seja capaz de satisfazer a fome de todos. Quem tem o direito de reivindicá-lo, de se beneficiar das propriedades nutritivas do pão? Talvez sejam todos irmãos, porém a lei da primogenitura destina-o exclusivamente ao mais velho. Será que a justiça confirma essa distinção? As leis dos diferentes países dispõem da propriedade de mil maneiras diferentes, mas há apenas uma maneira verdadeiramente racional de dispor dela.²²

A maneira racional a que se refere, pressupõe, é claro, a igualdade de todos os homens. E a quem o pobre poderia recorrer para corrigir as injustiças do sistema? Na opinião de Godwin, certamente não seria ao governo. O poder econômico e o poder político caminhavam de mãos dadas. Os ricos são "direta ou indiretamente, os legisladores do Estado;

21. William Godwin, *An Inquiry Concerning Political Justice*, p. 33, 34. Citado por Gray, *op. cit.*, p. 119.

22. *Ibid.*, p. 131.

conseqüentemente, estão sempre erigindo a opressão em sistema²³". A lei é então, o instrumento por meio do qual os ricos oprimem os pobres: "Em quase todos os países, a legislação favorece ostensivamente os ricos em detrimento dos pobres".²⁴

Estas duas idéias de Godwin seriam reafirmadas pelos socialistas, ao longo de todo o século XIX: (1) as instituições sociais e econômicas do capitalismo, sobretudo as relações de propriedade privada, eram responsáveis pelos males e sofrimentos imperantes no âmbito do sistema; (2) em um sistema capitalista, o Estado jamais combateria esses males, por ser um instrumento a serviço da classe dominante. Como transformar essa situação aparentemente sem saída? Godwin considerava que a razão humana salvaria a sociedade. Tão logo adquirissem consciência das injustiças geradas por esse sistema, os homens raciocinando juntos, chegariam inevitavelmente à única solução racional que, para Godwin, consistia na supressão do governo, na revogação das leis e na abolição da propriedade privada. Para levar a cabo essa transformação social radical, os socialistas, dizia ele, dispunham basicamente de duas armas: a educação e a razão. A maior parte dos socialistas afirmaria, posteriormente, que a educação e a razão, por si sós, eram insuficientes. A educação, diriam, deveria subordinar-se a objetivo maior, qual seja, o de criar um amplo movimento de massas. A eficácia da educação e da persuasão intelectual como instrumentos de luta para o socialismo constitui, ainda hoje, uma questão extremamente polêmica.

Henri de Saint-Simon (1760-1825) ocupa também um lugar importante na história do socialismo. Na realidade, suas posições o aproximavam muito mais dos radicais do partido tóri do que dos socialistas. Provinha de uma família de nobres arruinados e em suas obras nota-se um desdém tipicamente aristocrático pelo egoísmo anti-social dos capitalistas abastados. Num estilo ferino, desancou os ricos que viviam na ociosidade, à custa do trabalho dos pobres, e que em nada contribuía para o bem-estar social:

Suponhamos que a França preserve todos os homens de gênio que possui no campo das ciências, das artes e das profissões, e tenha a infelicidade de perder, no mesmo dia, "Monsieur" irmão do rei (e os demais membros da casa real)... Suponhamos que a França perca, ao mesmo tempo, todos os grandes funcionários da casa real, todos os ministros... todos os conselheiros de Estado, todos os principais magistrados, marechais, cardeais, arcebispos, bispos, vigários-gerais e cônegos, todos os prefeitos e subprefeitos, todos os funcionários públicos e juizes e, para finalizar, dez mil proprietários entre os mais ricos, que imitam o estilo de vida dos nobres. Tal infortúnio certamente traria grande consternação para os franceses que são um povo bondoso e incapaz de encarar com indiferença o

23. *Ibid.*, p. 119.
24. *Ibid.*

desaparecimento de um número tão grande de compatriotas. Entretanto, a perda desses trinta mil indivíduos... não acarretaria nenhum prejuízo político para o Estado²⁵.

Saint-Simon foi o primeiro a ressaltar a eficiência dos grandes empreendimentos industriais, propondo, inclusive, que o governo intervisse na esfera da produção, da distribuição e do comércio visando a promover o bem-estar das massas. Admitia a propriedade privada e seus privilégios, contanto que fossem usadas no interesse das massas.

Muitos de seus seguidores assumiram posições mais radicais. Deixaram grande quantidade de libelos e livros denunciando os abusos do capitalismo, atacando a propriedade privada, o direito de herança e a exploração econômica. Exigiam que o Estado assumisse a propriedade e o controle do processo de produção, e o administrasse em proveito do povo. De Saint-Simon e seus discípulos, o socialismo herdou a idéia de que em uma economia socialista, o governo deveria assenhorear-se da administração da produção e da distribuição.

Muitos outros socialistas tiveram atuação destacada na primeira metade do século XIX. O francês Charles Fourier popularizou a idéia das cooperativas (ou *falanstérios*, como as denominou). Procurou transformar a sociedade incentivando a formação de falanstérios. O fracasso de suas experiências levou muitos socialistas à convicção de que era impossível reformar o capitalismo unicamente por força de exemplos. Fourier foi também um dos primeiros socialistas a prever que a concorrência entre os capitalistas conduziria, inevitavelmente, à monopolização da economia:

Entre as influências que tendem a restringir os direitos industriais do homem, mencionarei a formação de corporações privilegiadas que, ao monopolizarem determinado ramo da indústria, fecham arbitrariamente as portas do trabalho quando bem entendem. Os extremos se tocam. Assim também, quanto mais extensa e anárquica for a concorrência, mais próximo está o **monopólio universal** que constitui o extremo oposto... os monopólios... atuando em conjunto com os grandes proprietários de terra, reduzirão a classe média e a classe trabalhadora a uma condição de vassalagem comercial... Os pequenos empresários serão convertidos em meros agentes a serviço da coalizão mercantil. Assistiremos, então, ao reaparecimento do feudalismo, às avessas, sustentado pelas ligas mercantis à semelhança das Ligas Baronais da Idade Média²⁶.

Em uma economia capitalista, afirmava Fourier, somente um terço da população realiza trabalhos realmente úteis para a sociedade. Os outros dois terços, por força da corrupção e das distorções geradas pelo sistema de mercado, são levados a desempenhar funções supérfluas

25. M. H. Markham, editor, *Henri Comte de Saint-Simon, Selected Writings* (Oxford: Plackwell, 1952), p. 72-73.
26. Citado por Sydney H. Coontz, *Productive Labor and Effective Demand* (Clifton, N. J.: Augustus M. Kelley, 1966), p. 54.

ou a viver como parasitas na opulência. Fourier divide essa parcela inútil da população em quatro categorias.

Primeira categoria: Trabalho inútil ou destrutivo. (1) exército; (2) ricos ociosos; (3) parasitas; (4) vigaristas; (5) prostitutas; (6) magistrados; (7) polícia; (8) advogados; (9) filósofos extravagantes; (10) burocratas; (11) espiões; (12) clero.

Segunda categoria: Trabalho mal orientado, já que a sociedade o torna repulsivo, ao invés de convertê-lo em veículo da personalidade do homem, em uma atividade atrativa.

(a) Paixões desviadas para a ganância e a morbidez, ao invés de serem utilizadas para mover a sociedade.

(b) Produção em escala excessivamente reduzida para que a força de trabalho seja utilizada de forma conveniente.

(c) Inexistência de cooperação.

(d) Inexistência de controle sobre a produção.

(e) Desajuste entre oferta e procura, ambas submetidas ao mecanismo "cego" do mercado.

(f) Família: unidade educacional e econômica absurdamente pequena.

Terceira categoria: O comércio dominado por intermediários. São necessários cem homens para fazer o que a sociedade, com armazéns distribuídos conforme as necessidades da população, faria com apenas um. Cem homens desperdiçam tempo aguardando por detrás dos balcões eventuais fregueses. Cem homens redigem inventários, etc.; concorrendo uns com os outros. Estes cem comerciantes supérfluos não produzem o que comem.

Quarta categoria: Trabalho assalariado, forma de servidão indireta; o custo dos antagonismos de classe. Dada

a oposição dos interesses de classe, manter os homens divididos implica custos mais elevados que os ganhos obtidos com a sua cooperação²⁷.

Havia consenso entre os socialistas em torno de certas questões de princípio: o capitalismo constituía um sistema irracional, alimentava um desperdício, gerava profundas desigualdades e, por conseguinte, era um sistema injusto e imoral. Discordavam, no entanto, com relação à tática a seguir para levar à vitória a luta pelo socialismo. Muitos socialistas famosos, entre os quais Louis Blanc (1811-1882), julgavam que o Estado poderia servir como instrumento para a implantação de reformas graduais e pacíficas que conduziriam ao socialismo. Outros, como Auguste Blanqui (1805-1881), discípulo de Babeuf, partiam do princípio de que o sistema capitalista nutria uma guerra de classes incessante entre os proprietários do capital e os trabalhadores. Enquanto os capitalistas detivessem as posições de poder que a propriedade do capital lhes assegurava, nada os demoveria de continuar explorando os trabalhadores. A função do Estado e das leis consistia justamente em assegurar e legitimar essa exploração. Não viam, portanto, nenhuma esperança nas reformas políticas graduais. Para Blanqui e os que pensavam como ele, a revolução constituía a única alternativa conseqüente.

Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), autor da conhecida obra *O Que é a Propriedade?*, respondeu a pergunta formulada no título com uma frase que o tornou célebre: "A propriedade é um roubo". Segundo Proudhon, a propriedade era a "mãe da tirania". O Estado tinha como função básica assegurar os direitos de propriedade, que constituíam simplesmente em um conjunto de privilégios especiais para uma minoria, e em restrições e proibições para a grande maioria da população. A instituição e manutenção desses direitos implicava, necessariamente, o uso da coerção. Conseqüentemente, a principal função do Estado era coagir.

"Todo Estado é tirânico", declarou Proudhon. O Estado constituía o braço armado da classe dominante, e Proudhon exortava à resistência os que a ele se submetiam servilmente: "Quem quer que ponha as mãos em mim com a intenção de governar-me é um usurpador e um tirano. Declaro-o meu inimigo". Só poderia haver justiça quando as relações de propriedade fossem abolidas e o Estado, convertido numa instituição desnecessária:

27. *Ibid.*, p. 55.

Ser governado significa ser observado, inspecionado, espionado, dirigido, legislado, regulamentado, cercado, doutrinado, admoestado, controlado, avaliado, censurado, comandado; e por criaturas que para isso não têm nem o direito, nem a sabedoria, nem a virtude... Ser governado significa que todo movimento, operação ou transação que realizamos é anotada, registrada, catalogada em censos, taxada, selada, avaliada monetariamente, patenteada, licenciada, autorizada, recomendada ou desaconselhada, frustrada, reformada, endireitada, corrigida. Submeter-se ao governo significa consentir em ser tributado, treinado, redimido, explorado, monopolizado, extorquido, pressionado, mistificado, roubado; tudo isso em nome da utilidade pública e do bem comum. Então, ao primeiro sinal de resistência, à primeira palavra de protesto, somos reprimidos, multados, desprezados, humilhados, perseguidos, empurrados, espancados, garroteados, aprisionados, fuzilados, metralhados, julgados, sentenciados, deportados, sacrificados, vendidos, traídos e, para completar, ridicularizados, escarneidos, ultrajados e desonrados. Isso é o governo, essa é a sua justiça e a sua moralidade!... Oh personalidade humana! Como pudeste te curvar à tamanha sujeição durante sessenta séculos²⁸?

Além de serem fonte de tirania e coerção, os direitos de propriedade eram, também fonte de desigualdades econômicas. Embora fosse válido o princípio de que em uma sociedade capitalista, a quantidade de trabalho despendida determinava o volume global da produção, a repartição do produto variava em função das relações de propriedade. E o produto era repartido de tal modo que os produtores ficavam com uma parte insignificante do que haviam produzido, enquanto os proprietários, escudando-se nas leis da propriedade privada, "estorquiavam legalmente" dos trabalhadores a parte do leão. O Estado ideal, concebido por Proudhon pressupunha não só a supressão das relações capitalistas de propriedade, como também a exclusão da própria industrialização. Tal como Thomas Jefferson, Proudhon antecipava o retorno a uma era de ouro em que voltaria a reinar a agricultura em pequena escala e a produção artesanal, em que cada agricultor ou operário seria dono de seu próprio capital e ninguém viveria exclusivamente às custas da propriedade privada.

Poderíamos incluir aqui muitos outros nomes importantes, mas já mencionamos os principais pensadores socialistas e a maior parte das idéias socialistas basilares anteriores ao marxismo. Não resta dúvida que, de todos os teóricos do socialismo, o mais influente foi Karl Marx. No capítulo VI resumiremos suas idéias.

Resumo

Os trabalhadores arcaram com os custos sociais da industrialização. O novo sistema fabril reduziu-os à mais negra miséria, tornou desumanas as suas condições de trabalho e os expôs a toda espécie de doenças. O liberalismo clássico mostrava-se insensível à sorte dos

28. Citado por Daniel Guerin, *Anarchism* (Nova Iorque: Monthly Review Press, 1970), p. 15-16; as citações contidas no parágrafo anterior provêm da mesma fonte.

trabalhadores e combatia todas as iniciativas destinadas a melhorar a condição de vida dos pobres, classificando-as de quixotescas e inconstantes. Duas correntes políticas, os radicais do partido tóri e os socialistas opuseram-se com veemência a essa visão.

Os radicais do partido tóri nutriam um desprezo aristocrático pela "vulgaridade e avareza" dos mercadores e fabricantes da classe média. Apegavam-se a uma versão essencialmente reacionária da ética paternalista cristã, supondo que podiam ignorar a existência do processo de industrialização e restaurar um modo de vida agrário.

Os socialistas protestavam contra as desigualdades do capitalismo e defendiam a supressão da propriedade privada do capital como passo necessário para a criação de uma sociedade industrial em que homens e mulheres seriam tratados com dignidade, e em que os frutos da produção seriam repartidos eqüitativamente.

CAPÍTULO VI

As Doutrinas Socialistas: a Teoria Econômica de Marx

Karl Marx (1818-1883) foi o mais influente de todos os socialistas. Suas obras exerceram, e exercem ainda profundo impacto não apenas sobre o pensamento socialista, como também sobre as decisões de natureza política que regem os destinos de uma grande parcela da humanidade. Sem pretender subestimar o valor da contribuição de Friedrich Engels (1825-1895), com quem Marx trabalhou em estreita colaboração, evitamos neste capítulo abordá-lo em separado, pois não resta dúvida que Marx foi o líder intelectual na concepção da nova economia política.

Materialismo Histórico

Marx encarava a grande maioria dos socialistas do final do século XVIII e princípio do século XIX como filantropos honestamente indignados com a exploração desumana que acompanhou o desenvolvimento inicial do capitalismo. A despeito da admiração que muitos lhe inspiravam, qualificou-os, com certa ironia, de "socialistas utópicos". Julgava ingênua e quixotesca a sua convicção de que transformariam a sociedade apelando para a racionalidade e a sensibilidade moral da classe educada. Os homens educados, na sua opinião, pertenciam geralmente às classes dominantes e, portanto, deviam sua posição, sua prosperidade, o refinamento de sua educação e de seus conhecimentos aos privilégios inerentes ao sistema capitalista. Conseqüentemente, fariam tudo o que estivesse ao seu alcance para perpetuar esse sistema. Os poucos heréti-

cos e humanitários entre eles jamais constituiriam uma força com disposição suficiente para levar a cabo a transição do capitalismo para o socialismo. Marx tinha uma fé inabalável no advento do socialismo, mas essa fé não se apoiava em uma confiança cega na racionalidade e humanidade dos homens de cultura, como era o caso dos socialistas utópicos, e sim em uma análise profunda das leis do funcionamento do capitalismo. Segundo Marx, as próprias contradições e antagonismos internos do sistema capitalista ocasionariam, inevitavelmente, a sua destruição.

Marx baseou seu estudo da sociedade capitalista numa abordagem histórica que ficou conhecida como *materialismo histórico*. Marx procurou simplificar as complexas relações de causa e efeito que interligavam as múltiplas facetas dos sistemas sociais, isto é, a teia de idéias, leis, crenças religiosas, costumes, códigos morais, instituições econômicas e sociais presentes em todos os sistemas sociais. Tal simplificação, julgava ele, lhe permitiria focalizar a sua atenção sobre as relações verdadeiramente fundamentais que determinam a direção geral em que se movem os sistemas sociais.

Embora todas as instituições sociais e tradições intelectuais estivessem relacionadas umas com as outras, compondo uma trama complexa de relações de causa e efeito (em que cada componente afeta e, ao mesmo tempo, é afetado pelo outro), Marx afirmava que a base econômica da sociedade, ou o modo de produção, exercia a influência mais poderosa sobre o conjunto determinando as demais instituições sociais, assim como as diversas modalidades de pensamento, inclusive o religioso. O modo de produção compunha-se de dois elementos: (1) as forças produtivas e (2) as relações de produção. As forças produtivas englobavam as ferramentas, fábricas, equipamentos, o conjunto de habilidades e conhecimentos adquiridos pela força de trabalho, os recursos naturais e o nível tecnológico. As relações de produção constituíam as relações sociais que os homens mantinham entre si, em particular, a relação de propriedade ou não propriedade que cada classe de homens estabelecia com os meios de produção, implicando determinada forma de repartição dos frutos da atividade produtiva. O conjunto do sistema econômico, ou modo de produção, foi denominado por Marx *base* ou *infra-estrutura*. As religiões, a ética, as leis, os costumes e as instituições sociais compunham a *superestrutura*.

Não obstante o modo de produção e a superestrutura interagissem numa relação recíproca de causa e efeito, o modo de produção constituía a base sobre a qual se erguia a superestrutura. Por conseguinte, na relação causal partindo da base econômica e agindo sobre a superestrutura, prevalecia sobre a relação causal agindo em sentido contrário.

Marx a idéia de que a base econômica determina, de maneira absoluta e rígida, todos os aspectos da superestrutura é incorrer numa inexatidão grosseira (que infelizmente acontece com freqüência). No entanto, Marx realmente afirmou que o modo de produção, tomado isoladamente, constituía o determinante principal não só da superestrutura existente, como também da direção para a qual tendem as mudanças sociais.

Ao falar de relações de produção, Marx referia-se à estrutura de classes da sociedade, o aspecto mais importante do modo de produção. Os antagonismos entre as classes sociais constituíam, a seu juízo, a força motriz da história. "A história de toda sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classe",¹ declarou na abertura do *Manifesto Comunista*. Num texto muito conhecido, Marx resumiu a importância do modo de produção e dos antagonismos de classe por ele engendrados:

Na produção social de sua existência, os homens contraem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um grau determinado de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, político e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que inversamente determina a sua consciência. Ao alcançarem um certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais de sociedade entram em contradição com as relações de produção existente ou, o que é apenas a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. Formas de desenvolvimento das forças produtivas que são, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge, então, uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações, é necessário sempre distinguir as alterações materiais ocorridas nas condições econômicas de produção, e que podem ser comprovadas com a exatidão que é própria das ciências naturais, das formas jurídicas, políticas e religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito, levando-o às suas últimas consequências.²

Marx identificou quatro sistemas econômicos, ou modos de produção distintas, cuja sucessão marcou a evolução da civilização européia: (1) comunismo primitivo, (2) escravismo, (3) feudalismo e (4) capitalismo. Em cada um destes sistemas econômicos, dominava um único modo de produção caracterizada por determinadas forças produtivas e determinadas relações de produção ou uma estrutura particular de

1. Karl Marx e Friedrich Engels, *O Manifesto Comunista* (Rio de Janeiro: Zahar 1967), p. 93.

2. Karl Marx, *Critique of Political Economy*, reimpresso parcialmente em Howard Selsam e Harry Martel, editores, *Reader in Marxist Philosophy* (Nova Iorque: International Publishers, 1963), p. 186-187.

classes. A necessidade de ampliar e aperfeiçoar a produção, visando a satisfazer a crescente demanda social, conduzia inevitavelmente, a modificações nas forças produtivas, sem que as relações de produção, isto é, as relações de classe defendidas encarniadamente, sofressem alterações. Instauravam-se, então, conflitos, tensões e contradições entre as forças produtivas em transformação e as relações sociais de produção que se mantinham inalteradas. Tais conflitos e contradições cresciam em intensidade, até que uma sucessão de violentas erupções sociais punha abaixo o antigo sistema, dando origem a um novo sistema, caracterizado por novas relações de classe, compatíveis (ao menos por algum tempo) com as forças produtivas transformadas.

Em todo modo de produção, as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção manifestavam-se sob a forma de lutas de classe. Travava-se uma luta incessante entre a classe que detinha os meios de produção bem como a maior parte das riquezas e privilégios engendrados pelo sistema (por exemplo, os proprietários de escravos romanos) e a classe majoritária, controlada e explorada por ela (no caso, os escravos romanos). Em todos os sistemas econômicos anteriores ao capitalismo, a luta de classes provocava a destruição de um sistema para que, em seu lugar, surgisse outro sistema, baseado também na exploração das massas por uma nova classe dominante, reiniciando-se as lutas de classe. Contudo, o capitalismo, assegurava Marx, seria o último modo de produção baseado na existência de antagonismos de classe. A classe capitalista — dominante em virtude de ser a proprietária dos meios de produção — seria derrubada pelo proletariado, isto é, a classe operária, que instauraria uma sociedade sem classes, na qual os meios de produção seriam convertidos em propriedade de todos. Posteriormente, discutiremos a transição do capitalismo para o socialismo com mais detalhes. Antes de prosseguirmos, convém examinarmos as bases da crítica moral que Marx fez ao capitalismo.

A Crítica Moral de Marx ao Capitalismo

Duas características essenciais diferenciam, segundo Marx, o capitalismo dos outros sistemas econômicos: (1) a separação do produtor dos meios de produção, dando origem a uma classe de proprietários e uma classe de trabalhadores; (2) a infiltração do mercado, ou do nexa monetário, em todas as relações humanas, tanto na esfera da produção quanto na esfera da distribuição. Como todos os socialistas que o ante-

cederam, Marx deplorava as profundas disparidades de riqueza e pobreza engendradas por essa relação de classes.

No entanto, Marx não se limitou a condenar em nome de princípios éticos, as desigualdades gritantes produzidas pelo capitalismo. A seu juízo, o sistema capitalista impedia os homens de desenvolverem suas potencialidades, de se tornarem seres plenamente realizados do ponto de vista emocional e intelectual. Essa foi sua mais importante crítica moral ao capitalismo.

Para Marx a diferença essencial entre os homens e os animais residia em que para satisfazer suas necessidades, os homens criavam ferramentas e, com elas, submetiam e transformavam o meio ambiente. O homem aprimorou seus sentidos e seu intelecto através do trabalho e na relação com os objetos por ele produzidos, conheceu o sentimento de prazer e de auto-realização. Nos sistemas sociais pré-capitalistas, como por exemplo no feudalismo, o homem foi capaz de alcançar a auto-realização no processo de trabalho, a despeito de serem sistemas assentados na exploração de classes. O trabalho não representava apenas um meio para obter dinheiro, pois as relações sociais, embora fossem relações de exploração, possuíam também um caráter pessoal e paternalista.

O capitalismo suprimiu esta possibilidade. Segundo Marx:

Onde quer que tenha assumido o poder, a burguesia pôs fim a todas as relações feudais, patriarcais e idílicas. Destruíu impiedosamente os vários laços feudais que ligavam o homem a seus "superiores naturais", deixando como única forma de relação de homem a homem o laço do frio interesse, o insensível "pagamento à vista". Afogou os êxtases sagrados do fervor religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimento pequeno-burguês nas águas gélidas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca...³

Na sociedade capitalista, o mercado separou e isolou o "valor de troca" ou o preço monetário, das qualidades que configuravam a relação do homem com os objetos materiais e com os outros seres humanos. Isso ocorreu de forma particularmente clara no processo de trabalho. Do ponto de vista do capitalista, os salários representavam simplesmente, mais uma despesa de produção a ser acrescentada ao custo das matérias-primas e da maquinaria no cômputo do lucro. O trabalho converteu-se em uma mercadoria como qualquer outra que o capitalista adquiria sempre que via a possibilidade de obter algum lucro dela. As oportunidades para que o trabalhador pudesse vender sua força de trabalho escapavam totalmente a seu controle: dependiam das frias e impessoais condições de mercado. De forma análoga, o produto

3. Marx e Engels, *O Manifesto Comunista*, p. 96.

do trabalho, convertido em propriedade do capitalista, tornou-se um objeto totalmente independente e exterior à vida do trabalhador.

Marx empregou o termo *alienação* para qualificar a condição dos homens que viviam essa situação. Sentiam-se alienados ou divorciados de seu trabalho, de seu meio cultural e institucional e dos próprios companheiros. As oportunidades e as condições de trabalho, assim como os objetos produzidos passaram a ser determinados por um pequeno número de capitalistas, em função das oportunidades de lucro e não das necessidades ou das aspirações humanas. Marx expôs as conseqüências da alienação num texto admirável:

Em que consiste, então, a alienação do trabalho? Primeiramente, no fato de que o trabalho é *externo* ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser; em que em seu trabalho, o trabalhador não se afirma, mas se nega; não se sente feliz, e sim desgraçado; não desenvolve livremente sua energia física e espiritual, mas sim mortifica seu corpo e arruína seu espírito. Por isso, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, e no trabalho sente-se fora de si. Está em seu elemento quando não trabalha, e quando trabalha está fora de seu elemento. Seu trabalho não é, portanto, voluntário, e sim forçado, **trabalho forçado**. Por isso não representa a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer as necessidades externas ao trabalho. Seu caráter alienado evidencia-se claramente no fato de que, tão logo deixe de existir uma coação física ou de qualquer outra natureza, ele foge do trabalho como da peste. O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Por fim, o trabalhador apercebe-se da exterioridade do trabalho, ao se dar conta de que não é seu mas sim de outro, de que o trabalho não lhe pertence: de que quando está no trabalho, ele não é dono de si mesmo, mas pertence a outro... Disso resulta que o homem, (o trabalhador) só se sente livre em suas funções animais — comendo, bebendo, procriando e em tudo o que se refere à habitação e ao vestir-se; por outro lado, em suas funções humanas, sente-se um animal. O animal converte-se no humano, e o humano, no animal.⁴

Foram estas as questões que Marx denunciou com mais veemência em sua crítica ao sistema capitalista: a completa degradação e desumanização da classe operária, a deformação do desenvolvimento da personalidade do homem e a transformação das atividades necessárias para a sua sobrevivência em mercadorias submetidas às leis hostis do mercado. A sua crítica moral do capitalismo foi muito mais radical que a dos socialistas que o precederam. Tinha a convicção de que um futuro melhor aguardava a classe trabalhadora, mas essa convicção não se apoiava na esperança de que um número crescente de pessoas viesse a partilhar de sua indignação moral e se dispor a reformar o sistema. Acreditava que o modo de produção capitalista e os conflitos de classe inerentes a ele conduziram inevitavelmente à destruição do capitalismo. Como todos os modos de produção anteriores movidos pelas lutas de classe, o capitalismo estava condenado a se autodestruir. Para que se

4. Karl Marx, *Economic and Philosophic Manuscripts of 1844* (Moscou: Progress Publishers, 1959), p. 69.

possa compreender as bases em que se apoiava essa convicção, é necessário analisar a teoria econômica com a qual Marx procurou esclarecer as “leis de movimento” do capitalismo.

A Teoria do Valor-trabalho e da Mais-valia

Partindo do princípio de que o modo de produção capitalista baseava-se na oposição capital-trabalho, Marx analisou inicialmente a relação existente entre estas duas categorias. O capital e o trabalho mantinham entre si uma relação essencialmente de troca. O trabalhador vendia sua força de trabalho para o capitalista, e com o dinheiro adquiria os elementos indispensáveis para satisfazer suas necessidades materiais de vida. Obviamente, essa relação de troca constituía apenas um caso especial do problema mais amplo dos valores de troca no âmbito de uma economia de mercado capitalista. Marx iniciou o 1.º volume do *Capital* com um capítulo intitulado “As mercadorias”, no qual definiu *mercadorias* como os objetos destinados à troca, por oposição aos objetos de uso pessoal e direto do produtor. Procurou, então, analisar o que determinava o valor de trocas das mercadorias ou, em outras palavras, a proporção segundo a qual determinadas mercadorias podiam ser trocadas por outras, por oposição à noção de valor de uso, que constituía a medida da utilidade das mercadorias para seus possuidores.

Como Adam Smith, David Ricardo e a maior parte dos economistas clássicos anteriores ao marxismo, Marx acreditava que o valor de troca de uma mercadoria era determinado pelo tempo de trabalho necessário para produzi-la. Por essa razão sua teoria é comumente denominada *teoria do valor-trabalho*. Admitia que os trabalhadores se diferenciavam quanto às suas habilidades, treinamento e motivação, mas julgava que o trabalho especializado podia ser calculado como múltiplo do trabalho desqualificado e, por conseguinte, todo tempo de trabalho podia ser reduzido a um denominador comum.

Percebeu também que o tempo de trabalho despendido na produção de uma mercadoria inútil (para a qual não houvesse procura) criaria uma mercadoria cujo valor de troca não corresponderia ao tempo de trabalho englobado nela. No entanto, o desejo de maximizar os lucros levaria os capitalistas a evitar a produção de mercadorias para as quais não houvesse procura. Os capitalistas produziram apenas mercadorias cuja procura no mercado permitisse realizar, no mínimo, os

custos de produção. O nível da procura no mercado determinaria que mercadorias seriam produzidas, e em que quantidades relativas.

Marx descreveu, inicialmente, a forma pela qual o capitalista adquiria os meios de produção e a força de trabalho. Quando os trabalhadores concluíam o processo de produção, o capitalista vendia as mercadorias por uma quantia superior à quantia investida no início do processo. Marx considerou essa diferença a origem dos lucros capitalistas e denominou-a *mais-valia*.

A formação da mais-valia devia-se ao fato de que os capitalistas adquiriam uma mercadoria — a força de trabalho — e vendiam uma mercadoria diferente: aquela produzida com a força de trabalho no decorrer do processo de produção. O valor da força de trabalho era inferior ao valor das mercadorias produzidas com o emprego dela: tal diferença explicava a existência do lucro. O valor da força de trabalho era “determinado, como no caso de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário” para a sua manutenção e reprodução. Em outras palavras “o valor da força de trabalho... (equivalia ao) valor dos meios de subsistência necessários para a manutenção do trabalhador a um padrão mínimo de vida socialmente definido⁵”. Contudo, a duração média da jornada de trabalho excedia o tempo necessário para que o trabalhador produzisse o valor equivalente ao seu salário de subsistência: o excedente, tudo o que fosse produzido daí por diante, era apropriado pelo capitalista. Marx chamou esse processo de *exploração* dos trabalhadores pelos capitalistas. Se o operário trabalha durante 8 horas, mas despende somente 6 horas para produzir o valor dos bens que adquire com o seu salário, ele é explorado, uma vez que trabalha 2 horas suplementares gratuitamente para o capitalista.

A Acumulação de Capital

O capitalista obtinha lucros por ser o proprietário do capital. Reinvestia a maior parte dos lucros para ampliar o seu capital e obter, numa etapa seguinte, maiores lucros. Tornava a reinvesti-los para ampliar novamente seu capital, e assim sucessivamente. Este era o processo da acumulação de capital: o capital proporcionava lucros que, por sua vez, proporcionavam mais capital. Quando e como se originou esse processo? Vários economistas da escola liberal clássica, em particular o economista inglês Nassau Senior (1790-1864), haviam respondido a essa pergunta de um modo favorável aos capitalistas. Sustentavam

5. Karl Marx, *Capital*, vol. 1 (Moscou: Foreign Language Publishing House, 1961) p. 170-171.

que à custa de muito trabalho, dedicação e moderação nos gastos, o capitalista pôde acumular pouco a pouco, economizando inicialmente quantias modestas, as gigantescas fortunas que marcaram época no século XIX. Já os trabalhadores, ao invés de se dedicarem ao trabalho com empenho e de levarem uma vida frugal, haviam esbanjado com extravagâncias as suas economias.

Marx acusou esses ideólogos do sistema capitalista de desconhecerem totalmente a história. Numa passagem famosa que ilustra bem a riqueza de seu estilo, Marx descreveu o processo de “acumulação primitiva” que deu origem às grandes fortunas capitalistas:

Esta acumulação primitiva desempenha na economia política o mesmo papel que o pecado original na teologia. Ao morder a maçã, Adão engendrou o pecado e o transmitiu a toda a humanidade. Pretende-se explicar as origens de acumulação primitiva relatando-a como uma anedota do passado. Em tempos muito remotos — dizem-nos — havia, de um lado, uma minoria de pessoas inteligentes, trabalhadoras e sobretudo, frugais; de outro lado, um bando de velhacos preguiçosos que esbanjavam o que tinham e o que não tinham... Assim se explica que, enquanto os primeiros acumulavam riquezas, os outros acabaram não tendo nada mais a vender além de suas próprias peles. Deste pecado original procede a pobreza da grande maioria que, ainda hoje, a despeito do muito que trabalham, continuam não tendo nada a vender além de suas pessoas, e a riqueza de uma minoria que cresce incessantemente, ainda que há muitíssimo tempo seus proprietários tenham deixado de trabalhar. Essa puerilidade insípida nos é repetida todos os dias em defesa da propriedade... Tão logo se coloca o problema da propriedade, torna-se um dever sacrossanto abraçar o ponto de vista da cartilha infantil como único adequado a todas as idades e a todos os períodos. É notório que na história real desempenharam um importante papel a conquista, a escravização, o roubo e o assassinato; numa palavra, a violência... Os métodos da acumulação primitiva foram tudo menos idílicos.

Marx analisou, um por um, os métodos da acumulação primitiva: o regime de cercamento dos campos e a expulsão das populações agrárias, a grande inflação de preços, os monopólios comerciais, as colônias, “a cruzada de extermínio, escravização e sepultamento da população aborígene nas minas, o começo da conquista e o saque das Índias Orientais, a transformação do continente africano num campo de caça de escravos negros”⁷.

Uma vez realizada a acumulação inicial de capital, a ânsia de acumular mais capital tornou-se a força motriz do sistema capitalista. A posição e o prestígio social do capitalista, bem como o seu poder político e econômico dependiam do volume de capital que tinha sob seu controle. Ele não podia se descuidar. Acossado por todos os lados pelos concorrentes, era preciso que estivesse sempre acumulando mais capital e fortalecendo sua capacidade de competir, caso contrário os concorrentes o imprensariam contra a parede e o levariam à ruína. Os concorrentes estavam desenvolvendo constantemente métodos novos e melhores de

6. *Ibid.*, p. 713-714.

7. *Ibid.*, p. 751.

produção. Vencer o desafio implicava, portanto, acumular equipamentos novos e de melhor qualidade. Como disse Marx, o capitalista

tem em comum com o avarento a paixão pela riqueza enquanto riqueza. Mas aquilo que no avarento é mera idiossincrasia, no caso do capitalista é resultado do mecanismo social do qual ele é apenas uma das engrenagens. Além do mais, o desenvolvimento da produção capitalista torna necessário incrementar constantemente a quantidade de capital investida em determinado empreendimento industrial, e a concorrência faz com que as leis iminentes da produção capitalista sejam sentidas por cada capitalista, individualmente, como leis coercitivas e externas. Compelem-no a estar sempre ampliando seu capital para que possa preservá-lo, e a única forma de ampliá-lo é através da acumulação progressiva⁸.

Desequilíbrios Setoriais e Crises Econômicas

Essa exigência incessante de acumular mais capital criou muitas das contradições do desenvolvimento capitalista. O capitalista começava adquirindo maior quantidade de máquinas e ferramentas, escolhendo entre os tipos que estivessem em uso. Precisava, em seguida, contratar uma quantidade proporcionalmente maior de trabalhadores para operar os novos equipamentos. Até então, os capitalistas puderam manter os salários ao nível da subsistência graças à pressão do que Marx chamou o "exército industrial de reserva", constituído por trabalhadores desempregados vivendo abaixo do nível de subsistência e dispostos a aceitar qualquer emprego que lhes proporcionasse um salário de subsistência. Manipulando o excesso da oferta de trabalho, os capitalistas conseguiam manter os níveis salariais baixos. Contudo, à medida que as indústrias se expandiam, o crescimento da procura por mais mão-de-obra tendia em pouco tempo a exaurir o exército industrial de reserva. Os capitalistas tinham então que pagar salários mais elevados para obter a quantidade suficiente de mão-de-obra.

A variação dos níveis salariais constituía um dado que escapava ao controle de cada capitalista, individualmente. Não lhe restava outra saída senão tirar o melhor proveito da situação. A alternativa mais vantajosa, no caso, consistia em modificar as técnicas de produção, introduzindo novas máquinas que poupassem mão-de-obra. Assim, a cada operário corresponderia uma proporção maior de capital, aumentando a relação de produto por trabalhador. Os investimentos destinados a poupar mão-de-obra possibilitavam expandir o produto utilizando a mesma ou uma quantidade ainda menor da força de trabalho. Quando todos, ou a maior parte dos capitalistas, agindo individualmente,

8. *Ibid.*, p. 592.

tomavam essa iniciativa, resolvia-se temporariamente o problema dos salários elevados, uma vez que o exército de reserva voltava a crescer, acolhendo em suas fileiras os operários desalojados pelas novas técnicas produtivas. A criação do desemprego tecnológico, ao mesmo tempo em que tirava os capitalistas do aperto em que se achavam, introduzia novos problemas e contradições.

A expansão industrial baseada na poupança de trabalho resultava no incremento da produção total. No entanto, os salários pagos aos trabalhadores não cresciam na mesma proporção que a produção. Ao mesmo tempo em que os produtos eram despejados em quantidades cada vez maiores no mercado, os salários dos trabalhadores e, por extensão, a demanda dos consumidores tendia a se restringir. Como disse Marx, embora os operários estivessem produzindo mais lucros sob a forma de bens, os capitalistas não conseguiam vender esses bens e, portanto, "realizar" os lucros, devido ao estrangulamento do mercado consumidor.

Para simplificar esse processo, Marx dividiu a economia capitalista em dois setores: o primeiro produzindo bens de consumo, o segundo, bens de capital. Ante a insuficiência da demanda dos consumidores, os capitalistas do setor de bens de consumo, percebendo que não conseguiriam vender toda a sua produção, seriam obrigados a reduzir suas expectativas de lucros e a desistir de ampliar suas instalações produtivas. Cancelariam, então, os planos de expansão de seu estoque de capital, já excessivamente grande. Tal decisão reduziria consideravelmente, é claro, a procura de bens de capital. Ocorreria, assim, uma retração da produção no setor de bens de capital. Contrariando as ingênuas teorias subconsumistas dos socialistas que o antecederam, Marx sustentava que os primeiros sinais evidentes de uma depressão podiam manifestar-se no setor de bens de capital.

A diminuição da produção de bens de capital obrigaria as indústrias desse setor a despedirem trabalhadores, provocando queda do valor global dos salários, o declínio da renda nacional e a retração do mercado consumidor. Em consequência disso, haveria um corte na produção de bens de consumo e demissões em massa de operários nas indústrias desse setor. Os salários e as rendas declinariam ainda mais, agravando a saturação ou o excesso de bens de consumo no mercado. As sucessivas repercussões em ambos os setores culminariam em um colapso econômico.

A depressão econômica faria inchar o exército de reserva constituído de desempregados e deprimiria o padrão de vida do operariado, reduzindo-o ao nível ou abaixo do nível de subsistência. Contudo, Marx não era um "estagnacionista", isto é, não acreditava que o capitalismo

sofreria apenas uma longa depressão, ou que o desemprego em massa durasse para sempre. Sob o efeito da depressão, os salários do operariado cairiam, mas não tão rapidamente quanto a produção. Ao fim de algum tempo, a oferta voltaria a ser inferior à procura no mercado consumidor, iniciando-se a recuperação da economia. Segundo Marx, o capitalismo efetivamente cresce, mas aos trancos e barrancos, atravessando ciclos de prosperidade e, em seguida, de recessão, com crises periódicas de desemprego.

A Concentração Econômica

Outra importante conseqüência da acumulação de capital analisada por Marx foi a concentração da riqueza e do poder econômico em mãos de um número cada vez mais restrito de capitalistas. O processo de concentração decorria da ação combinada de duas forças. Em primeiro lugar, a concorrência entre os capitalistas gerando uma situação em que o mais forte esmagava ou absorvia o mais fraco. "Aqui a concorrência causa devastações em proporção direta ao número, e em proporção inversa às magnitudes dos capitalistas adversários. Termina sempre provocando a ruína de inúmeros pequenos capitalistas, cujos capitais passam em parte, ao controle de seus conquistadores, em parte desaparecem".

Em segundo lugar, à medida que se aperfeiçoava a tecnologia, ocorria um "aumento na quantidade mínima de... capital necessária para manter em funcionamento uma empresa sob condições normais". A empresa precisava ampliar constantemente a produtividade de seus operários sob risco de sucumbir à concorrência. A "produtividade do trabalho... (dependia) da escala de produção⁹". Desse modo, as inovações tecnológicas aliadas à concorrência entre os capitalistas impulsionavam, num movimento inexorável, o processo de concentração do capital, do qual emergiam empresas cada vez maiores, controladas por um número cada vez mais restrito de capitalistas. Esse processo seletivo ampliou o abismo existente entre as classes fundamentais da sociedade capitalista: de um lado, uma minoria de capitalistas abastados, de outro, o proletariado, a grande maioria da população.

A Miséria Crescente do Proletariado

Ao mesmo tempo em que ocorria a concentração do capital, as condições de vida do proletariado pioravam continuamente. Em sua

9. *Ibid.*, p. 626.

10. *Ibid.*

famosa "doutrina da miséria crescente", Marx afirmou que as condições de vida da classe operária decairiam em relação à opulência dos capitalistas, até o dia em que os trabalhadores dissessem um basta a essa situação. Desse momento em diante, a revolução seria inevitável. Para dissipar os mal-entendidos que cercam a "doutrina da miséria crescente" de Marx, citaremos um trecho de suas obras em que ele se refere a essa questão:

No sistema capitalista, todos os métodos destinados a elevar a produtividade social do trabalho implicam prejuízo para o trabalhador individual; todos os meios destinados a promover o desenvolvimento da produção transformam-se em meios de dominação e exploração dos produtores; mutilam o trabalhador ao ponto de convertê-lo num fragmento de homem, degradam-no à condição de apêndice de uma máquina, destroem todos os vestígios de encanto que havia no trabalho e o transformam numa labuta detestável; alienam dele as potencialidades intelectuais do processo de trabalho, na mesma proporção em que a ciência é incorporada ao processo de trabalho como um poder independente; distorcem as condições sob as quais ele trabalha, sujeitam-no durante o processo de trabalho a um despotismo tanto mais odioso pelo que encerra de baixaza; transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho e lançam sua mulher e seu filho sob as rodas do Jaganata do capital. Mas todos os métodos para a produção de mais-valia são, simultaneamente, métodos para a acumulação de capital; e cada acréscimo de acumulação converte-se, novamente, num meio para o desenvolvimento desses métodos. Conclui-se, portanto, que à medida que o capital se acumula, a sorte dos trabalhadores, quer o seu salário seja elevado ou reduzido, deve necessariamente piorar. A lei... institui a acumulação da miséria na mesma proporção que a acumulação de capital. A acumulação de riqueza em um pólo significa, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, agonia de trabalho forçado, escravidão, ignorância, brutalidade (e) degradação mental no pólo oposto¹¹.

Deve-se atentar para o fato de que Marx afirma nesse texto, que a sorte do trabalhador pioraria, ainda que seu salário aumentasse. Isso por duas razões. Inicialmente, Marx acreditava que mesmo que os salários dos trabalhadores crescessem, jamais cresceriam tanto quanto os lucros dos capitalistas. A situação do trabalhador, comparada à do capitalista, tendia, portanto, a se agravar. Em segundo lugar, previu, com acerto, que à medida que o sistema capitalista progredisse, a divisão de trabalho adquiriria proporções cada vez mais complexas.

Quanto mais complexa é a divisão de trabalho, menos variadas, portanto mais monótonas e tediosas as atividades do trabalhador. Nesse ponto, Marx estava de acordo com Adam Smith quando este dizia: "O homem que dedica toda sua vida à execução de algumas poucas operações simples... chega aos limites da estupidez e da ignorância de que é capaz uma criatura humana."¹² Levado, por força das circunstâncias, a um estado de estupor e profunda alienação, "a sorte do

11' *Ibid.* p. 645.

12. Adam Smith, *The Wealth of Nations*, edit. por Andrew Skinner (Londres: Penguin Books, 1970) p. 80.

trabalhador, quer seu salário seja *elevado* ou *reduzido*, deve necessariamente piorar".¹³

O Estado Capitalista

Marx combateu a tese de que o socialismo poderia ser criado por meio de reformas pequenas e graduais, aplicadas pelo Estado. O Estado, para Marx, não se confundia com qualquer governo: "... só podemos falar em Estado em se tratando de um poder público especial que existe para coagir e que, sob a forma de uma organização armada, paira sobre e acima da população".¹⁴

Muitos socialistas julgavam que o Estado era (ou poderia ser) um árbitro imparcial dos litígios sociais. Estavam convencidos de que conseguiriam sensibilizá-los com seus apelos morais de argumentos teóricos. Marx opunha-se a esta idéia. "O poder político, declarou no *Manifesto Comunista*, é nada mais nada menos que o poder organizado a serviço de uma classe para a opressão da outra". Em todos os períodos da história, ou em todos os modos de produção, o Estado desempenhou sempre o papel de instrumento coercitivo da classe dominante.

Friedrich Engels exprimiu a posição marxista a esse respeito: Até hoje as sociedades alicerçadas nos antagonismos de classe necessitaram do Estado, isto é, de uma organização a serviço da classe exploradora que assegurasse a manutenção das condições externas de produção, por conseguinte, que a assegurasse, pela violência, a submissão da classe explorada às condições de opressão (escravidão, servidão, trabalho assalariado) determinadas pelo modo de produção imperante. Até hoje, o Estado foi o representante oficial da sociedade em seu conjunto, a sua aglutinação num organismo corporativo visível. Mas para isso, teve necessariamente que ser o Estado da própria classe que, em seu tempo se arvorou em representante da sociedade como um todo; na antiguidade, o Estado dos cidadãos escravocratas; na Idade Média, da nobreza feudal; nos tempos atuais, da burguesia.¹⁵

O Estado é, portanto, o organismo por meio do qual a classe dominante exerce a sua ditadura sobre o restante da sociedade.

No sistema capitalista, o Estado desempenha duas funções. Inicialmente a função de assegurar o domínio dos capitalistas sobre os demais membros da sociedade. O Estado executa esta função, antes de tudo, ao legitimar os direitos de propriedade, a fonte de onde emana o poder econômico dos capitalistas. Serve a classe dominante de várias outras maneiras também: por exemplo, encarcerando ou molestando aqueles

13. Marx, *Capital*, op. cit. p. 645.

14. Sidney Hook, *Towards the Understanding of Karl Marx* (Nova Iorque: Day, 1933), p. 256.

15. Friedrich Engels, "Anti-Duhring", em *Handbook of Marxism* (Nova Iorque: Random House, 1935) p. 295.

que combatem o capitalismo, travando guerras para ampliar os mercados capitalistas, construindo estradas, ferrovias, canais, administrando o serviço postal e realizando inúmeras outras tarefas indispensáveis para o bom andamento dos negócios. Em segundo lugar, o governo atua como árbitro das divergências que ocorrem entre os capitalistas. Todo capitalista zela, acima de tudo, por seus próprios lucros. É inevitável que, em determinados momentos seus interesses entrem em choque com os de outros capitalistas. Se não houvesse um organismo capaz de resolvê-los, alguns destes choques poderiam colocar em risco a própria existência do sistema. Por isso o governo intervém, e ao intervir assegura a viabilidade do sistema capitalista. Eis por que, em certas ocasiões, o governo vai de encontro aos interesses de parte dos capitalistas, mas nunca de encontro aos interesses de *todos* os capitalistas, isto é, da classe capitalista em seu conjunto.

Por essas razões, Marx combateu os socialistas que confiavam em que o Estado colaboraria na transição do capitalismo para o socialismo. A instauração do socialismo, a seu juízo, só se faria através de uma revolução.

A Revolução Socialista

Numa visão global do capitalismo, Marx tratou a acumulação de capital como um processo que envolve, inevitavelmente, várias etapas. Os ciclos ou crises econômicas ocorreriam com regularidade, e seus efeitos seriam tanto mais violentos quanto mais desenvolvida fosse a economia capitalista. A taxa de lucro tenderia a decair a longo prazo, exacerbando as contradições do capitalismo. As indústrias se concentrariam em um número cada vez menor de gigantescas empresas monopolistas e oligopolistas e, ao mesmo tempo, a riqueza se concentraria em mãos de um número cada vez mais restrito de capitalistas. A situação da classe operária tenderia a se deteriorar continuamente. A soma dessas adversidades tornaria impossível a sobrevivência do sistema. A vida sob o capitalismo seria intolerável. A classe operária se revoltaria, destruiria o sistema e em seu lugar criaria um sistema econômico mais racional, o socialismo.

À medida que diminui, progressivamente, o número de magnatas do capital que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa de miséria, de opressão, de escravidão, de degeneração, de exploração; porém, aumenta também a rebeldia da classe operária, classe cada vez mais numerosa, que é disciplinada, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo capitalista de produção. O monopólio do capital converte-se em grilhão do modo de produção que com ele e à sua sombra floresceu. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho chegam a um ponto em que se tornam incompatíveis com seu tegumento capitalista. Este

tegumento rompe-se em pedaços. Soa a hora final da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados¹⁶.

Nos capítulos seguintes, examinaremos os teóricos que saíram em defesa do capitalismo, contestando Marx, bem como o desenvolvimento do pensamento socialista após a sua morte.

Resumo

Marx, o mais influente de todos os socialistas, baseou sua análise econômica numa teoria da história denominada materialismo histórico. Segundo Marx, a maioria das instituições sociais e políticas é, em grande parte, moldada pela base econômica da sociedade: o modo de produção. Com o passar do tempo, as forças produtivas entram em conflito com as relações de produção. A resolução desses conflitos é o que dá sentido à evolução histórica das sociedades.

Em suas obras econômicas, Marx procurou esclarecer os conflitos que se estabelecem entre o sistema de classes (ou o sistema de propriedade privada) e os métodos de produção e de intercâmbio de mercadorias no capitalismo. Segundo Marx, estes conflitos resultariam, mais cedo ou mais tarde, na destruição do capitalismo e na instauração de uma sociedade socialista sem classes.

16. Marx, *Capital*, op. cit., p. 763.

CAPÍTULO VII

A Formação do Capitalismo Corporativo e a Defesa do *Laissez-faire*

O período compreendido entre meados da década de 1840 e 1873 (ano que assinalou o início da Grande Depressão na Europa) ficou conhecido como a era de ouro do capitalismo de livre concorrência¹. Foram anos que se caracterizaram pela rápida expansão econômica em toda a Europa. Os modernos bens de capital, indispensáveis para levar adiante o processo de industrialização, eram, em sua grande maioria, importados da Inglaterra. Entre 1840 e 1860, a expansão das exportações inglesas alcançou níveis sem precedentes em toda a história do país. A participação dos bens de capital na pauta de exportações subiu de 11% para 22%. Também as exportações de carvão, ferro e aço experimentaram um crescimento considerável.

Entre 1830 e 1850, a Inglaterra atravessou uma fase de *boom* ferroviário. Neste período foram construídas cerca de 6.000 milhas de estradas de ferro. A construção de ferrovias gerou uma grande procura por ferro, cuja produção duplicou entre meados da década de 30 e meados da década de 40. Nos 30 anos subsequentes, a produção industrial expandiu-se enormemente. Entre 1850 e 1880, a produção de ferro fundido aumentou de 2.250.000 para 7.750.000 toneladas anuais, e a produção de aço de 49.000 para 1.440.000 toneladas. A produção de carvão cresceu 300%, atingindo a cifra de 147.000.000 de toneladas. O conversor Bessemer (criado na década de 1850), a fornalha de fogão aberto (criada na década de 1860) e o desenvolvimento do processo

1. Dudley Dillard, *Economic Development of the North Atlantic Community* (Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1967), p. 363.

básico revolucionaram por completo a indústria do aço, tornando possível a produção de aço de alta qualidade, a custos reduzidos e em larga escala. Na segunda metade do século XIX, prosperaram também as indústrias de bens de capital. A produção de máquinas, navios, produtos químicos e outros importantes bens de capital empregava, em 1881, duas vezes mais mão-de-obra que em 1851.

A Concentração do Poder Corporativo

Justamente quando o capitalismo de livre concorrência parecia atravessar a sua fase de maior esplendor, as forças que, como Marx previra, levariam à concentração do capital, começaram a produzir os seus efeitos. Os aperfeiçoamentos tecnológicos foram de tal monta que só as fábricas de grande porte puderam tirar proveito dos novos e mais eficientes métodos de produção. A concorrência tornou-se tão agressiva e destrutiva que, em pouco tempo, as empresas menores foram eliminadas. Os concorrentes mais poderosos, em vias de se destruírem uns aos outros, freqüentemente optavam por se associar, formando cartéis, trustes ou fundindo-se para assegurar a sua sobrevivência. Nos Estados Unidos, a concorrência foi particularmente intensa (o capítulo VIII traz uma análise mais detalhada dessa questão).

As modificações revolucionárias ocorridas nas áreas dos transportes e comunicações — aspecto a que Marx dedicou pouca atenção — resultaram em considerável ampliação dos mercados, que eram abastecidos de forma eficiente por algumas grandes companhias ou corporações. A sociedade anônima ou corporação converteu-se num recurso eficaz que possibilitava a uma única organização financeira assumir controle sobre vultosas quantidades de capital. Desenvolveu-se, na Europa e nos Estados Unidos, um vasto e bem organizado mercado de capitais, que canalizava para as grandes corporações, as pequenas poupanças em capital de milhares de indivíduos e de pequenos empresários.

Em fins do século XIX, no mundo dominado pelas gigantescas corporações que produziam em massa artigos destinados aos mercados nacionais ou mundiais, a concorrência de preços (e, em determinadas circunstâncias, qualquer espécie de concorrência) teve conseqüências tão devastadoras que as próprias corporações acabaram renunciando a ela. Configurou-se uma tendência inexorável à formação de um poder monopolista exercido por algumas poucas corporações. Várias grandes empresas se associaram voluntariamente, formando cartéis ou *pools*, por exemplo, preservando, ao mesmo tempo, uma relativa autonomia

de ação. Outras formas de associação utilizavam uma empresa financeira — um truste ou uma companhia (*holding*) — para controlar as ações com direito a voto das corporações participantes. Havia ainda a alternativa da fusão ou amálgama de várias empresas formando uma única corporação unificada.

O Caso da Inglaterra

A Inglaterra, onde a filosofia liberal clássica do *laissez-faire* lançou raízes mais sólidas, foi talvez o país menos atingido pela tendência à formação de corporações monopolistas. É verdade que os processos tecnológicos no campo siderúrgico favoreceram a constituição de grandes empresas produtoras de aço. Contudo, as importações sofreram poucas restrições na Inglaterra, e esse fato retardou a formação de grupos industriais coordenados, o que só veio a ocorrer após as restrições comerciais instituídas em 1932. É preciso admitir, no entanto, que entre os fabricantes de determinados produtos siderúrgicos pesados, tais como chapas de navios ou de caldeiras, os monopólios se constituíram muito antes disso.

As fusões ocorridas em outros ramos industriais resultaram na formação de poderosas concentrações de empresas. As ferrovias inglesas associaram-se muito cedo, constituindo quatro grandes companhias. No setor bancário, cinco grandes bancos comerciais, produtos de sucessivas incorporações, dominavam a indústria às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Em 1896, as cinco indústrias que disputavam o controle da fabricação de tecidos de algodão fundiram-se numa única empresa monopolista (J. & P. Coast) que passou a dominar o mercado mundial desse produto, obtendo regularmente lucros de 20% ou mais. A empresa "Lever Brothers" após sucessivas fusões conquistou a supremacia no ramo da fabricação de sabão, não só na Inglaterra como em outros países. Os monopólios ou os oligopólios intimamente coordenados assumiram o controle das indústrias de borracha, petróleo, sal e papel de parede. Vários outros ramos industriais foram dominados ou fortemente influenciados por um pequeno número de grandes empresas.

O Caso da Alemanha

Na Alemanha, a ideologia liberal clássica nunca chegou a criar raízes profundas. Quando a Alemanha se transformou rapidamente em uma potência industrial, na segunda metade do século XIX, inexistiam obstáculos de natureza filosófica, ideológica ou legal que pudessem

dificultar a formação de grandes empresas monopolistas. Não é surpreendente, portanto, que os monopólios e as diversas formas de associação industrial tenham se difundido mais rapidamente na Alemanha que nos outros países europeus. O cartel foi o principal tipo de associação adotado na Alemanha. Em 1879, havia aproximadamente 16 cartéis; em 1885 havia 35; em 1900 esse número subiu para 300; em 1911 eram 600; em 1922 havia 1.000 cartéis; e em 1930, 2.100 cartéis.

Assim, no princípio do século XX, os cartéis haviam monopolizado todos os setores importantes da economia capitalista alemã. (A legitimação legal e filosófica dos cartéis na Alemanha será discutida no capítulo VIII).

O Caso dos Estados Unidos

Nos Estados Unidos, a Guerra Civil deu um grande impulso ao processo de industrialização. A guerra não só ampliou o mercado para os produtos industriais, como também favoreceu a aprovação de leis benéficas para as corporações que emergiam e que, em breve, dominariam a indústria norte-americana.

Visando a estender a todos os norte-americanos os direitos civis e políticos, o Congresso aprovou, em 1866, a primeira Lei dos Direitos Civis. Em 1868, os Estados da Federação ratificaram a Décima Quarta Emenda à Constituição dos Estados Unidos. O objetivo explícito dessas leis era conceder aos negros a cidadania e os mesmos direitos de que desfrutavam os brancos. A Lei dos Direitos Civis declarava que os cidadãos “de todas as raças e cores” gozariam dos mesmos direitos — efetuar contratos, mover ações judiciais, e desfrutar “integralmente e em igualdade de condições da proteção de todas as leis e medidas judiciais destinadas a garantir a segurança da pessoa e da propriedade”².

Além de incorporar a maior parte das disposições contidas na Lei dos Direitos Civis, a Décima Quarta Emenda incluía também a famosa cláusula do justo processo, que proibia os governos estaduais de privar “qualquer pessoa da vida, da liberdade ou da *propriedade* sem antes submetê-la a justo processo em conformidade com a lei”³.

Durante muitas décadas após a sua ratificação, a Décima Quarta Emenda permaneceu letra morta para os negros norte-americanos, que continuaram privados de seus direitos civis. Muitos se viram, inclusive, relegados a uma condição pior que a de escravos. Grande parte das decisões tomadas pelas cortes de justiça com base na Décima Quarta

2. Citado por Kenneth M. Stampp, *The Era of Reconstruction, 1865-1877* (Nova Iorque: Random House, Vintage Books, 1967), p. 136.

3. *Ibid.*; grifo nosso.

Emenda, referiam-se a corporações. As cortes determinaram que corporações deviam ser equiparadas juridicamente às pessoas, o que as colocava sob a proteção da cláusula do justo processo.

Sempre que os governos estaduais tentavam colocar limites aos excessos e extravagâncias cometidos pelas corporações, promulgando leis que regulamentassem sua atuação, as cortes federais invalidavam-nas sob a alegação de que violavam a cláusula do justo processo contida na emenda. Desse modo, os governos estaduais foram reduzidos à impotência e afastados do caminho das grandes corporações que, pouco a pouco, consolidavam seu poderio. O deputado John A. Bingham, autor da cláusula do justo processo, admitiu posteriormente tê-la redigido “palavra por palavra, sílaba por sílaba” com o objetivo de proteger o direito de propriedade privada e os direitos das corporações. O deputado Roscoe Conklyn, que colaborou na elaboração da emenda, declarou mais tarde: “Na época em que a Décima Quarta Emenda foi ratificada, indivíduos e *sociedades anônimas* apelavam para o Congresso e a Administração solicitando proteção contra os impostos hostis e discriminatórios instituídos pelas autoridades estaduais e locais... (a Décima Quarta Emenda encarna) a Lei de Ouro promulgada com o objetivo de impedir que a maioria cometesse contra a minoria atos que não toleraria se fossem cometidos pela minoria contra ela”⁴.

Cientes de que podiam lançar-se impunemente em busca de lucros, resguardadas do controle imposto pelos governos estaduais, as corporações prosperaram a olhos vistos. As corporações cresciam através de um processo de expansão interna e, sobretudo, pela absorção de suas concorrentes. A formação de gigantescas empresas monopolistas conferiu grande ímpeto ao desenvolvimento de toda a economia norte-americana.

Na passagem do século, os Estados Unidos haviam se tornado a principal potência industrial no mundo. Em 1913, a economia norte-americana produzia cerca de um terço do produto industrial mundial, mais do que o dobro do que produzia seu concorrente mais próximo, a Alemanha. A maior parte das indústrias estratégicas (ferrovias, embalagem de carne, atividades bancárias nas grandes cidades, aço, cobre e alumínio), bem como importantes áreas de produção fabril estavam dominadas por um número relativamente pequeno de corporações imensamente poderosas.

Nos anos imediatamente subsequentes à Guerra Civil, excetuando-se o setor ferroviário, prevaleciam as indústrias de pequeno porte relativamente atomizadas no contexto da economia, face aos padrões

4. *Ibid.*, p. 137.

atuais. Embora não se disponha de estatísticas precisas referentes a esse período, calcula-se que as 200 maiores empresas não financeiras controlavam uma percentagem insignificante do conjunto dos ativos industriais. Já no final da década de 1920, essas 200 maiores empresas não financeiras controlavam 33% de todos os ativos industriais.⁵

A causa fundamental do processo de concentração foi a onda de combinações e fusões, em escala sem precedentes, que ocorreu no último quarto do século XIX, em consequência da concorrência excepcionalmente violenta que devastou e arruinou grande número de pequenas empresas industriais. Diante disso, muitos começaram a colocar seriamente em dúvida a noção liberal da mão invisível. Atribuía-se ao individualismo desenfreado a responsabilidade por aquele estado de guerra incontrolável.

Empresas gigantes investiam umas contra as outras, ferrovia contra ferrovia, usina siderúrgica contra usina siderúrgica, cada qual procurando assegurar a cobertura de suas despesas fixas arrebatando para si o maior quinhão do mercado. A concorrência entre os grandes produtores tendia a se tornar cada vez mais encarniçada... No setor ferroviário, por exemplo, travaram-se constantes guerras de tarifas na década de 1870. Nos campos petrolíferos, nas minas de carvão, entre os produtores de aço e cobre, rebentavam com frequência guerras de preço por meio das quais os produtores procuravam conquistar para si os mercados.⁶

Essa guerra implacável resultou na destruição ou na absorção dos concorrentes mais fracos. Restavam na arena somente os gigantes, o que tornava a concorrência ainda mais destrutiva para o conjunto da economia. As fusões foram a solução encontrada pelas empresas que sobreviviam à concorrência para escaparem de serem aniquiladas.

O alcance das fusões foi tão grande que, em 1904, elas haviam alterado em profundidade a estrutura da economia norte-americana. No princípio daquele ano, havia cerca de 300 grandes combinações industriais com uma capitalização conjunta superior a 7.000.000.000 de dólares. Controlavam mais de dois quintos do capital industrial do país e englobavam cerca de quatro quintos das indústrias norte-americanas de importância.⁷

A Concentração de Rendas

A contrapartida do processo de concentração industrial foi a concentração igualmente surpreendente da renda em mãos de uma pequena percentagem da população. Embora inexistassem estatísticas

5. Joe S. Bain, *Industrial Organization* (Nova Iorque: Wiley, 1959), p. 191-192.

6. Robert L. Heilbroner, *The Making of Economic Society* (Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1962), p. 120.

7. Joe S. Bain, "Industrial Concentration and Anti-Trust Policy", em Harold F. Williamson, editor, *Growth of the American Economy*, 2.ª ed. (Englewood Cliffs N. J.: Prentice-Hall, 1951), p. 619.

precisas referentes ao início desse processo, é possível afirmar com alguma segurança que a concentração da renda intensificou-se consideravelmente entre 1870 e 1929. Em 1929, apenas 5% da população controlava 34% das rendas pessoais disponíveis nos Estados Unidos⁸. O grau de concentração provavelmente já havia atingido esse nível em 1913. No final da década de 20, as mais ricas famílias e pessoas físicas singulares que correspondiam a um quinto da população, controlavam cerca de 50% do total das rendas pessoais.⁹

Revigoroamento da Ideologia Liberal Clássica

A imensa concentração do poder econômico em mãos de um pequeno número de empresas gigantes e de uma pequena percentagem da população parecia contradizer e tornar desatualizada a ideologia liberal clássica. A doutrina econômica desenvolvida por Adam Smith e aperfeiçoada por outros economistas liberais clássicos de renome como David Ricardo, Nassau Senior e J. B. Say, tomava como pressuposto a existência de uma economia composta por uma infinidade de pequenas empresas. Em tais condições, nenhuma empresa isoladamente poderia exercer influência significativa sobre os preços ou sobre o total de mercadorias vendidas no mercado. Cada empresa norteava suas decisões pelas preferências manifestadas pelos consumidores no mercado, e pela concorrência movida por inúmeras outras pequenas empresas, todas disputando os dólares dos consumidores.

Por maior que pareça a defasagem entre os pressupostos da teoria econômica liberal clássica e a realidade econômica do final do século XIX, as doutrinas sustentadas pelo liberalismo clássico não caíram por terra. Pelo contrário, recuperaram sua atualidade, ao confluírem com o utilitarismo de Bentham (já implícito no modelo normativo da "mão invisível", de Adam Smith) e ao ganharem um elaborado e hermético arcabouço de álgebra e cálculo. Coube assim à nova escola dos pensadores econômicos, conhecidos como economistas neoclássicos, dar novo vigor às doutrinas econômicas liberais clássicas.

8. U. S. Department of Commerce, *Historical Statistics of the United States* (Washington, D. C.: GPO, 1961), p. 167.

9. *Ibid.*, os dados referentes a 1913 não especificam qual a percentagem da renda apropriada pelos 5% mais ricos da população. Indicam, contudo, que a parcela apropriada pelo 1% mais rico foi de 14,98% em 1913, e 14,94% em 1928.

A Teoria Neoclássica da Utilidade e do Consumo

Nos primeiros anos da década de 1870, justamente no momento em que ganhava corpo o processo de concentração de capital e de formação de grandes corporações, foram publicadas três obras econômicas que haveriam de se tornar famosas. *The Theory of Political Economy*¹⁰, de William Stanley Jevons, e *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*¹¹, de Karl Menger, foram ambas publicadas em 1871¹². Três anos depois, surgia a obra *Éléments d'économie politique pure*, de Léon Walras. Embora houvesse muitas diferenças entre as análises desenvolvidas por esses autores, as semelhanças quanto ao conteúdo e à abordagem eram surpreendentes.

Os três concebiam uma economia composta por grande número de pequenos produtores e consumidores, nenhum dos quais, tomado isoladamente, tinha poder suficiente para influenciar o mercado em escala significativa. As empresas contrataram ou adquiriram fatores de produção, e utilizavam esses fatores no processo de produção de forma a maximizar seus lucros. Os preços dos produtos finais e dos fatores de produção escapavam totalmente ao seu controle. As empresas determinavam unicamente o processo produtivo e a quantidade de bens produzidos.

As unidades domésticas, por sua vez, vendiam terras e capital, bem como o seu trabalho a preços que variavam segundo as condições de mercado. Com a receita (suas rendas), adquiriam bens e serviços. Os consumidores distribuíam suas rendas entre as várias mercadorias que desejavam adquirir de forma a maximizar a utilidade extraída dessas mercadorias.

As mercadorias constituíam, segundo os neoclássicos, a fonte última de prazer ou de utilidade que supunham quantificável. Jevons, por exemplo, escreveu: "É difícil sequer conceber uma unidade de prazer ou de desprazer; contudo, é a quantidade desses sentimentos que nos instiga continuamente a comprar e vender, tomar emprestado e alugar, trabalhar e descansar, produzir e consumir; e é com base nos efeitos quantitativos de tais sentimentos que devemos avaliar suas quantidades comparativas"¹³.

10. William Stanley Jevons, *The Theory of Political Economy*, 1.ª ed. (Londres: Macmillan, 1871).

11. Karl Menger, *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre* (Viena: Braumüller, 1871) traduzido para o inglês sob o título *Principles of Economics* (Nova Iorque: Free Press, 1950).

12. Léon Walras, *Éléments d'économie politique pure* (Lausanne: Corbaz et Cie, 1874); traduzido para o inglês sob o título *Elements of Pure Economics* (Homewood, Ill.: Irwin, 1954).

13. Jevons, *op. cit.*, p. 11.

Com palavras menos ambíguas, Walras reafirmou a idéia de que a utilidade era quantificável: "Presumirei, portanto, a existência de uma medida-padrão que permita avaliar a intensidade de necessidades ou a utilidade intensiva, aplicável não apenas a unidades similares do mesmo tipo de riqueza, como também a unidades diversas de vários tipos de riqueza"¹⁴.

Estabelecidas as magnitudes presumivelmente quantificáveis com as quais pudessem trabalhar, o passo seguinte foi elaborar fórmulas matemáticas gerais que possibilitassem demonstrar a existência de uma relação funcional entre a utilidade obtida pelo consumidor e as quantidades das diversas mercadorias por ele consumidas. O problema consistia em demonstrar de que modo o consumidor podia obter a máxima utilidade, dada a sua renda e os preços das mercadorias vigentes no mercado.

Segundo os economistas neoclássicos, os consumidores maximizavam a utilidade, quando o acréscimo na utilidade derivado da última unidade consumida, expressa em termos da relação de preço da mercadoria, era equivalente ao acréscimo de utilidade derivado de todas as outras mercadorias. Em outras palavras, o último dólar despendido na aquisição de determinada mercadoria deveria propiciar ao consumidor o mesmo acréscimo de utilidade que o último dólar despendido na aquisição de qualquer outra mercadoria. Jevons expôs a mesma teoria com outros termos, declarando que o consumidor maximiza a utilidade porque ele "obtem tais quantidades de mercadorias que os resultados finais das utilidades de um par qualquer de mercadorias são inversamente proporcionais às relações de troca (preços) das mercadorias"¹⁵.

Suponhamos que existisse um mercado livre no qual os consumidores pudessem trocar livremente suas rendas por mercadorias. Movidos pelo interesse próprio, os consumidores procurariam maximizar a utilidade. Os neoclássicos concluía que, dada a distribuição existente de riqueza e rendas, os consumidores, ao adquirirem mercadorias, distribuíam sua renda de forma a maximizar o bem-estar de todos.

A Teoria Neoclássica da Produção

A teoria neoclássica da produção partia do princípio de que o comportamento da empresa era perfeitamente simétrico ao comportamento do consumidor. Interessada em maximizar seus lucros, a empresa procuraria operar com a maior eficiência possível, o que implicava

14. Walras, *op. cit.*, p. 117.

15. Jevons, *op. cit.*, p. 139.

reduzir ao máximo os custos de produção. A empresa adquiria fatores de produção (como o trabalho, por exemplo) até o ponto em que a quantidade acrescentada à produção pela última unidade de cada fator de produção, expressa em termos da relação de preço do fator, fosse equivalente à quantidade acrescentada por todos os outros fatores. O último dólar despendido na aquisição de cada fator deveria proporcionar o mesmo incremento na produção que o último dólar despendido na aquisição dos demais fatores. Num mercado livre, as empresas procurariam sempre maximizar sua eficiência para maximizar seus lucros. Conseqüentemente, esta condição permaneceria sempre válida. Os fatores de produção seriam utilizados de tal forma que nenhuma reorganização possível da produção (para uma dada tecnologia) poderia resultar no emprego mais eficiente desses fatores de produção.

Os economistas neoclássicos acreditavam também que numa economia caracterizada pela existência de um mercado livre e várias pequenas empresas concorrendo entre si, cada mercadoria seria produzida em tal quantidade e por tais métodos que se tornaria impossível deslocar recursos da produção de uma mercadoria para a produção de outra mercadoria diferente sem reduzir o valor total do que foi produzido na economia de mercado.

Laissez-faire

Os economistas neoclássicos desenvolveram uma argumentação extremamente elaborada e hermética em defesa de duas noções fundamentais sustentadas por Adam Smith: a mão invisível da concorrência no mercado e a política econômica do *laissez-faire*. Procuraram demonstrar que, numa economia de mercado competitiva, composta de inúmeros pequenos produtores e consumidores, estes, guiados pelo mercado, encontrariam sempre uma combinação ótima de mercadorias, fosse qual fosse sua renda e riqueza original. Os fatores de produção seriam sempre utilizados da forma mais eficiente possível, e as mercadorias seriam produzidas em quantidades que maximizassem o valor da produção social. Contudo, para que os resultados fossem efetivamente ótimos, a interferência governamental nas funções do mercado livre deveria ser restringida ao mínimo indispensável.

Admitiam que os resultados eram ótimos desde que se aceitasse a distribuição existente das rendas. Alguns economistas neoclássicos (particularmente o norte-americano John Bates Clark) tentaram defender a forma como as rendas eram distribuídas em uma economia de livre mercado. Sustentavam que o princípio da maximização dos lucros

conduziria a uma situação em que cada categoria de fatores produtivos receberia como pagamento uma quantia equivalente ao valor de sua contribuição marginal para o processo produtivo. Este lhes parecia ser o modelo justo de distribuição das rendas, em que cada unidade dos fatores produtivos recebia quantia equivalente ao que produzisse. Os críticos logo contestaram que não se podiam confundir unidades de fatores produtivos com pessoas (pelo menos, no que concerne à terra, aos recursos naturais e ao capital). Para que o sistema fosse justo — insistiam os críticos — era necessário distribuir de forma equitativa a propriedade dos fatores de produção.

Não obstante essas objeções, os economistas neoclássicos conseguiram estruturar uma argumentação teórica em defesa da política liberal clássica do *laissez-faire* que impressionava. Ao mesmo tempo, cavaram um imenso abismo entre a teoria econômica e a realidade econômica. Muitos economistas filiados à tradição neoclássica passaram a ignorar totalmente os problemas concretos e instituições econômicas existentes na prática. Confinados numa torre de marfim, ocupavam-se exclusivamente da construção de modelos matemáticos, intermináveis e herméticas variações em torno das mesmas trivialidades.

Modificações Subseqüentes da Teoria Neoclássica

Certos economistas neoclássicos, já de segunda ou terceira geração, perceberam a urgência de modificar a teoria para torná-la mais adequada à realidade. Ao contrário do que diziam os neoclássicos, o sistema econômico não era caracterizado pela “concorrência perfeita”. Era forçoso admitir que havia imperfeições nesse modelo. Suas principais falhas, segundo esses economistas, eram as seguintes: (1) Alguns compradores e vendedores tinham o poder de influir sobre os preços; além do mais, as economias caracterizadas pela produção em larga escala pareciam tornar isso inevitável. (2) A produção e venda de determinadas mercadorias “consumidas socialmente” jamais seriam lucrativas numa economia capitalista de livre concorrência, ainda que fossem consideradas as mais desejáveis pela maioria dos cidadãos (por exemplo, estradas, escolas, exércitos). (3) Os custos de produção de determinada mercadoria (suponhamos, automóveis) poderiam diferir consideravelmente dos custos sociais (tais como a fumaça) decorrentes da produção desta mercadoria. Neste caso, para a sociedade em seu conjunto, os custos de produção possivelmente excederiam os benefícios resultantes da produção da mercadoria, muito embora o produtor

continuasse lucrando com a sua fabricação e venda. Tomemos em consideração, por exemplo, o envenenamento da água e do ar pelo qual são responsáveis certos produtores que lucram com isso, e nada ou quase nada fazem para combater este mal, mesmo sabendo que seus efeitos colaterais põem em risco a vida do homem. (4) A liberdade de mercado irrestrita em um sistema capitalista tendia a torná-lo bastante instável, sujeitando-o a depressões recorrentes que acarretavam imensos desperdícios sociais.

Os economistas neoclássicos admitiam que tais imperfeições colocavam em risco os aspectos benéficos do sistema capitalista, mas que podiam ser corrigidos com a intervenção governamental, submetida a limites na esfera do mercado. As medidas antitruste tomadas pelo governo, asseveravam eles, podiam forçar os grandes monopólios a atuarem como se fossem empresas competitivas, criando, desse modo, o que chamavam a "concorrência praticável". As estradas, escolas, exércitos e outros bens consumidos socialmente ficariam a cargo do governo. Sugeriam ainda a adoção de amplos sistemas de impostos e subsídios especiais com a finalidade de equiparar custos sociais e privados, sempre que houvesse uma defasagem entre ambos. Finalmente, acreditavam, (sobretudo após 1930) que, por meio de políticas monetárias e fiscais criteriosas, o governo poderia suprimir a instabilidade do sistema. (Esta questão será discutida com mais detalhes no capítulo XI).

As imperfeições do sistema eram, portanto, encaradas como secundárias e efêmeras. Um governo esclarecido seria capaz de corrigi-las e de libertar a mão invisível para que fosse novamente restaurado o melhor dos mundos. Surgiram, contudo, divergências quando se tratava de definir a extensão e o significado dessas imperfeições. Aqueles que as consideravam graves e de grandes repercussões ficaram conhecidos, já no decurso do século XX, como *liberais*. Embora em determinadas ocasiões tenham defendido a ampla intervenção governamental nos assuntos econômicos, a maior parte dos liberais manteve-se fiel à teoria econômica neoclássica, utilizando-a como ideologia em defesa da propriedade privada e do sistema econômico capitalista de mercado.

Os economistas que consideravam as imperfeições como secundárias e pouco importantes insistiam em colocar restrições à intervenção governamental na economia de mercado. Ficaram conhecidos como *conservadores*, e as políticas do *laissez-faire* que advogavam tinham muito em comum com as políticas propostas pelos liberais clássicos do século XIX. Tanto os liberais quanto os conservadores, cujas diferenças caracterizamos aqui, utilizam a teoria neoclássica para justificar o sistema capitalista.

O Laissez-faire e os Darwinistas Sociais

Para concluir a exposição sobre os teóricos que argumentavam em favor do capitalismo de livre concorrência no final do século XIX e no princípio do século XX, caracterizaremos em poucas palavras o chamado *darwinismo social*. Os darwinistas sociais insistiam também em que o governo não deveria se opor a que os capitalistas concorressem livremente no mercado e, de um modo geral, eram favoráveis a que o governo interviesse o mínimo possível em todas as esferas da vida. Aparentemente, os argumentos que levantaram em defesa do capitalismo de livre concorrência em tudo se assemelham aos argumentos dos economistas neoclássicos. Na realidade, há diferenças importantes. A política que propunham baseava-se num arcabouço teórico substancialmente diferente.

Os darwinistas sociais apropriaram-se da teoria de Darwin sobre a evolução das espécies, transformando-a numa teoria da evolução social (transposição que o próprio Darwin desaprovou energicamente, diga-se de passagem). A concorrência, segundo eles, constituía um processo teleológico em que cada geração era superior à geração precedente. Este progresso ascensional se devia à eliminação dos menos aptos para sobreviver, daqueles que eram incapazes de se manter e de procriar. A capacidade de sobreviver traduzia tanto uma superioridade biológica quanto moral.

Herbert Spencer (1820-1903), pai do darwinismo social, baseou sua teoria evolutiva e moral no que ele chamou a *lei da conduta e da consequência*. A sobrevivência da espécie humana só seria assegurada, dizia ele, se a sociedade distribuisse seus benefícios em proporção aos méritos das pessoas, ou seja, conforme a capacidade de cada um se auto-sustentar. Toda pessoa colheria os benefícios ou sofreria as consequências de seus próprios atos. Deste modo, prosperariam os que melhor se adaptassem ao ambiente, e os que não conseguissem se adaptar seriam eliminados — desde que as leis da conduta e da consequência fossem observadas. Se o governo toma "daquele que prosperar para dar àquele que... não prosperou" — com a intenção de atenuar as desigualdades de riqueza e de renda — "está transgredindo os deveres que tem para com os primeiros e se excedendo nos deveres que tem para com os últimos"¹⁶. Spencer considerava este tipo de medida um obstáculo ao progresso social, que poderia, inclusive, se

16. Citado por Sidney Fine, *Laissez Faire and the General Welfare State* (Ann Arbor: University of Michigan Press, 1964), p. 38.

levada a excessos, destruir a espécie humana. A sobrevivência e o progresso da espécie humana pressupunham necessariamente a eliminação dos mais fracos pelas forças impessoais da evolução social.

Segundo Spencer, “a pobreza do incapaz, as desgraças que se abatem sobre o imprudente, a fome que sente o desocupado, e a supressão dos mais fracos pelos mais fortes... são os desígnios de uma força poderosa, clarividente e benevolente”¹⁷. Spencer se opunha categoricamente a qualquer ação governamental que interferisse no comércio, na produção ou na distribuição das riquezas e rendas. Considerava prejudiciais para o progresso humano os gastos com a previdência social, as iniciativas destinadas a reduzir a insegurança econômica dos trabalhadores, as obras governamentais de utilidade pública, tais como escolas, parques ou bibliotecas. Seu *laissez-faire* era, portanto, muito mais radical que o dos economistas neoclássicos, mesmo o dos conservadores.

Os darwinistas sociais consideravam as grandes indústrias monopolistas ou oligopolistas como o produto natural e benéfico do processo de evolução. Já os economistas neoclássicos, quando não ignoravam pura e simplesmente a concentração do poder econômico, eram favoráveis a que o governo tomasse providências visando a criar um mercado mais competitivo e atomizado. No que concerne a esta questão da maior relevância, as duas teorias divergiam radicalmente.

O Laissez-faire e a Ideologia dos Homens de Negócio

De um modo geral, os homens de negócio não estavam muito preocupados com essas nuances teóricas. O objeto de suas preocupações eram os reformadores socialistas e radicais que pretendiam utilizar o governo para promover maior igualdade social. Estavam, portanto, dispostos a acolher qualquer teoria que combatesse a intervenção governamental nos assuntos econômicos. Muito embora se servissem do governo para promover seus próprios interesses (através da promulgação de tarifas especiais, subvenções fiscais, concessão de terras e uma infinidade de outros privilégios), brandiam os argumentos do *laissez-faire*, quando se sentiam ameaçados por reformas sociais que colocavam em risco sua condição, sua influência, suas riquezas e rendas. A ideologia do homem de negócios comum do final do século XIX e

17. *Ibid.*

princípio do século XX mesclava os princípios da economia neoclássica e do darwinismo social.

O homem de negócios encarava a acumulação de riquezas como prova concreta de superioridade evolutiva, e a pobreza como evidência de inferioridade evolutiva. O sucesso, afirmou o escritor Benjamin Woods, “é nada mais nada menos que realizar com determinação o que outros realizam com indiferença”. Para Andrew Carnegie, o sucesso consistia em “trabalho honesto, habilidade e concentração”; outro empresário declarou: “a riqueza sempre foi e sempre será a consequência natural da diligência, da temperança e da perseverança”. Segundo S. C. T. Dodd, procurador da Standard Oil, a pobreza existia “porque a natureza, ou talvez o diabo, gerou alguns homens fracos e imbecis, outros preguiçosos e imprestáveis, e nem o homem nem Deus podem fazer muito por aqueles que nada fazem por si mesmos”¹⁸.

As vantagens que a teoria econômica neoclássica via na concorrência pareciam justificar a validade da idéia da “sobrevivência dos mais aptos” na “luta pela sobrevivência”. “A concorrência na economia”, afirmou Richard R. Bowker, “equivale à lei... da seleção natural na natureza”¹⁹.

Embora alguns homens de negócio e intelectuais comprometidos com eles insistissem na validade da doutrina do *laissez-faire* e fossem adeptos da ideologia liberal clássica, muitos defensores do sistema capitalista acreditavam que tanto uma quanto outra haviam se tornado inadequadas para a nova era da produção em massa (caracterizada por gigantesca concentração de riqueza e poder em mãos de um reduzido número de corporações e capitalistas). Os últimos anos do século XIX testemunharam o renascimento da antiga ética paternalista. No capítulo VIII, analisaremos a nova ideologia do capitalismo que, sob muitos aspectos, constituía uma versão aproximada da ética paternalista cristã.

Resumo

Um dos traços característicos do capitalismo no final do século XIX, foi a formação de gigantescas corporações. As principais indústrias foram submetidas a um controle cada vez mais centralizado. Paralelamente à concentração industrial, e em proporções igualmente surpreendentes, ocorreu a concentração das rendas em mãos de uma pequena percentagem da população.

Em vista desses fatos, seria lógico supor que a ideologia liberal clássica (calcada na análise de uma economia composta por inúmeras

18. Todas as citações contidas neste parágrafo foram extraídas de Fine, *op. cit.*, p. 98.

19. *Ibid.*, p. 100.

empresas pequenas e relativamente fracas) perderia sua atualidade e cairia em desuso. E efetivamente, criara-se um imenso abismo entre a teoria e a realidade econômica. Contudo, a idéia de que a economia de mercado canalizava o interesse pelo lucro para práticas socialmente proveitosas constituía uma apologia por demais elegante da busca desenfreada de lucros para ser abandonada com tanta facilidade. Assim, a ideologia clássica foi revigorada e atualizada pela nova escola neoclássica dos economistas.

A construção de uma teoria dedutiva elaborada possibilitou aos economistas neoclássicos atualizar as tradicionais prescrições políticas do *laissez-feire*. Os economistas neoclássicos conservadores atribuíam ao governo exclusivamente funções que resultassem em proveito direta ou indiretamente da lucratividade dos negócios. Já os economistas liberais julgavam que o governo deveria intervir também num número limitado de áreas em que os mecanismos do livre mercado não maximizavam o bem-estar social. A teoria econômica neoclássica, tanto do ponto de vista dos liberais quanto dos conservadores, continuava sendo, em sua essência, uma ideologia destinada a legitimar o *status quo*.

Por fim, o darwinismo social e a ideologia da maior parte dos homens de negócio encampavam grande parte das conclusões apresentadas pelos economistas neoclássicos, embora em bases totalmente diferentes. Consideravam socialmente benéfica a concentração do poder corporativo, bem como das riquezas e rendas pessoais, que atribuíam à superioridade evolutiva dos homens abastados.

CAPÍTULO VIII

A Consolidação do Poder Monopolista e a Nova Ética Paternalista Cristã

Após a Guerra Civil, o processo de industrialização nos Estados Unidos caracterizou-se, em suas etapas iniciais, por uma concorrência feroz entre os capitalistas industriais e financeiros. No período compreendido entre 1860 e os primeiros anos da década de 1880, os empresários mais fortes e astutos constituíram grandes impérios com os frutos da conquista econômica. O aperfeiçoamento dos meios de transporte, a crescente padronização dos produtos industriais e a eficiência cada vez maior da produção em massa possibilitaram a criação de mercados de proporções nacionais. Eram imensos os riscos envolvidos nesta contenda econômica e para os que estavam implicados nela, não havia misericórdia.

A Concorrência e a Guerra Industrial

Páginas e páginas foram escritas narrando episódios marcantes da guerra que travavam as indústrias nessa época¹. Por exemplo, John D. Rockefeller e Henry M. Flagler, dois expoentes da indústria petrolífera embarcavam tamanha quantidade de petróleo que conseguiram arranjar importantes concessões das companhias ferroviárias. A redução dos custos de transporte lhes permitiu vender o petróleo a preços inferiores aos de seus concorrentes. Desse modo, a Standard Oil Company of Ohio — razão social da sociedade criada por ambos em 1870 —

1. Ver, por exemplo, Matthew Josephson, *The Robber Barons* (Nova Iorque: Harcourt Brace Jovanovich, Harvest Books, 1962), para um relato fascinante das façanhas dos capitalistas dessa era.

conseguiu imprensar contra a parede vários concorrentes e estabelecer monopólios regionais, nos limites dos quais os preços podiam ser elevados substancialmente, sem risco de favorecer as companhias rivais. Após assegurar grandes descontos nos custos de transporte, em pouco tempo, a Standard Oil elevou sua participação na indústria petrolífera de 10 para 20%. A companhia, porém, não se contentou com isso. Conseguiu, adiante, forçar as estradas de ferro a lhe concederem descontos contra todos os embarques de seus concorrentes, e a fornecerem “todos os dados relativos aos expedidores, compradores, produtos, preços e prazos de pagamento”, manobra que “proporcionou a Rockefeller e a seus associados descontos nos custos de seus próprios embarques, descontos contra os embarques realizados por seus concorrentes, e, além disso, uma eficiente rede de espionagem que lhes permitia acompanhar todas as operações de seus concorrentes”. O poder que Rockefeller acumulou com essas manobras permitiu-lhe esmagar a maior parte das companhias rivais. Em 1879, apenas nove anos após a sua incorporação, a Standard Oil controlava entre 90 e 95% da produção nacional de petróleo refinada. Um biógrafo de Rockefeller escreveu: “De todos os artificios empregados para vencer a concorrência, este foi o mais cruel e mortal já concebido por qualquer grupo industrial norte-americano”.

A concorrência entre os magnatas das empresas ferroviárias foi particularmente feroz. Frequentemente recorriam às guerras de tarifas, que resultavam na exclusão dos concorrentes mais fracos e proporcionavam aos mais poderosos o monopólio sobre vastas regiões. As batalhas atingiam, por vezes, momentos de grande brutalidade: nessas ocasiões, eram comuns, por exemplo, os abalroamentos intencionais de locomotivas e a destruição dos trilhos. Outra jogada das companhias ferroviárias consistia em extorquir dinheiro das cidades que ficavam à margem das estradas projetadas. Um membro da Convenção Constitucional da Califórnia reunida em 1878 denunciou essa chantagem:

Começam a construir a estrada de ferro e, ao se aproximarem de uma pequena cidade florescente, procuram os cidadãos mais preeminentes e dizem: “Se vocês nos derem tantos mil dólares, a estrada passará por aqui; caso contrário, nós contornaremos a cidade”. Sempre que os cidadãos se recusavam a pagar o subsídio, os homens cumpriam a ameaça, e acontecia exatamente o que haviam previsto: arruinava-se a pequena cidade”.

Segundo o mesmo relatório, a ferrovia “extorquiu de Los Angeles a soma de \$230.000 como condição para que cumprisse o que a lei a

2. Dundley Dillard, *Economic Development of the North Atlantic Community* (Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1967), p. 410.

3. Allan Nevins, *John D. Rockefeller, The Heroic Age of American Enterprise*, vol. 1 (Nova Iorque: Scribner, 1940), p. 325.

4. Citado por Josephson, *op. cit.*, p. 84-85.

obrigava a cumprir”. As companhias ferroviárias manipulavam também contatos com políticos para obterem do governo a doação de terras públicas. Calcula-se que tais doações perfizeram um total de 158.293.000 acres — extensão de terras que supera as dimensões de muitos países⁵. Vê-se, portanto, que, na prática, as companhias ferroviárias não levavam muito a sério a política do *laissez-faire*.

Os grandes empresários desta época definitivamente não eram homens de muito escrúpulo. Não foram poucos os que fizeram fortuna à custa da Guerra Civil. Aproveitavam-se dos períodos de escassez aguda de suprimentos para vender ao exército, a preços exorbitantes, “cobertores de lã inferior, cavalos doentes e rifles imprestáveis, (e)... provisões de carne de boi num estado repugnante”⁶. Para eliminar seus concorrentes, não hesitavam em contratar assassinos profissionais, recorrer a seqüestros e utilizar dinamite. Tampouco hesitavam em lesar o público em milhões de dólares através de manobras e operações fraudulentas na bolsa. Algumas dessas ações eram legais, outras não. O espírito com que agiam estes empresários capitalistas foi claramente encarnado por Cornelius Vanderbilt. Quando advertido sobre a duvidosa legalidade de uma iniciativa que pretendia tomar, exclamou: “E o que me importa a lei? Eu não tenho o poder?” Também William Vanderbilt, quando lhe perguntaram o que pensava do clamor público contra uma de suas decisões políticas, respondeu: “Que se dane o público. Eu trabalho para os meus acionistas”⁸.

Conluio Empresarial e Regulamentação Governamental

Decorridos alguns anos, as empresas que haviam sobrevivido a essa guerra eram, em sua maioria, grandes empresas com uma boa dose de experiência acumulada. Para todas elas, seria desastroso manter a concorrência com o mesmo nível de agressividade. Até 1880, a concorrência facultava a obtenção de vultosos lucros. Desse momento em diante, porém, as empresas vitoriosas perceberam que o conluio e a cooperação seriam mais proveitosos. Os *pools*, trustes e corporações unificadas (descritos no capítulo VII), formados em consequência do processo seletivo instaurado pela concorrência, poderiam exercer, em paz, os seus poderes monopolistas. À medida que se aproximava o fim

5. *Ibid.*, p. 79.

6. *Ibid.*, p. 67.

7. *Ibid.*, p. 72.

8. *Ibid.*

do século, maior era a defasagem entre o universo neoclássico, povoado por uma infinidade de pequenas empresas competitivas, e a realidade econômica, na qual imperavam as gigantescas corporações, cooperando entre si para maximizar seus lucros.

As empresas monopolistas, em sua trajetória ascendente, confrontaram-se com uma oposição popular, cada vez mais vigorosa contra os abusos que cometiam contra o interesse público. A intensificação e a difusão do descontentamento popular refletiu-se na campanha presidencial de 1888, na qual tanto os candidatos democratas quanto os republicanos foram obrigados a defender a adoção de leis federais que coibissem os excessos praticados pelas grandes corporações. Após as eleições de 1888, ambos os partidos relutaram muito em colocar em prática o que haviam prometido durante a campanha. Vários políticos republicanos importantes participaram da direção das corporações, cujos abusos haviam combatido durante a campanha. Os democratas estavam, apenas, um pouco menos envolvidos com o universo das grandes finanças. O Congresso só reagiu quando a pressão popular atingiu proporções ameaçadoras, aprovando, em dezembro de 1889, a Lei Antitruste Sherman. Concessão destinada a apaziguar o estado de rebelião pública, a lei tramitou por ambas as casas do Congresso, registrando-se apenas um voto contrário. Seu texto foi redigido em termos tão tímidos e vagos que parecia ter sido concebido com a finalidade de se tornar inócuo. Outro projeto apresentado na mesma época, que previa punições exemplares para as empresas que transgredissem a lei, foi derrotado por maioria esmagadora.

A lei proibia “todo contrato, truste ou qualquer outra forma de associação ou conspiração que venha a restringir o intercâmbio ou o comércio entre diversos estados ou com as nações estrangeiras...” Segundo a lei, incorria em delito a pessoa que tentasse “Monopolizar ou se associar ou conspirar com qualquer outra pessoa... com o objetivo de monopolizar, ainda que parcialmente, o intercâmbio ou o comércio entre os vários estados ou com as nações estrangeiras...”

A principal consequência da Lei Sherman nas décadas subseqüentes à sua promulgação, foi debilitar as organizações trabalhistas. Tendo representado, originalmente, uma concessão ao descontentamento popular contra os abusos praticados pelas grandes corporações, a lei converteu-se num instrumento de repressão aos sindicatos. Isso aconteceu porque as cortes de justiça, apoiando-se na lei, declararam ilegais muitas greves promovidas pelos sindicatos, sob o pretexto de que restringiam a liberdade de comércio. Esses veredictos legitimaram a prisão de vários líderes sindicais e a dissolução de muitos sindicatos combativos.

Sob o mandato do presidente McKinley, foram registradas somente cinco ações judiciais envolvendo a Lei Sherman, embora 146 combinações industriais de importância tenham se formado, apenas no período compreendido entre 1899 e 1901. A United States Steel Corporation, uma das companhias que se formaram, tinha sob seu controle, em 1901, 785 fábricas, cujo valor totalizava a soma colossal de \$ 1.370.000.000.

Os escândalos envolvendo as companhias ferroviárias — lucros abusivos, subornos, corrupção e práticas discriminatórias — levaram o governo federal a criar o primeiro departamento de ação reguladora. A Lei de Comércio Interestadual, promulgada em 1887, instituiu a Comissão de Comércio Interestadual (Interstate Commerce Commission — ICC) criada com a finalidade de regularizar as ferrovias em nome do interesse público.

A concorrência entre as companhias ferroviárias vinha trazendo consequências tão destruidoras que as próprias companhias foram as primeiras a solicitar a regulamentação federal. Poucos anos após a aprovação da Lei de Comércio Interestadual, Olney, Procurador Geral dos Estados Unidos, escreveu uma carta para o presidente de uma companhia ferroviária, na qual a uma certa altura, declarava: “A Comissão (ICC)... é, ou pode vir a ser, de grande utilidade para as companhias ferroviárias. Satisfaz o clamor popular, que exige a supervisão das ferrovias pelo governo, dando, ao mesmo tempo, um caráter puramente nominal a esta supervisão. Além disso, quanto mais velha ficar esta comissão, mais predisposta estará a partilhar do ponto de vista das empresas ferroviárias...”⁹.

A previsão do Procurador Geral foi confirmada pelos fatos. Nos anos que se seguiram à criação da ICC, surgiram outras agências federais com funções análogas. A Comissão Federal de Comunicações (Federal Communications Commission — FCC), o Conselho de Aeronáutica Civil (Civil Aeronautics Board — CAB), e a Comissão de Câmbio e Seguros (Securities and Exchange Commission — SEC) foram algumas das agências federais que se uniram à ICC para “proteger” o interesse público. A maioria dos investigadores que se dedicam ao estudo das práticas de regulamentação governamental concordam que “o fato político mais em evidência acerca... das comissões de regulamentação é que elas, de um modo geral, tornaram-se as promotoras e as protetoras de interesses das indústrias, para cuja regulamentação foram criadas”¹⁰.

9. Citado por Grant McConnell, “Self-Regulation, the Politics of Business”, em D. Mermelstein, editor, *Economics: Mainstream Readings and Radical Critiques* (Nova Iorque: Random House, 1970), p. 197.

10. *Ibid.*, p. 199.

As agências auxiliam as indústrias a obterem, à custa do público, lucros extraordinários.

Várias indústrias oligopolistas encontraram dificuldade para, enquanto monopólios, estabelecer acordos de cooperação e agir coletivamente. Os fatos indicam que essas indústrias recorreram ao governo e às agências federais para efetivarem sua articulação monopolista¹¹. As agências, de um modo geral, consentiam em desempenhar essa função com bastante eficiência.

Os conluios entre as empresas oligopolistas, aparentemente, passaram despercebidos para os economistas neoclássicos, que continuaram a dimensionar suas análises de acordo com as inúmeras pequenas empresas que concorriam entre si. Propunham políticas visando a estimular a livre concorrência, sem se aperceberem de que as grandes empresas eram os sustentáculos da ativa intervenção governamental.

Os economistas neoclássicos continuavam a admitir como válida a noção clássica de que a economia, enquanto prevalecesse a livre concorrência, tenderia à plena utilização de sua capacidade produtiva, e conseqüentemente, ao pleno emprego. Contudo, os fatos demonstravam o contrário. Durante a segunda metade do século XIX, as depressões econômicas tornaram-se mais freqüentes e mais violentas. No decorrer da primeira metade do século, os Estados Unidos sofreram duas crises econômicas (em 1819 e 1837), e a Inglaterra, quatro (em 1815, 1825, 1836 e 1847). Durante a segunda metade do século, os Estados Unidos sofreram cinco crises (em 1854, 1857, 1873, 1884 e 1893), e a Inglaterra, seis (em 1857, 1866, 1873, 1882, 1890 e 1900).

A ideologia econômica neoclássica, além de ignorar o processo de concentração industrial, tinha uma percepção distorcida do desempenho da economia.

Uma Nova Ética Paternalista Cristã

A defasagem existente entre o quadro apresentado pelos ideólogos do liberalismo neoclássico e a realidade da economia capitalista impressionou muitos acadêmicos e empresários. O resultado disso foi a elaboração de uma nova ideologia que se harmonizava com a realidade do capitalismo monopolista. Assim como os novos empresários industriais e financeiros se assemelham aos "barões ladrões" da Idade Média, a nova ideologia se assemelhava à versão medieval da ética paternalista cristã. Proclamava a superioridade natural de uma peque-

11. A mais bem documentada defesa dessa colocação encontra-se em Gabriel Kolko, *The Triumph of Conservatism* (Nova Iorque: Free Press, 1963).

na elite, os magnatas da indústria e das finanças, para a qual atribuía a função de zelar, paternalisticamente, pelo bem-estar das massas.

Essa ideologia refletia o fato de que muitos magnatas estavam se transformando, aos olhos do público, em heróis populares. As modificações econômicas nas duas últimas décadas do século XIX e nas três primeiras do século XX converteram o homem de negócios bem sucedido no tipo social mais admirado. O seu êxito constituía uma prova irrevogável de que possuía virtudes superiores às do homem comum. Essa mitificação do magnata bem sucedido transparece nas biografias escritas por William Makepeace Thackeray e nos romances de Horatio Alger. Estes e outros autores do mesmo gênero criaram um verdadeiro culto ao sucesso. Encaravam a crescente concentração industrial como o produto da superioridade biológica dos empresários que se sobressaíam nesse processo. Glorificavam o homem que progredia à custa do esforço próprio, o *self-made man*, e mantinham vivo, na imaginação popular, o mito criado por Horatio Alger, do maltrapilho que, do dia para a noite, se converte em milionário.

A mitificação dos homens de negócios aliada à hostilidade às formas destrutivas de concorrência, partilhada tanto por empresários quanto pelo público, criaram as condições para que se difundisse uma nova versão da ética paternalista cristã, extremamente conservadora, em muito semelhante à filosofia dos radicais do partido tóri do final do século XVIII e princípio do século XIX. Os infortúnios dos pobres voltaram a acupar um lugar de destaque na literatura desse período. A solução para esse problema e também para o problema da instabilidade econômica consistia, segundo os adeptos da nova ideologia, em estimular a cooperação entre os líderes das grandes corporações. A concorrência passou a ser encarada como um fenômeno anti-social. A cooperação faria desaparecer as instabilidades cíclicas na economia e elevaria as condições de vida da população.

Essa nova versão da ética paternalista cristã foi endossada pelo Papa Leão XIII (1810-1903). Em várias encíclicas divulgadas entre 1878 e 1901, o papa abordou os problemas decorrentes do capitalismo monopolista, sugerindo algumas soluções. Na *Rerum novarum* (1891), afirmou: "é preciso encontrar um remédio... que alivie a miséria e as desgraças que afligem neste momento, tão duramente, a grande maioria dos pobres". Em seguida, na mesma encíclica, condenou a concorrência irrefreável:

Os trabalhadores estão entregues, isolados e indefesos, à insensibilidade dos empregadores e à voracidade da concorrência irrefreável. O mal é agravado pela usura desenfreada... ainda praticada por homens avarentos e ambiciosos. E a isso deve ser acrescentado o costume de trabalhar por contrato é a concentração de tantos ramos do comércio em

mãos de uns poucos indivíduos, o que possibilita a um número restrito de homens muito ricos impor à grande maioria dos pobres um jugo pouco melhor que a própria escravidão¹²

Em seguida a este trecho, cujo tom e conteúdo lembram posições socialistas, vinham palavras duras de repúdio ao socialismo e uma apologia da propriedade privada. O papa manifestava a esperança de que os problemas apontados pudessem ser corrigidos com a supressão da concorrência e a revalorização das virtudes cristãs, como o amor e a fraternidade. Cabia aos líderes das finanças e da indústria dar o exemplo, praticando o novo paternalismo cristão, no contexto do sistema capitalista e das relações de propriedade privada.

A Versão Alemã

A nova ideologia paternalista teve, provavelmente maior receptividade na Alemanha, onde o liberalismo clássico nunca chegou a se firmar inteiramente e onde a concentração industrial foi mais pronunciada. Um renomado economista alemão expressou um ponto de vista muito difundido em seu país:

quando bem conduzida, a cartelização gera um sistema que se caracteriza, em maior ou menor proporção, pela justiça e pela eqüidade... Os diretores dos cartéis são como educadores que desejam fazer triunfar os interesses amplos de um ramo industrial sobre os interesses egoístas do indivíduo. ...O sistema de cartéis, tal como uma cooperativa ou uma associação de mercadores, constitui um elemento importante para a educação dos funcionários, técnicos ou comerciais que, mesmo empenhados em ganhar dinheiro, aprendem também a se colocar a serviço de interesses gerais e a administrar a propriedade alheia de modo honrado e leal¹³.

Outro argumento freqüentemente invocado a favor dos cartéis era o de que contribuíam para eliminar as crises econômicas. A decisão de uma corte de justiça alemã — uma das muitas decisões que vieram a legitimar o sistema de cartéis nesse país — determinava o seguinte: “Efetivamente, a formação de sindicatos e cartéis... tem sido considerada com insistência como um processo de grande utilidade para o conjunto da economia, uma vez que evitam a superprodução anti-econômica e as catástrofes que dela decorrem¹⁴”.

A Versão Norte-americana

Nos Estados Unidos, como foi mencionado antes, a nova ideologia floresceu juntamente com o culto aos homens de negócios bem sucedi-

12. Citado por Daniel R. Fusfeld, *The Age of The Economist* (Glenview, Ill.: Scott, Foresman, 1966), p. 86.

13. Gustave Schmoller, citado por Koppel S. Pinson, *Modern Germany: Its History and Civilization* (Nova Iorque: Macmillan, 1954), p. 236.

14. Citado por Dillard, *op. cit.*, p. 396.

dos e a hostilidade às formas destrutivas de concorrência. Andrew Carnegie, um dos magnatas mais bem sucedidos de seu tempo, exprimiu o modo de pensar da maioria dos grandes financistas e empresários:

É proveitosa para a humanidade, e não nociva como dizem, a acumulação de riquezas por aqueles que têm a habilidade e a energia para produzi-la. ...Dispomos do verdadeiro antídoto para a desigualdade temporária da distribuição de riquezas: a reconciliação do rico e do pobre — o reinado da harmonia — ideal muito diferente daquele que propugnam os comunistas, uma vez que requer apenas a evolução das condições existentes, e não a destruição total de nossa civilização. ...Sob o reinado da harmonia, teremos um Estado ideal, no qual a riqueza excedente da minoria se converterá, no melhor sentido da palavra, na propriedade da maioria. Nas mãos da minoria, que a administra em proveito do bem comum, essa riqueza torna-se uma força capaz de elevar a grandeza de nossa raça, o que não ocorreria se fosse distribuída, em pequenas somas, para o próprio povo¹⁵

Segundo Carnegie — e essa era também a opinião manifestada pelos magnatas e por seus porta-vozes — o milionário seria “o curador dos pobres, sob cujos cuidados ficaria, por uma temporada, grande parte da riqueza acrescida da comunidade, pois ele seria capaz de administrá-la com muito mais eficiência do que se a riqueza estivesse aos cuidados da própria comunidade¹⁶”.

O Reverendo William Lawrence deu, a essa visão elitista, a aprovação religiosa: “Com o passar do tempo, a riqueza tende a se concentrar exclusivamente nas mãos dos homens de boa moral... A devoção anda de braços dados com os ricos¹⁷”. George F. Baer, presidente de uma companhia ferroviária, tinha a mesma idéia, quando declarou aos trabalhadores: “Quem protegerá e cuidará dos direitos e interesses dos trabalhadores não serão os agitadores sindicais, e sim os bons cristãos a quem Deus, em sua infinita sabedoria, entregou o controle dos interesses da propriedade do país¹⁸”.

Simon Patten e os Fundamentos Econômicos da Nova Ética

Talvez o mais influente porta-voz da nova ideologia corporativa nos meios acadêmicos tenha sido o Dr. Simon N. Patten, professor de economia da Universidade de Pensilvânia, de 1888 a 1917, e um dos

15. Andrew Carnegie, “Wealth”, em Gail Kennedy, editor, *Democracy and the Gospel of Wealth* (Lexington, Mass.: Raytheon/Heath, 1949), p. 3, 5, 6.

16. Citado por Kennedy, *op. cit.*, p. xii.

17. *Ibid.*

18. *Ibid.*

fundadores da Associação Econômica Americana¹⁹. Imbuído de paternalismo e fiel à nova ideologia, Patten denunciou a miséria e a exploração econômica que via em toda parte. O texto transcrito abaixo poderia, perfeitamente, ter sido escrito por um marxista daquela época:

Desde então, fluem lado a lado, duas torrentes de vida. Uma arrasta os trabalhadores pobres, que se perpetuam graças aos talentos gerados pelo esforço físico e pelas relações primitivas de dependência mútua. A outra arrasta as aristocracias, cujo domínio se assenta em leis e tradições que lhes asseguram o controle do excedente social²⁰.

Com o mesmo espírito, escreveu quinze anos mais tarde:

O brilho da Quinta Avenida é apenas o reflexo de um inferno longínquo, para onde as vítimas se deixam arrastar a contragosto. Utilizam-se mal alguns recursos e degradam-se cidades para que se crie o fluxo de riquezas que possibilitam aos nossos magnatas, viver na opulência. Da Pensilvânia, região rica em recursos, os trens partem carregados e retornam vazios. Não há retribuição para o grosso da população, exceto nas obras literárias escritas com finalidade de convencer os leitores de que a exploração não constitui um roubo... Mas a Natureza se rebela. O sol nascente jamais encontra as crianças arrancadas da cama para engordar os dividendos do grande Strauss, nem os veteranos estropiados da usina siderúrgica, que vagueiam com seus andrajos de mendigo. Mas o sol não despontaria, não vermelharia, nem tampouco daria luz, não fosse a antevisão de regiões mais felizes adiante²¹.

A pobreza e a exploração eram, na opinião de Patten, os derradeiros vestígios de uma época anterior caracterizada pela escassez. Numa economia caracterizada pela escassez, os capitalistas eram levados a concorrer agressivamente uns com os outros, em prejuízo dos trabalhadores e do público em geral. A concorrência feroz, em que se haviam empenhado esses modernos "barões ladrões", fora como um divisor de águas na história. A tendência à concentração das empresas, que se configurou em seguida à tese da concorrência irrefreável, marcava o início de uma nova era em que a abundância substituiria a escassez. Os capitalistas estavam sendo socializados. Começavam a colocar o interesse coletivo acima do interesse pessoal, ou seja, do lucro. Abstinham-se de concorrer, pois compreendiam que a cooperação era a melhor forma de promover o bem-estar social. (Vimos que, na realidade, os capitalistas passaram a cooperar entre si justamente para arrancar mais lucros do público).

Vários fatos pareciam comprovar a tese de que a prosperidade econômica, que caracterizou os últimos anos do século, estava socializando os capitalistas: "hospitais... (eram) construídos, escolas... (eram) franqueadas a todos, faculdades... (eram) mantidas por doações, museus, biblio-

19. Para uma exposição mais completa sobre as idéias de Patten, ver E. K. Hunt, "Simon N. Patten's Contribution to Economics", *Journal of Economic Issues*, dezembro de 1970, p. 38-55.

20. Simon Nelson Patten, *The New Basis of Civilization* (Nova Iorque: Macmillan, 1907), p. 39.

21. Simon Nelson Patten, *Mud Holow* (Filadélfia: Dorrance, 1922), p. 226.

otecas e galerias de arte... (recebiam) generoso apoio financeiro, dos fundos destinados às igrejas... (cresciam) e missões... (eram) formadas no país e no exterior²²". Diante de quase todas as questões políticas que agitaram sua época, Patten assumiu posições marcadamente pró-industriais e capitalistas. Encarava os capitães de indústria do final do século XIX como uma elite paternalista e generosa.

O crescimento da produção capitalista em larga escala ocasionou a eliminação dos capitalistas anti-sociais e a transferência, para os grupos socializados, do controle de um número cada vez maior de indústrias... No fundo, o sentimento que anima o capitalista é o altruísmo, que se expressa na simpatia que sente pelo trabalhador. A preocupação que têm os homens da classe alta de melhorar as condições de vida das classes baixas constitui um fenômeno radicalmente diferente da pressão que estas exercem visando a obter melhorias para si. As classes baixas mobilizam-se para conquistar o controle do Estado em seu próprio interesse. A classe alta mobiliza-se contra as más condições ambientais que impedem o homem de expressar sua personalidade²³.

Patten sugeria, como medida destinada a desestimular a concorrência, a tributação das empresas competitivas e a concessão de isenções fiscais para os trustes e monopólios. A eliminação dos desperdícios das perdas causadas pela concorrência beneficiaria toda a sociedade. Em sua obra *The Stability of Prices*, afirmou que a concorrência era responsável, em grande parte, pela instabilidade econômica que caracterizou o final do século XIX. Dizia que, quando o processo de formação de trustes e monopólios estivesse concluído, a produção poderia ser submetida a formas de controle e planejamento suficientemente rigorosas para que a instabilidade econômica fosse definitivamente eliminada.

Como a ideologia liberal, a ideologia paternalista de Simon Patten era hostil à excessiva interferência governamental nos assuntos econômicos. O governo deveria intervir exclusivamente para favorecer o desenvolvimento dos trustes e monopólios e agora criar obstáculos à concorrência. Segundo Patten, todas as reformas sociais e econômicas importantes seriam realizadas voluntariamente pelos capitalistas socializados, num sistema em que as corporações coletivizariam sua ação mediante a cooperação.

O Novo Paternalismo e o "New Deal"²⁴

22. Simon Nelson Patten, *The Theory of Prosperity* (Nova Iorque: Macmillan 1902), p. 170.

23. Simon Nelson Patten, "The Reconstruction of Economic Theory", reimpresso em Simon Nelson Patten, *Essays in Economic Theory*, editor Rexford Guy Tugwell (Nova Iorque: Kopf, 1924), p. 292.

24. Para uma discussão mais completa das questões analisadas nesse item, ver E. K. Hunt, "A Neglected Aspect of the Economic Ideology of the Early New Deal", *Review of Social Economy*, setembro de 1971, p. 180-192.

A forma como Patten interpretou a nova ideologia do capitalismo corporativo viria a ter uma importância histórica muito grande. Na década de 30, quando a Grande Depressão se abateu sobre a economia norte-americana, dois antigos alunos e grandes admiradores de Patten, Rexford Guy Tugwell e Frances Perkins, ocuparam posições de destaque no primeiro gabinete formado por Roosevelt. Tugwell, em certa ocasião, declarou que as teses de Patten "exerceram uma influência única sobre seu pensamento. Nem Veblen nem Dewey souberam estabelecer orientações para o futuro tão seguramente quanto Patten. A grandeza de suas concepções e a exatidão de sua visão tornam-se cada vez mais claras à medida que o tempo passa. Sou eternamente grato a ele²⁵." Perkins, por sua vez, considerava-o "um dos maiores homens que a América produziu²⁶".

Por intermédio dos seus dois ex-alunos, Patten exerceu uma influência considerável sobre as políticas econômicas adotadas na fase inicial do *New Deal*. Suas idéias contribuíram para criar as bases teóricas da Lei de Recuperação da Indústria Nacional (National Industrial Recovery Act — NIRA), promulgada em 1933²⁷. Patten não foi, evidentemente, o único mentor intelectual dessas decisões. Durante a Primeira Guerra Mundial, o Conselho de Indústrias de Guerra já se manifestara com entusiasmo, em favor do coletivismo corporativo. No decorrer da década de 20, prosperaram as associações comerciais, e a doutrina do autogoverno empresarial ganhou muitos adeptos no mundo das finanças. Em 1922, Franklin Roosevelt foi eleito presidente de uma dessas associações: o Conselho Americano de Construção (American Construction Council). É indiscutível, no entanto, a grande influência do pensamento de Patten. Seus discípulos, Tugwell e Perkins, tiveram uma atuação decisiva na concepção da NIRA.

A Lei de Recuperação da Indústria Nacional proclamava a intenção manifestada pelo Congresso de "promover a organização da indústria com a finalidade de incentivar a cooperação entre os grupos comerciais²⁸". A lei continha seções onde eram definidas normas que regulamentavam a justa concorrência, autorizando e mesmo estimulando a cooperação entre as empresas para fixação de preços e partilha do mercado, isentando-as totalmente das leis antitruste. A Seção 7A dispunha sobre as organizações sindicais em termos tão dúbios que acabou favorecendo a criação de sindicatos empresariais. "Se ela (a

25. Citado em Allan G. Gruchy, *Modern Economic Thought: The American Contribution* (Clifton, N. J.: Augustus M. Kelley, 1967), p. 408.

26. Citado por Arthur M. Schlesinger, Jr., *The Coming of the New Deal* (Boston: Houghton Mifflin, 1965), p. 229.

27. Schlesinger, *op. cit.*, p. 98.

28. Citado em *ibid.*, p. 98-99.

NIRA) funcionasse, pensava Tugwell, cada indústria acabaria constituindo seu próprio governo à sombra do qual poderia cumprir sua verdadeira finalidade (produzir ao invés de competir). A NIRA poderia ter sido aplicada — escreveu Tugwell mais tarde — de forma a promover um "grande coletivismo" que canalizasse as energias americanas para um esforço nacional disciplinado, visando a estabelecer bases seguras para o bem-estar²⁹".

Ao expor os motivos da lei perante a Associação Nacional de Fabricantes (National Association of Manufacturers), o general Hugh S. Johnson, principal dirigente da Administração de Recuperação Nacional (National Recovery Administration — NRA), afirmou: "a NRA será exatamente o que a indústria organizada em associações comerciais fizer dela". Declarou, em seguida, que antes da criação da NRA, as associações comerciais eram tão eficazes quanto uma "Sociedade de Tricô para Velhas Senhoras". Hoje, dirijo-me a um conjunto de associações comerciais, outrora emascaradas, para falar sobre uma lei que se propõe, pela primeira vez, a outorgar-lhes poder³⁰".

A maior parte da literatura econômica, publicada em 1934, admitia que as reformas iniciais do *New Deal* não haviam ampliado, em escala significativa, a intervenção governamental nos assuntos econômicos. Pelo contrário, resultaram no fortalecimento das associações comerciais, que receberam apoio governamental para assumirem o controle sobre toda a indústria³¹.

As experiências de autogoverno empresarial fracassaram. Concordamos com as conclusões a que chegou o ilustre historiador Arthur M. Schlesinger sobre os resultados dessa fase inicial do *New Deal*:

Que resultados forneceu o autogoverno empresarial? A produção decaiu, os sindicatos e a Seção 7A foram burlados, as pequenas empresas foram estranguladas, o presidente tornou-se alvo de críticas pessoais e grosseiras, e estabeleceu-se um grande atropelo em consequência da corrida desenfreada por lucros. A experiência ensinava a Roosevelt o que o instinto e os princípios doutrinários haviam ensinado a Jefferson e a Jackson: para reformar o capitalismo, é preciso lutar contra os capitalistas com unhas e dentes³².

Em pouco tempo foi abandonada a filosofia que inspirou as reformas iniciais do *New Deal*. A Lei de Recuperação da Indústria Nacional (NIRA) foi declarada inconstitucional. A nova ideologia paternalista viria a ser interpretada em bases mais sólidas após a Segunda

29. *Ibid.*, p. 108.

30. Citado em *ibid.*, p. 110.

31. Ver Leo Rogin, "The New Deal: A Survey of Literature", *Quarterly Journal of Economics*, maio de 1935, p. 338, 346, 349-355. Comentário típico dos defensores da primeira fase do *New Deal* é a declaração de Tilly: "A indústria está transformando em norma legal e exequível o conceito moral de que se deve tratar os outros como se quer ser tratado." *Ibid.*, p. 351.

32. Arthur M. Schlesinger, Jr., "The Broad Accomplishments of the New Deal", em Edwin C. Rozwenc, editor, *The New Deal: Revolution* (Lexington Mass.: Raytheon/Heath, 1959), p. 30-31.

Guerra Mundial (essas bases serão analisadas, juntamente com as políticas econômicas posteriores do *New Deal*, nos capítulos subsequentes).

Resumo

A guerra que as indústrias moveram umas contra as outras no final do século XIX acelerou o processo de concentração de capital e inaugurou uma era de fusões e conluíus entre as grandes corporações. Atuando em conluio, as corporações que controlavam determinado ramo industrial podiam efetivamente exercer sobre ele o monopólio e maximizar, em conjunto, seus lucros. Quando encontravam dificuldades para entrarem em entendimento, as corporações solicitavam a mediação das agências governamentais para a realização de acordos de cooperação.

Nesse novo contexto, muitos ideólogos do capitalismo rejeitaram os postulados do liberalismo clássico por considerá-los inadequados à realidade política e econômica de seu tempo. Em seu lugar, desenvolveram uma nova versão da ética paternalista cristã, apresentando os novos magnatas da indústria e das finanças como homens generosos e paternalistas, que colocavam o bem-estar social acima de seus interesses pessoais.

Essa nova ética exerceu, na década de 30, uma influência considerável na legislação econômica e social da primeira fase do *New Deal*.

CAPÍTULO IX

A Prosperidade Econômica e o Socialismo Evolucionário

No final do século XIX e princípio do século XX, as teorias socialistas do capitalismo foram profundamente influenciadas por duas ordens de acontecimentos: (1) as conquistas políticas e econômicas alcançadas pela classe operária e (2) a partilha imperialista, pelas principais potências capitalistas, das regiões economicamente menos desenvolvidas. Estas duas ordens de acontecimentos cindiram o movimento socialista em dois campos opostos. Uns defendiam a tomada pacífica do governo pelos socialistas, que poderiam, assim, utilizá-lo para promover reformas econômicas e sociais, conduzindo a uma evolução gradual para o socialismo. A ala mais combativa do movimento continuava fiel à visão marxista da natureza de classe dos governos capitalistas, insistindo na necessidade da tomada do poder pela via revolucionária. Este capítulo trata das conquistas econômicas e políticas da classe operária e das tendências reformistas e conservadoras que, em consequência delas, se cristalizaram no movimento socialista. O imperialismo e o socialismo revolucionário serão o tema do próximo capítulo.

As Conquistas Econômicas e Políticas da Classe Operária

Durante a segunda metade do século XIX, os salários reais dos trabalhadores elevaram-se em todos os países capitalistas. Na Inglaterra

ra, o salário real médio cresceu rapidamente na década de 1860 e nos primeiros anos da década de 1870. Em 1875, os salários reais superavam em 40% o valor que tinham em 1862. Sofreram um declínio nos dez anos subsequentes, elevando-se novamente, entre 1885 e 1900. O salário real médio cresceu 33% de 1875 a 1900, e 84% de 1850 a 1900. A elevação dos salários reais deveu-se, em grande parte, ao advento das técnicas de produção em massa, que possibilitaram a redução dos preços das mercadorias consumidas pelos trabalhadores. A introdução de novos métodos de produção aliada ao crescimento do poder aquisitivo dos trabalhadores determinou uma mudança fundamental nos seus padrões de consumo. Os trabalhadores passaram a consumir mais carne, frutas e doces. Os calçados, roupas, móveis, jornais, bicicletas e vários outros produtos novos, fabricados agora em massa, tornaram-se acessíveis aos setores de rendas mais baixas. Não resta dúvida que as condições de vida da classe operária sofreram uma melhoria substancial nesse período.

Convém lembrar que as médias estatísticas podem ser ilusórias. Duas investigações sociológicas, realizadas em fins do século XIX, revelaram que cerca de 40% da classe operária de Londres e York continuavam vivendo em condições extremamente miseráveis. Tal constatação, após meio século de rápida elevação dos salários reais médios, nos dá idéia das condições realmente deploráveis que deviam predominar no princípio do século XIX.

Melhorias análogas foram obtidas pelos trabalhadores na Europa Ocidental e nos Estados Unidos nesse mesmo período. Na maior parte desses países, as conquistas econômicas implicaram também importantes conquistas políticas. No início do século XX, na maioria dos países capitalistas industrializados, o direito ao sufrágio havia sido estendido a quase todos os homens. Criaram-se partidos políticos dedicados à causa da classe operária, dos quais o mais poderoso foi o Partido Social Democrata Alemão, fundado em 1875, num congresso realizado na cidade de Gotha. O programa adotado neste primeiro congresso do partido, do qual participaram os seguidores de Marx, liderados por Wilhelm Leibknecht e August Bebel, e os partidários de Ferdinand Lassalle, ficou conhecido como o *Programa de Gotha*. Este programa representou um compromisso entre as duas facções mencionadas e foi duramente criticado por Marx.

Marx considerou excessivas as concessões feitas por correligionários às posições defendidas pelos lassalianos, que concebiam o governo como um instrumento neutro, passível de ser utilizado pela classe operária, para alcançar o socialismo mediante reformas pacíficas. Marx temia que essa preocupação exagerada com o reformismo pudesse

afastar a atenção dos trabalhadores de sua tarefa fundamental, que consistia em derrubar o capitalismo pela via revolucionária. As divergências entre as concepções revolucionárias e as concepções reformistas persistiriam no seio do Partido Social Democrata, durante 40 anos, até que, finalmente, ocorreu o que Marx tanto receava: após intensas lutas intestinas, os reformistas acabaram assumindo o controle do partido.

Em 1874, os dois grupos socialistas receberam 340.000 votos. Nas eleições de 1877, o Partido Social Democrata Alemão, recém-fundado, obteve mais de 500.000 votos, elegendo 12 deputados para o Reichstag. Atemorizado com essa demonstração de força, Bismarck conseguiu que fosse aprovada, em 1878, uma legislação infame contra os socialistas. Muitos dos seus líderes mais combativos foram obrigados a se exilar. O Partido Social Democrata foi proibido de realizar assembléias e comícios e de publicar jornais.

Apesar da repressão, o partido continuou a crescer. Nas eleições de 1884 obteve 549.000 votos, e nas de 1887, 763.000 votos. Em 1890, o Partido Social Democrata obteve 1.427.000 votos, tornando-se o partido mais forte do Reich. As medidas repressivas não surtiram efeito. As leis anti-socialistas foram revogadas.

Na Inglaterra e na Alemanha, como em vários outros países da Europa ocidental, uma facção numericamente importante do movimento capitalista estava convencida de que o sistema capitalista proporcionava à classe operária uma via pela qual poderia avançar, gradual e pacificamente, em direção à conquista do poder político e do bem-estar econômico.

Os Socialistas Fabianos

Na Inglaterra, não obstante as brilhantes realizações individuais de marxistas como William Morris, o marxismo exerceu pouca influência sobre o movimento socialista. A Sociedade Fabiana, cuja ascendência sobre o movimento socialista na Inglaterra era indiscutível, repudiava totalmente as concepções teóricas de Marx. Em suas análises econômicas, os fabianos se valiam da teoria neoclássica e ortodoxa da utilidade. Acreditavam que o trabalhador recebia o equivalente ao que produzia; os capitalistas e proprietários de terra recebiam o valor do que era produzido com seu capital ou sua terra. A razão fundamental do caráter injusto do sistema não estava na apropriação da mais-valia pelos capitalistas e sim na concentração das rendas derivadas da propriedade, nas mãos de uma pequena minoria da população. Suprimir a injustiça significava, portanto, redistribuir de forma equitativa a renda derivada

da propriedade, o que implicava a transferência da propriedade dos meios de produção para o governo.

Quanto à questão da natureza e do papel do governo, as concepções dos fabianos diferiam radicalmente das de Marx. Segundo Marx, o governo era um instrumento de coerção controlado e utilizado pela classe dominante para perpetuar seus privilégios, que eram inerentes ao sistema capitalista. Já os fabianos consideravam que, numa democracia parlamentar baseada no sufrágio universal, o Estado era uma instituição neutra que poderia ser ocupada e utilizada pela maioria para reformar o sistema econômico e social. Ora, como em uma economia capitalista a classe operária constituía a maioria, estavam seguros de que, mediante reformas pequenas e graduais, os privilégios das classes dominantes seriam abolidos e o socialismo, instaurado por meio da evolução pacífica ao invés da revolução violenta.

Dentre os Fabianos, as figuras mais influentes foram George Bernard Shaw, Sydney e Beatrice Webb e Graham Wallas. Durante muitos anos, Bernard Shaw foi o principal publicista, o mais lúcido e vigoroso porta-voz da Sociedade Fabiana. O pior de todos os males do capitalismo era, para Shaw, a enorme desigualdade de riqueza e rendas que prevalecia nos países capitalistas. Atribuía a existência dessa iniquidade gritante à renda que provinha da propriedade da terra e do capital. As rendas provenientes do capital eram responsáveis pela profunda defasagem entre as riquezas e o poder acumulados por uma minoria insignificante, e a miséria em que vivia a grande maioria da população, que criava a riqueza, segundo Shaw. O sistema capitalista atravessava períodos de subprodução crônica e sofria enormes perdas por desperdiçar absurdamente sua capacidade produtiva, dedicando-se à produção de toneladas de bens de consumo supérfluos destinados aos ricos. Ao expropriar as rendas e suprimir os desperdícios e a ineficiência do capitalismo, o governo socialista não encontraria dificuldades para proporcionar segurança e condições dignas de vida a todos.

A distribuição verdadeiramente justa da renda pressupunha uma igualdade absoluta para torná-la realidade; era necessário romper todos os vínculos entre a prestação de serviços produtivos e a remuneração monetária. Os homens realizariam as tarefas produtivas necessárias, motivados não mais por incentivos econômicos e sim por incentivos não-econômicos, basicamente sociais. Shaw não via a possibilidade de criar essa igualdade a curto prazo. A sociedade de igualdade constituía, para ele, um objetivo a longo prazo.

Possivelmente, o aspecto menos simpático do socialismo de Shaw eram suas tendências acentuadamente elitistas. Shaw tinha pouca fé na democracia. Segundo ele, em uma sociedade organizada em bases

justas e eficientes, as tarefas administrativas e a direção política deveriam ficar a cargo de uma minoria especializada. Como disse um eminente pesquisador da história do socialismo, "faltava pouco para que Shaw admirasse os ditadores. Bastaria que dessem carta branca aos especialistas"¹.

O elitismo de Shaw transparece claramente, por exemplo, na apologia que fez do imperialismo britânico. Shaw acreditava que:

nenhum grupo ou país tinha direito de se opor ao pleno desenvolvimento de seus recursos produtivos, no interesse de todo o mundo. As civilizações superiores tinham, portanto, todo o direito de impor sua vontade sobre os povos atrasados e de ignorar as reivindicações nacionais ou setoriais, desde que isso resultasse no incremento da riqueza total a ser desfrutada pela raça humana ².

Em vista de suas opiniões, é compreensível que Shaw liderasse a facção pró-imperialista da Sociedade Fabiana³.

Bernard Shaw foi, provavelmente, o fabiano mais conhecido pelo público em geral. Contudo, no âmbito da Sociedade Fabiana, os teóricos mais sérios e influentes foram Sydney e Beatrice Webb. Os Webbs estão, sem a menor dúvida, entre os escritores mais prolíferos da história do socialismo.

Em uma de suas primeiras e mais conhecidas obras, intitulada *Industrial Democracy*, rejeitaram a idéia de que os trabalhadores pudessem gerir democraticamente suas próprias indústrias sob o socialismo. Afirmavam que os trabalhadores não tinham nem a intenção nem a capacidade de administrar empresas. Segundo eles, na futura democracia industrial socialista, as indústrias seriam controladas por administradores profissionais que, por sua vez, seriam responsáveis perante a população, uma vez que prestariam contas a um parlamento democraticamente eleito, aos governos locais e às cooperativas de consumidores.

Rejeitaram também a idéia de que o socialismo implicaria a transferência da propriedade de toda a indústria para o governo nacional. A propriedade deveria ser exercida tanto pelo governo nacional quanto pelas inúmeras pequenas unidades administrativas locais ou regionais. O alcance das atividades de cada empresa e a parcela da população atingida por essas atividades determinariam, segundo eles, o tipo de propriedade social em que se enquadraria a empresa.

Na obra intitulada *A Constitution for the Socialist Commonwealth of Great Britain*, propuseram a criação de dois parlamentos distintos,

1. G. D. H. Cole, *A History of Socialist Thought*, vol. III, parte I (Londres: Macmillan, 1956), p. 211.

2. *Ibid.*, p. 219.

3. Ver capítulo X.

ambos eleitos democraticamente. O primeiro se ocuparia das questões políticas, e o segundo cuidaria dos assuntos econômicos e sociais. Sugeriam também a adoção de um sistema de governos locais, baseados em unidades locais com limites geográficos definidos. Os governos locais se combinariam de várias maneiras para formar unidades administrativas encarregadas de supervisionar e controlar diferentes serviços sociais e econômicos. As dimensões, a configuração e a localização dessas unidades administrativas variariam em função da natureza dos serviços envolvidos.

Pode-se dizer que, de um modo geral, os Webbs escreveram copiosamente sobre a natureza da sociedade socialista que esperavam ver criada em um futuro mais ou menos longínquo, porém muito pouco sobre táticas específicas para a transformação da sociedade existente e a criação dessa futura sociedade socialista. Consideravam que os sindicatos deveriam limitar sua atuação à defesa dos interesses econômicos da classe operária nos processos de barganha coletiva. Não lhes competia imiscuírem-se em questões políticas ou cometer atos de rebeldia. Em verdade, não acreditavam que um movimento operário de bases amplas pudesse produzir mudanças políticas. Confiavam em que os apelos intelectuais acabariam modificando a opinião pública, e assim, conseguiriam levá-la a eleger para o parlamento candidatos que tivessem simpatias pelas idéias socialistas.

A Sociedade Fabiana conseguiu, aos poucos, adquirir influência sobre o Partido Trabalhista. Em 1918, este partido adotou um programa socialista que se inspirava nas posições defendidas pela Sociedade Fabiana. Na década de 20, o Partido Trabalhista foi chamado a formar um governo. A causa do socialismo pela via eleitoral parecia a muitos estar às portas do triunfo.

Os fabianos nunca tiveram a pretensão de constituir um partido de massas. Contentavam-se em ser um grupo pequeno e seletivo, empenhado em educar e preparar a classe média para o socialismo. Publicaram grande quantidade de tratados e panfletos denunciando a pobreza e as injustiças que imperavam nos primeiros anos do século XX na Inglaterra. A solução para esses males viria em breve, asseguravam, através de programas e medidas governamentais de caráter paternalista. Antes, porém, era necessário que se formasse um governo verdadeiramente democrático e que o povo adquirisse consciência desses problemas.

Por mais discutível que seja essa concepção de que o socialismo pode ser alcançado por meio da educação, não resta dúvida de que os fabianos reuniam um quadro excelente de educadores. Boa parte da nata da intelectualidade inglesa pertencia à sociedade, incluindo, além dos Webbs e de Shaw, H. G. Wells, Sydney Olivier e Graham Wallas.

Com personalidades desse gabarito patrocinando a sua causa, o socialismo evolucionário e reformista dos fabianos conquistou uma aura de grande respeitabilidade. Qualquer um podia esposar o socialismo, e continuar a viver em completa segurança num nicho confortável e pequeno-burguês da sociedade capitalista inglesa.

Os Revisionistas Alemães

Na Alemanha, a contrapartida dos fabianos ingleses foram os revisionistas. Na virada do século, o Partido Social Democrata continuava sendo, formalmente, um partido marxista. Contudo, grande parte de seus membros afirmava que o curso da história provaria que Marx cometera erros com relação a muitas questões. Julgavam indisponível proceder a uma "revisão" de suas idéias para ajustá-las à realidade econômica e social da Alemanha. Eduard Bernstein, o mais famoso dos revisionistas, desenvolveu uma crítica minuciosa às idéias de Marx em sua obra mais conhecida, *Evolutionary Socialism*, publicada em 1899. Bernstein sustentava que o capitalismo não estava na iminência de sofrer uma crise ou colapso e que, na realidade, nunca se mostrara tão viável. Marx enganara-se também, dizia ele, ao prever a concentração de todas as indústrias em mãos de algumas poucas empresas gigantescas. Afirmava que não só as empresas de grande porte como também as pequenas prosperavam e continuariam prosperando (a despeito do fato de que a concentração do capital e a cartelização da economia fossem mais pronunciadas na Alemanha do que em qualquer outro país capitalista). Ainda que os grandes trustes viessem a dominar a economia, a "pulverização das ações" transformaria grande parte da população, inclusive muitos trabalhadores, em pequenos capitalistas. Considerava que a economia já havia avançado bastante nessa direção: "O número de membros das classes possuidoras, ao invés de decrescer, aumentou. O enorme crescimento da riqueza social não foi acompanhado pelo decréscimo do número de grandes capitalistas, mas sim pelo aumento do número de capitalistas de todas as categorias".

Até mesmo os trabalhadores que não recebiam lucros, rendas, juros ou dividendos viviam em melhor situação. A melhoria das condições gerais de vida e a democratização do governo haviam tornado a revolução não apenas inviável, como também moralmente indesejável. A classe trabalhadora tinha maiores possibilidades de concretizar suas

4. Eduard Bernstein, *Evolutionary Socialism* (Nova Iorque: Schocken Books, 1961 [publicado pela primeira vez em 1899] p. xii.

esperanças “através de um progresso contínuo do que de um colapso catastrófico”⁵”.

Em sua obra, Bernstein não se limitou a propor a “evolução pacífica” como alternativa para a “revolução”. Quase todas as noções basilares da teoria marxista foram por ele contestadas. O capitalismo não se caracterizava pela existência de duas classes polarizadas e antagonicas, afirmou. Dificilmente as lutas de classe poderiam ser a força motriz da história, uma vez que as distinções de classe tendiam rapidamente a desaparecer e, em muitas partes, já haviam desaparecido. Os trabalhadores não constituíam, em absoluto, uma massa homogênea, afirmava ele, e conseqüentemente, “o sentimento de solidariedade entre os grupos de trabalhadores... tem proporções muito modestas”⁶”. Em lugar de duas classes fundamentais e antagonicas, Bernstein via uma multiplicidade de grupos de interesse, freqüentemente em conflito uns com os outros, porém, na maioria das vezes unidos pelo espírito coletivo e formando uma “comunidade”.

Depois de negar a natureza de classe da sociedade capitalista, Bernstein investiu contra a teoria do materialismo histórico. Segundo ele, à medida que as sociedades se desenvolviam, as forças econômicas tornavam-se cada vez menos importantes, enquanto que as forças ideológicas e éticas adquiriam uma relevância cada vez maior.

A sociedade moderna é muito mais rica que as sociedades do passado em ideologias que não são determinadas pela economia nem pela natureza operando enquanto força econômica. A ciência, as artes, toda uma série de relações sociais são atualmente muito menos dependentes da economia do que eram outrora. Colocando a questão em outros termos para evitar mal-entendidos, podemos dizer que o nível de desenvolvimento econômico alcançado proporciona aos fatores ideológicos, sobretudo os éticos, um campo para uma atuação independente muito maior que no passado. Conseqüentemente, a interdependência de causa e efeito entre a evolução econômica e tecnológica e a evolução de outras tendências sociais adquire um caráter cada vez mais indireto. As necessidades da evolução econômica estão perdendo o poder que tinham de ditar a forma da evolução das tendências sociais⁷.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, negou a teoria da mais-valia. Marx afirmara que a mais-valia era criada no processo de produção exclusivamente pelo trabalho vivo. Bernstein repudiou esta teoria, afirmando simplesmente que a mais-valia “só pode ser apreendida enquanto fato concreto tomando-se em consideração a economia da sociedade como um todo”⁸. Esta era a crítica que considerava a mais arrasadora, pois era a teoria da mais-valia que conferia bases científicas

5. *Ibid.*, p. xiv.

6. *Ibid.*, p. 120.

7. Citado por Cole, *op. cit.*, p. 280.

8. Bernstein, *op. cit.*, p. 38.

ao socialismo de Marx. Doravante, afirmou Bernstein, o socialismo teria que assentar em bases éticas e não científicas.

A divergência fundamental entre ambos dizia respeito à natureza do governo em uma sociedade capitalista. Marx partia do princípio (ao qual se mantiveram fiéis os adversários marxistas de Bernstein) de que os governos capitalistas eram, antes de tudo, instrumentos da dominação de classe. A classe dominante devia seus privilégios econômicos às relações de propriedade capitalistas. Utilizava sua riqueza para monopolizar o processo político e assegurar a permanência de governos dedicados, acima de tudo, à defesa e preservação dessas relações de propriedade.

Bernstein repudiou essa concepção, classificando-a de “atavismo político”. A maneira como os marxistas encaravam o Estado, ainda que fosse justa no passado, havia sido invalidada pela extensão do direito ao sufrágio. Ao conferir a todos os cidadãos as mesmas prerrogativas para escolher o governo de sua preferência, o sufrágio universal eliminava os conflitos de classe, transformando cada indivíduo em “parceiro” que participa com os mesmos direitos da comunidade. “Em uma democracia, escreveu, o direito ao voto transforma os membros da comunidade em parceiros virtuais, e esta parceria virtual deverá conduzir necessariamente a uma parceria real”⁹.

Tal como os fabianos, Bernstein rejeitava a noção de que o caráter de classe fosse inerente aos governos das sociedades capitalistas. A democracia capitalista igualava trabalhadores e capitalistas, conferindo-lhes os mesmos direitos e convertendo-os em parceiros. Nessas condições, poderiam ser induzidos, por apelos morais, a promover por meios pacíficos os interesses gerais de toda a comunidade.

O Destino do Socialismo Evolucionário

No período compreendido entre a publicação do *Socialismo Evolucionário* e a eclosão da I Guerra Mundial, as idéias de Bernstein suscitaram profundas controvérsias, não só no Partido Social Democrata como em todo o movimento socialista mundial. Estavam em jogo questões da maior importância.

Os fabianos e os revisionistas afirmavam que a luta insistente por reformas legislativas conduziria, mais cedo ou mais tarde, ao socialismo. Nenhuma reforma isolada ameaçaria a estrutura do capitalismo, porém o efeito cumulativo de muitas reformas culminaria na abdicação pacífica da classe capitalista.

9. *Ibid.*, p. 144.

Os marxistas, por sua vez, insistiam em que, tão logo as reformas colocassem em risco os privilégios e prerrogativas decorrentes dos direitos de propriedade, a classe capitalista recorreria à intimidação, à repressão e, em último caso, à supressão dos direitos democráticos dos trabalhadores, para assegurar a preservação de seu poder econômico e de seu *status* social. Quando isso acontecesse, a classe trabalhadora deveria estar preparada para a revolução, caso contrário perderia todas as concessões e melhorias conquistadas a duras penas.

Às vésperas da I Guerra Mundial, parecia evidente que a ala conservadora do movimento socialista havia conquistado uma vitória, ao menos temporária, sobre a facção revolucionária. Tanto na Inglaterra como na Alemanha, o capitalismo atravessara uma fase de grande prosperidade, trazendo benefícios para os trabalhadores e suscitando um clima de otimismo generalizado. Na Inglaterra, a Sociedade Fabiana consolidou a sua influência sobre o Partido Trabalhista, e na Alemanha, os revisionistas assumiram o controle do Partido Social Democrata.

A história ulterior de ambos os partidos colocaria a nu as debilidades de uma estratégia para o socialismo apoiada exclusivamente em reformas legislativas. Embora muitos de seus líderes continuassem, por algum tempo, a propugnar idéias socialistas, o esforço para alcançar uma maioria eleitoral obrigou esses partidos a assumirem políticas cada vez mais conservadoras. Na década de 50, ambos os partidos renunciaram oficialmente à luta pela propriedade social dos meios de produção, distribuição e troca. Contentam-se em pugnar por uma legislação mais liberal e pela melhoria das condições de vida dos pobres. Isso basta para que tenham uma sociedade justa e boa.

Resumo

No final do século XIX e no princípio do século XX, a conquista de melhores condições de trabalho e de vida e a extensão dos direitos políticos à classe operária deu origem a uma cisão no seio do movimento socialista. Enquanto os revolucionários marxistas insistiam na via revolucionária para o socialismo, os revisionistas e fabianos afirmavam que o socialismo poderia ser alcançado através de reformas legislativas pacíficas e graduais.

Na Inglaterra, os mais destacados líderes do socialismo reformista foram George Bernard Shaw, Sidney e Beatrice Webb e outros membros da Sociedade Fabiana. Na Alemanha, Eduard Bernstein e os revisionistas assumiram a liderança do movimento reformista. Preo-

cupados exclusivamente em conquistar maiorias eleitorais, ambos os partidos foram obrigados a renunciar ao princípio fundamental do socialismo: a socialização dos meios de produção.

CAPÍTULO X

Imperialismo e Socialismo Revolucionário

A tese de que o estabelecimento de um governo democrático em um país capitalista criava condições para uma transição pacífica e gradual para o socialismo, gerou profundas controvérsias e provocou a cisão do movimento socialista europeu¹. Este não foi, porém, o único motivo de desacordo entre os socialistas. A questão do imperialismo contribuiu também decisivamente para precipitar a ruptura do movimento. A expansão imperialista européia intensificou-se no final do século XIX e no princípio do século XX, colocando o movimento socialista num dilema crucial: como se posicionar diante dessa situação? As divergências em torno dessa questão persistem até hoje.

O Imperialismo Europeu

A Índia foi um dos primeiros países a sofrer as conseqüências dramáticas da expansão imperialista européia. Durante 150 anos, até a conquista de Bengala em 1757, a Companhia das Índias Orientais manteve intensas relações comerciais com a região. A Índia era, nessa época, um país relativamente avançado economicamente. Seus métodos de produção, bem como a sua organização industrial e comercial eram comparáveis aos que preveleciam na Europa Ocidental. Na realidade, a Índia já fabricava e exportava musselinas e outros tecidos de luxo de

1. Ver capítulo IX.

excelente qualidade desde os tempos em que a maioria dos povos da Europa Ocidental vivia ainda mergulhada no atraso.

No entanto, após a conquista de Bengala, a Companhia das Índias Orientais impôs a sua autoridade sobre grande parte do território indiano, e as relações comerciais mantidas durante 150 anos converteram-se em relações brutais de exploração. Calcula-se que, entre 1757 e 1815, os ingleses retiraram do país entre 500 milhões e 1000 milhões de libras². Só é possível avaliar a magnitude dessa soma, confrontando-a com o investimento total de capital de todas as sociedades anônimas que operavam no país, cujo valor não ultrapassava 36 milhões de libras³.

A política adotada pela Companhia das Índias Orientais nas últimas décadas do século XIX e na primeira metade do século XX visava a alcançar dois objetivos. Em primeiro lugar, contentar os milhares de funcionários gananciosos que para lá se deslocavam com a intenção de fazer fortuna do dia para a noite: "Estes funcionários, absolutamente irresponsáveis e vorazes, esvaziaram os tesouros particulares. Sua única preocupação era extorquir algumas centenas de milhares de libras dos nativos, e retornar para a Inglaterra o mais cedo possível para exibir as fortunas recém-adquiridas. Imensas fortunas foram assim acumuladas em Calcutá, num curto espaço de tempo, enquanto trinta milhões de seres humanos eram reduzidos à mais negra miséria⁴".

Um observador britânico descreveu um quadro semelhante dessa ânsia impiedosa de riquezas: "Nenhum Mahratta conseguiu saquear uma região com a mesma eficácia com que a Companhia (a Companhia das Índias Orientais) e, sobretudo, seus funcionários, agindo em proveito pessoal, sugaram a planície de Bengala. Em sua ânsia cega de enriquecer, tomavam dos camponeses bengalis o que estes podiam dar e o pouco que lhes restava para viver. E os camponeses devidamente morriam⁵".

Havia ainda um objetivo a longo prazo: desestimular ou eliminar os fabricantes indianos, e transformar a Índia em mercado e em fonte de abastecimento de matérias-primas para a indústria britânica, sobretudo as suas manufaturas têxteis. Essa política, executada de forma brutal e metódica, produziu os resultados esperados.

2. Paul A. Baran, *The Political Economy of Growth* (Nova Iorque: Monthly Review Press, 1962), p. 145.

3. *Ibid.*

4. Brooks Adams, *The Law of Civilization and Decay, An Essay on History* (Nova Iorque: 1896); citado por Baran, *op. cit.*, p. 146.

5. John Strachey, "Famine in Bengal", em Robert Lekachman, editor, *The Varieties of Economics*, vol. 1 (Nova Iorque: Meridian, 1962), p. 296.

A administração britânica na Índia empreendeu a destruição sistemática de todas as fibras e alicerces da economia indiana, para que em seu lugar se instalassem, parasitariamente, os proprietários de terra e os prestamistas. Sua política comercial resultou na destruição do artesanato indiano, e deu origem às infames favelas das cidades indianas, nas quais se aglomeravam milhões de indigentes famintos e doentes. Sua política econômica cortou pela raiz os rebentos de um desenvolvimento industrial autóctone, favorecendo a proliferação de especuladores, pequenos comerciantes e espertalhões de toda espécie que levavam uma vida miserável e improdutiva nas malhas de uma sociedade em decadência.⁶

Os ingleses só vieram a ocupar efetivamente o interior do território indiano após o surto ferroviário que teve início em 1857. Aos cidadãos britânicos que investiam dinheiro nas estradas de ferro, o governo assegurava um retorno de 5%, e prometia que, se os lucros caíssem abaixo desses 5%, o povo indiano cobriria a diferença por meio de impostos. Assim, o povo indiano pagava impostos para proporcionar aos investidores britânicos meios adequados de transporte, e para que a exploração econômica fosse levada aos confins de seu território.

A despeito de todas essas iniciativas, a era do imperialismo europeu só adquiriu contornos verdadeiramente amplos e universais no último quartel do século XIX. Entre 1775 e 1875, os países europeus conquistaram muitos territórios coloniais, mas perderam muitos outros territórios coloniais. As colônias eram encaradas como um luxo excessivamente dispendioso e pouco compensador.

Esta situação modificou-se de forma súbita e drástica após 1875. Em 1900, a Grã-Bretanha havia incorporado ao seu império 4.500.000 milhas quadradas; a França devorava 3.500.000 milhas quadradas; a Alemanha 1.000.000 milhas quadradas; a Bélgica, 900.000, a Rússia, 500.000; a Itália, 185.000 e os Estados Unidos, 125.000. A expansão imperialista ia de vento em popa: um quarto da população mundial foi subjugada e submetida ao domínio europeu ou norte-americano.

O Imperialismo na África

Em 1800, os europeus praticamente não haviam ultrapassado as terras mais próximas ao litoral africano. No princípio do século XX, após um século orgiaco de ocupação de terra e delimitação de impérios, controlavam cerca de 10 milhões de milhas quadradas, ou seja, aproximadamente 93% do continente. Esse estupro de proporções gigantescas foi cometido para satisfazer a cobiça das potências européias que disputavam os abundantes recursos minerais e agrícolas do Continente Negro.

6. Baran, *op. cit.*, p. 149.

Provavelmente, em nenhuma outra colônia africana a exploração européia revestiu-se de características tão brutais quanto no Congo Belga. Em 1879, Leopoldo II, rei da Bélgica, enviou H. M. Stanley em missão à África central. A serviço de uma companhia privada com finalidades lucrativas, dirigida pessoalmente por Leopoldo e alguns associados, Stanley criou uma rede de postos comerciais e, usando de astúcia, convenceu os chefes nativos a assinarem "tratados" autorizando o estabelecimento de um império comercial que abarcava cerca de 900.000 milhas quadradas. Leopoldo arvorou-se em autoridade soberana do Estado Independente do Congo, e empreendeu a exploração dos recursos humanos e naturais da região em proveito de sua própria companhia.

A exploração foi impiedosa. Trabalhando sob constante coação física, os nativos foram forçados nas florestas a extrair o látex com o qual faziam borracha, e a caçar elefantes dos quais extraíam o marfim. Leopoldo confiscou todas as terras que não eram diretamente cultivadas pelas comunidades locais, transformando-as em "propriedade governamental". As piores atrocidades foram cometidas para obrigar os nativos a se submeterem a um opressivo sistema fiscal, que incluía impostos pagáveis em borracha e em marfim e sob a forma de prestações de trabalho.

No século XX, o Congo passou a fornecer outros recursos naturais: diamantes, urânio, cobre, algodão, azeite de coco, semente de coco e coco. Pode-se dizer que, de um modo geral, o Congo foi uma das mais lucrativas possessões imperialistas européias e também uma das mais escandalosas.

A Inglaterra apoderou-se das regiões mais populosas e ricas da África. Em 1870, Cecil Rhodes embarcou para a África do Sul por motivo de saúde. Graças ao seu tino para os negócios e à habilidade com que açambarcou o mercado de diamantes, no curto espaço de dois anos transformou-se em um milionário. Nos anos subseqüentes, a *Companhia Britânica da África do Sul*, dirigida por Rhodes, estendeu o domínio sobre toda a África do Sul. Embora fosse uma empresa privada, com finalidades lucrativas, estava investida de poderes comparáveis aos de um governo. Tinha, por exemplo, autoridade (concedida por carta patente em 1889) para "firmar tratados, promulgar leis, preservar a paz, manter uma força policial e adquirir novas concessões".

A política expansionista da Companhia Britânica da África do Sul culminou na Guerra dos Bôers (1899-1902). As repúblicas holandesas foram esmagadas (o Estado Independente de Orange e a República do Transvaal) e a Inglaterra adquiriu o controle total sobre a África do Sul. Mais tarde, seriam descobertas jazidas riquíssimas de minério,

principal recurso natural da região. O mais explosivo legado do imperialismo britânico e holandês são os mecanismos discriminatórios erguidos contra os negros que constituem a maioria esmagadora da população.

O estudo do imperialismo na África não se esgota nos casos citados neste capítulo. Para concluir esta curta exposição, no entanto, é suficiente mencionar que, às vésperas da I Guerra Mundial, a França detinha cerca de 40% da África (grande parte desse território correspondia ao deserto do Saara), a Inglaterra controlava 30%, e a Alemanha, Bélgica, Portugal e Espanha repartiam entre si aproximadamente 23% do território africano.

O Imperialismo na Ásia

As conseqüências da presença britânica na Índia eram evidentes ao se abrir o século XX. Em 1901, a renda *per capita* era inferior a 10 dólares por ano. Cerca de dois terços da população encontravam-se subnutridos. A maior parte das manufaturas indianas fora arruinada ou tomada pelos ingleses. Aproximadamente 90% da população lutavam com enormes dificuldades para prover a sua subsistência em aldeias onde a propriedade média era de apenas 5 acres e as técnicas agrícolas, extremamente primitivas. Do pouco que produziam, uma parte substancial era apropriada pelos ingleses sob a forma de imposto, rendas e lucros. Grassavam as epidemias e reinava a fome. Em 1891, o indiano vivia em média 26 anos para, em seguida, morrer na miséria.

Boa parte da Ásia foi subjugada durante esse período. Em 1878, numa rápida incursão militar, os ingleses submeteram o Afeganistão ao governo indiano. Em 1907, a Pérsia foi repartida entre a Rússia e a Inglaterra.

Em 1858, a França, utilizando como pretexto o assassinato de um missionário espanhol, invadiu Anam, estado tributário da China e criou, pouco tempo depois, uma colônia no território que corresponde atualmente ao Vietnã. Tendo fincado pé nessa região, a França conseguiu, até 1957, através de guerras e intrigas, submeter ao seu domínio todo o território da Indochina.

A Península Malaia e o Arquipélago Malaio (que abrange uma área de cerca de 3.000 milhas) também caíram sob as garras do imperialismo. A Inglaterra apossou-se de Cingapura e dos Estados Malaios, ocupou o norte de Bornéu e o sul da Nova Guiné. A Alemanha abocanhara a outra parte da Nova Guiné. A maior parte das ilhas

remanescentes (uma área abrangendo cerca de 735 milhas quadradas) coube aos holandeses.

O Imperialismo Norte-americano

No decorrer do século XIX, o imperialismo norte-americano canalizou todas as suas energias para a conquista do continente e o extermínio da população indígena. A primeira aquisição imperialista ultramarina dos Estados Unidos foram as Ilhas Samoa. Em 1878, os nativos de Pago-Pago concederam aos norte-americanos o direito de usar seu porto. Onze anos depois, as ilhas haviam sido conquistadas e divididas entre os Estados Unidos e a Alemanha.

Em 1887, Pearl Harbor tornou-se base naval dos Estados Unidos. Em pouco tempo, os capitalistas americanos assumiram o controle sobre a maior parte da produção açucareira do Havaí. Logo depois, os brancos, que constituíam uma pequena minoria da população e eram todos de origem norte-americana, revoltaram-se contra a rainha Liliuokalani e, com o auxílio dos fuzileiros navais dos Estados Unidos, subjugaram a população nativa. Em 1898, o Havaí foi oficialmente anexado aos Estados Unidos.

No mesmo ano de 1898, os Estados Unidos aproveitaram-se de um incidente providencial, o afundamento do navio de guerra *Maine*, para declarar guerra à Espanha e “libertar” os cubanos do jugo espanhol. Reconhecendo que não era um adversário à altura dos Estados Unidos, o governo espanhol aceitou as suas exigências. Ainda assim, os Estados Unidos declararam guerra como “medida de reparação” pelo afundamento do *Maine*. A vitória norte-americana implicou a anexação imediata de Porto Rico, Guam e das ilhas Filipinas. Os cubanos, agora “independentes”, assistiam aos capitalistas norte-americanos apoderarem-se, num curto espaço de tempo, de sua agricultura e de seu comércio. A independência de Cuba foi condicionada a uma cláusula que assegurava aos Estados Unidos o direito de intervirem nos assuntos internos do país sempre que julgassem necessário, a pretexto de “proteger a vida, a propriedade e a liberdade individual”, fórmula que tem sido usada com frequência para justificar o expansionismo imperialista. As tropas norte-americanas invadiram Cuba em 1906, 1911 e em 1917, antes que o seu domínio fosse definitivamente consolidado.

Os filipinos, que já há muito tempo lutavam por sua independência, constatariam na própria carne que a dominação norte-americana em nada ficava a dever ao jugo espanhol. O presidente McKinley decidiu que os norte-americanos tinham a obrigação de “educar os

filipinos, cristianizá-los e engrandecê-los moralmente”. Como era de se esperar, os filipinos, que há séculos professavam o catolicismo, resistiram a essa “cristianização” pela força. O “engrandecimento moral” e a “educação” dos filipinos, imposta à ponta de baionetas por 60.000 soldados norte-americanos, fez-se ao preço de intermináveis atrocidades e infames campos de concentração.

Em 1901, a República da Colômbia recusou-se a vender uma faixa de terra (na qual seria construído o canal do Panamá) aos Estados Unidos. O presidente Roosevelt acionou os mecanismos intervencionistas. Uma insurreição panamenha foi organizada com a colaboração e o apoio norte-americano. Os navios de guerra dos Estados Unidos foram dispostos em pontos estratégicos para impedir que as tropas colombianas intervissem e sufocassem a rebelião. A revolta foi desencadeada a 3 de novembro de 1903. No dia 6 de novembro, os Estados Unidos reconheceram diplomaticamente a “nova nação”. No dia 18 de novembro, obtiveram a Zona do Canal sob condições muito mais favoráveis do que as que haviam proposto inicialmente.

Em 1904, o presidente Roosevelt declarou que os Estados Unidos respeitavam o direito à autodeterminação dos países que agissem “com um mínimo de eficiência e decência nas questões políticas e sociais”. Advertiu, no entanto, que “erros cometidos sistematicamente ou a demonstração de incapacidade que resulte no afrouxamento dos vínculos que mantêm a coesão de uma sociedade civilizada podem, em último caso, tanto na América como em qualquer outra parte do mundo justificar a intervenção de uma nação civilizada...”.⁷

Em 1909, os fuzileiros navais dos Estados Unidos invadiram a Nicarágua e depuseram o presidente José Santos Zelaya que ameaçara suspender as concessões econômicas feitas aos norte-americanos. Em 1912 foi novamente ocupada. Em 1915, os fuzileiros navais intervieram no Haiti e, em 1916, ocuparam a República Dominicana e impuseram um governo militar.

Ao eclodir a I Guerra Mundial, os Estados Unidos haviam se apoderado ou exerciam controle sobre Samoa, Midway Island, Havaí, Porto Rico, Guam, Filipinas, a ilha de Tutuila, Cuba, São Domingos, Haiti, Nicarágua e a Zona do Canal do Panamá.

O Imperialismo e o Socialismo Evolucionário

A Guerra dos Bôers abalou profundamente a opinião pública inglesa e provocou sérias dissensões entre os radicais e os socialistas. Se,

7. Citado por G. C. Fite e J. E. Reese, *An Economic History of the United States*, 2.^a ed. (Boston: Houghton Mifflin, 1965), p. 472.

por um lado, exacerbou os sentimentos chauvinistas e pró-imperialistas, conquistando, inclusive, alguns políticos de esquerda, por outro, criou condições para que surgisse uma obra como *Imperialism: A Study*, de J. A. Hobson. Escrevendo num estilo cáustico, Hobson pôs a nù todo o ridículo da ideologia imperialista e chauvinista e desenvolveu uma teoria do imperialismo que exerceria profunda influência não só sobre os marxistas como sobre muitos socialistas não marxistas.

Hobson definiu o imperialismo como a luta pela dominação política e econômica de regiões povoadas por "raças inferiores". Seu "alicerce econômico" consistia na necessidade que tinham os países capitalistas avançados de encontrar mercados para os bens e os capitais produzidos internamente, devido à insuficiência da demanda interna. Evocando tradições militaristas e nacionalistas, o imperialismo "reaviva a cobiça de riquezas materiais e a ânsia de dominação que sobrevive em estado latente numa nação desde os tempos imemoriais da luta animal pela sobrevivência⁸".

Hobson atribuía a insuficiência da demanda interna às profundas desigualdades na distribuição da renda que redundavam em distorções na alocação de recurso e, conseqüentemente, na necessidade de incorporar mercados externos. Considerava que as tendências imperialistas do final do século XIX e princípio do século XX só poderiam ser revertidas através de reformas suficientemente radicais para produzir uma distribuição mais eqüitativa da renda. Na seguinte passagem extraída de sua obra, ele expõe em termos sucintos sua posição em relação a essa questão:

Não há necessidade de abrir novos mercados no exterior; os mercados domésticos têm capacidade para expandir-se indefinidamente. Tudo o que for produzido na Inglaterra poderá ser consumido na própria Inglaterra, desde que a renda, isto é, o poder de adquirir mercadorias, seja distribuída de forma adequada. Essa constatação parece ilusória devido à especialização artificial e nociva que foi estabelecida nesse país, baseada na má distribuição dos recursos econômicos, provocando um crescimento exagerado de certos ramos industriais que produzem exclusivamente para os mercados externos. Se a revolução industrial houvesse ocorrido numa Inglaterra em que todas as classes tivessem o mesmo acesso à terra, à educação, à legislação, essa especialização industrial não teria ido tão longe...; o comércio exterior seria menos importante, porém mais estável; todas as parcelas da população gozariam de um padrão de vida elevado, e a taxa atual de consumo nacional proporcionaria oportunidades lucrativas e constantes e emprego para uma quantidade muito maior de capital, público e privado, do que aquela que é investida hoje⁹.

A questão do imperialismo provocou sérias divergências entre os fabianos: deveriam ou não denunciar publicamente a política expansionista da Inglaterra? A proposta, formulada com insistência por Sidney

8. As citações contidas neste parágrafo foram extraídas de J. A. Hobson, *Imperialism: A Study* (Londres: Allen & Unwin, 1938 (publicado pela primeira vez em 1902)), p. 368.

9. *Ibid.*, p. 88-89.

Olivier, de que o comitê executivo da sociedade emitisse um pronunciamento condenando a Guerra dos Bôers, em particular, e o imperialismo, em geral, foi rejeitada por um voto. O comitê concordou, no entanto, com a solicitação de que a proposta fosse submetida a voto geral.

Liderada por George Bernard Shaw, a facção pró-imperialista sustentava que os países pequenos e atrasados eram incapazes de conduzir seus próprios negócios e não deveriam ser considerados propriamente como nações. As nações européias avançadas tinham o dever de administrar os assuntos internos desses povos para o seu próprio bem. O debate desenrolou-se em tom áspero. Finalmente, 45% dos membros da Sociedade Fabiana votaram em favor da condenação do imperialismo inglês, e 55% optaram por apoiar a política expansionista da Inglaterra ou simplesmente ignorá-la. Imediatamente, 18 membros da sociedade, entre eles algumas de suas personalidades mais preeminentes, entregaram seu pedido de renúncia.

O comportamento dos revisionistas alemães foi semelhante ao dos fabianos: a maioria apoiou o imperialismo europeu ou considerou inoportuna qualquer tomada de posição face ao problema. Bernstein, por exemplo, escreveu: "O direito dos selvagens à terra por eles ocupada é um direito meramente condicional. As civilizações superiores podem, em último caso, reivindicar direitos superiores¹⁰". Os marxistas ortodoxos manifestaram-se unanimemente contra o imperialismo que consideravam o último estágio do desenvolvimento histórico do capitalismo. O aguçamento das contradições do sistema econômico obrigava os capitalistas a se lançarem, em desespero, à exploração econômica das áreas mais atrasadas.

O Imperialismo Segundo Rosa Luxemburg

Rosa Luxemburg foi uma das mais importantes líderes políticas e expoentes do marxismo ortodoxo. A análise do imperialismo que desenvolveu em sua obra *A Acumulação do Capital* viria a exercer uma poderosa influência sobre as futuras gerações de socialistas.

Rosa Luxemburg iniciou o seu estudo revendo a análise de Marx sobre o processo de *produção capitalista de mercadorias*¹¹, processo este em que o capitalista começava com uma determinada quantia de

10. Eduard Bernstein, *Evolutionary Socialism* (Nova Iorque: Schocken Books, 1961 (publicado pela primeira vez em 1899)), p. xii.

11. Ver p. 92.

dinheiro, adquiria uma mercadoria — a força de trabalho — e, no final, vendia uma mercadoria diferente — a mercadoria produzida pelo trabalhador no decorrer do processo de produção. Com a venda do produto do trabalho, o capitalista obtinha um valor superior ao que despendera inicialmente com matérias-primas, bens em transformação e força de trabalho, recebia, portanto, mais-valia ou lucro. O dinheiro obtido pelo capitalista com a venda de mercadorias precisou ser gasto pelos compradores das mercadorias.

Os compradores das mercadorias postas à venda pelos capitalistas podiam ser os trabalhadores adquirindo meios de subsistência com seus salários, ou outros capitalistas adquirindo as matérias-primas e os bens intermediários indispensáveis ao prosseguimento da produção. Dissemos no entanto, que, para que exista a mais-valia, a soma apurada com a venda das mercadorias deve superar os salários e os gastos com matérias-primas e bens intermediários. Parte da diferença podia ser constituída pelos gastos dos capitalistas em bens de consumo. Contudo, Rosa Luxemburg observou que os gastos dos capitalistas em bens de consumo respondiam geralmente por uma parcela muito pequena da mais-valia.

Essa diferença poderia ser explicada, em parte, também, pelo fato de que os capitalistas adquiriam bens de capital que não eram necessários para manter os níveis vigentes de produção, mas que viriam a ser utilizados para expandi-los futuramente. No entanto, o desejo de expandir a produção estava forçosamente condicionado à expectativa de crescimento da demanda de bens de consumo. Ora, a insuficiência da demanda de bens de consumo constituía justamente o “xis” do problema. Os capitalistas acumulavam bens de capital não pelo simples desejo de fazê-lo, e sim na expectativa de que essa acumulação resultaria no aumento de seus lucros. A conclusão que se impôs a Rosa Luxemburg foi a de que, na esfera interna de uma economia capitalista, os gastos dos capitalistas e trabalhadores não eram suficientes para permitir, por um período prolongado, a realização contínua da mais-valia gerada pela expansão da produção de mercadorias.

Mas, o capitalismo vinha se expandindo, de forma mais ou menos contínua, há bem mais de um século. Esse fato levou Rosa Luxemburg a procurar descobrir de onde provinham os gastos adicionais que haviam tornado possível essa expansão. Encontrou a resposta na tendência histórica do modo de produção capitalista a expandir-se continuamente, submetendo a seu controle áreas não capitalistas e incorporando-as ao domínio das relações capitalistas. Os gastos dessas áreas não capitalistas com a aquisição de mercadorias produzidas nas econo-

mias avançadas proporcionavam a demanda adicional de que essas economias necessitavam:

Tanto sob o aspecto da realização da mais-valia, como da obtenção dos elementos materiais do capital constante, o comércio internacional é indispensável para a existência histórica do capitalismo — comércio internacional que, nas condições atuais, consiste fundamentalmente numa troca entre modos capitalistas e não capitalistas.¹²

Segundo Rosa Luxemburg, “o imperialismo é a expressão política da acumulação de capital, de sua luta para apoderar-se das áreas não capitalistas ainda disponíveis”¹³. A diminuição progressiva do número de regiões não capitalistas ainda inexploradas no mundo levou a uma situação em que “o imperialismo se expande por meio da ilegalidade e da violência, recorrendo à agressão contra o mundo não capitalista e gerando conflitos cada vez mais sérios entre os países capitalistas rivais”¹⁴.

Partindo desse quadro teórico, Rosa Luxemburg mostrou, através de uma análise penetrante e lúcida, que o desenvolvimento do capitalismo exacerbava o nacionalismo, o militarismo e o racismo. Ao abordar a questão das despesas militares, percebeu claramente a dupla função que desempenhavam: proteger os impérios capitalistas distribuídos pelo mundo e, ao mesmo tempo, proporcionar estímulos à demanda agregada no plano doméstico.

... a multidão de insignificantes demandas individuais para uma ampla variedade de mercadorias... foi substituída por uma demanda estatal de caráter homogêneo e abrangente. O atendimento dessa demanda pressupõe uma indústria de grande porte e muito eficiente. Requer as condições mais favoráveis para a produção da mais-valia e para a acumulação. Sob a forma de contratos governamentais para o abastecimento de material bélico, o poder aquisitivo disperso dos milhões de consumidores concentra-se em grandes quantidades e, livre dos caprichos e flutuações subjetivas dos consumidores individuais, alcança uma regularidade praticamente automática e um crescimento rítmico. O próprio capital acaba controlando esse movimento automático e rítmico da produção militarista, por meio da legislatura e de uma imprensa cuja função é moldar a chamada “opinião pública”. Eis por que essa província particular da acumulação capitalista parece, à primeira vista, capaz de expandir-se indefinidamente. Todas as outras tentativas de ampliar mercados e criar bases operacionais para o capital dependem, grandemente, de fatores históricos, sociais e políticos que escapam ao controle do capital. Já a produção para fins militares constitui uma área cuja expansão regular e progressiva parece ser determinada fundamentalmente pelo próprio capital. Dessa forma, o capital converte em uma virtude a necessidade histórica¹⁵.

Esse texto foi escrito em 1913. Tamanha clareza acerca da função das despesas militares só seria alcançada pelo economistas meio século depois, quando as forças identificadas por Rosa Luxemburg haviam

12. Rosa Luxemburg. *The Accumulation of Capital* (Nova Iorque: Monthly Review Press, 1964), p. 359.

13. *Ibid.*, p. 446.

14. *Ibid.*

15. *Ibid.*, p. 466.

adquirido porporções infinitamente maiores do que as que tinham às vésperas da I Guerra Mundial¹⁶.

A despeito das conclusões brilhantes a que chegou, sua análise do imperialismo baseava-se numa estrutura teórica imperfeita. Os consumidores não capitalistas não geram automaticamente maior demanda. Para que possam adquirir produtos dos países capitalistas, é necessário que vendam também os seus produtos, caso contrário não terão moedas estrangeiras para efetuar as compras. Não se pode determinar antecipadamente qual o resultado líquido dessas relações de compra e venda para a demanda agregada. Além disso, os investimentos capitalistas realizados nos países menos desenvolvidos produzem a sua própria mais-valia, o que tende a agravar, ao invés de aliviar o problema da falta de demanda.

A falha de Rosa Luxemburg foi ter focalizado o problema errado: o subconsumo. A verdadeira força motriz do imperialismo era a busca de zonas que proporcionassem possibilidades de investimentos lucrativos e para as quais os países capitalistas avançados pudessem exportar capital. Essas deficiências da análise marxista do imperialismo foram corrigidas por Lenin.

O Imperialismo Segundo Lenin

A mais famosa e influente interpretação marxista do imperialismo foi realizada por Lenin em um opúsculo intitulado *Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*, publicado em 1916. Lenin procurou “mostrar, na linguagem mais popular e concisa possível, as principais características econômicas do imperialismo¹⁷”. A característica mais importante da etapa imperialista do desenvolvimento do capitalismo era a total submissão das economias capitalistas ao domínio dos monopólios, tendência que Marx já havia previsto com muita lucidez. Para Lenin, monopólio não é sinônimo de indústrias subordinadas a uma única empresa, conforme a definição econômica moderna. Ao falar em monopólios, Lenin referia-se às indústrias dominadas por trustes, cartéis, combinações ou umas poucas grandes empresas. Estribando sua análise, em grande parte na experiência alemã, procurou demonstrar que o desenvolvimento dos cartéis estava intimamente relacionado com modificações importantes ocorridas no setor bancário. Os bancos haviam desempenhado um papel central no processo de cartelização, adquirindo

16. Para uma discussão mais extensa sobre a importância das despesas militares para a crescente demanda agregada doméstica, ver capítulo XI.

17. *Imperialism: the Highest Stage of Capitalism* (Londres: Lawrence & Wishart, 1939), p. 1.

considerável controle sobre grande parte dos mais importantes cartéis industriais. Esse controle tomou tais proporções que Lenin qualificou a fase imperialista do capitalismo de a era do “capital financeiro”.

Embora os bancos fossem capazes de mobilizar volumes gigantescos de capital, as tendências persistentes à queda das taxas de lucro no plano doméstico tornaram indispensável encontrar zonas no exterior onde o capital pudesse ser investido em melhores condições. Ao contrário de Hobson, Lenin não acreditava que a causa econômica mais importante do imperialismo fosse a necessidade de exportar mercadorias, e sim a necessidade de exportar capital. As áreas atrasadas eram cobiçadas porque dispunham de mão-de-obra em abundância e barata, e ofereciam perspectivas lucrativas de investimento.

Na época imperialista do capitalismo, os vários governos nacionais empenhavam-se por assegurar mercados exclusivos e protegidos para os monopólios e cartéis sediados no interior de suas fronteiras políticas. Ao mesmo tempo, esses monopólios e cartéis nacionais buscavam repartir os mercados mundiais mediante a formação de cartéis internacionais. No entanto, as profundas rivalidades e a lei implacável da concorrência acabavam prevalecendo sobre os acordos oportunistas e imediatistas, resultando inevitavelmente em guerras e conflitos nacionais persistentes. Como disse Lenin:

A época da última etapa do capitalismo mostra-nos que surgiram entre as associações capitalistas determinadas relações baseadas na divisão econômica do mundo; paralelamente e vinculado a isso, surgem entre as associações políticas, entre os Estados, determinadas relações baseadas na divisão territorial do mundo, na luta pelas colônias, na “luta por esferas de influência¹⁸”.

Tal situação era, segundo Lenin, inerentemente instável. O imperialismo conduziria, de modo inevitável, às guerras entre os países capitalistas avançados, e a rebeliões e revoluções nas regiões exploradas. Contudo, enquanto pudesse suportar o ímpeto imperialista, o sistema capitalista prolongaria sua existência, incorporando novos mercados para dar vazão a seus investimentos de capital. Os lucros suplementares que o imperialismo proporcionava ao país de origem do capital implicava salários mais elevados para os trabalhadores desse país. A participação nos frutos da pilhagem minaria, ao menos temporariamente, o potencial revolucionário da classe operária, aproximando-a das lideranças de direita “chamados, com razão, de social-imperialistas¹⁹”.

Se, por um lado, o imperialismo expandia a esfera de influência do capitalismo, prolongando, desse modo, a sua existência, por outro lado,

18. *Ibid.*, p. 69.

19. *Ibid.*, p. 99.

engendrava tensões e contradições, afirmava Lenin, muito mais sérias e explosivas que as tensões e contradições do capitalismo de livre concorrência sobre as quais Marx havia escrito. O capitalismo continuava fadado à destruição. O futuro pertencia ainda ao socialismo.

Resumo

O período que se estende do final do século XIX ao princípio do século XX testemunhou a partilha imperialista da maior parte das regiões economicamente subdesenvolvidas do mundo. As populações dessas regiões foram submetidas à mais dura e cruel exploração, em proveito dos lucros das grandes corporações sediadas nos países capitalistas avançados.

A questão do imperialismo provocou a cisão do movimento socialista evolucionário. Muitos socialistas reformistas, entre eles George Bernard Shaw e Eduard Bernstein, posicionaram-se em favor do imperialismo. Outros, entre os quais J. S. Hobson, repudiaram-no vigorosamente. Para Hobson, autor de um estudo importante sobre o imperialismo, a causa fundamental desse fenômeno sócio-econômico era a má distribuição das riquezas e rendas. Propunha reformas visando a corrigir essa distorção, mantendo inalterado o sistema capitalista.

Virtualmente todos os socialistas marxistas opuseram-se ao imperialismo. Para Rosa Luxemburg, a razão fundamental do imperialismo residia na insuficiência da demanda agregada. A despeito das imperfeições de pressupostos teóricos, ela desenvolveu análises brilhantes sobre a natureza do imperialismo, do nacionalismo e do militarismo. As lacunas de sua teoria foram preenchidas por Lenin, na obra intitulada *Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*. Lenin atribuiu grande importância à necessidade de exportar capitais e de incorporar zonas que oferecessem boas oportunidades de investimento para esses capitais. Sua análise representa ainda hoje, a crítica marxista mais penetrante do imperialismo.

CAPÍTULO XI

A Teoria Econômica Keynesiana e a Grande Depressão

A Guerra Civil e o ano de 1900 delimitam um período de rápida expansão econômica nos Estados Unidos. As realizações dessa fase parecem, no entanto, insignificantes quando comparadas ao crescimento ocorrido entre 1900 e 1929. Os índices apresentados a seguir ilustram o crescimento percentual da produção industrial registrado em várias indústrias-chaves, entre 1899 e 1927¹.

Produtos químicos, etc.	239%
Couro e artefatos	321
Têxteis e derivados	499
Produtos alimentares	551
Maquinaria	562
Papel e gráfica	614
Aço e artefatos	780
Materiais de transporte e bens de capital	969

Calcula-se que a riqueza dos Estados Unidos (os valores de mercado de todos os ativos econômicos) tenha alcançado 86 milhões de dólares em 1900, saltando para 361 bilhões de dólares em 1929.

Esse crescimento espetacular colocou os Estados Unidos muito adiante dos outros países capitalistas elevando-os à condição de primeira potência industrial do mundo. A despeito das recessões ocorridas em

1. Dados extraídos de Leo Huberman, *We the People* (Nova Iorque: Monthly Review Press, 1964), p. 254.

1923 e 1927, o produto industrial norte-americano cresceu continuamente durante a década de 1920, alcançando níveis sem paralelo em todo o mundo. De 1914 a 1929, o produto nacional bruto — o valor de todos os bens e serviços produzidos no país — cresceu 62%. Somente 3,2% da força de trabalho estava desempregada em 1929. A produtividade do trabalho elevou-se na década de 20 tão rapidamente quanto os salários. Em 1921, foram licenciados menos de 11 milhões de automóveis; já em 1929, eram mais de 26 milhões os automóveis licenciados. Os consumidores despendiam dezenas de milhares de dólares na aquisição de rádios, geladeiras e outros aparelhos elétricos, cuja produção e comercialização em massa era um fato recente. A indústria norte-americana transformara-se, aos olhos da maior parte da população, numa cornucópia inesgotável destinada a criar fartura para todos.

Além de conquistarem a liderança no campo da produção industrial, os Estados Unidos adquiriram a hegemonia financeira na economia mundial. Seu império econômico rivalizava com o da Inglaterra. Em 1930, os empresários norte-americanos possuíam investimentos de grande vulto em todo o mundo, como demonstra o quadro apresentado a seguir².

Canadá	\$ 3.942.000.000
Europa	\$ 4.929.000.000
México e América Central	\$ 1.000.000.000
América do Sul	\$ 3.042.000.000
Índias Ocidentais	\$ 1.233.000.000
África	\$ 118.000.000
Ásia	\$ 1.023.000.000
Oceania	\$ 419.000.000

A Grande Depressão

Essa era de prosperidade e abundância econômica foi subitamente interrompida, em 24 de outubro de 1929. Nesse dia, que ficou conhecido como a “Quinta-Feira Negra”, o valor dos títulos negociados na Bolsa de Nova Iorque iniciou a sua trajetória descendente, abalando profundamente a confiança nos negócios. Os empresários, atemorizados e descrentes, efetuaram cortes drásticos na produção e nos investimentos. A conseqüência disso foi o declínio da renda nacional e o desemprego em massa, o que, por sua vez, minou ainda mais a confiança na economia. Enquanto perdurou esse círculo vicioso, milhares de corpora-

2. *Ibid.*, p. 251.

ções faliram, e milhões de trabalhadores foram à rua. Uma das piores catástrofes econômicas na história do país estava em curso.

Entre 1929 e 1932, registraram-se 85.000 falências de empresas; mais de 5.000 bancos suspenderam suas operações; o valor das ações na Bolsa de Nova Iorque caiu de 87 bilhões de dólares para 19 bilhões de dólares; 12 milhões de pessoas ficaram desempregadas e cerca de um quarto da população se viu privada dos meios necessários para garantir a sua subsistência; a renda agrícola reduziu-se a menos da metade; o produto industrial diminuiu cerca de 50%³. A mais próspera potência mundial precipitava-se numa crise sem precedentes, lançando milhões de pessoas na mais profunda e desesperadora miséria. Particularmente duros foram os efeitos da crise para os negros e outros grupos minoritários. A proporção de negros entre os desempregados superava entre 60 e 400% a proporção de negros no conjunto da população⁴. Certas áreas geográficas sofreram mais que outras. O congressista George Huddleston do Alabama apresentou em janeiro de 1932 o seguinte relatório:

Há cerca de 108.000 assalariados em meu distrito, dos quais acredito que no máximo 8.000 obtêm seus rendimentos normais. Pelo menos 25.000 homens estão totalmente desempregados. Alguns deles não conseguem qualquer espécie de trabalho há mais de 12 meses. Entre 60 e 75 mil homens estão trabalhando de um a cinco dias por semana, e praticamente todos tiveram seus salários drasticamente reduzidos. Muitos nem chegam a ganhar a média de \$1,50 por dia⁵.

A maioria das cidades não conseguiu manter o auxílio pecuniário aos desempregados por muito tempo, geralmente uma semana. Depois disso, as pessoas eram obrigadas a sobreviver com seus próprios recursos. O diretor executivo do Welfare Council (Conselho do Bem-Estar) da cidade de Nova Iorque narrou a situação a que estavam entregues os desempregados:

Quando o trabalhador perde o seu ganha-pão, geralmente a primeira coisa que faz é exaurir suas economias, quando tem algumas. Em seguida, se é dono de uma apólice de seguro, contrai empréstimos até o limite de seu valor monetário. Toma dinheiro emprestado de seus amigos e parentes, até que estes não possam mais arcar com o ônus de sustentá-lo. Obtém crédito no armazém e no açougue da esquina. O proprietário do imóvel onde ele habita desiste de procurá-lo para cobrar os aluguéis atrasados, e enquanto isso, os juros e as taxas vão se acumulando, e alguma coisa é preciso ser feita. Ao fim de algum tempo, todos esses recursos se esgotam. Essas pessoas, que desconheciam o que era passar necessidade, vêm-se obrigadas a pedir auxílio. O espectro da fome ronda milhões de famílias que nunca haviam experimentado a realidade do desemprego por um período tão prolongado e que certamente nunca conheceram o que era estar entregues a uma situação absolutamente desesperadora⁶.

3. Dados extraídos de Louis M. Hacker, *The Course of American Economic Growth and Development* (Nova Iorque: Wiley, 1970), p. 300-301.

4. Ver Lester V. Chandler, *America's Greatest Depression* (Nova Iorque: Harper & Row, 1970), p. 40-41.

5. U. S. Congress, Senate, Hearings before a subcommittee of the Committee on Manufactures, 72.º Cong., 1.ª sessão, p. 239.

6. Citado por Chandler, *op. cit.*, p. 41-42.

Um relatório de 1932, descrevendo a operação de despejo de lixo num depósito da cidade de Chicago, fixou um flagrante da miséria e da degradação a que foram arrastados esses milhões de pessoas: "Em torno do caminhão que descarregava lixo e outros dejetos, havia cerca de 35 homens, mulheres e crianças. Nem bem o caminhão se afastou do monturo, atiraram-se a ele e puseram-se a cavar com paus, alguns com as próprias mãos, agarrando restos de comida e de verdura"⁷.

O que provocara redução tão drástica da produção de bens e serviços? Recursos naturais havia em tanta abundância quanto antes. O país conservava a mesma quantidade de fábricas, ferramentas e máquinas. A população não perdera a sua capacidade de trabalho, tampouco o desejo de trabalhar. Ainda assim, milhões de trabalhadores e suas famílias mendigavam, tomavam emprestado, roubavam ou engrossavam longas filas para obter uma ninharia qualquer a título de caridade. Enquanto isso, milhares de fábricas permaneciam paralisadas ou operavam muito abaixo de sua capacidade. A explicação deve ser procurada nas instituições do sistema de mercado capitalista. As fábricas poderiam ser reabertas para que os homens voltassem a trabalhar. Não foram, porque não era lucrativo para os empresários reabri-las. Em uma economia capitalista, as decisões concernentes à produção baseiam-se, antes de tudo, no princípio do lucro, não nas necessidades do homem.

A Doutrina Econômica de Keynes

A causa socialista ganhou muitos adeptos na década de 1930. Enquanto o mundo capitalista debatia-se no que foi talvez sua mais violenta depressão, a economia soviética crescia em ritmo acelerado. A grande depressão produziu um choque traumático na população norte-americana, abalando profundamente a sua convicção de que o país progrediria indefinidamente e alcançaria níveis de prosperidade material sem paralelo no mundo.

O sistema econômico capitalista parecia estar à beira de um colapso total. Urgia tomar medidas drásticas que revertessem o processo de crise. Antes, porém, era necessário conhecer melhor a natureza do mal que colocava em risco a existência do sistema. Dessa tarefa incumbiu-se um dos mais brilhantes economistas desse século: John Maynard Keynes (1883-1946). Em sua famosa obra *The General Theory of Employment, Interest and Money*, Keynes procurou analisar o que

estava acontecendo com o capitalista e apontar soluções que pudessem salvá-lo.

Keynes iniciou a sua obra analisando o processo de produção. Num determinado período de produção, uma empresa produz certo volume de dólares sob a forma de bens. Com o que apura na venda desses bens, a empresa paga seus custos de produção, que incluem salários, remunerações, rendas, suprimentos e matérias-primas, bem como os juros dos empréstimos contraídos. A quantia restante converte-se em lucro.

O importante a lembrar é o seguinte: o que para a empresa é custo de produção representa renda para um indivíduo ou para outra empresa. O lucro também é renda — a renda que se destina aos proprietários da empresa. Ora, se o valor da produção esgota-se nos custos de produção e nos lucros, e se estes itens constituem renda, conclui-se que o valor do que foi produzido deve, necessariamente, ser igual às rendas geradas no decorrer da produção.

O mesmo quadro utilizado para uma empresa isolada aplica-se à economia em seu conjunto. O valor de tudo aquilo que é produzido durante determinado período equivale ao total de rendas recebidas nesse mesmo período. Conseqüentemente, para que as empresas vendam tudo o que produziram, é necessário que a população gaste, coletivamente, todas as suas rendas. Se a renda total distribuída na sociedade for gasta na aquisição de bens e serviços, o valor da produção será integralmente. Nesse caso, os lucros permanecerão elevados e os empresários procurarão produzir a mesma quantidade, ou uma quantidade maior de bens e serviços no período subsequente.

Keynes denominou esse processo *fluxo circular*: o dinheiro flui das empresas para o público sob a forma de salários, remunerações, rendas, juros e lucros; em seguida, esse dinheiro retorna para as empresas quando o público adquire os bens e serviços oferecidos por elas. O processo perdura, *enquanto as empresas puderem vender tudo o que produzirem e obter lucros satisfatórios.*

Mas esse processo não é automático. Quando o dinheiro flui das empresas para o público, parte dele não retorna diretamente para as empresas. O fluxo circular apresenta vazamentos. Para começar, nem todos despendem todas as suas rendas. Uma percentagem dessas rendas é poupada, geralmente em bancos, e portanto deixa de participar do fluxo de despesas. Esse vazio pode ser preenchido por outras pessoas que contraem empréstimos nos bancos e despendem quantias superiores às suas rendas. Keynes constatou, no entanto, que no auge da prosperidade a poupança geralmente supera os empréstimos aos consumidores. Forma-se, portanto, uma poupança líquida ou um vazamento real no fluxo circular rendas-despesas.

7. Citado por Huberman, *op. cit.*, p. 260.

Keynes identificou duas outras fontes de vazamento: (1) As pessoas adquirem bens e serviços de empresas estrangeiras, e assim o dinheiro gasto com essas importações deixa de ser gasto com os bens produzidos no interior do país. (2) As somas que a população destina ao pagamento de imposto são também retiradas do fluxo rendas-despesas.

Segundo Keynes, esses três vazamentos (poupanças, importações e impostos) poderiam ser compensados de três formas: (1) as importações poderiam ser contrabalançadas pelas exportações. Para que uma neutralize a outra, seria necessário que os estrangeiros adquirissem uma quantidade de bens produzidos nos Estados Unidos equivalente à quantidade de bens importados por norte-americanos. (2) O governo poderia utilizar os impostos para financiar a aquisição de bens e serviços. Se todos os impostos fossem utilizados com essa finalidade, mantendo-se o orçamento equilibrado, as despesas governamentais compensariam o recolhimento fiscal no fluxo de despesas. (3) Sempre que os empresários desejassem ampliar seu capital, poderiam financiar os investimentos em bens de capital contraindo empréstimos nos bancos onde estivessem depositadas as poupanças. Dessa forma, os investimentos contrabalançariam o vazamento representado pelas poupanças. Se essas três injeções acrescentarem ao fluxo rendas-despesas, o mesmo volume de recursos que escoou através dos três vazamentos mencionados, os gastos corresponderão ao valor da produção. Tudo o que for produzido poderá ser vendido. Reinará a prosperidade.

No entanto, Keynes considerava improvável que o processo funcionasse, ininterruptamente, por muito tempo. Os investimentos, que, como foi dito acima, são necessários para absorver as poupanças, ampliam o estoque de capital e, conseqüentemente, elevam a produtividade da economia. Para que essa capacidade produtiva incrementada seja plenamente utilizada, é indispensável que a produção e a renda cresçam no período seguinte. Contudo, elevando-se a renda, haverá mais poupança, e a absorção dessa nova poupança irá requerer novos investimentos. A realização de novos investimentos não acontece porém de forma automática.

Keynes percebeu que os indivíduos de rendas elevadas tinham o hábito de poupar uma percentagem maior de suas rendas que os indivíduos de rendas baixas. Concluiu que esse padrão de comportamento era extensivo a toda a sociedade. Isso significa que o crescimento da poupança total é mais que proporcional ao crescimento da renda agregada da sociedade. Em outras palavras, à medida que se eleva o nível de rendas, uma percentagem maior dessas rendas é transformada em poupança.

Conseqüentemente, os investimentos teriam que crescer em ritmo mais acelerado que as rendas, para que pudessem absorver continuamente a poupança. Somente assim, as empresas conseguiriam vender tudo o que produzissem. Porém, quanto mais acelerado for o crescimento dos investimentos, mais rápido será o incremento da capacidade produtiva. Por essa razão, é indispensável investir somas cada vez maiores (tanto em termos relativos como absolutos) em cada período consecutivo, para que se mantenha o equilíbrio. Contudo, segundo Keynes, em qualquer economia capitalista madura, há um limite de oportunidades para os investimentos lucrativos. Por conseguinte, à medida que avança o processo de crescimento econômico agrava-se a dificuldade de encontrar canais em número suficiente para dar vazão aos investimentos de capital.

Quando se esgotam as oportunidades de investimento, os investimentos caem abaixo da poupança, e os gastos totais em bens e serviços caem abaixo do valor do conjunto de bens e serviços produzidos. As empresas não conseguem vender tudo o que produzem. Crescem os estoques de bens encalhados. Cada empresa enxerga apenas o seu problema, e como produz mais do que pode vender, no período subsequente ela reduz a produção. Acontece que o problema é extensivo a toda a economia, e como a maior parte das empresas toma a mesma decisão, ocorre, no período subsequente, uma violenta retração da produção, com aumento do número de desempregados e declínio da renda. Em conseqüência do declínio da renda, os gastos em bens e serviços serão ainda menores. Os empresários descobrem que, mesmo a níveis inferiores de produção, não conseguem vender o que produzem. Novamente restringem a produção, e o círculo vicioso reproduz-se.

Em tais circunstâncias, as empresas encontram pouco ou nenhum incentivo para expandir seus bens de capital (pois, já estão funcionando com capacidade ociosa). Os investimentos sofrem, portanto, uma redução drástica. Cai verticalmente todo tipo de despesas. Declinando a renda, a poupança declina mais que proporcionalmente. Esse processo repete-se até que os sucessivos declínios da renda reduzam a poupança a um ponto em que ela já não exceda o nível dos investimentos depauperados.

A análise de Keynes não difere radicalmente, em seus aspectos essenciais, das análises de Marx (capítulo VI) e Hobson (capítulo X). Os três consideravam como a causa fundamental de uma depressão econômica a inabilidade dos capitalistas para encontrar suficientes oportunidades de investimento, tornando-se, portanto, impossível contrabalançar os níveis crescentes de poupança gerados pelo crescimento econômico. A única contribuição de Keynes foi demonstrar que a

relação poupança/renda reconduzia a uma situação de estabilidade econômica caracterizada por níveis aviltados de renda e índices elevados de desemprego.

Marx (e também Lenin) afirmou que o mal era inerente ao capitalismo e incurável. Hobson pensava o contrário. A solução que propôs foi a adoção de medidas destinadas a suprimir as distorções na distribuição da renda e, conseqüentemente, reduzir a poupança. Surtiriam efeito as medidas prescritas por Hobson? Essa não é uma questão muito relevante. Nos países capitalistas industrializados, a riqueza e o poder econômico determinam o poder político, e os detentores do poder jamais se dispuseram a sacrificá-lo para salvar o sistema econômico.

Nos Estados Unidos, por exemplo, das 300.000 corporações não financeiras existentes em 1925, as 200 maiores obtinham lucros muito superiores aos das 299.800 corporações restantes combinadas. Os 5% mais ricos da população detinham praticamente a totalidade das ações e títulos do tesouro, cerca de 30% da renda do país. Desnecessário dizer que esses 5% controlavam a política nos Estados Unidos. Diante desse quadro, especular sobre o que aconteceria se a renda e as riquezas fossem radicalmente redistribuídas seria um exercício fantasioso e inconseqüente.

A solução proposta por Keynes para o problema foi mais realista. Quando a poupança excedesse os investimentos, o governo deveria entrar em cena, recolhendo o excesso de poupança mediante empréstimos e investindo o dinheiro em projetos de utilidade social. A escolha deveria recair sobre projetos que não ampliassem a capacidade produtiva da economia e, ao mesmo tempo, não reduzissem as oportunidades de investimento para o futuro. As despesas governamentais injetariam maiores recursos no fluxo de gastos e criariam condições para o estabelecimento do pleno emprego, sem alterar o estoque de capital. Dessa forma, ao contrário dos investimentos de capital, as despesas governamentais não tornariam mais difícil de ser atingida com pleno emprego no período subseqüente. A esse respeito, Keynes escreveu:

O Antigo Egito foi duplamente favorecido, e sem dúvida deveu sua riqueza mitológica às duas atividades que possuía, a saber, a construção de pirâmides e a busca de metais preciosos, cujos frutos, já que não podiam satisfazer as necessidades da multidão, por serem inconsumíveis, não envelhecêram com a abundância. A Idade Média construiu catedrais e entou nêcias. Duas pirâmides, duas missas para os mortos valem duas vezes mais que uma só, o que não acontece com duas estradas de ferro de Londres a York⁸.

Que tipo de despesas deveria o governo realizar? Keynes, pessoalmente, inclinava-se para os investimentos de utilidade pública, tais

8. J. M. Keynes, *The General Theory of Employment, Interest and Money* (Nova Iorque: Harcourt Brace Jovanowitch, 1936), p. 131.

como a construção de escolas, hospitais, parques e outras obras do gênero. Admitia, no entanto, que essas despesas beneficiariam muito mais os setores de médias e baixas rendas do que os setores de alta renda. Como o poder estava nas mãos dos ricos, estes provavelmente insistiriam em políticas que não redundassem na redistribuição da renda em favor dos setores menos aquinhoados da população. Percebeu que do ponto de vista político, talvez fosse necessário canalizar essas despesas para os cofres das grandes corporações, ainda que isso trouxesse poucos benefícios diretos para a sociedade. Como ele próprio escreveu:

Se o Tesouro enchesse garrafas velhas com cédulas bancárias, depois enterrasse as garrafas a profundidade conveniente, em minas de carvão abandonadas e, em seguida, aterrasse as minas até a superfície com entulhos da cidade e deixasse as empresas privadas, experientes nos princípios do *laissez-faire*, entregues ao trabalho de desenterrar as notas... não haveria mais desemprego... Evidentemente, seria mais sensato construir casas e coisas do gênero, mas se há obstáculos de natureza política e prática que impossibilitam isso, antes enterrar as notas que nada.⁹

A Grande Depressão prolongou-se por toda a década de 30, até a eclosão da II Guerra Mundial. De 1936 (ano da publicação da *Teoria Geral* de Keynes) até 1940, os economistas travaram discussões acaloradas sobre os méritos de suas teorias e de suas proposições práticas. Às vésperas da guerra, quando os vários governos começaram a intensificar a produção de armamentos, o desemprego cedeu rapidamente. Durante a guerra, sob o estímulo de enormes despesas governamentais, produziu-se uma inversão da situação na maioria das economias capitalistas: a crise do desemprego cedeu lugar a uma escassez de mão-de-obra.

As forças armadas norte-americanas mobilizaram 14 milhões de pessoas, que precisavam ser armadas, aquarteladas e alimentadas. Entre 1939 e 1944, a produção das fábricas, minas e indústrias de construção duplicou; a produtividade cresceu 50%. A economia norte-americana produziu 296.000 aviões, 5.400 navios cargueiros, 6.500 vasos de guerra, 64.500 barcas de desembarque, 86.000 tanques e 2.500.000 caminhões¹⁰. O problema mais grave para a economia norte-americana durante a guerra foi a *escassez* de trabalho, em contraste com a taxa de desemprego de 19% que subsistiu até 1939.

A Teoria Econômica e a Ideologia Keynesiana

Para a maioria dos economistas, as experiências realizadas durante a guerra comprovaram, no essencial, a exatidão das idéias de Keynes.

9. *Ibid.*, p. 129.

10. Todos os dados extraídos de Hacker, *op. cit.*, p. 325.

O capitalismo podia ser salvo — proclamavam — desde que os governos soubessem fazer uso de seu poder de cobrar impostos, contrair empréstimos e despender dinheiro. Havia readquirido a convicção de que o capitalismo era um sistema econômico e social viável.

Mas a simples comprovação da viabilidade não proporcionava elementos suficientes para uma ideologia do capitalismo. A União Soviética atravessou incólume a década de 30. Em plena depressão, exibia taxas de crescimento espetaculares e total ausência de desemprego, o que vinha comprovar também a viabilidade de seu sistema econômico. Esse desafio provocou o ressurgimento da ideologia econômica neoclássica. As velhas teorias neoclássicas reapareceram escoradas numa ossatura matemática extremamente hermética e elaborada. A figura mais representativa dessa nova safra de economistas foi Paul A. Samuelson, cuja obra *The Foundations of Economic Analysis*, figura entre os estudos de maior fôlego, do ponto de vista técnico, da teoria econômica¹¹. Em 1947, a Associação Econômica Americana conferiu-lhe a primeira medalha John Bates Clark, classificando a sua obra como a contribuição de maior projeção para a ciência econômica realizada por um economista com menos de 40 anos de idade. A obra pesou consideravelmente também na decisão de conceder a Samuelson o Prêmio Nobel de economia em 1970.

Samuelson exerceu profunda influência sobre a ideologia econômica dominante nos últimos 25 anos. Sua obra de introdução à economia, *Economics*, foi reeditada nove vezes, traduzida para quase todas as línguas importantes e vendida aos milhares¹². A primeira edição surgiu com a finalidade de explicar, numa versão simplificada, as idéias de Keynes. Nas edições subsequentes, observa-se a presença cada vez mais marcante da ideologia clássica tradicional. Em 1955, Samuelson apresentou sua "grande síntese neoclássica", uma tentativa de fundir as idéias keynesianas com as doutrinas neoclássicas. A teoria keynesiana proporcionaria os conhecimentos necessários para manter a economia funcionando a pleno emprego. Nesse contexto keynesiano, operaria o sistema de mercado, alocando recursos segundo os veneráveis princípios da ideologia neoclássica. Quase todo estudante de economia formado nos últimos 25 anos aprendeu suas noções elementares no livro-texto de Samuelson, ou com alguns dos muitos autores que nada mais fazem do que reproduzir sua visão da matéria e conteúdo.

11. Paul A. Samuelson, *The Foundations of Economic Analysis* (Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1947).

12. Paul A. Samuelson, *Economics* (Nova Iorque: McGraw-Hill, 1948).

A Eficácia das Políticas Econômicas Keynesianas

Após 1945, a teoria econômica keynesiana converteu-se em ortodoxia, tanto para os economistas quanto para a maioria dos políticos. Nesse ano, quase 3 milhões de veteranos foram desmobilizados. Em 1946, mais 11 milhões vieram engrossar as fileiras da força de trabalho civil. Os congressistas e economistas temiam que o regresso desses contingentes pudesse precipitar uma nova depressão. Sem perda de tempo, puseram em prática os preceitos keynesianos. A Lei do Emprego, aprovada em 1946, transformou em obrigação legal do governo usar o poder de cobrar impostos, contrair empréstimos e despender dinheiro com a finalidade de manter o pleno emprego. A lei declarava: "O governo federal tem como responsabilidade e por programa de ação permanente recorrer a todos os meios que estiverem ao seu alcance... com a finalidade de proporcionar e manter... oportunidade de emprego útil, incluindo empregos autônomos, a todos os que estiverem habilitados, dispostos e disponíveis para o trabalho, bem como elevar a níveis máximos o emprego, a produção e o poder aquisitivo". Pela primeira vez o governo dos Estados Unidos assumia a responsabilidade formal pela manutenção dos níveis de emprego, o que não quer dizer que tenha se empenhado efetivamente em proporcionar pleno emprego a toda a população.

As políticas econômicas keynesianas funcionaram? A resposta a essa questão é muito complexa. Desde a II Guerra Mundial, não se repetiram grandes depressões nos Estados Unidos. Registraram-se, no entanto, cinco recessões (eufemismo empregado modernamente para designar depressões suaves): em 1948-1949, com duração de 11 meses; 1953-1954, com duração de 13 meses; em 1957-1958, prolongando-se por 9 meses; em 1960-1961, também por 9 meses; e a recessão de 1969-1971 que durou dois anos.

Devido a essas recessões, o desempenho da economia na década de 50 deixou muito a desejar. A taxa real de crescimento do PNB foi de 2,9%, bem inferior, portanto, aos 4,7% correspondentes ao período 1920-1929, ou mesmo aos 3,7% correspondentes aos períodos 1879-1919. A fase áurea da economia norte-americana situa-se na década de 60, quando as taxas de crescimento oscilaram em torno de 5%.

Durante a década de 50 e no princípio dos anos 60, o índice de desemprego foi em média de 4,5%, caindo, em meados da década de 60, para 3,5%. A inflação tem sido um problema persistente desde a II Guerra Mundial. De 1945 a 1968, o crescimento médio anual dos

preços por atacado foi de 3,8% (esse crescimento foi mais pronunciado na década de 40); de 1968 a 1970, essa percentagem elevou-se para cerca de 5%. Entre 1969 e 1971, a inflação conjugou-se com uma recessão econômica, e o índice de desemprego saltou para mais de 6%. A ocorrência simultânea de níveis elevados de desemprego e taxas elevadas de inflação levou o presidente Nixon a tentar, num primeiro momento, congelar os salários e os preços, e em seguida, submeter ao controle governamental o crescimento dos salários e dos preços.

Economistas como Samuelson atribuem o bom desempenho da economia norte-americana na década de 60 às políticas keynesianas e às vultosas despesas governamentais decorrentes delas. Não conseguem, porém, explicar a inflação que acompanhou todo o período. Antes de colocar em julgamento esse desempenho, convém perguntar o que o governo norte-americano erigiu em lugar das pirâmides do Egito e das catedrais da Idade Média. Em 1960, escreveu um observador: "Poucos entre aqueles que falam em nome do futuro discutem com franqueza um aspecto central do crescimento que experimentamos nas duas últimas décadas. Refiro-me ao fato de que nossa grande prosperidade coincidiu com a eclosão da II Guerra Mundial, e que desde então o seu prolongamento esteve muito mais ligado a uma demanda econômica de caráter militar do que puramente civil"¹³.

A Economia de Guerra

Em 1940, as despesas de caráter militar totalizaram 3,2 bilhões de dólares, ou 3,2% do PNB. Em 1943, no auge da II Guerra Mundial, as despesas militares devoraram quase 40% do PNB, e os lucros atingiram níveis sem precedentes. A guerra proporcionou aos capitalistas um exemplo claro de como as despesas governamentais de caráter militar podiam pôr termo a uma depressão e assegurar altos retornos para o capital.

Em 1947, as despesas militares caíram para 9,1 bilhões de dólares, ou seja 3,9% do PNB. Durante a década de 60, os gastos militares, acompanhando o rápido crescimento da economia norte-americana, aumentaram, aproximadamente, na mesma proporção que o PNB. Se fossem levadas em conta outras despesas de caráter militar que não figuram no orçamento de "defesa", o total referente aos últimos anos oscilaria em torno de 15% do PNB¹⁴. Os Estados Unidos destinaram, e continuam a destinar ao militarismo somas muito superiores às dos outros países, em termos absolutos, em termos relativos e *per capita*.

13. Robert Heilbroner, *The Future as History* (Nova Iorque: Harper & Row, 1960), p. 133.

14. Ver, por exemplo, Daniel R. Fusfeld, "Fascist Democracy in the United States", *Conference Papers of the Union for Radical Economics*, dezembro de 1968, p. 11, 34-35.

Essas vultosas despesas governamentais nutriram a expansão do chamado *complexo industrial-militar*, no qual se apoiou, em larga escala, a prosperidade econômica do pós-guerra. Seus contornos essenciais foram descritos da seguinte maneira:

O Estado bélico que construímos no decurso das duas últimas gerações tem uma ampla clientela. No alto da pirâmide está o chamado complexo industrial-militar, que compreende, em primeiro lugar, o Departamento de Defesa do governo federal e satélites como a CIA e a NASA. Os almirantes e generais, os cientistas espaciais e os homens dos serviços de inteligência, bem como todos os burocratas governamentais empenham-se ativamente em fortalecer a sua influência. Com essa finalidade, cultivam boas relações com congressistas e senadores, fixam estabelecimentos militares em distritos politicamente estratégicos e distribuem generosos favores aos legisladores. Antigos militares são enredados numa ampla malha de influência, através de associações vinculadas ao Exército e à Marinha ou através dos organismos de veteranos. Os militares são escorados pela vertente industrial desse complexo, isto é, pelas grandes corporações das quais dependem para o fornecimento de equipamento bélico moderno. Algumas dessas corporações destinam o grosso de sua produção aos militares. E o caso, por exemplo, da North American Aviation, a Lockheed Aircraft, a General Dynamics, e McDonnell-Douglas e a Thiokol Chemical. Outras são fornecedoras importantes de material bélico, mas vendem a maior parte do que produzem nos mercados civis. Estão incluídas nessa categoria a Western Electric, a Sperry Rand, a General Electric e a IBM. Há ainda as corporações, como a Dupont e a General Motors, que apenas ocasionalmente firmam contratos de fornecimento com os militares¹⁵.

Uma pesquisa realizada recentemente comprovou o peso que tem a produção para fins militares no contexto da economia norte-americana. A pesquisa indicou que as cinco principais indústrias militaristas respondem por 7,9% de todos os empregos em Nova Iorque, 12,3% em New Jersey, 13% no Texas, 14,5% em Massachussetts, 15,7% em Connecticut, 30% em Kansas, 31,4% na Califórnia e 38,4% em Washington¹⁶.

As despesas militares desempenham exatamente o mesmo papel que Keynes atribuiu à construção de pirâmides na economia do Egito Antigo. Para os generais e a maioria dos políticos, um potencial de destruição à distância multiplicado por dez é duas vezes melhor que o mesmo potencial multiplicado por cinco, dois sistemas ABM (mísseis antibalísticos) valem duas vezes mais que um só, e duas vezes menos que quatro sistemas. Embora seja difícil convencer o público disso, o imenso volume de pesquisas financiadas pelo complexo industrial-militar impõe-se a qualquer argumento. Os argumentos e sistemas de ataque à distância são rapidamente substituídos por novos modelos. O público é bombardeado com histórias horrorosas para que se convença da necessidade de novas escaladas na corrida armamentista, e de que os modelos "obsoletos" (que na maioria das vezes nunca foram usados) devem ser atirados no ferro velho.

15. *Ibid.*, p. 13.

16. *Ibid.*, p. 15.

As despesas militares mantêm a indústria de bens de capital operando próximo à sua plena capacidade, sem elevar a capacidade produtiva da economia tão rapidamente como seria o caso se ela estivesse produzindo bens de capital exclusivamente para as indústrias. A demanda já não tende a cair abaixo da oferta com tanta persistência como antes. As despesas militares elevam a demanda, mas não alteram a produtividade.

A negligência com que encaram as conseqüências dessa prosperidade sustentada pelo militarismo, conforme os preceitos keynesianos, constitui "a maior parte de todas as omissões dos economistas"¹⁷. Esse tipo de teoria econômica conduziu a "uma visão anti-histórica, tecnicista e mecanicista, apolítica do que é a economia e de como ela funciona"¹⁸.

Raros foram os economistas keynesianos que se mostraram dispostos a combater as implicações do militarismo enquanto instrumento a serviço da política econômica.

A economia dos armamentos é o principal instrumento keynesiano dos nossos tempos. Contudo, mascara-se o seu uso e os seus efeitos nocivos sob a alegação de que é de "interesse nacional". Suas conseqüências internacionais são profundamente corruptoras e desestabilizadoras. Extensos segmentos da sociedade são levados a aceitá-la e a depender dela de maneira totalmente acrítica. Poucos são capazes de avaliar os seus efeitos a longo prazo. A economia dos armamentos fez muito mais que distorcer o uso do escasso talento criativo no campo da ciência e da engenharia... Obrigou-nos a negligenciar um vasto leque de necessidades sociais prioritárias, e as conseqüências dessa negligência põem em perigo a própria tessitura de nossa sociedade.¹⁹

Resumo

A severidade da Grande Depressão na década de 30 levou muitos economistas a romperem com a visão neoclássica ortodoxa, segundo a qual o desemprego constituía um "ajuste" meramente conjuntural e efêmero ante uma situação de desequilíbrio temporário. As novas idéias propostas por Keynes conquistaram ampla aceitação entre os economistas de maior renome. A II Guerra Mundial veio comprovar a tese de que a intervenção governamental em escala maciça podia efetivamente assegurar o pleno emprego. Na realidade, Hitler já havia colocado em prática essa política na Alemanha durante a década de 30. Desde a guerra, não ocorreram outras grandes depressões nos Estados Unidos.

17. Sumner M. Rosen, "Keynes Without Gadflies", em T. Roszak, editor, *The Dissenting Academy* (Nova Iorque: Random House, Vintage Books, 1968), p. 83.

18. *Ibid.*, p. 85.

19. *Ibid.* p. 86-87.

A maioria dos economistas atribui o bom desempenho do capitalismo norte-americano às vultosas despesas governamentais. Os críticos sustentam, contudo, que o preço social dessa prosperidade prolongada foi a criação de um complexo industrial-militar que, atualmente, coloca em perigo a própria existência da sociedade americana. Se essa visão for correta, é possível concluir que as teorias de Keynes proporcionaram à ideologia neoclássica elementos para que ela enfrentasse o mais importante problema econômico da década de 30, mas, ao mesmo tempo, obscureceram ou agravaram outros problemas. Alguns desses problemas e as ideologias contemporâneas do capitalismo serão examinadas no Capítulo XII.

CAPÍTULO XII

O Capitalismo Americano Contemporâneo e seus Defensores

Embora a economia norte-americana tenha sofrido cinco recessões suaves desde a Segunda Guerra Mundial, o seu crescimento neste espaço de tempo foi, pelos padrões históricos, bastante satisfatório. O produto nacional bruto, em dólares a preços constantes (1958), cresceu de 355 bilhões em 1950 para 727 bilhões em 1960. A renda pessoal disponível, tomando novamente por base o dólar a preço constante (1958), aumentou de 250 bilhões para 512 bilhões nesse mesmo período.¹ Se em 1950 a taxa de crescimento ficou um pouco abaixo da média histórica, em 1960 ela a ultrapassou de longe.

O capitalismo norte-americano realizou progressos tecnológicos extraordinários. Nas décadas que antecederam a I Guerra Mundial, o aumento do produto por hora-homem foi de 22% por década. Após a II Guerra Mundial, o produto por hora-homem cresceu de 35 a 40% por década.² O que tornou possível esses índices de crescimento foram os investimentos maciços destinados à pesquisa e ao desenvolvimento, que se elevaram de 3,4 bilhões de dólares em 1950 para 12 bilhões de dólares em 1960, a metade dos quais proveio dos cofres do governo federal.

O desenvolvimento tecnológico e o crescimento da produção aceleraram a concentração do poder econômico nas mãos de um reduzidíssi-

1. Dados extraídos do *Federal Reserve Bulletin*, agosto de 1970, p. A68-A69.

2. Louis M. Hacker, *The Course of American Economic Growth and Development* (Nova Iorque: Wiley, 1970), p. 36. Os aumentos da produtividade na década de 20 foram ainda mais expressivos.

mo número de empresas. Em 1929, as 100 maiores corporações industriais detinham o controle legal (o controle real era muito maior) de 44% do patrimônio líquido de todas as empresas industriais. Em 1962, esta percentagem atingiu 58%³.

Havia, em 1962, 420.000 empresas industriais nos Estados Unidos. Deste total, somente as cinco maiores detinham 12,3% de todos os ativos industriais. Tomando-se as 20 maiores, esse percentual elevava-se para 25%. Os ativos totais das 20 maiores empresas equivaliam, aproximadamente, aos das demais 419.000 empresas menores reunidas. As 20 "gigantes" apoderavam-se de 28% dos lucros, descontados todos os impostos, enquanto as 419.000 empresas menores repartiam os 62% restantes. Além disso, das 180.000 corporações que atuavam no campo da produção industrial, o lucro líquido das cinco maiores era quase o dobro do lucro líquido das demais 178.000 reunidas.⁴

O processo de concentração do capital intensificou-se nestas últimas décadas. A partir de 1959, ocorreram mais de 60 fusões por ano, envolvendo a aquisição de ativos superiores a 10 milhões de dólares. O número de fusões aumentou na década de 60. O quadro 12.1 ilustra

QUADRO 12.1

Grandes fusões e aquisições, 1966-1968

	1966	1967	1968
Total de Aquisições	1746	2384	4003
Número de companhias industriais e mineradoras adquiridas, com ativos superiores a 10 milhões de dólares	101	169	192
Valor dos ativos das companhias adquiridas com ativos superiores a 10 milhões de dólares (em bilhões)	\$ 4,1	\$ 8,2	\$ 12,6
Número de aquisições efetuadas pelas 200 maiores companhias	33	67	74
Valor dos ativos das empresas adquiridas pelas 200 maiores companhias (em bilhões)	\$ 2,4	\$ 5,4	\$ 6,9

3. Gardiner C. Means, "Economic Concentration", em *Hearings Before the Subcommittee on Antitrust and Monopoly of the Committee on the Judiciary, United States Senate* (Washington, D. C.: GPO, julho de 1964), p. 9-19.

4. Willard F. Mueller, "Economic Concentration", *Hearings, op. cit.*, p. 111-129.

esta tendência.⁵ De 1968 a 1970, o volume de aquisições elevou-se visivelmente. O processo de concentração do capital, que se iniciou há cem anos atrás, prossegue ainda hoje a todo o vapor.

A prosperidade do pós-guerra não contribuiu para reduzir as profundas desigualdades existentes nos Estados Unidos. O estudo mais completo já realizado sobre a distribuição da propriedade de riqueza⁶ demonstrou claramente que 1,6% da população detém mais de 80% das ações de todas as corporações privadas, e praticamente todos os bônus emitidos pelos governos estaduais e locais. A concentração da propriedade de valores que proporcionam rendas vem se intensificando continuamente desde a década de 20.

A distribuição da renda apresenta também profundas assimetrias. Apesar do extraordinário desenvolvimento econômico registrado nas três últimas décadas, e da imensa campanha publicitária montada em torno da luta contra a pobreza nos anos 60 (que provocou mais barulho que conseqüências positivas), a pobreza continua sendo um problema crucial nos Estados Unidos. Em 1970, por exemplo, 25,5 milhões de americanos viviam em famílias com renda anual inferior a 3.900 dólares — considerada oficialmente como "limite de pobreza". Segundo o "U. S. Bureau of Labor Statistics" (Departamento de Estatísticas do Trabalho dos Estados Unidos) aos elevados preços vigentes em 1970, uma família de quatro pessoas precisaria de cerca de 7.100 dólares para viver com "dignidade pessoal e participação social".⁸ Portanto, 25,5 milhões de pessoas viviam com menos da metade do que seria necessário para manter a "dignidade pessoal". Outras dezenas de milhões viviam com menos de 7.100 dólares.

Em um contraste chocante com esse quadro de miséria coletiva, os 5% mais ricos da população recebiam acima de 20% da renda total do país. No vértice da pirâmide, achava-se a pequena elite constituída por 1,6 da população que tinha em seu poder a maioria das ações e bônus dos Estados Unidos. Os mais ricos desta elite ostentavam rendas que variavam de 50 a 100 milhões de dólares por ano (neste último caso, cerca de 275.000 dólares por dia).

Por outro lado, os impostos pouco ou em nada contribuem para atenuar as iniquidades na distribuição da renda. Supõe-se que o sistema tributário dos Estados Unidos reduza a desigualdade, ao retirar

5. Tabela elaborada com base em dados da Comissão Federal de Comércio, derivada por Paul Sweezy e Harry Magdoff, em "The Merger Movement: A Study in Power", *The Monthly Review*, junho de 1969, p. 1-5.

6. Robert J. Lampman, *The Share of Top Wealth-holders in National Wealth, 1922-1956* (Princeton, N. J.: Princeton University Press, 1962).

7. *Los Angeles Times*, 8 de maio de 1971, parte I, p. 1.

8. *Ibid.*, 21 de dezembro de 1970, parte I, p. 18.

da renda dos ricos uma percentagem maior do que a que incide sobre a renda dos pobres. O imposto sobre a renda da pessoa física tende a diminuir a desigualdade na distribuição da renda, mas, na verdade, os resultados são bem menores do que se possa imaginar. Quando se analisa a totalidade dos encargos fiscais, chega-se à conclusão de que, na realidade, os impostos acentuam as desigualdades na distribuição da renda, uma vez que os impostos sobre as vendas, os impostos sobre o consumo, os impostos sobre a propriedade e a previdência social oneram muito mais os rendimentos do pobre do que os do rico.

Um renomado economista, considerado autoridade em questões tributárias, estudou os efeitos dos encargos fiscais sobre as rendas ao longo de todo o espectro da distribuição da renda. Constatou que as famílias com renda inferior a 2.000 dólares por ano — ou seja, em situação de pobreza abjeta — pagavam um terço de sua renda em impostos. A variação desse percentual era inversamente proporcional ao aumento da renda familiar. As famílias cujas rendas oscilavam, por exemplo, entre 10.000 e 15.000 dólares anuais, entregavam uma proporção de suas rendas que equivalia a apenas um terço do que pagavam as famílias com rendas inferiores a 2.000 dólares. Somente com relação às famílias mais ricas (5% da população), o total arrecadado pelo fisco era proporcionalmente maior que as somas entregues pelos mais pobres. A elite despendia, em média, 36,3% de suas rendas em impostos, isto é, apenas 3% a mais que o dispêndio em impostos da camada mais pobre da população.⁹

Se julgarmos o desempenho do capitalismo norte-americano nestas três últimas décadas, tomando como base exclusivamente o crescimento econômico e a elevação da produtividade (embora o desemprego e a inflação tenham sido persistentes), pode-se dizer que os resultados foram bastante animadores. Contudo, persistem, agravadas, as desigualdades flagrantes na distribuição da riqueza e da renda. Não surpreende, portanto, que nesse período tenham sido travadas intensas polêmicas entre os defensores do capitalismo e seus críticos radicais e socialistas.

Ideologia Liberal-clássica Contemporânea

A teoria econômica neoclássica influenciou decisivamente na formação da ideologia liberal-clássica do capitalismo no final do século XIX e

9. B. A. Musgrave, "Estimating the Distributions of the Tax Burden", em *Income and Wealth*, ser. 10 (Cambridge, Inglaterra: Bowes & Bowes, 1964), p. 192.

primórdios do século XX. A partir de 1930, a economia neoclássica desenvolveu um instrumental matemático extremamente complexo, favorecendo a elaboração de novas interpretações teóricas no campo da ciência econômica moderna. No entanto, os postulados básicos em que assenta toda a teoria preservam ainda um caráter metafísico. Não foram alicerçados em bases científicas, quer em termos empíricos ou teóricos.

A melhor síntese da economia neoclássica contemporânea encontra-se na obra de C. E. Ferguson, *The Neoclassical Theory of Production and Distribution*¹⁰. Os raciocínios matemáticos desenvolvidos neste livro são tão complexos, que somente economistas altamente especializados e versados em matemática superior são capazes de compreendê-los. O professor Ferguson tem, no entanto, consciência da vulnerabilidade de determinados postulados da teoria neoclássica que, tal como a ideologia religiosa medieval, devem ser aceitos exclusivamente pela fé. Não só ele admite isso, como proclama sua adesão incondicional: "Confiar na teoria econômica neoclássica é uma questão de fé. Eu, pessoalmente, tenho fé; no momento, porém, o melhor que posso fazer para convencer os outros é invocar a autoridade de um Samuelson..."¹¹

À medida que foi se tornando hermético, deixando de ser uma doutrina acessível para os leigos como era a princípio, o liberalismo clássico perdeu muito de sua eficácia enquanto ideologia popular do capitalismo. Várias organizações empenham-se, atualmente, em difundir uma versão simplificada, mais acessível da ideologia clássica. As organizações norte-americanas mais conhecidas que se dedicam a essa tarefa são a National Association of Manufacturers (NAM — Associação Nacional dos Fabricantes), a Foundation for Economic Education (Fundação para a Educação Econômica), o Committee for Constitutional Government (Comitê para o Governo Constitucional), a U. S. Chamber of Commerce (Câmara de Comércio dos Estados Unidos) e a American Enterprise Association (Associação Americana de Empresas).

Uma comissão de inquérito do Congresso apurou que, dos 33,4 milhões de dólares despendidos com a finalidade de "influir na legislação", 32,1 milhões de dólares provieram dos cofres das grandes corpo-

10. C. E. Ferguson, *The Neoclassical Theory of Production and Distribution* (Londres: Cambridge University Press, 1969).

11. *Ibid.*, p. xvii-xviii. A cândida confissão do professor Ferguson inspirou um debate bastante exótico entre os economistas acadêmicos. O debate provou, de modo conclusivo, que alguns dos princípios fundamentais da ortodoxia neoclássica eram absolutamente insustentáveis. Para um resumo das conclusões desse debate, ver E. K. Hunt, "Religious Parable Versus Economic Logic: An Analysis of the Recent Controversy in Value, Capital and Distribution Theory", *Inter-Mountain Economic Review* (outono de 1971; ver também séc. III da *Critique of Economic Theory* de E. K. Hunt e Jesse Schwartz; Londres: Penguin, 1972).

rações. Desses 32,1 milhões de dólares, cerca de 27 milhões foram entregues a organizações como as mencionadas no parágrafo anterior.¹² Com esses fundos, a NAM divulga grande quantidade de propaganda pró-empresarial, incluindo "fascículos literários para fins educacionais, boletins sobre as atividades sindicais e empresariais, boletins informativos, uma revista de negócios, além de diversos estudos sobre legislação, educação, leis antitruste, tarifas e sindicatos".¹³

A "Foundation for Economic Education" resenhou e distribuiu livros comprometidos com a ideologia liberal-clássica, publica e distribuiu, gratuitamente, um jornal mensal intitulado *The Freeman*, através do qual veicula essa ideologia. As outras organizações dedicam-se ao mesmo gênero de atividades promocionais e editoriais.

A versão popular da ideologia clássica preocupa-se, acima de tudo, em demonstrar os benefícios do mercado livre. Argumenta-se que, em um mercado livre, a ação da oferta e da procura produz sempre resultados melhores do que poderia realizar a ação do Estado ou de um organismo central de planejamento. A NAM, por exemplo, afirma que a função primordial do governo é fortalecer e "tornar mais eficaz o jogo da competição"¹⁴.

Entretanto, a literatura publicada por essas organizações praticamente ignora o problema da concentração do poder corporativo. Dedicam-se quase que exclusivamente a criticar o poder dos grandes sindicatos e as medidas "socialistas" tomadas pelo governo em prol do bem-estar social.

Grande parte dessa literatura divulga uma versão excessivamente simplificada das análises desenvolvidas pelos economistas clássicos e neoclássicos. Sustenta o ponto de vista de que qualquer interferência no livre jogo do mercado, seja ela concreta ou em potencial, é nociva e deve ser evitada a todo custo. Tais opiniões fazem um sucesso considerável, sobretudo entre os pequenos negociantes (já o mundo das altas finanças encara com bons olhos a interferência governamental, por ser o principal beneficiário dela).

A Ideologia Liberal-clássica e suas Variantes Contemporâneas

A maioria dos críticos atribui o fracasso da ideologia liberal-clássica antes de tudo à sua incapacidade de explicar a realidade da imensa

12. R. Joseph Monsen, Jr., *Modern American Capitalism* (Boston: Houghton Mifflin, 1963), p. 19.

13. *Ibid.*

14. National Association of Manufacturers, Economic Principles Commission, *The American Individual Enterprise System, Its Nature and Future* (Nova Iorque: McGraw-Hill, 1946), p. 57.

concentração do poder econômico em mãos de uma parcela bem inferior a 1% de todas as corporações norte-americanas. Foram feitas várias tentativas de construir uma ideologia que conciliasse, de um lado, a importância que tem para o liberalismo clássico a livre concorrência e a empresa privada, e, de outro, a existência da concentração do poder econômico em mãos das corporações. Analisaremos duas delas: a ideologia do "poder de compensação", inspirada nas teses do economista John Kenneth Galbraith, e a ideologia do "capitalismo do povo" do professor Massimo Salvadori.

Em sua famosa obra, *American Capitalism, the Concept of Countervailing Power*, o professor Galbraith reconhece a existência de grandes blocos de poder, ligados por interesses especiais, na economia norte-americana, mas afirma, em seguida, que isso não tem muita importância, uma vez que "o poder da economia privada gera o poder de compensação daqueles que a ela estão submetidos."¹⁵ A criação desse poder de compensação resulta na "neutralização de um pólo de poder pelo outro".¹⁶

Desse modo, nas relações capital-trabalho, os sindicatos poderosos neutralizam o poder das grandes corporações, assim como as poderosas associações de consumidores neutralizam as forças monopolistas e oligopolistas dos grandes comerciantes. Instaura-se uma espécie de equilíbrio de mercado, como se uma mão invisível harmonizasse os interesses de todos. O todo harmonioso compõe-se, agora, de um pequeno número de gigantes neutralizados, e não mais de uma infinidade de pequenas empresas atomizadas, competindo umas com as outras.¹⁷

Outra tentativa importante de demonstrar o caráter inócua (ou mesmo benéfico) da concentração do poder econômico foi feita pelo professor Salvadori, que empregou o slogan "capitalismo do povo" para realçar o que considerava o aspecto mais marcante do capitalismo norte-americano contemporâneo: a difusão da propriedade. A ampla difusão da propriedade das ações, assim como de outras modalidades de valores significa, para o professor Salvadori, que o capitalismo deixou de ser um sistema em que uma ínfima minoria colhia a maior parte dos privilégios, para se transformar em um sistema em que a

15. John Kenneth Galbraith, *American Capitalism, the Concept of Countervailing Power* (Boston: Houghton Mifflin, 1956), p. 4.

16. *Ibid.*, p. 1.

17. Convém lembrar que o professor Galbraith publicou vários livros após o aparecimento de *American Capitalism, the Concept of Countervailing Power*. Mesmo uma leitura superficial desses livros demonstra que ele modificou consideravelmente suas opiniões. Considerando, no entanto, que a ideologia do poder de compensação alcançou grande repercussão e considerando que essa repercussão proveio de sua obra, pareceu-nos justificado associar essa ideologia ao seu nome.

maioria obtém a sua quota de privilégios¹⁸, e cujo traço mais marcante é a rápida multiplicação do número de capitalistas. Eis como Salvadori explica a sua tese:

Existem, atualmente, nos Estados Unidos quase meio milhão de corporações e cerca de dez milhões de acionistas (1959). No período do pós-guerra, a quantidade de corporações e acionistas cresceu muito. A Standard Oil de New Jersey, por exemplo, tinha cerca de 160.000 acionistas em 1946; doze anos depois, o número de acionistas havia triplicado, aproximando-se de meio milhão. Por via de regra, quanto maior é a corporação, mais ampla é a distribuição da propriedade. Tendem a desaparecer as grandes empresas em que a maioria das ações é propriedade de uma só pessoa ou de uma família. Hoje, constitui uma exceção um único indivíduo possuir 4 ou 5% das ações de determinada empresa. Há, nos Estados Unidos, cerca de 4 milhões de empresas não incorporadas e não agrícolas, pertencentes a um ou mais indivíduos, o que significa milhões de "capitalistas". Aproximadamente 4 milhões de agricultores (3/4 do total) detêm, integral ou parcialmente, a propriedade das fazendas que lavram. Mesmo considerando que é freqüente a superposição desses três grupos (acionistas, proprietários não agrícolas e fazendeiros), pode-se dizer que pelo menos 1/3 ou 1/4 de todas as famílias norte-americanas participa da propriedade do capital natural e artificial. Há, ainda, meio milhão de profissionais liberais — advogados, médicos, arquitetos, engenheiros, etc. — cujos meios de produção não se limitam aos equipamentos de um ou outro tipo, pois incluem também a capacitação e o treinamento, e cuja renda está relacionada ao capital investido na aquisição da eficiência profissional. São, portanto, tão "capitalistas" quanto os donos do capital natural e artificial. A maior parte das outras famílias possui bens de consumo duráveis (casas, casas de veraneio, mobílias, automóveis, aparelhos elétricos etc.), bônus municipais, estaduais e federais, apólices de seguro e poupanças. Por conseguinte, podem também ser incluídas na categoria de "capitalistas".¹⁹

Portanto, para Salvadori, o gigantismo das corporações não representa um problema. A distribuição da propriedade está se tornando mais equitativa, uma vez que aumenta progressivamente o número de "capitalistas"; por implicação lógica, ninguém tem poder suficiente para explorar o outro. Os seus discípulos constataram que, em 1970, havia aproximadamente 30 milhões de acionistas, o que para eles confirma a tese do mestre de que os Estados Unidos tendem a se transformar em uma nação constituída majoritariamente de capitalistas.

Muitos defensores do capitalismo admitem que a análise de Salvadori, ao invés de contribuir para elucidar, obscureceu a natureza do processo de concentração do poder econômico nos Estados Unidos, e suas conclusões não negam nem justificam esse processo. A. A. Berle Jr., eminente estudioso do capitalismo norte-americano e executivo de uma importante corporação, escreveu:

Em termos de poder, sem levar em consideração o controle dos ativos, somente 500 corporações não agrícolas controlam 2/3 da economia e, o que é mais grave, no âmbito de

18. Curiosamente, essa idéia é muito semelhante à tese de Eduard Bernstein, discutida no capítulo IX.

19. Massimo Salvadori, *The Economics of Freedom* (Garden City, N. Y.: Doubleday, 1959), p. 70-71.

cada uma dessas corporações, um grupo ainda mais reduzido detém o poder último de decisão. Em minha opinião, esta é a maior concentração de poder econômico jamais registrada na História. Considerando-se que a produção industrial dos Estados Unidos representa, atualmente, pouco menos da metade da produção mundial, esses 500 agrupamentos — cada qual com a sua pequena pirâmide de dominação interna — denunciam um grau de concentração do poder sobre as economias que faz o sistema medieval parecer uma brincadeira de crianças.²⁰

Ao contrário do que sugere o tom de suas considerações, Berle não é um crítico do capitalismo, mas sim um dos principais promotores de uma ideologia corporativa, ou coletiva, do capitalismo contemporâneo. Outros teóricos conservadores admitem também que, entre os milhões de acionistas, uma pequeníssima percentagem controla a maior parte das ações das corporações.)

A Ética Corporativa Contemporânea e a Ideologia Capitalista

Os métodos de ação empregados pelos "barões ladrões" do final do século XIX incompatibilizaram a maior parte do povo com a ideologia corporativa (ver capítulo VIII). A competição selvagem, as negociatas e acordos financeiros em que se envolveram dificilmente poderiam vencer a população a encará-los como abnegados servidores do bem público. A ideologia liberal-clássica não tinha argumentos para justificar a concentração do poder econômico e político. A ética paternalista cristã, com a ênfase que conferia à magnanimidade dos poderosos, era ainda a única defesa ideológica bem sucedida das grandes desigualdades na distribuição da riqueza e do poder.

Ninguém levava a sério a máscara de personagem bondoso e paternalista que se queria vestir no capitalista do século XIX. Alguns ideólogos do capitalismo contemporâneo afirmam, porém, que o capitalismo sofreu mudanças tão drásticas que os capitalistas perderam sua importância no sistema, sendo substituídos por uma nova classe de empresários profissionais. Essas teorias pretendem apresentar o "novo homem" — o empresário profissional — como um servidor paternalista do bem público.

Em 1932, A. A. Berle Jr. e G. C. Means publicaram um livro de grande importância e repercussão *The Modern Corporation and Private Property*²¹ — no qual sustentavam que a propriedade das gigantescas corporações difundira-se de tal modo, que os donos das ações haviam

20. A. A. Berle, Jr., "Economic Power and the Free Society", em Andrew Hacker, editor, *The Corporation Take-Over* (Garden City, N. Y.: Doubleday, 1965), p. 97.

21. A. A. Berle e G. C. Means, *The Modern Corporation and Private Property* (Nova Iorque: Macmillan, 1932).

perdido, ou estavam rapidamente perdendo o controle sobre essas empresas. Como os acionistas individuais detinham, no máximo, 1 ou 2% das ações, e como não tinham meios de estabelecer conluios, seu poder ficou reduzido à função formal de votar nas assembléias e eleger os membros da diretoria. Acontece que os candidatos em que podiam votar eram selecionados pelos quadros da diretoria anterior. Os diretores transformaram-se, assim, numa espécie de oligarquia que se auto-perpetuava. Exerciam o poder sem que estivessem necessariamente ligados aos donos do capital. Não eram, portanto, capitalistas no sentido formal do termo.

Em 1955, Berle escreveu outro livro, intitulado *The Twentieth Century Capitalist Revolution*, no qual procurava demonstrar que as empresas haviam adquirido um *status* quase político. Ao tomar decisões, os gerentes eram motivados basicamente pelo desejo de promover os interesses do público, e mesmo aqueles que se furtassem a esse compromisso seriam obrigados pela pressão da opinião pública ou pela ameaça de uma intervenção federal a agir nesse sentido. Essa sua tese recebeu uma acolhida entusiástica. Outro economista escreveu, por exemplo:

Os administradores de empresa deixaram de ser meros agentes da classe proprietária, dedicados à tarefa de maximizar os retornos dos investimentos. Sentem-se, agora, responsáveis pelos acionistas, empregados, consumidores, o público em geral e, o mais importante, pela empresa enquanto instituição... Não há exibição de ganância e avarícia. Não existe a intenção de transferir para os ombros do trabalhador ou do consumidor grande parte dos custos sociais da empresa. A corporação moderna é uma corporação generosa ²².

“Generosa”, evidentemente, porque, na opinião deste economista, seus administradores eram homens conscienciosos e dedicados, paternalisticamente, ao bem público.

Em 1956, a Universidade de Colúmbia promoveu um ciclo de conferências, proferidas por grandes empresários, no qual a ideologia gerencial foi analisada minuciosamente. Segundo o diretor da General Electric, a finalidade das conferências era “persuadir-nos, a nós empresários, a sair de nossos escritórios e ingressar na arena da reflexão pública para que nossas filosofias gerenciais possam ser submetidas ao julgamento de homens formados em outras disciplinas” ²³.

Um dos temas dominantes nessas conferências consistia em que não mais se justificavam as críticas feitas outrora ao capitalismo, uma

22. Carl Kaysen, “The Social Significance of the Modern Corporation”, *American Economic Review*, maio de 1957, p. 313-314.

23. Citado por Robert L. Heilbroner, *The Limits of American Capitalism* (Nova Iorque: Harper & Row, 1966), p. 30.

vez que o capitalismo norte-americano era “novo”. Essa foi a linha de raciocínio desenvolvida pelo diretor da Sears Roebuck: “a acusação histórica de que as grandes empresas, os braços produtores do capitalismo, exploravam a maioria em proveito de uma minoria, e privavam o trabalhador do produto de seu trabalho foi válida para o capitalismo europeu, porém, torna-se inócua quando dirigida ao capitalismo americano de hoje.” ²⁴

Outro tema muito debatido consistia em justificar o gigantismo das corporações sob a alegação de que redundava em maior eficiência e em produtos de melhor qualidade. “O público americano, afirmou o diretor da U. S. Steel, habituou-se a conviver com empresas cada vez maiores, e já se convenceu de que os grandes grupos são os mais dignos de confiança e os que oferecem produtos e serviços de melhor qualidade, e de que são os únicos em condições de desenvolver a produção, a pesquisa e o suprimento de matérias-primas na escala necessária para o país.” ²⁵

Finalmente, os empresários foram unânimes em classificar o gerente como um “profissional”, tão preocupado com os “consumidores, os empregados, os acionistas, os fornecedores, as instituições educacionais, as instituições de caridade, o governo e o público em geral”, quanto com as vendas e os lucros. Todos os administradores de empresa “estão conscientes de que um poder especial implica responsabilidades especiais para os seus detentores”, disseram. A maioria dos administradores aceita plenamente “a responsabilidade de zelar pela ampliação do bem-estar público” ²⁶.

Desde 1942, o Comitê de Desenvolvimento Econômico (Committee of Economic Development — CED) empenha-se em disseminar a ideologia gerencial corporativa. O CED aceitou desde o princípio, a grande empresa e também “o fato de que o governo era poderoso e tornava-se cada vez mais poderoso e, portanto, não havia possibilidade de regresso a um passado mais simples e feliz. Considerava que problema era saber não *quanto* mas sim *o que* o governo deveria fazer.” ²⁷ Competia ao governo não só assumir todas as obrigações que lhe eram atribuídas pela ideologia liberal-clássica, como também colocar em prática políticas keynesianas, visando a assegurar o pleno emprego. Cabia ainda ao governo cooperar com as grandes corporações na resolução de seus conflitos e na manutenção do clima de ordem e

24. *Ibid.*, p. 31-32.

25. *Ibid.*, p. 32.

26. As citações contidas neste parágrafo foram extraídas de *ibid.*, p. 32-33.

27. Karl Schifftgiesser, *Business Comes of Age* (Nova Iorque: Harper & Row, 1960), p. 224.

estabilidade de que elas necessitavam para que pudessem executar, paternalisticamente, a função de promover o bem-estar social.²⁸

A ideologia gerencial encara a existência de grandes corporações e um poderoso governo como inevitável, e também indispensável para que se alcance o máximo de eficiência. Aceita a existência dos grandes sindicatos, desde que estes reconheçam que seus legítimos interesses estão em harmonia com os da empresa.

Outra fonte importante de propagação da ideologia gerencial é a Agência de Informações dos Estados Unidos (U. S. Information Agency — USIA), agência oficial do governo incumbida de divulgar para o mundo o “Ponto de Vista da América”. A USIA opera em grande escala. As emissões da “Voz da América”, pelas quais ela é responsável, são ouvidas diariamente em todo o mundo, em dezenas de idiomas diferentes. Publica inúmeros jornais e revistas, mantém bibliotecas, exhibe filmes, dedicando-se a várias outras operações de propaganda.

Arthur Larson, ideólogo semi-oficial da administração Eisenhower e antigo diretor da USIA²⁹, publicou um livro intitulado *What We Are For*³⁰, no qual expõe a filosofia que norteia a atuação da USIA. Na economia capitalista moderna, diz Larson, o governo deve fazer apenas aquilo que “precisa ser feito” e que a empresa privada não tem condições de fazer “tão bem”³¹. No capitalismo moderno, convivem poderosos grupos de interesse, tais como as grandes empresas, os grandes sindicatos, um governo poderoso e assim por diante, cujos interesses não são conflitantes, pelo contrário, complementam-se e formam um todo harmonioso. Larson reafirma a tese de que os administradores de empresa são motivados basicamente pelo desejo de promover o bem-estar social, e atuam em consonância com as “necessidades fundamentais, políticas e econômicas, de todo o povo”³². Afirma ainda que as empresas privadas operam com maior eficiência que o governo e, por conseguinte, a participação governamental na economia deve ser reduzida ao mínimo.³³

Críticas às Ideologias do Capitalismo Contemporâneo

De um modo geral, as críticas ao capitalismo estão associadas com as críticas às suas ideologias. Estas serão o tema tratado no restante

28. Ver Monse, *op. cit.*, p. 25-29.

29. *Ibid.*, p. 42.

30. Arthur Larson, *What We Are For* (Nova Iorque: Harper & Row, 1959).

31. *Ibid.*, p. 16-17.

32. Monsen, *op. cit.*, p. 45.

33. Larson, *op. cit.*, p. 17.

deste capítulo. Algumas das críticas mais importantes ao capitalismo americano contemporâneo serão analisadas no capítulo XIII.

Críticas à Ideologia Neoclássica

A teoria econômica neoclássica dominou totalmente o pensamento econômico acadêmico e ortodoxo desde o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Contudo, a partir da década de 30, tornou-se alvo de críticas cada vez mais frequentes. Em 1938, Oscar Lange e Fred M. Taylor publicaram uma obra extremamente importante, *On the Economic Theory of Socialism*.³⁴ Lange e Taylor consideravam válido o postulado neoclássico de que uma economia de concorrência “pura” e “perfeita” conduzia a uma “alocação ótima de recursos”, e ao mesmo tempo procuravam demonstrar que essa economia não precisava ser necessariamente capitalista. Uma economia socialista, na qual os meios de produção seriam propriedade coletiva, poderia também, segundo eles, (através de um planejamento perfeito e da descentralização do processo de decisões) operar numa situação de “eficiência econômica ótima”. A propriedade privada não tinha absolutamente nenhuma importância teórica ou formal na teoria neoclássica. Além do mais, a socialização da propriedade dos meios de produção, argumentavam, suprimiria as desigualdades na distribuição da renda existentes nos sistemas capitalistas.

Após a leitura dessa obra, chegava-se à conclusão de que a ideologia liberal neoclássica daria os mesmos resultados (ou resultados ainda melhores) se aplicada ao socialismo. Os autores questionavam radicalmente a função ideológica desempenhada até então pela teoria econômica neoclássica.

Outra crítica dirigida à ideologia liberal-clássica referia-se à sua incapacidade de apresentar um quadro realista do capitalismo do século XX. Seu postulado básico, o da concorrência pura (nenhum vendedor ou comprador tem suficiente poder para influenciar os preços) estava em flagrante desacordo com a realidade dos fatos. Acusavam-na também de omissão ante um problema da maior importância que era o da poluição do meio ambiente. Além disso, os economistas haviam chegado à conclusão de que a simples aplicação de políticas anticíclicas de

34. Oscar Lange e Fred M. Taylor, *On the Economic Theory of Socialism* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1938). Lange já havia publicado seu ensaio dois anos antes na *Review of Economic Studies*, outubro de 1936, p. 53-71, e fevereiro de 1937, p. 123-142.

tipo keynesiano não bastava para contra-arrestar a instabilidade cíclica do capitalismo³⁵, tampouco solucionava o problema da inflação.

O *coup de grâce* foi desferido por J. De V. Graaff, autor da obra *Theoretical Welfare Economics*.³⁶ Graaff demonstrou que os economistas não haviam dimensionado corretamente a longa lista de pressupostos necessários para que se realizasse a pretendida eficiência e alocação ótima de recursos, tomando como modelo um capitalismo de livre concorrência e de mercado aberto. Arrolou 17 pressupostos³⁷, muitos dos quais eram tão restritivos e tão pouco realistas que Graaff formulou a seguinte conclusão: "a aceitação... (que esta teoria) conquistou entre os economistas profissionais seria inconcebível, não fosse o seu *pedigree* tão longo e respeitável."³⁸

Basta mencionar algumas das 17 condições enumeradas por ele para ilustrar o seu ponto de vista. A ideologia neoclássica requer que o bem-estar de cada indivíduo corresponda à sua ordem de preferências. Em outras palavras, as crianças, os tarados, os viciados, os criminosos e todas as categorias de pessoas preferem sempre aquilo que é melhor para elas. Uma segunda exigência é a de que o risco e a incerteza nunca estejam presentes. Na opinião dos que o leram, o livro de Graaff invalidou definitivamente as bases em que se apoiavam as análises econômicas liberais-clássicas.

Críticas à Ideologia Gerencial

A ideologia gerencial tem sido também intensamente criticada. Muitos economistas (inclusive, vários filiados à tradição neoclássica) asseveram que a escala de grandeza das empresas americanas nada tem a ver com a eficiência e a prestação de bons serviços. As corporações gigantes ultrapassam as dimensões necessárias para a maximização da produtividade e da eficiência. Sustentam esses economistas que uma drástica redução do porte das grandes corporações redundaria em considerável elevação da eficiência e da produtividade.³⁹ Casos como o da concorrência movida pelas companhias de energia elétrica contra a

35. Com relação a este último ponto, ver Milton Friedman, "The Effects of a Full Employment Policy on Economic Stability: a Formal Analysis", em *Essays in Positive Economics* (Chicago: University of Chicago Press, 1953) e William J. Baumol, "Pitfalls in Counter-Cyclical Policies: Some Tools and Results", *The Review of Economics and Statistics*, fevereiro de 1961, p. 21-26.

36. J. De V. Graaf. *Theoretical Welfare Economics* (Londres: Cambridge University Press, 1967).

37. *Ibid.*, p. 142-154.

38. *Ibid.*, p. 142.

39. Ver, por exemplo, Walter Adams, "Competition, Monopoly, and Planning", em M. Zeitlin, editor, *American Society, Inc.* (Chicago: Markham, 1970), p. 240-248.

Tennessee Valley Authority (TVA), o cerco oligopolista montado pelas grandes empresas de transporte aéreo contra as empresas menores e o desafio que representa a competição estrangeira para a indústria siderúrgica norte-americana são citados como provas de que os verdadeiros objetivos das grandes corporações são o lucro e o poder monopolista, e não o bem-estar e a eficiência social, como alegam os seus defensores.⁴⁰

Argumentam, também, os críticos que os administradores têm exatamente as mesmas motivações que os proprietários do capital. Para reforçar sua argumentação, citam um vasto estudo sobre o comportamento das grandes corporações "controladas por administradores", comprovando que os administradores de empresa perseguem o lucro com o mesmo empenho que os donos do capital. O autor do estudo declarou, a esse respeito, o seguinte: "temos a impressão de que os proponentes de teorias de ação gerencial despendem tempo e esforço considerável descrevendo um fenômeno de importância relativamente pequena. As grandes corporações controladas por administradores de empresa parecem estar tão orientadas para o lucro quanto as grandes corporações controladas por seus proprietários."⁴¹

Muitos críticos asseveram que os gerentes modernos têm tanta consciência social ou "alma" quanto os "barões ladrões" do século XIX. O professor Edwin H. Sutherland, recentemente falecido, antigo presidente da "American Sociological Association" (Associação Americana de Sociologia) e conhecido como "o deão dos criminologistas americanos", conduziu uma investigação extremamente abrangente e erudita sobre o alcance do envolvimento dos executivos das grandes corporações com atos criminosos. Escolheu 70 empresas entre as maiores corporações não financeiras, acrescentou umas e suprimiu outras em função de circunstâncias especiais, e, tomando por base depoimentos prestados em tribunais e outros documentos oficiais, traçou suas histórias criminais.⁴² Constatou que havia 980 decisões judiciais contra essas corporações. Uma das corporações escolhidas havia sido condenada 50 vezes; a média por corporação era de 14 condenações. Sessenta haviam sido condenadas por criar restrições ao comércio; 53, por infrações; 44, por práticas desleais com os trabalhadores; 28, por propaganda desonesta; 26, por conceder descontos ilícitos; e 43, por transgressões variadas. Houve 307 casos individuais de restrições ilegais ao comércio, 97 de propaganda desleal, 222 de infrações, 158 de práticas trabalhistas desleais, 66 de concessão de descontos ilícitos e 130 de outras transgres-

40. *Ibid.*

41. Robert J. Lerner, "The Effect of Management-Control on the Profits of Larger Corporations", em Zeitlin, *op. cit.*, p. 258.

42. Edwin H. Sutherland, *White Collar Crime* (Nova Iorque: Holt, Rinehart & Winston, 1961).

sões⁴³. Embora nem todos esses casos fossem explicitamente criminais, 60% das empresas foram consideradas culpadas pela prática de crimes, em média 4 vezes cada uma.

De 10 de maio de 1950 a 1.º de maio de 1951, o Comitê Especial de Inquérito do Senado dos Estados Unidos, presidido pelo Senador Estes Kefauver, investigou as ligações das altas finanças com o mundo do crime. O Senador Kefauver, candidato democrata à vice-presidência nas eleições de 1956, escreveu posteriormente um livro baseado nas audiências realizadas durante o inquérito. Ressaltando, logo de início, o fato de que não havia provas de ligações entre as grandes corporações e o crime organizado, mostrou-se profundamente alarmado com a extensão dessas ligações:

Não me parece exagerado alertar para o perigo que representa a infiltração de malfeitores em campos da atividade legal... reunimos provas de sobra comprovando a transferência do controle de negócios legítimos para as mãos de marginais irrecuperáveis que, em seguida, recorrem às suas velhas artimanhas de arruaceiros — ameaças, espancamentos, bombas e até assassinatos — para tirar vantagem da concorrência legítima. Com excessiva freqüência, essas formas desleais de concorrência levam à ruína os negociantes honestos, ou então obrigam-nos a lançar mão dos mesmos expedientes ou a se associarem aos gangsters para sobreviver. Estes tipos espertos camuflam a propriedade dos investimentos que realizam em campos legítimos através de "procuradores" e, por vezes, convencendo negociantes respeitáveis, porém incautos, a servir de "testas-de-ferro".⁴⁴

Em 1960, Robert Kennedy, nomeado mais tarde Procurador Geral da República, publicou o livro *The Enemy Within*. O material com que elaborou esse livro foi recolhido quando exercia a função de consultor-chefe do Comitê Selecionado do Senado dos Estados Unidos para a Investigação de Atividades Ilícitas na Área dos Sindicatos e das Empresas. Como Kefauver, Kennedy adverte, logo de início, que suas acusações não eram extensivas a todos, sequer à maioria dos empresários:

percebemos que, com a ênfase que se dá hoje em dia ao dinheiro e aos bens materiais, muitos homens de negócio estavam dispostos a selar "acordos" corruptos com líderes sindicais desonestos para levar vantagem na concorrência ou para faturar alguns dólares extras... Deparamos com mais de 50 companhias e corporações que haviam agido inescrupulosamente e, muitas vezes, ilegalmente em suas relações com os sindicatos. Nas companhias e corporações a que me refiro, as impropriedades e ilegalidades foram motivadas exclusivamente pela ânsia de ganhos pecuniários. Descobrimos, também, que não podíamos contar com a colaboração dos grupos empresariais. De um modo geral, por mais surpreendente que isso possa parecer, os homens de negócio com os quais entramos em contato — representantes de nossas maiores corporações — recusaram-se a cooperar.⁴⁵

A lista de empresas infratoras apresentada por Robert Kennedy incluía muitas das maiores e mais poderosas corporações dos Estados Unidos.

43. Estes dados foram sintetizados por F. Lundberg em *The Rich and The Super-Rich* (Nova Iorque: Bantam 1968), p. 131-132.

44. Estes Kefauver, *Crime in America* (Garden City, N. Y.: Doubleday, 1951), p. 139-140.

45. Robert Kennedy, *The Enemy Within* (Nova Iorque: Harper & Row, 1960), p. 216.

Ferdinand Lundberg referiu-se à impunidade que cerca os líderes e administradores das corporações envolvidos em atos impróprios ou ilegais. Entre os vários casos citados por ele, destacamos o seguinte:

... o suborno de 750.000 dólares oferecidos por 4 companhias de seguro que resultou na prisão de Boss Pendergast do Estado de Missouri, posteriormente perdoado pelo Presidente Truman... Somente 10 anos depois, as companhias foram declaradas culpadas e condenadas a pagar apenas uma multa. Nenhum de seus diretores foi para a cadeia. Houve também o caso do Juiz Federal Martin Manton, condenado por aceitar um suborno de 250.000 dólares oferecidos por emissários do réu que estava sendo processado por pagar salários exorbitantes e suspeitos aos funcionários da American Tobacco Company. O advogado da companhia foi excluído dos foros federais, mas o assessor do presidente da companhia (que havia planejado tudo) foi promovido, pouco tempo depois, a vice-presidente: um bom rapaz!⁴⁶

A intenção dos críticos da ideologia gerencial quando citam essas investigações não é provar que todos os homens de negócio são criminosos. A maioria, evidentemente, não é. O ponto que desejam tornar claro é que o poder dos incentivos pecuniários e a ânsia de lucros move tanto os administradores quanto os proprietários do capital. [O desejo de adquirir lucros sempre maiores arrebatam-os de tal forma que, muitas vezes, não vacilam em recorrer a meios ilegais e desonestos para atingir seus fins.] Por isso, argumentam os críticos, não convence a imagem que se quer impor à sociedade dos gerentes como servidores dedicados à tarefa de promover o bem-estar econômico e social.

Resumo

A partir da II Guerra Mundial, intensificou-se a concentração do poder econômico. As desigualdades na distribuição da renda praticamente não se alteraram nesse período. Apesar disso, muitos ideólogos do capitalismo contemporâneo continuam a reiterar os princípios liberais-clássicos. Outras ideologias fundamentam a sua defesa do capitalismo na ética corporativa. Dão ênfase às "políticas lúcidas e eficientes" das grandes corporações e valorizam o lado "profissional", bem como as "preocupações amplas e humanistas" de seus administradores. Os críticos dessas ideologias sustentam que os administradores de empresa são motivados pelo mesmo interesse que movia os capitalistas do século XIX: o desejo de ampliar ao máximo os lucros.

46. Lundberg, *op. cit.*, p. 135.

CAPÍTULO XIII

O Capitalismo Americano Contemporâneo e seus Críticos Radicais

As críticas radicais ao capitalismo americano difundiram-se muito durante os anos de depressão da década de 30. No entanto, no período compreendido entre meados da década de 40 e meados da década de 50, a ampla repressão aos movimentos de protesto, aliada a uma relativa prosperidade econômica, silenciaram as críticas mais radicais¹.

Esse silêncio foi bruscamente rompido entre 1960 e 1970. Dois acontecimentos contribuíram decisivamente para o renascimento da crítica radical: o movimento pelos direitos civis e a guerra do Vietnã.

O Movimento pelos Direitos Civis

A luta dos negros na América começou, realmente, em 1619, quando chegaram à colônia as primeiras levas de escravos africanos, e desde então ela tem sido quase que contínua. Na década de 50, a luta dos negros por seus direitos humanos elementares ingressou em uma nova fase.

Em 17 de maio de 1954, quando estourou o caso "Brown versus Secretaria de Educação de Topeka", a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu, por unanimidade, "que, no campo da educação pública, não há lugar para a doutrina da *igualdade com separação*",

1. Para uma detalhada descrição da repressão desencadeada nesse período, ver Fred J. Cook, *The Nightmare Decade: The Life and Times of Senator Joe McCarthy* (Nova Iorque: Randon House, 1971). Ver também Cedric Beltrage, *The American Inquisition, 1945-1960*. (Nova Iorque: Bobbs-Merrill, 1973).

declarando, na mesma oportunidade que “a separação das instalações de ensino é intrinsecamente iníqua”.

Em 1954 e 1955, os poucos negros que pleitearam admissão em escolas de brancos foram rejeitados, sofrendo, inclusive, severas represálias. Parecia claro que a decisão da Suprema Corte pouco alteraria os padrões de segregação reinantes na época. Contudo, em dezembro de 1955, ocorreu um incidente que teria amplas conseqüências: em Montgomery, Alabama, uma negra negou-se a ceder o seu lugar no ônibus para um homem branco. Prenderam-na imediatamente. Em poucos dias, os negros de Montgomery organizaram um boicote contra a companhia de ônibus.

Depois de 1 ano de lutas intensas e amargas, o movimento obteve vitória. Os 50 mil negros de Montgomery conseguiram anular a lei local de segregação em ônibus. O significado dessa vitória transcendeu de longe o incidente que deu origem ao movimento. Difundiu-se entre os negros de todo o país um sentimento novo de dignidade, liberdade e poder. Por toda a parte começaram a se organizar ativamente para a luta contra o racismo.

A ofensiva dos negros esbarrou com uma resistência fanática. Em outubro de 1957, Orville Faubus, governador de Arkansas, mobilizou tropas armadas para impedir a entrada de nove estudantes negros no Central High School em Little Rock. Interpretando esse fato como um desafio inadmissível à sua autoridade, o governo federal enviou pára-quedistas para assegurar o cumprimento das ordens da corte federal. Muitas comunidades sulistas preferiram fechar suas escolas públicas a aceitar a integração.

Em 1957 e 1960, o Congresso aprovou leis de direitos civis, estendendo aos negros o direito ao voto. A administração Kennedy instou os jovens negros e brancos a que convencessem o maior número possível de negros sulistas a se registrar nas listas de votantes. O movimento pelos direitos civis adquiriu proporções nacionais, atraindo não só críticos radicais do capitalismo, como também jovens liberais que não questionavam seriamente as instituições fundamentais, sociais e econômicas do sistema capitalista. No início da década de 60, os liberais predominavam numericamente no movimento. Acreditavam que um protesto maciço contra o racismo abriria os olhos da população, e esta, uma vez consciente do problema, exigiria novas leis que trariam melhoras, ou sanariam de vez a situação.

Nesse período, os ativistas do movimento pelos direitos civis organizaram inúmeras manifestações em locais segregados: *sit-ins* em restaurantes e em garagens de ônibus, *pry-ins* em igrejas, e *wade-ins* em praças. Estavam convencidos de que a não-violência, exercida através de

manifestações de massa ou da desobediência civil, sensibilizaria consciências em número suficiente para que a integração fosse atingida.

A despeito das pequenas vitórias conquistadas em termos de novas leis de direitos civis, a desilusão tomou conta de muitos militantes do movimento, tanto negros como brancos. Começaram a perceber que as concessões políticas pouco alteravam as enormes desigualdades econômicas que pesavam sobre os negros. De que valia o direito ao voto, se o homem ou a mulher negra não conseguiam emprego, e quando conseguiam, o salário não os tirava das condições miseráveis e degradantes em que viviam com suas famílias?

Em 1950, o salário médio de um negro equivalia a 61% do de um branco; em 1962 essa proporção declinara para 55%. Ao invés de melhorar, a posição econômica relativa dos negros piorou, sem que o movimento pelos direitos civis pudesse impedi-lo. Além disso, enquanto em 1950 a taxa de desemprego entre os negros era um pouco menos que o dobro da taxa de desemprego entre os brancos, em 1964 passou a ser bem mais que o dobro. Em 1947, os negros constituíam 18% da classe mais pobre da América; em 1962 essa percentagem elevava-se para 22%.

Muitos defensores dos direitos civis convenceram-se de que os obstáculos mais significativos à igualdade dos negros eram de natureza econômica. Perceberam a necessidade de uma análise crítica do capitalismo americano que lhes permitisse compreender os mecanismos que perpetuavam e, mesmo, aprofundavam as desigualdades sofridas pelos negros.

A Guerra do Vietnã

Outro acontecimento que contribuiu para despertar as críticas radicais foi a guerra no Vietnã. Durante a década de 50, o governo dos Estados Unidos combateu ativamente todas as mudanças sociais e políticas nos países menos desenvolvidos. A pretexto de “proteger o mundo do comunismo”, interveio nos negócios internos de um sem-número de países. Em certos casos, como na Guatemala e no Irã, os agentes norte-americanos tramaram a derrubada de governos legítimos, substituindo-os por regimes servis².

Nos Estados Unidos, as vozes discordantes foram emudecidas pela repressão política desencadeada sob o macartismo. Os estudantes da

2. Para um relato popular dessas intervenções, ver David Wise e Thomas B. Ross, *The Invisible Government* (Nova Iorque: Random House, 1964).

década de 50, a chamada "geração silenciosa", consentiram, em sua maioria, com a onda de anticomunismo que tomou conta do país, justificando, no plano interno, a repressão política e, no plano externo, a intervenção nos negócios de outras nações. Durante os anos 50, a intervenção americana no Vietnã passou quase despercebida. Tratava-se apenas de mais um país que estava sendo "salvo do comunismo". Já nos anos 60, essa situação modificou-se drasticamente. A Guerra do Vietnã deu um novo e poderoso alento ao ressurgimento das críticas radicais ao capitalismo americano. Por essa razão, convém proceder a um breve exame das origens da Guerra do Vietnã.

Quando o Vietnã foi ocupado durante a Segunda Guerra Mundial, o regime colonial francês colaborou com os japoneses. Ao se aproximar o fim da guerra, os japoneses trancafiaram os administradores coloniais e estabeleceram um governo títere encabeçado pelo imperador anamita Bao Dai. Nesse período, os Estados Unidos e a França apoiaram um movimento de resistência, o Vietminh, liderado por Ho Chi Minh. Quando o Japão se rendeu, o poder político foi transferido, pacificamente para o Vietminh.

Os franceses não queriam perder essa parte do seu império colonial, mas não estavam em condições de infligir uma rápida derrota militar ao novo governo. Em 6 de março de 1946, assinaram com o governo de Ho Chi Minh um acordo que estabelecia a uma certa altura: "O governo da França reconhece a República do Vietnã como um Estado livre com seu governo e parlamento, seu exército e suas finanças, integrando a federação indochinesa e a União Francesa"³. Esse acordo estipulava claramente que o governo de Ho Chi Minh teria um *status* semelhante ao dos governos pertencentes à Comunidade Britânica. O importante a assinalar é que reconhecia o governo de Ho Chi Minh como o governo legítimo de todo o Vietnã, e os acontecimentos subsequentemente em nada alteraram esse fato essencial.

No entanto, os franceses estavam certos de que poderiam manipular Ho Chi Minh como a um fantoche subserviente. Enganaram-se totalmente. Percebendo o erro que haviam cometido, trouxeram de volta o imperador Bao Dai que já havia abdicado voluntariamente do seu trono, trocado de nome e se retirado para Hong-Kong. Instalaram-no como "chefe de Estado" e puseram o Vietminh fora da lei. Seguiram-se seis anos de duras e sangrentas lutas. Finalmente, em 1954, o Vietminh conquistou uma vitória decisiva sobre acordos de Genebra, firmados em julho de 1954, além de estabelecerem os termos da rendição dos

3. Citado por Leo Huberman e Paul M. Sweezy, "The Road to Ruin", *Monthly Review*, abril de 1965, p. 787.

franceses, decretaram um cessar-fogo e a separação *temporária* das forças inimigas. O seguidores de Ho Chi Minh deveriam se deslocar para o norte do paralelo dezessete, e os do imperador Bao Dai ficariam ao sul do mesmo paralelo. Esse arranjo vigoraria dois anos, ao fim dos quais seria realizada uma eleição nacional para escolher o chefe de todo o Vietnã. Contudo, pouco depois dessas negociações, Ngo Dinh Diem amparado pelos americanos, expulsou Bao Dai, proclamou a "República do Vietnã" e designou a si mesmo o seu primeiro presidente.

Não houve eleições. Os americanos e Diem estabeleceram, arbitrariamente, que desse momento em diante haveria dois Vietnãs. Em seu livro *Mandate for Change*, o presidente Eisenhower admitiu, candidamente, a razão pela qual os Estados Unidos se opuseram às eleições:

Estou convencido de que os franceses não poderiam ganhar a guerra porque a situação política interna no Vietnã, obscura e caótica, enfraquecera terrivelmente sua posição militar. Todas as pessoas informadas nos assuntos indochineses com quem conversei ou com quem mantive correspondência concordaram em que, se as eleições houvessem sido realizadas ao tempo da guerra, possivelmente 80% da população teriam eleito o comunista Ho Chi Minh para seu líder, ao invés de votar no chefe de Estado Bao Dai⁴.

Obviamente a substituição de Bao Dai por Diem em nada alterou a situação.

Essa solução imposta arbitrariamente pelos americanos, foi rejeitada não só por Ho Chi Minh e seus seguidores no Norte, como também pela população do Sul. A guerra de libertação nacional, travada inicialmente contra os japoneses e os franceses, prosseguia agora contra os Estados Unidos.

À população norte-americana repetia-se, com insistência, que seu governo estava empenhado em uma guerra para proteger os sul-vietnamitas da agressão armada do Vietnã do Norte. Acusavam-se os norte-vietnamitas de terem violado os acordos de Genebra, com intenção de escravizar os sul-vietnamitas.

Os críticos da política norte-americana contestavam as interpretações oficiais sobre a natureza da guerra. Sua versão do que estava acontecendo no Vietnã recebeu ampla acolhida nos círculos acadêmicos. Os *campus* universitários tornaram-se focos de hostilidade à guerra. Do início da década de 1960 até cerca de 1966, os movimentos de oposição à guerra ficaram praticamente confinados nos *campus*. Nos últimos anos da década, porém, o movimento extravasou as universidades, mobilizando ativamente todas as camadas da sociedade contra a guerra, transformando-se, assim, num movimento de massas.

4. Citado em *ibid.*, p. 789.

Finalmente, em 1968, Robert S. McNamara, Secretário de Defesa dos EUA, ele próprio, descrente das análises oficiais sobre a guerra, ordenou ao Departamento de Defesa que preparasse um histórico profundo e uma avaliação completa do envolvimento dos Estados Unidos no Vietnã. Em princípios de 1971, o relatório de sete mil páginas ficou pronto. O *New York Times* obteve uma cópia do documento e contratou pesquisadores para verificar se fatos novos tinham vindo à luz. O Departamento de Defesa admitia que: (1) a administração Eisenhower desempenhara um “papel direto no rompimento final dos acordos de Genebra”⁵; (2) de 1954 em diante, os Estados Unidos empenharam-se em “atos de sabotagem e numa guerra de terror contra o Vietnã do Norte”⁶; (3) os Estados Unidos “tramaram e instigaram a deposição do Presidente Ngo Dinh Diem”, quando ele foi considerado inútil; (4) durante muitos anos, antes mesmo de 1965, o governo dos EUA empenhou-se “por preparar cuidadosamente a opinião pública para os anos de guerra conflagrada que viriam a seguir”⁷.

O envolvimento dos Estados Unidos cresceu ininterruptamente até 1968. Nesse ano, tinham um exército de mais de 500.000 homens em solo vietnamita e despendiam cerca de 3 bilhões de dólares por mês (100 milhões por dia), tudo isso para impor aos vietnamitas “uma solução política conveniente”.

As perdas americanas também cresceram, totalizando centenas de milhares de feridos e um número bem superior a 50.000 mortos. Por toda a parte começaram a questionar a validade moral dessa guerra. A partir de 1964, foram organizadas exposições didáticas (*teach-ins*) contra a guerra em todos os *campus* universitários do país. A maioria dos organizadores e dos participantes desse movimento estava convencida de que o envolvimento dos Estados Unidos na guerra constituía erro trágico que poderia ser corrigido se a população tomasse conhecimento da verdade dos fatos.

O movimento contra a guerra expandiu-se rapidamente. A vitória esmagadora do Presidente Johnson em 1964, bem como a sua decisão de não concorrer nas eleições de 1968 são atribuídas, ao menos em parte, à ampla e poderosa mobilização contra a guerra. Depois de alguns anos de debates, os críticos da guerra convenceram-se de que a maioria dos americanos ignorava os fatos básicos acerca do Vietnã, mas desejava o fim da guerra o mais cedo possível. No entanto, o governo

5. Citado por Neil Sheehan, “The Story Behind the Vietnam War, Based on a Pentagon Study”, *New York Times News Service*, 13 de junho de 1971.

6. *Ibid.*

7. *Ibid.*

americano, sem dar explicações convincentes para suas ações, insistia em alcançar uma vitória militar.

Os críticos começaram a se perguntar se a política do governo não seria determinada por motivos mais profundos que o simples sentimento anticomunista. Começaram a procurar as razões econômicas da guerra e a repensar seriamente as teorias radicais tradicionais sobre o imperialismo capitalista.

O Movimento de Libertação das Mulheres

Assim como o movimento dos negros, o movimento das mulheres nos anos 60 não surgiu do nada nem repentinamente. As primeiras manifestações políticas femininas, reunindo um número significativo de mulheres americanas, ocorreram entre 1820 e 1830, por ocasião da campanha abolicionista. A experiência de luta no movimento abolicionista deu às mulheres consciência de sua própria opressão e a confiança necessária para construírem um movimento em favor de sua própria causa, especialmente porque eram ignoradas e desprezadas por muitos abolicionistas. Antes da Guerra Civil, as mulheres, além de lutar pela abolição da escravidão, reivindicavam a supressão das leis que conferiam aos homens o controle de todas as propriedades e o poder de decisão no casamento (ficavam, inclusive, com a guarda das crianças em caso de separação), assim como o direito de voto.

Após a Guerra Civil, os negros conquistaram o direito ao sufrágio, isto é, os *homens* negros conquistaram o direito formal ao sufrágio, mas sem nenhum mecanismo que assegurasse esse direito no Sul. As mulheres negras ou brancas, continuaram sem direito ao voto, e só vieram a conquistá-lo em 1920, após árduas e prolongadas batalhas. Em sua primeira fase, o movimento visava a um amplo leque de reivindicações, que iam desde leis sobre a pobreza e o divórcio até as condições de trabalho. Depois de 1890, o movimento concentrou as suas forças na reivindicação do direito de voto. Em 1920, havia cerca de 2.000.000 de mulheres filiadas às organizações sufragistas. Quando finalmente obtiveram o direito de voto, a maioria delas deu por encerrada a batalha. O movimento entrou, então, em colapso, só se recuperando na década de 1960.

A luta pelos direitos da mulher ressurgiu, por pouco tempo, durante a Segunda Guerra Mundial, quando milhões de mulheres se engajaram em serviços relacionados à guerra. O símbolo de *Rosie, the Riveter* (Rosie, a Rebitadora) substituiu o de *Jane, the Housewife* (Jane, a Dona-de-casa). Da noite para o dia, entrou em moda, a

mulher trabalhar em uma fábrica de material bélico ou em um escritório de recrutamento militar. Falava-se muito na necessidade de criar creches para ajudar as mães que trabalhavam. Além disso, em dois partidos políticos faziam ruidosas campanhas em favor da inserção de uma emenda na constituição federal concedendo igualdade de direitos às mulheres.

Infelizmente, não só para elas como para os homens, os anos 40 e 50 foram um período de indiscriminada repressão nos Estados Unidos. As pessoas estavam felizes com o término da guerra, e só queriam saber de uma vida tranqüila e próspera. Ninguém se interessava em discutir os problemas sociais. Os radicais e liberais que advogavam mudanças sociais foram duramente perseguidos pelo senador McCarthy e uma multidão de inquisidores em busca de fama rápida. Richard Nixon foi um dos que fizeram carreira como caçador de bruxas. As mulheres eram pressionadas para que abandonassem seus empregos e retornassem à cozinha, ao cuidado dos filhos e à igreja (justamente o que Hitler dizia às mulheres alemãs). Os meios de comunicação e mesmo os psicólogos conservadores acenavam com a imagem da dona-de-casa feliz, cercada de crianças saudáveis e ricos aparelhos eletro-domésticos.

Contudo, a realidade era bem diferente. Estudos recentes demonstraram que as mulheres que se dedicam exclusivamente ao lar vivem terrivelmente entediadas e infelizes. Apesar da propaganda em contrário, mesmo nos anos 50, o número de mulheres que trabalhavam cresceu continuamente. Em 1970, de cada 10 trabalhadores, 4 eram do sexo feminino. Atualmente, a maioria das mulheres entre 16 e 64 anos de idade trabalha! Continuam, porém, a exercer funções subalternas (empregadas domésticas ou secretárias, por exemplo), e a ganhar menos que os homens pelos mesmos serviços. O ordenado médio de uma mulher que trabalha em tempo integral equivale a 59% do de um homem. Ainda mais, mesmo quando a mulher está plenamente qualificada, raramente é promovida. Contam-se nos dedos as mulheres que ocupam cargos de direção nas empresas. Apenas 9% dos professores que lecionam em tempo integral são mulheres. Somente 16 dos 435 representantes eleitos para o Congresso são do sexo feminino, e nenhuma mulher foi eleita, até hoje, presidente, vice-presidente ou membro da Suprema Corte da Justiça.

Nos anos 60, as mulheres começaram a lutar contra essa discriminação. Sua primeira vitória foi a promulgação da Lei de Equiparação dos Salários em 1963. No ano seguinte, foi adicionada à Lei dos Direitos Civis uma emenda favorável às mulheres proibindo a discriminação de trabalho contra os grupos minoritários. O autor da proposta foi um congressista do sul, cuja intenção era derrubar toda a lei pelo

acréscimo de uma disposição banindo a discriminação do sexo: sua aprovação final foi um milagre político. Mesmo após a sua aprovação, os órgãos responsáveis pela execução da emenda encaravam a proibição da discriminação de sexo como uma piada e pouco fizeram para que ela fosse respeitada.

Em conseqüência disso, foi fundada em 1966 a Organização Nacional da Mulher. Trata-se de uma organização moderada que se empenha para que a legislação sobre discriminação de sexo seja fielmente obedecida, e luta pela aprovação de novas leis, como a Emenda de Equiparação de Direitos, para que as mulheres possam, finalmente, desfrutar dos mesmos direitos que os homens.

No decurso dessas lutas pelos direitos civis e contra a guerra, as ativistas radicais ganharam uma boa soma de experiência. Mais uma vez, o reconhecimento da opressão dos negros deu a elas consciência de sua própria opressão. Começaram, então, a pressionar o movimento de esquerda para que encampasse a luta pelos direitos civis e políticos das mulheres e de todas as minorias. Foram, porém, rechaçadas por muitos militantes radicais do sexo masculino que tinham pouca clareza sobre os problemas das mulheres. Quando, por exemplo, esse assunto foi trazido à baila por ativistas negras do Comitê de Coordenação dos Estudantes Não-violentos, organização dedicada aos direitos civis, seu líder Stokely Carmichael declarou: "A única posição para as mulheres dentro do Comitê é de submissão"⁸.

Em 1968, muitas militantes radicais romperam com as organizações de esquerda e organizaram o seu próprio movimento. O movimento das mulheres radicais é liderado exclusivamente por mulheres e não admite o ingresso de homens, mesmo como membros. Não deixam, no entanto, de cooperar com outras organizações de esquerda, sempre que necessário. Em lugar de uma organização centralizada nacionalmente, mantêm centenas de organismos locais. Alguns desses organismos são exclusivamente feministas e encaram os homens como seus únicos inimigos. Outros, de tendência socialista, encaram os capitalistas como os principais inimigos e afirmam que o socialismo é condição necessária para a libertação da mulher. O movimento das mulheres, incluindo as moderadas, as feministas e as socialistas, constitui atualmente a força mais ativa do movimento de esquerda nos Estados Unidos.

8. Citado por Judith Hole e Ellen Levine, *Rebirth of Feminism* (Nova Iorque: Quadrangle, 1971), p. 110.

Críticas Contemporâneas ao Capitalismo Americano

Os movimentos pelos direitos civis, contra a guerra e pela libertação das mulheres, deram origem a uma safra de estudos críticos sobre as instituições fundamentais do capitalismo americano. Como as críticas tradicionais, essa nova literatura censurava as profundas desigualdades na distribuição da renda, da riqueza e do poder nos Estados Unidos. Junto com os Keynesianos de esquerda, esses críticos deploravam a estabilidade econômica do pós-guerra mantida à custa de um militarismo desenfreado (ver capítulo XI).

Nesse ponto os críticos radicais e os liberais estão de acordo. Os críticos liberais acreditam que as reformas e a política eleitoral são suficientes para corrigir essas distorções da economia americana. Os críticos radicais crêem, no entanto, que a desigualdade e o militarismo são inerentes a uma economia capitalista, a qual envolve necessariamente também (1) a exploração imperialista dos países subdesenvolvidos visando a manter elevado o crescimento da economia e dos lucros nos Estados Unidos, (2) a discriminação endêmica contra os grupos minoritários e as mulheres, (3) a impossibilidade de controlar a poluição e o esgotamento dos recursos naturais, e (4) um consumismo degradante e a alienação social. No restante deste capítulo, serão examinados os principais estudos relacionados com essas quatro questões gerais. Muitas dessas obras foram comentadas na *Review of Radical Political Economics* (Revista de Economia Política Radical), publicada pela *Union for Radical Economics* (URPE), cujo endereço é: Office of Organizational Services, Michigan Union, Ann Arbor, Michigan, 48104. A URPE é a principal organização de economistas radicais americanos.

O Imperialismo Norte-americano

Um dos primeiros e mais influentes críticos dessa nova geração foi Paul A. Baran. Seu livro *The Political Economy of Growth* (A Economia Política do Desenvolvimento)⁹, publicado pela primeira vez em 1957, foi reeditado duas vezes, traduzido para vários idiomas. Vendeu muito bem nos Estados Unidos e ainda melhor na maioria dos países pouco desenvolvidos. Segundo Baran, para que um país menos desenvolvido possa se industrializar, terá de mobilizar o seu excedente

9. Paul A. Baran, *The Political Economy of Growth* (Nova Iorque: Monthly Review Press, 1962).

econômico, quer dizer, a diferença entre o que é produzido e o que é consumido, a fim de manter a produtividade da economia. Essa é a origem do capital de investimento com o qual o país poderá se industrializar. Nas atuais condições institucionais a maioria dos países pouco desenvolvidos dissipa seus excedentes ou os perde para os países capitalistas imperialistas.

“O regime capitalista, ao invés de constituir o elemento motor do crescimento econômico, do progresso tecnológico e das transformações sociais, tem sido, nesses países (subdesenvolvidos) o responsável pela estagnação econômica, pela manutenção de uma tecnologia arcaica e pelo atraso social”¹⁰. A agricultura camponesa produz, de um modo geral, um excedente suficientemente grande nesses países. Baran afirma, inclusive, que o excedente eleva-se, com frequência, a 50% da produção total. “Os compromissos do camponês representados por arrendamentos, impostos e juros são bastante elevados em todos os países subdesenvolvidos. Frequentemente tais encargos absorvem mais da metade de sua diminuta renda líquida”¹¹.

O problema está no uso que se faz desse excedente. Parte vai para os intermediários, especuladores, agiotas e comerciantes — pequenos capitalistas que não têm interesse nem dispõem do capital para financiar a industrialização. Parcela considerável destina-se à classe dominante dos proprietários de terra, que utiliza a sua “quota” para adquirir bens de consumo de luxo, geralmente importados dos países capitalistas, e para financiar as instalações militares necessárias à manutenção de sua dominação interna.

Para financiar a importação de artigos de luxo e de material bélico, os países subdesenvolvidos precisam exportar para os países industrializados. As exportações consistem, na maioria das vezes, em um ou dois produtos primários, agrícolas ou minerais. Os países capitalistas com os quais comerciam impõem, graças ao seu imenso poder monopolístico de compra, termos de troca extremamente desfavoráveis para os países subdesenvolvidos. As grandes corporações multinacionais que adquirem as matérias-primas não estão interessadas na industrialização desses países. Os investimentos de capital estrangeiro visam, exclusivamente, à extração de recursos naturais.

A reacionária classe latifundiária e os capitalistas estrangeiros aliam-se para proteger os seus interesses comuns, suprimir as dissidências e manter as massas oprimidas e miseráveis. Desse modo, os

10. *Ibid.*, p. 163-164.

11. *Ibid.*, p. 165.

proprietários de terra asseguram a sua dominação e os capitalistas garantem trabalho barato e lucros elevados.

Não é de se admirar que, nessas circunstâncias, as grandes empresas ocidentais, profundamente envolvidas na exploração de matérias-primas, não deixem pedra sobre pedra com o objetivo de obstruir a transformação das condições sociais e políticas nos países subdesenvolvidos, transformações que poderiam conduzi-los à senda do desenvolvimento econômico. Usam seu imenso poder para sustentar as administrações servis de compradores para corromper ou destruir, de todas as formas, os movimentos sociais e políticos que se opõem a elas, e para depor quaisquer governos progressistas que possam subir ao poder e se negar a cumprir as imposições dos senhores imperialistas¹².

Segundo Baran, o governo dos Estados Unidos atua no interesse das grandes corporações americanas. A maior parte da ajuda econômica e militar destinada aos países subdesenvolvidos visa, na sua opinião, a escorar governos bem comportados. Muitas vezes, esses governos não têm condições para sobreviver por suas próprias torças, mesmo com a ajuda. Nesses casos, os Estados Unidos intervêm, clandestinamente (através de sabotagem e intrigas urdidas pela CIA) ou diretamente (pelo uso da força militar).

Baran e os críticos que pensam como ele encaram as intervenções na Guatemala, Irã, Coreia, Cuba, República Dominicana, Vietnã e Cambodja como exemplos do empenho dos Estados Unidos em proteger os seus interesses econômicos, reais ou potenciais, ameaçados por movimentos sociais e políticos progressistas. Apontam 53 diferentes intervenções militares realizadas pelos Estados Unidos com a finalidade de preservar governos existentes, na maioria das vezes contra o interesse do próprio povo¹³.

A dependência dos países subdesenvolvidos com relação a um pequeno número de produtos de exportação foi comprovada em um estudo baseado em dados do Fundo Monetário Internacional. Cada um dos 37 países considerados obtém de 58 a 99% de sua receita mediante a exportação de 1 a 6 mercadorias¹⁴. Além disso, as importações constituem para os Estados Unidos a fonte principal de abastecimento da maioria dos 62 tipos de materiais classificados pelo Departamento de Defesa como "estratégicos e críticos". Com relação a 38 materiais estratégicos, 80 a 100% dos novos suprimentos são importados; com relação aos outros 14, essa percentagem oscila entre 40 e 79%¹⁵.

Uma percentagem crescente das vendas e lucros das corporações norte-americanas provém das exportações e vendas realizadas por suas

subsidiárias estrangeiras (muitas das quais estão, naturalmente, localizadas em países subdesenvolvidos)¹⁶. Uma observação mais cuidadosa revela que o comércio exterior dos países subdesenvolvidos apresenta profundas distorções. As matérias-primas e os metais ainda no primeiro estágio de tratamento constituem 85% das exportações; os produtos manufaturados (sobretudo têxteis), apenas 10%. Entretanto, cerca de 60% de suas importações consistem em produtos manufaturados¹⁷ que, em sua grande maioria, compõem-se de consumo. Tal padrão de comércio não leva ao desenvolvimento, apenas reproduz continuamente a dependência econômica.

Aqueles que se opõem a esse ponto de vista (isto é, os defensores da política econômica externa americana) afirmam que, embora o comércio exterior e os investimentos externos sejam importantes para as corporações norte-americanas, eles também beneficiam os países subdesenvolvidos. Esse argumento ortodoxo é desenvolvido num livro-texto muito consultado.

De um modo geral, justifica-se um certo grau de otimismo quanto às perspectivas futuras que se abrem para os países subdesenvolvidos em suas relações comerciais com os países desenvolvidos. O sinal mais encorajador é o crescente reconhecimento, por parte dos países desenvolvidos, de que a abertura de seus mercados para os produtos de exportação das regiões subdesenvolvidas constitui uma parte essencial de seu programa de ajuda destinado a promover o desenvolvimento dos países atrasados¹⁸.

Esse argumento não responde diretamente às críticas radicais dirigidas à política externa econômica dos Estados Unidos. Ele simplesmente afirma que todos os países subdesenvolvidos necessitam de *mais* comércio. Outro pensador ortodoxo que estudou o problema com mais profundidade admite que "o aumento do fluxo de capital privado para os países subdesenvolvidos provavelmente requererá um remodelamento das políticas econômicas tanto nos países subdesenvolvidos como nos países avançados"¹⁹. Ele não chega a analisar quais os obstáculos que impedem esse "remodelamento das políticas econômicas".

Os conservadores que defendem as políticas americanas reconhecem que os países capitalistas desenvolvidos dispõem de um imenso poder econômico, político e militar que utilizam para influenciar e controlar povos das mais diferentes regiões do mundo. Negam, porém,

12. *Ibid.*, p. 198.

13. Ver Harry Magdoff, *The Age of Imperialism, The Economics of U. S. Foreign Policy* (Nova Iorque: Monthly Review Press, Modern Reader Paperbacks, 1969), p. 203-206.

14. Magdoff, *op. cit.*, p. 99-100.

15. Percy W. Bidwell, *Raw Materials* (Nova Iorque: Harper & Row, 1958), p. 12.

16. Magdoff, *op. cit.*, p. 57.

17. Pierre Jalee, *The Pillage of the Third World* (Nova Iorque: Monthly Review Press, 1965), p. 8.

18. Delbert A. Snider, *Introduction to International Economics* (Homewood, Ill.: Irwin, 1963), p. 548.

19. Benjamin Higgins, *Economic Development* (Nova Iorque: Norton, 1959), p. 593; grifo acrescentado.

que esse "imperialismo" seja de natureza fundamentalmente econômica.

O renomado professor David S. Landes, historiador do pensamento econômico, escreve:

Parece-me que se deve encarar o imperialismo como uma resposta multifacética a uma oportunidade comum que consiste simplesmente em uma disparidade de poder. Sempre e onde quer que tenha existido essa disparidade, as pessoas e os grupos não hesitaram em tirar proveito dela. É lamentável, mas está na natureza da besta humana, arremeter contra aqueles que estão à sua volta — ou salvar suas almas ou "civilizar", conforme seja o caso²⁰.

Um crítico radical respondeu a essa afirmativa observando que o empenho do capitalista moderno em salvar almas das garras do comunismo ou em civilizá-las é perfeitamente compatível com as suas motivações econômicas. Cita a seguinte declaração de um funcionário da Companhia General Electric: "Assim, a nossa busca de lucros alinhados com a política nacional que visa a soerguer o comércio internacional com a finalidade de fortalecer o mundo livre na confrontação da Guerra Fria com o Comunismo". O crítico Harry Magdoff expôs a sua posição a esse respeito: "Assim como a luta contra o comunismo facilita a busca de lucros, a busca de lucros facilita a luta contra o comunismo. Poderia haver harmonia mais perfeita de interesses?"²¹.

Muitas obras escritas na década de 60 procuraram explicar a política externa contemporânea norte-americana bem como a guerra fria entre os Estados Unidos e a União Soviética sob a ótica do imperialismo econômico americano.²²

Racismo e Sexismo

Os críticos radicais chamam a atenção para os efeitos da discriminação, baseados na raça e no sexo existentes nos países capitalistas, sobretudo nos Estados Unidos. Ninguém pode negar que o racismo e o sexismo criam profunda discriminação. Os defensores do capitalismo americano explicam essa discriminação de duas maneiras. Os mais reacionários sustentam que a discriminação no trabalho é apenas o reflexo da inferioridade inata das mulheres e dos negros. Poucos

20. David S. Landes, "The Nature of Economic Imperialism", *The Journal of Economic History*, dezembro de 1961, p. 510.

21. Magdoff, *op. cit.*, p. 200-201.

22. Ver Magdoff, *op. cit.*, D. F. Fleming *The Cold War and Its Origins* (Garden City, N. Y.: Doubleday, 1961); Gar Alperowitz, *Atomic Diplomacy: Hiroshima and Potsdam* (Nova Iorque: Simon & Schuster, 1965); David Horowitz, editor, *Corporations and the Cold War* (Nova Iorque: Monthly Review Press, 1969); e David Horowitz, *Empire and Revolution* (Nova Iorque: Random House, 1969).

intelectuais, se é que existem, abraçam esta posição, que manifestamente é aceita por uma minoria significativa nos Estados Unidos. Outro argumento consiste em afirmar que o racismo e o sexismo são produtos universais do fanatismo humano e nada têm a ver com o capitalismo ou com qualquer outro sistema econômico.

Os críticos do capitalismo apontam o fato de que os salários dos negros e das mulheres compõem uma parcela significativa das despesas dos capitalistas com salários. Em 1970, por exemplo, os salários das mulheres equivaliam, em média, a cerca de 50% dos salários dos homens que executavam os mesmos serviços. Com base nesses dados, pode-se dizer que aproximadamente 23% de todos os lucros industriais devem-se aos salários mais baixos, pagos às mulheres. Os lucros oriundos da discriminação racial certamente são menores, mas ainda assim significativos.

Paul A. Baran e Paul M. Sweezy, dois prestigiosos críticos socialistas afirmaram que é necessário considerar:

...primeiramente, os interesses privados que se beneficiam com a existência de um subproletariado negro. a) Os empregadores lucram com as divisões na força de trabalho que lhes permitem jogar um grupo contra o outro, enfraquecendo, desse modo, a todos. ...b) Os proprietários de imóveis nos guetos podem cobrar em excesso e superlotar as residências dentro daquelas áreas. c) Os grupos de renda na faixa média e superior beneficiam-se tendo à sua disposição um grande suprimento de trabalho doméstico barato. d) Muitos pequenos negócios marginais, especialmente no setor de serviços, só podem funcionar lucrativamente graças à disponibilidade de trabalho barato. e) Os trabalhadores brancos, por sua vez, beneficiam-se porque estão protegidos da competição com o negro no tocante aos empregos mais bem remunerados e cobiçados²³.

Afirmam também que, além de favorecer o aumento dos lucros, a discriminação fortalece a estabilidade social em uma economia capitalista. A estrutura de classe do capitalismo, sustentam eles, produz uma situação em que

cada grupo social tem a necessidade psicológica de compensar os seus sentimentos de inferioridade e de inveja em relação às camadas superiores, manifestando desdém e superioridade pelas camadas inferiores. Ocorre, então, que um grupo especial de párias, na base da hierarquia social, funciona como uma espécie de pára-raios para as frustrações e hostilidades de todos os grupos situados acima dele, e isso é tanto mais verdade quanto mais próximo estão da base. Pode-se dizer inclusive que a própria existência do grupo de párias é uma espécie harmonizadora e estabilizadora da estrutura social²⁴.

Embora essas afirmações de Baran e Sweezy digam respeito ao racismo, muitos críticos sustentam que o sexismo desempenha a mesma função em uma sociedade capitalista. Segundo esses críticos, o capita-

23. Paul A. Baran e Paul M. Sweezy, *Monopoly Capital* (Nova Iorque: Monthly Review Press, 1966), p. 263-264.

24. *Ibid.*, p. 264-265.

lismo, não gerou o racismo e o sexismo, apenas os perpetua e exacerba, pois essas formas de discriminação desempenham uma função valiosa.

Hoje em dia, ao desviar do capitalismo para os negros a percepção que têm os brancos da origem de muitos de seus problemas, o racismo continua a atender às necessidades do sistema capitalista. Embora um empregador isolado pudesse lucrar negando-se a discriminar os negros e oferecendo-lhes salários equivalentes aos dos brancos, não é válido afirmar que a classe capitalista como um todo lucraria se o racismo fosse eliminado e o trabalho fosse alocado de forma mais eficiente e sem levar em conta a cor da pele... As divisões criadas pelo racismo enfraquecem a classe trabalhadora e reduzem o seu poder de barganha frente aos empregadores; o racismo não implica apenas rendas menores para os negros, mas também rendas maiores para a classe capitalista e menores para os trabalhadores brancos. Ainda que os capitalistas não tenham conspirado conscientemente para criar o racismo, e ainda que não sejam os principais responsáveis por sua perpetuação, o racismo assegura a prosperidade do sistema capitalista americano²⁵.

Os críticos afirmam que tal como o racismo, a discriminação de sexo contribuiu para dividir o movimento sindical, o movimento pelos direitos civis e os movimentos radicais, em benefício dos capitalistas americanos.

Alienação

Muitos críticos radicais contemporâneos têm procurado estudar e aperfeiçoar a teoria de Marx sobre a alienação do homem no sistema econômico capitalista²⁶. Baran e Sweezy, por exemplo, sustentam que a alienação permeia e domina totalmente o capitalismo americano contemporâneo:

A desorientação, a apatia e, com freqüência, o desespero, perseguindo os americanos em todos os setores da vida, assumiram em nossa época dimensões de uma crise profunda e prolongada, que afeta todos os aspectos da vida nacional, devastando-lhe as esferas sócio-políticas e individuais — a existência cotidiana do homem comum. Uma pesada e estranguladora sensação do vazio e inutilidade da vida impregna o clima moral e intelectual dos Estados Unidos. Comissões de alto nível recebem a tarefa de descobrir e especificar as "metas nacionais", enquanto o desânimo invade as letras impressas (tanto a ficção como a não-ficção), que surgem diariamente no mercado literário. O mal-estar priva o trabalho de sentido e objetivo; transforma o lazer numa preguiça sem alegria, debilitante; atinge fatalmente o sistema educacional e as condições de desenvolvimento sadio dos jovens; transforma a religião e a Igreja em veículos comercializados de uma fuga à solidão; e destrói a base mesma da sociedade burguesa, a família²⁷.

25. Michael Reich, "The Economics of Racism", em David M. Gordon, editor, *Problems in Political Economy: An Urban Perspective* (Lexington, Mass.: Raytheon/ Heath, 1971), p. 109-110.

26. Ver capítulo VI.

27. Baran e Sweezy, *op. cit.*, p. 281.

A existência da alienação, assim como do racismo e do sexismo, é explicada por muitos defensores do capitalismo como um subproduto nocivo, porém, inevitável, da civilização industrial. Colocam-na ao mesmo nível de outros subprodutos, tais como as modalidades de trabalho maçantes e perigosas, ou as personalidades estreitas e fragmentadas de uma grande massa de burocratas. Uma economia socialista industrializada engendraria, afirmam eles, o mesmo tipo de alienação. Poucas pessoas, independentemente de seus pontos de vista políticos e econômicos, renunciariam às vantagens da industrialização para se libertar da alienação. E mesmo que quisessem retornar à sociedade pré-industrial, simplesmente não há como fazer regredir o tempo para uma suposta idade do ouro.

Os críticos socialistas retrucam que, embora um certo grau de alienação seja inerente a toda sociedade industrializada, o capitalismo leva-a a extremo. Erich Fromm, famoso psicanalista, filósofo social e autor de muitos livros, afirma que a causa mais importante da alienação é o fato de que os indivíduos não se sentem participantes das forças que determinam a política social. Sentem-nas como forças anônimas que escapam totalmente ao seu controle. "O caráter anônimo das forças sociais", escreveu Fromm, "é inerente à estrutura do modo de produção capitalista²⁸".

Fromm identifica vários tipos de alienação criados pelo modo de produção capitalista. As condições do trabalho alienam os trabalhadores. Seus modos de vida dependem do lucro que os capitalistas e empresários podem obter explorando-os. Assim, são vistos como meio apenas, não como um fim. O trabalhador individual é "um átomo econômico que dança conforme a música do empresário". Os empresários "tiram dos trabalhadores o direito de pensar e se movimentar livremente. A vida é negada; a necessidade de controle, a criatividade, a curiosidade e pensamento independente são frustrados, e o resultado, o inevitável resultado, é a fuga ou a luta da parte do trabalhador, a apatia ou a tendência à destruição, a regressão psíquica²⁹". O trabalhador sente que o capitalista controla toda sua vida. Tanto os trabalhadores quanto os consumidores (e eleitores) se sentem fracos e insignificantes diante do colossal poder de que dispõem as corporações sobre as condições de trabalho, os preços e mesmo a política governamental.

Fromm sustenta ainda que o "papel do empresário é também marcado pela alienação", pois também ele é coagido pelas forças inelutáveis do capitalismo e tem muito pouca liberdade. Ele tem que

28. Erich Fromm, *The Sane Society* (Nova Iorque: Fawcett World Library, Premier Books, 1965).

29. Citado em *ibid.*, p. 115.

lidar “com gigantes impessoais: as empresas competitivas gigantescas; os gigantes mercados impessoais; os sindicatos gigantes, e o governo gigante³⁰”. Sua posição, seu *status*, sua renda — em suma, sua própria existência social — tudo depende de sua capacidade de fazer crescer sempre os lucros. E é preciso que faça tudo isso em um mundo no qual, finalmente, é pequena sua influência pessoal sobre os gigantes com que lida.

Fromm sustenta igualmente que o processo de consumo em uma sociedade capitalista “é tão alienado quanto o processo de produção”. A modalidade verdadeiramente humana de adquirir mercadorias, passaria, de acordo com Fromm, pela necessidade e pelo desejo do uso: “A aquisição do pão e de roupas não deveria depender de outra premissa que não a de estar vivo; a aquisição de livros e quadros deveria depender apenas do meu esforço em entendê-los e minha capacidade para apreciá-los³¹”. Mas nas sociedades capitalistas as formas de acesso a essas mercadorias passam exclusivamente pelas vendas no mercado impessoal.

Como conseqüência, aqueles que têm dinheiro estão sujeitos a um permanente ataque de propaganda destinada a construir autômatos consumidores. Os processos de socialização capitalista fazem de todos nós máquinas ávidas de consumo, irracionais e compulsivas. Os atos de comprar e consumir se tornaram fins em si mesmos, com nenhuma ou muito pouca relação com os usos ou prazeres deles derivados.

Atualmente o homem está fascinado pela possibilidade de comprar mais coisas, coisas melhores e, especialmente, coisas novas. Está ávido por consumir. O ato de comprar e consumir tornou-se um objetivo compulsivo, irracional, porque é um fim em si próprio, sem nenhuma relação com o uso ou o prazer que as coisas possam de fato proporcionar. Comprar a última novidade, o último modelo de qualquer coisa que está no mercado é o sonho de qualquer um, em comparação com o qual o prazer real de uso é completamente secundário. Se o homem moderno ousasse exprimir qual o seu conceito de céu, descreveria uma visão semelhante a uma gigantesca loja, a maior do mundo, na qual ele próprio se encontrasse, dispondo de dinheiro suficiente para comprar tudo. Deslumbrado, ele perambularia feliz, de boca aberta, por aquele paraíso de objetos supérfluos e outras novidades, contanto que houvesse sempre mais e mais coisas novas para comprar, e, talvez, que seus vizinhos fossem um pouco menos privilegiados que ele³².

Finalmente, a pior e maior alienação de um homem é a alienação de si próprio. O “valor” de uma pessoa em uma economia de mercado capitalista é determinado da mesma forma que o “valor” de qualquer outra coisa: pelas vendas no mercado. Nessa situação,

30. *Ibid.*, p. 115-116.

31. *Ibid.*, p. 120.

32. *Ibid.*, p. 123.

o homem se sente como uma coisa a ser empregada com sucesso no mercado, e não como um agente ativo, como o portador de poderes humanos. Está alienado desses poderes. Seu objetivo é vender-se a si próprio com sucesso no mercado. O sentido que tem de si mesmo não vem de sua atividade como um indivíduo que ama e pensa, mas de seu papel sócio-econômico... Se você perguntar a um homem: “Quem é você?”, ele responderá: “Sou um industrial”, “Sou um padre”, “Sou um médico”... É que essa é a maneira pela qual ele se sente, não como um homem, com amor, modo, convicções, dúvidas, mas como uma abstração, alienado de sua real natureza, desempenhando uma certa função no sistema social. O sentido que tem de seu valor depende do seu sucesso: se ele pode se vender a si próprio em condições vantajosas, se pode fazer de si mesmo mais do que era quando começou, se ele é um sucesso. Seu corpo, sua mente é sua alma são o seu capital, e sua tarefa na vida é investi-lo vantajosamente, tirando lucro de si mesmo. Qualidades humanas como amizade, cortesia e bondade são transformadas em mercadorias, em predicados de sua embalagem pessoal, que conduzem a um maior preço no mercado das personalidades. Se o indivíduo falha em um investimento lucrativo de si próprio, ele sente que é um falido; se é bem sucedido, ele é um sucesso. Mais claramente, seu senso do próprio valor sempre depende de fatores estranhos a ele, do inconstante julgamento do mercado, que decide sobre o seu valor como decide sobre o valor das mercadorias. Como todas as mercadorias que não podem ser vendidas com lucro no mercado, o indivíduo nada vale enquanto seu valor de troca não é estipulado, mesmo quando o seu valor de uso é considerável³³.

Assim, os críticos socialistas afirmam que o nexos impessoal de mercado capitalista permeia todas as relações humanas. Faz dos lucros e perdas o critério último de avaliação do valor humano, o que faz com que, em uma economia de mercado capitalista, a alienação marque profundamente a vida humana.

Destruição Ambiental

O capitalismo precisa experimentar um permanente crescimento econômico ou então enfrentar a depressão, o desemprego, a estagnação, e todos os outros problemas sociais. Mas o crescimento econômico pode também criar situações nas quais a busca de lucros entra em conflito direto com o bem-estar público. Críticos do capitalismo têm sustentado que a procura de lucros em uma corporação vem geralmente acompanhada de uma preocupação muito pequena com a conservação de um meio ambiente saudável onde se possa de fato viver.

A poluição é preocupação tanto dos defensores do capitalismo como dos seus críticos. Os defensores afirmam que esse é um problema comum a todas as economias industrializadas. Os críticos observam que o problema é pior em uma economia capitalista. Também sustentam que seria virtualmente impossível controlar eficazmente a poluição em um sistema capitalista. E isso é assim, dizem, porque a causa econômi-

33. *Ibid.*, p. 129-130.

ca básica da poluição em uma economia capitalista é o fato de as firmas não terem que pagar por *todos* os custos de um processo de produção. Pagam pelo trabalho, matérias-primas e capital empregados na produção. Mas usam a terra, o ar e a água para despejar os dejectos que se formam no processo de produção. Geralmente pagam muito pouco ou nada pelo uso do meio como um captador dos dejectos.

Calcula-se³⁴ que, anualmente, os negócios são responsáveis por mais de 25 bilhões de toneladas de poluentes, dispersos no ar e lançados na água e na terra; cerca de 125 toneladas de dejectos, anualmente, para cada homem, mulher e criança nos Estados Unidos. Incluídos nessa quantidade estão cerca de 150 milhões de toneladas de fumaça que escurece o céu e envenena o ar, 22 milhões de produtos de papel jogados fora, 3 milhões de toneladas de sobras de fábricas, e 50 trilhões de galões de líquidos aquecidos e poluídos que são despejados em rios, cursos d'água e lagos, todos os anos.

Os críticos ressaltam que é extremamente difícil, senão impossível, para uma economia capitalista resolver esses problemas, porque aqueles que acumulam os lucros da produção não pagam por esses custos sociais, e aqueles que pagam os custos têm pouca ou nenhuma voz ativa na condução dos negócios.

Em resposta à enorme exigência pública pelo controle da poluição e dos poluidores, o governo tem feito contratos com muitas corporações para que descubram novos métodos de combater a poluição. Com efeito, o governo tem solicitado a corporações privadas que ajam como controladores de outras corporações privadas. Os críticos radicais estão convencidos de que essa integração de poluidores e controladores não levará a nada. A maior parte das companhias de controle importantes têm se tornado subsidiárias das corporações gigantes, responsáveis pela maior parte da poluição.

Um crítico radical, analisando os efeitos desse controle, afirmou:

E a indústria química... que melhor ilustra as conseqüências do incesto entre os negócios propiciados pelo controle da poluição e os poluidores industriais. Em primeiro lugar, a indústria química se encontra na posição invejável de se apoderar dos lucros consideráveis resultantes da limpeza de rios e lagos (às expensas públicas) que ela própria poluiu com lucro. Para facilitar isso, cada uma das grandes companhias públicas nos Estados Unidos ou criou uma divisão ou departamento de controle da poluição, ou está em vias de fazê-lo... Uma segunda conseqüência de colocar o "controle" da poluição nas mãos de grandes empresas é que os níveis de redução oficiais serão inevitavelmente calculados nos patamares mais baixos possíveis para proteger a possibilidade de a indústria poluir e portanto sua capacidade de manter os custos de fabricação baixos e os lucros, altos. De

34. Estas estimativas foram retiradas de um vasto e importante estudo sobre poluição: R. C. d'Arge, A. V. Kneese e R. V. Ayres, *Economics of the Environment: A Materials Balance Approach* (Baltimore: Johns Hopkins Press, 1970).

acordo com um recente estudo feito pelo FWPCA (Administração do Controle de Poluição da Água), se a indústria química reduzisse a zero a poluição que causa, seus custos subiriam a cerca de 2,7 bilhões de dólares por ano, o que reduziria os lucros à metade³⁵.

Em tais circunstâncias, os críticos não esperam muito progresso na limpeza do meio ambiente, a menos que primeiramente ocorram mudanças sociais, políticas e econômicas fundamentais.

Críticas ao Capitalismo: Liberais contra Radicais

Os críticos liberais do capitalismo reconhecem e lamentam tanto a distribuição tremendamente iníqua da riqueza, da renda e do poder político, quanto outros fatores como o militarismo, o imperialismo, a discriminação odiosa, a alienação social e a destruição do meio ambiente. Contudo, há uma enorme diferença entre as posições dos liberais e as posições dos radicais.

Os liberais tendem a ver cada um desses problemas sociais e econômicos como se fossem separados e distintos. Acreditam que tais problemas são resultados de erros passados, de incapacidades e inaptidões pessoais ou de casos esparsos de perversidade individual. Os liberais tendem a considerar o governo como desinteressado, e motivado pelo desejo de maximizar o bem-estar de todos os cidadãos. Por isso, geralmente favorecem as reformas advogadas pelo governo, planejadas para mitigar os males do capitalismo. Tais reformas, contudo, nunca atacam as duas características mais importantes do capitalismo: a propriedade privada dos meios de produção e a livre concorrência.

Os radicais, porém, vêem cada um dos problemas sociais e econômicos que discutimos aqui como a *conseqüência direta* da propriedade privada do capital e do processo de decisão social, bem como do nexo ímpessoal do mercado. Os problemas não podem ser resolvidos antes que suas causas subjacentes sejam eliminadas. Mas isso significa uma reorganização econômica radical, fundamental. Caso se elimine a propriedade privada do capital e se façam significativas restrições nas áreas em que o mercado determina decisões sociais, o sistema resultante não será mais um sistema econômico capitalista. Será algum tipo de sociedade socialista.

Resumo

Desde a década de 50 até os primeiros anos de 70, os movimentos pelos direitos civis, pela libertação da mulher e contra a guerra geraram

35. Martin Gellen, "The Making of a Pollution-Industrial Complex", em Gordon, *op. cit.*, p. 469-470.

um renascimento das críticas radicais contra o capitalismo norte-americano. Os radicais afirmam que a desigualdade, a discriminação, a alienação, a destruição ambiental, o militarismo e o imperialismo são partes integrantes de uma sociedade capitalista. Ao contrário dos liberais, que acreditam serem esses males acidentais e que o sistema pode ser reformado, os radicais sustentam que tais males não serão ultrapassados, a menos que a estrutura básica do capitalismo seja fundamentalmente transformada.

O primeiro obstáculo para essas reformas é o fato de que o poder político decorre do poder econômico. Os radicais vêem os governos capitalistas como plutocracias escondidas por detrás de fachadas de democracias. Ambos os partidos políticos, observam eles, gastam milhões de dólares em cada eleição. A consequência disso é que ambos os partidos políticos são quase que completamente controlados por 2% da população, a parte que goza de mais riqueza e possui a maior parte do capital que produz renda.³⁶ Nessa situação, ninguém poderia esperar que essa elite mantivesse um governo que tratasse de destruir as bases de seus privilégios e poder. Portanto, parece improvável uma reforma fundamental, a menos que um movimento de mudança pudesse estabelecer uma base de poder independente da riqueza, o que explica a popularidade crescente do *slogan*: "O poder para o povo", nas reuniões e assembléias radicais.

SBD / FFLCH / USP	
Bib. Florestan Fernandes	Tombo: 398850
Aquisição: Reposição	Verba:
Proc.	N. USP 6660849
N.F.	R\$ 40,00 27/04/2015

SBD/FFLCH/USP

Este livro foi impresso nas oficinas da Editora Vozes Limitada Petrópolis - RJ - Brasil

 EDITORA
VOZES

MATRIZ:

Petrópolis Rua Frei Luís, 100
25689 Petrópolis, RJ
Tel.: (0242)43-5112
Caixa Postal 90023 - End. Telegráfico: VOZES
CGC 31.127.301/0001-04 - Inscr. Est. 80.647.050

FILIAIS:

Rio de Janeiro Rua Senador Dantas, 118 - Loja I - (Largo da Carioca)
20031 Rio de Janeiro, RJ - Tel.: (021)220-6445

Rio de Janeiro Rua Joaquim Palhares, 227 - Fundos - (Estácio de Sá)
20260 Rio de Janeiro, RJ - Tel.: (021)273-3196

São Paulo Rua Senador Feijó, 158 e 168
01006 São Paulo, SP - Tels.: (011)32-6890, 36-2064 e 36-2288

São Paulo Rua Haddock Lobo, 360 - (Ao lado do Colégio São Luís)
01414 São Paulo, SP - Tels.: (011)256-0611, 256-0161 e 256-0361

Bragança Paulista Av. São Francisco de Assis, 218
12900 Bragança Paulista, SP - Tel.: (011)433-3675

Belo Horizonte Rua Tupis, 85 - Loja 10
30190 Belo Horizonte, MG - Tels.: (031)226-0665 e 226-5383

Belo Horizonte Rua Aimóres, 1583 - (Ao lado do Colégio D. Cabral)
30140 Belo Horizonte, MG - Tels.: (031)222-4152 e 226-6838

Porto Alegre Rua Ramiro Barcelos, 390 - (Junto à Igreja Santa Teresinha)
90210 Porto Alegre, RS - Tel.: (0512)21-6522

Porto Alegre Rua Riachuelo, 1280
90010 Porto Alegre, RS - Tel.: (0512)21-6564

Brasília CLR/Norte - O. 704 - Bloco A - Nº 15
70730 Brasília, DF - Tel.: (061)223-2436

Recife Rua dos Coelhos, 485 - (Boa Vista)
50070 Recife, PE - Tel.: (081)221-4100

Recife Rua da Concórdia, 167
50020 Recife, PE - Tel.: (081)224-3924

Curitiba Rua Alferes Póli, 52
80230 Curitiba, PR - Tel.: (041)233-1392

Fortaleza Av. Tristão Gonçalves, 1158 - Centro - (Ao lado da Igreja S. Benedito)
60015 Fortaleza, CE - Tel.: (085)231-9321

Salvador Rua Carlos Gomes, 137 - Loja 02 - Edifício Bela Center
40110 Salvador, BA - Tel.: (071)241-0045

36. Para uma comprovação detalhada deste ponto de vista, ver G. William Domhoff, *Who Rules America* (Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1967), e Domhoff, *The Higher Circles: The Governing Class in America* (Nova Iorque: Random House, 1970).